

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

**LÍVIA SILVA DAMASCENO**

**A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR OROCÍLIO  
MARTINS GONÇALVES E A FORMAÇÃO POLÍTICA DE  
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

LÍVIA SILVA DAMASCENO

**A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR OROCÍLIO  
MARTINS GONÇALVES E A FORMAÇÃO POLÍTICA DE  
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

**Linha de Pesquisa:** Política, Trabalho e Formação Humana.

**Orientador:** Prof. Hormindo Pereira de Souza Junior.

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:**  
**CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação intitulada "A experiência da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves e a formação política de trabalhadores da construção civil" de autoria da mestranda Lívia Silva Damasceno, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Professor Doutor Hormindo Pereira de Souza Junior- FaE/ UFMG - Orientador

---

Professor Doutor Antônio Júlio de Menezes Neto- FaE/ UFMG

---

Professor Doutor Antônio de Pádua Nunes Tomasi- CEFET-MG

---

Professora Doutora Marilsa Miranda de Souza- Departamento de Educação da UNIR

---

Professora Doutora Daisy Moreira Cunha - FaE/ UFMG

---

Professora Doutora Daisy Moreira Cunha - FaE/ UFMG Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2013  
Avenida Antonio Carlos 6627- Belo Horizonte, Minas Gerais- 31270-901 tel.:  
(31)3490-5309

## AGRADECIMENTOS

Esse momento de agradecer é único, pois ele traz à minha memória todos que de alguma forma ajudaram ou auxiliaram essa conquista. Sozinha não seria possível chegar até onde cheguei. Mas a caminhada de estudos, não termina por aqui, ela prossegue e todos que agradeço caminharam sempre comigo no coração.

Primeiro gostaria de agradecer ao meu orientador, Hormindo, que teve muita paciência comigo que passei por altos e baixos durante o período do mestrado. E, além disso, me auxiliou muito para que teoricamente me abrisse a novas posições com relação a Marx e seus estudos.

Agradeço à Tatiana, que foi uma companheira de linha, mas também de conversas sobre a vida e o significado do nosso estudo frente ao que nós duas passamos durante o tempo do mestrado, que não foi muito fácil!

À Daisy Cunha, que me adotou no fim do mestrado e deu grandes contribuições para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Programa e também a CAPES, que me proporcionaram debates e uma estrutura acadêmica importante para que pudesse sistematizar este estudo.

À Fae, que é representada pelos professores que tive na graduação e também pelas experiências políticas que vivi durante o tempo do curso de Pedagogia como membro do D.A. e do MEPR, pois com certeza foi esse pontapé que me proporcionou eu tivesse um posicionamento no campo político e pedagógico que se apresenta nessa dissertação.

Em especial, agradeço à minha mãe, Lúcia e os meus dois irmãos Lilinha e Walter não por essa conquista de forma individual, mas por todas, pois sem eles eu não conseguiria ser o que sou e nem faria o que faço. Minha família apesar dos pequenos desentendimentos é o que me move a sempre querer mais e ir em frente, pois não podemos ficar parados.

Agradeço também com um carinho especial a todos os companheiros da Escola Popular, que são parceiros desse trabalho e proporcionaram que eu realizasse com tranquilidade a pesquisa, em especial cito as companheiras e parceiras Ana Paula, Kênya, e os professores e amigos Pedro e Michelle (Mix). Não poderia esquecer dos educandos da Escola Popular, eles são a essência desse trabalho, cada um que passou e passa pela EPOMG no dia a dia me ensinou a ser professora e também ter certeza que defender e lutar pela nossa classe é o mais justo.

Agradeço à coordenação da EPOMG, pois ela permitiu no período que estive na escola debates sobre democracia, Pedagogia, trabalho e acrescentou muito na minha vivência e nos debates realizados ao longo da dissertação.

Agradeço a Mamute e Giselle, meus parceiros que durante esse último ano me ajudaram muito nessa caminhada e me proporcionaram muitos risos e reflexões às vezes não tão científicas, mas importantes.

Para não dizer que esqueci: Nicolau, muito obrigada! Você com seu humor ácido não poderia faltar.

Agradeço ao Talles, pelos constantes debates sobre Marx e Mao Tse Tung e a ontologia, foram de grande valia nesse período de estudo mais sistemático.

Agradeço ao coletivo do qual eu faço parte, meus companheiros de militância, que me ensinam e compartilham comigo um mesmo ideal, que é primeiro acreditar que o povo vai se levantar e se rebelar contra a injustiça desse sistema que vivemos, pois o que se mostra correto em tempos de ditadura dentro da tal “democracia” é que *“Rebelar-se é justo!”*.

Finalmente, agradeço a todos que passaram pela minha vida e me incentivaram e ajudaram a ser o que sou a partir de agora: mestre! Mas que fique claro que todos que convivi e convivo são os mestres da vida que me ensinam e me proporcionam a cada dia ver algo novo nessa vida, que infelizmente é marcada pela exploração do homem pelo homem, mas felizmente existe quem luta e se rebela contra toda a injustiça contra o povo pobre.

## DEDICATÓRIA

Primeiro dedico este trabalho ao companheiro Osmir Venuto da Silva, operário da construção civil, presidente do Sindicato Marreta, membro fundador da Liga Operária e atleticano doente pelo Galo (o melhor time do mundo! Como ele mesmo dizia e compartilho essa verdade) este que para mim foi um amigo e um pai, e nos deixou no dia 23 de julho de 2013. Esse companheiro deixou uma história que nos proporcionou a certeza que só com a luta combativa, honesta e classista nós trabalhadores conquistamos o que é nosso por direito. Para esse companheiro que lutou de forma incansável e que via que o bom da luta é a determinação, que nós podemos perder com classe e vencer com ousadia porque o mundo pertence a quem se atreve e para ousar vencer tem que ser ousado para lutar, digo e repito: Companheiro Osmir: Presente! A sua luta continuará!

Dedico com um carinho especial também ao meu companheiro e namorado que se foi no ano de 2012, Bernardo, o Bê. Ele faz muita falta, e é uma saudade tão grande que às vezes até dói. Foi um grande incentivador, muito presente e sempre me acompanhando com muito carinho das minhas ações e nos meus apertos nos estudos. Por isso não só agradeço, mas dedico a ele esse trabalho, pois não teve um momento no período da escrita que Bernardo não povoasse meus pensamentos como um exemplo de simplicidade, humildade, mas também uma vítima desse sistema podre que marca as pessoas como gado para se enquadrar ao seu ritmo produtivo, e os que não se encaixam nessa lógica são excluídos de alguma forma.

Dedico este trabalho também a todos os trabalhadores da construção civil, que acordam quando o sol ainda nem saiu para anunciar o dia, e vão construir as nossas cidades, as nossas casas e tudo onde só há chão. São estes homens e mulheres que tem como marca a desvalorização social, o estigma de peão, de orelha seca e muitos outros apelidos pejorativos e que mesmo correndo o risco de ter a vida ceifada em um canteiro de obra estão trabalhando, entregando sua força e suor enquanto o seu patrão enriquece mais e mais.

## ***Elogio da aprendizagem***

*Aprende o simples, para quem  
É chegada a hora  
Nunca é tarde demais!  
Aprende o ABC, não basta, mas  
Aprende! Não desanime  
Começa! Você tem de saber tudo!  
Você tem de assumir o poder.  
Aprende, homem no asilo!  
Aprende, homem na prisão!  
Aprende, mulher na cozinha!  
Aprende, sexagenário!  
Você tem de assumir o poder.  
Procura a escola, desabrigado!  
Procura o saber, se tens frio!  
Faminto, agarra o livro: é sua arma.  
Você tem de assumir o poder.  
Não tema a pergunta, camarada! Não se deixe convencer  
Veja com seus olhos! O que você mesmo não vê  
Você não sabe.  
Verifique a conta.  
Você tem de pagá-la.  
Coloque o dedo em cada parcela  
E pergunte: como apareceu? Você tem de assumir o poder.*

***Bertold Brecht***

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender e analisar a formação política dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Para fazer essa análise foi investigada a experiência da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves (EPOMG) que é uma escola de educação popular voltada para a alfabetização, escolarização e politização de trabalhadores que tem forte ligação com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de BH (STICBH- Marreta). A partir desse foco teve-se como objetivos específicos: Identificar os fundamentos políticos que a escola defende; verificar as atividades pedagógicas coletivas que a escola propõe; identificar atividades dos coordenadores da escola no que se refere ao processo de formação e instrução do trabalhador da construção civil; verificar as percepções dos educados da escola sobre seu processo de escolarização e formação; verificar as percepções dos educados sobre as concepções políticas que estes têm relativo ao ambiente de trabalho e verificar as percepções dos educadores sobre o significado de lecionar na Escola Popular. A abordagem metodológica é basicamente qualitativa com coleta de dados primários e secundários (dados do PPP, Jornais, panfletos, informativos, site da escola) no espaço escolar. Foram realizadas entrevistas em profundidade com professores e coordenadores e grupo focal com os educados, que são os principais sujeitos dessa pesquisa. O referencial teórico utilizado foi essencialmente clássicos marxistas, pois estes trazem elementos de análise centrais para a formação política dos trabalhadores. Basicamente foram utilizados Marx, Engels, Lênin, Lukács para análise macro, ou seja, das estruturas sociais e das implicações destas na formação do homem; no que se refere ao processo de formação educacional baseamos principalmente em Makarenko, Pistrak, Krupskaja e Mao Tse Tung pela referência que estes trazem ao discutir uma nova educação numa nova sociedade, além do papel da política no ensino. O cruzamento dos dados com o referencial teórico utilizado proporcionou a compreensão do papel que a Escola Popular tem na formação técnico, científica e política de trabalhadores da construção civil com mais profundidade. Foi possível perceber uma grande influência de pressupostos da pedagogia makareniana na prática escolar com a discussão constante do papel do coletivo. Elementos como o papel do trabalho na formação cotidiana na escola e na sociedade, o processo de formação da consciência política e também o entendimento de uma educação para a classe operária indo além do que é uma educação popular se ressaltaram neste estudo.

**Palavras- chave:** Trabalho; Política; Consciência; Formação Humana.



## ABSTRACT

This study aims to understand and analyze the political education of construction workers in Belo Horizonte and metropolitan area. We investigated the experience of the Escolar Popular Orocílio Martins Gonçalves (EPOMG) which is an education popular's school focused on literacy, education and politicization of workers who have strong links with the "Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil" of BH (STICBH - Marreta). The specific objectives were: Identify the political elements that the school defends, check the pedagogical collective activities that the school offers, identify activities of the school's coordinators in relation to the process of training and instruction of construction workers; verify the perceptions of the students about their schooling and training process; and about the political views that they have on the working environmental and check the perceptions of the educators of the meaning to teach at the Popular School. The methodological approach is qualitative with primary and secondary data collection (PPP data, newspapers, pamphlets, newsletters, school website) in the school. Were conducted in-depth interviews with teachers and coordinators and focus groups with the students, who are the main subject of this research. We used essentially Marxist classics as a theoretical framework because they bring elements of central analysis to the political education of workers. Basically, we used Marx, Engels, Lenin, Lukács to analyze the social structures and the implications of these in the formation of Man, the educational training process mainly relied on Makarenko, Pistrak, Krupskaya and Mao Tse Tung by reference they bring to discuss a new education in a new society, and the role of politics in education. The crossing data with the theoretical framework provided an understanding of the role that the Popular School has in technical, scientific and policy formation construction workers in more depth. It was possible to realize a great influence of the makareniana pedagogy in school practice with the ongoing discussion of the collective's role. Elements such as the role of work in shaping daily rate at school and in society, the process of forming consciousness political and also in the understanding of education for the working class beyond what is popular education was emphasized in this study.

**Key-words:** Labor; Politics; Consciousness; Human Formation.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CLT-** Consolidação das Leis do Trabalho

**DIEESE-** Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos

**EJA-**Educação de Jovens e Adultos

**EPOMG-** Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves

**ICC-** Indústria da construção civil

**INAF-** Indicador de Alfabetismo Funcional

**LCP-** Liga dos Camponeses Pobres

**PAC-** Programa de Aceleração do Crescimento

**PCCh-** Partido Comunista da China

**PCdoB-** Partido Comunista do Brasil

**PCUS-** Partido Comunista da União Soviética

**STIC-BH-** Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte e Região Metropolitana

## SUMÁRIO

1 PARTE I .....	12
1.1 Introdução .....	12
1.2 Os caminhos da pesquisa: a pesquisa e sua caracterização .....	13
1.3 Organização da dissertação .....	21
PARTE II .....	24
CAPÍTULO 2 .....	25
O TRABALHO E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR .....	25
2.1 O trabalho como elemento formador do homem: sua característica ontológica ..	26
2.2 O trabalho inserido na formação social do homem .....	32
2.3 O trabalho no capitalismo e os impactos para o processo de formação .....	38
2.4 Os caminhos da formação: trabalho e educação .....	43
2.4.1 O processo de construção do conhecimento e a relação deste com o trabalho .....	44
2.4.2 A formação dos trabalhadores: perspectivas e exemplos na história .....	51
2.4.3 A formação do trabalhador no capitalismo e as necessidades formativas do mercado .....	56
2.4.4 Educação e trabalho uma proposta diferenciada no capitalismo: Trabalho como princípio educativo no interior do capitalismo .....	68
CAPÍTULO 3 .....	74
EDUCAÇÃO SOCIALISTA: SEUS PRINCÍPIOS E AS EXPERIÊNCIAS DA URSS E A CHINA .....	74
3.1 A experiência da União Soviética: uma nova educação para um novo homem em uma nova sociedade .....	74
3.2 Os princípios da educação soviética: Política, trabalho e formação do coletivo ..	75
3.2.1 O trabalho como princípio educativo .....	76
3.2.2 O coletivo como elemento da educação soviética .....	80
3.3 Fundamentos essenciais da pedagogia chinesa: O pensamento Mao Tse Tung. 83	
3.3.1 O processo histórico da China e a educação .....	84
3.3.2 Os princípios da pedagogia chinesa .....	94
3.3.2.1 A política como elemento central na formação educacional .....	95
3.3.2.2 A combinação de ensino e trabalho produtivo .....	98
CAPÍTULO 4 .....	104
CONSCIÊNCIA E ORGANIZAÇÃO: INSTRUMENTOS NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO TRABALHADOR .....	104
4.1 A discussão sobre a consciência .....	104
4.1.1 A formação da consciência e do ser genérico .....	105
4.1.2 A consciência de classe: sua formação no contexto capitalista .....	110
4.1.3 O papel da política na formação do proletariado e a conseqüente elevação de sua consciência .....	118
CAPÍTULO 5 .....	125
O ESTADO E A PERSPECTIVA MARXISTA DE EDUCAÇÃO .....	125
5.1 O imperialismo e a interferência na organização do Estado e da Educação .....	126
5.2 O capitalismo burocrático e suas influências na educação .....	129
5.3 A formação do Estado brasileiro e suas bases feudais como elementos de reflexos da situação de analfabetismo de adultos .....	134
5.4 Fundamentos e bases da discussão da educação popular .....	141
5.4.1 A educação popular em conjunto com os fundamentos marxistas .....	142

PARTE III .....	146
CAPÍTULO 6.....	147
CONSTRUÇÃO CIVIL: INDÚSTRIA, TRABALHADOR E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	147
6.1 A indústria da construção civil sua organização e seu perfil .....	147
6.2 Perfil do trabalhador da construção: Quem é esse trabalhador?.....	150
6.3 As condições de trabalho do operário da construção civil .....	158
CAPÍTULO 7.....	162
ESCOLA POPULAR OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES: SUA TRAJETÓRIA E OS SEUS SUJEITOS.....	162
7.1 A Escola Popular e seus princípios: Escola, Trabalho e Luta .....	162
7.2 Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, a experiência de alfabetização e formação de operários da construção civil em Belo Horizonte .....	166
7.2.2 Os Professores: seu olhar e sua atuação na EPOMG .....	183
7.2.3 Os educados da escola popular: as respostas sobre sua formação.....	187
7.2.3.1 O significado da Escola Popular para os sujeitos da EPOMG .....	188
7.2.3.2 A escola e a política: as relações e as defesas existentes no espaço escolar .....	194
7.2.3.3 O coletivo e o trabalho na escola: dois instrumentos da prática da EPOMG na visão dos educados.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	202
REFERÊNCIAS.....	207
ANEXOS .....	214

## **1 PARTE I**

Nessa parte será trabalhado o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, apresentaremos uma breve introdução e os caminhos que traçamos ao longo desse estudo. O objetivo que se tem é se apresentar uma explanação geral do processo de pesquisa e das escolhas realizadas para o desenvolvimento do estudo sobre a Escola Popular.

### **1.1 Introdução**

O objetivo central deste trabalho foi investigar e analisar o projeto de formação política da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves e a sua contribuição na politização do trabalhador da construção civil de Belo Horizonte e região metropolitana. A partir desse objetivo buscamos: Identificar os fundamentos políticos que a escola defende; Verificar as atividades pedagógicas coletivas que a escola propõe; Identificar atividades dos coordenadores da escola no que se refere ao processo de formação e instrução do trabalhador da construção civil; Verificar as percepções dos educados da escola sobre seu processo de escolarização e formação; Verificar as percepções dos educados sobre as concepções políticas que estes têm relativo ao ambiente de trabalho e verificar as percepções dos educadores sobre o significado de lecionar na Escola Popular.

A pesquisa foi realizada na Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves (EPOMG) e sua história, seus fundamentos e sua estrutura permitiu compreender de forma mais clara o papel que a educação escolar, por meio do ensino que valorize a história de luta do povo e a sua organização. Será aprofundado mais adiante o que é essa experiência, como aconteceu, quais seus fundamentos. É importante pontuar que essa escola é uma prática de educação popular para a classe trabalhadora, que se organiza a serviço de interesses da classe detentora da força de trabalho e por isso tem como fundamentos centrais o trabalho, a luta e o trabalhador e o que sustenta esse tripé é a organização baseada no coletivo. Por esse fato, o referencial teórico utilizado busca tratar da função do trabalho na formação do homem aliado à questão da consciência e da organização de classe. Além dos fundamentos da educação socialista, que tratam de um processo de formação que valoriza o coletivo, o trabalho e a política elementos essenciais da análise realizada. Para o

desenvolvimento do trabalho buscamos responder as seguintes questões: 1) Qual o papel da escola popular na formação política de operários da construção civil? 2) Como que estes se relacionam com o mundo do trabalho após ter contato com a prática educativa dessa escola?

Para realizar esse trabalho buscou-se dar atenção às falas de trabalhadores (operários da construção e professores) de forma que estes expressassem suas impressões, ideias e conclusões sobre o que é a Escola Popular, e quais as contribuições dessa experiência principalmente para os trabalhadores da construção civil, que são educados da EPOMG para que estes fortaleçam a compreensão enquanto membros da classe trabalhadora. No ponto a seguir será tratado de como desenvolvemos a pesquisa, e os caminhos ao qual recorreremos para desenvolver esse trabalho. Essa pesquisa parte da necessidade de analisar o projeto de formação política da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves e a sua contribuição na politização do trabalhador da construção civil de Belo Horizonte e região metropolitana que tem contato com este ambiente de estudo. Para chegar às conclusões, relacionadas a estes pontos, traçamos um plano metodológico que será apresentado a seguir.

## **1.2 Os caminhos da pesquisa: a pesquisa e sua caracterização**

A pesquisa é um processo sistemático que busca a construção do conhecimento ou até mesmo consolidar ou refutar o que já existe que foi sistematizado por estudos sobre determinado tema. Assim, basicamente ela é um processo de aprendizagem tanto para o indivíduo que a realiza quanto para a sociedade. O ato de pesquisa a partir da compreensão apresentada é um momento de reflexão, sistematização e de análise da realidade. Todo esse momento traz consigo um processo que é constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Os processos e procedimentos a serem realizados em uma pesquisa, seja ela de qual natureza for, iniciam-se a partir da existência de uma inquietação, uma pergunta, ou melhor, um problema. Assim, pesquisar é buscar respostas para algo, seja no campo intelectual ou da vida cotidiana.

Baseando-se nos princípios da pesquisa científica, que exigem escolhas metodológicas, esta investigação teve uma abordagem qualitativa, que pode ser caracterizada por cinco pontos centrais:

a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 43).

A partir destes pontos podemos entender o porquê da escolha sobre o tipo de pesquisa. Primeiro, a escolha do local onde foram coletados os dados, que é uma escola e também pela busca dos significados que os sujeitos têm do seu processo formativo e da compreensão que estes ao terem contato com um processo educativo que envolve elementos da política e do trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa seja ela de que natureza for um sujeito é essencial, o pesquisador, o cientista, que no caso da pesquisa qualitativa é também sujeito da pesquisa, pois ele traz seu olhar e sua análise e subjetividade em conjunto com um arcabouço teórico que permitem que ele se mostre. Assim, o cientista/pesquisador não é neutro nas suas escolhas e nas suas defesas conclusivas, mas ele está imerso em uma realidade onde existem sujeitos concretos e que as suas aspirações são elementos que fazem parte de todo o processo de pesquisa. A pesquisa com seres humanos tem elementos que interferem na pesquisa que é o fato de se ter sujeitos reais, concretos e com subjetividade. No caso dessa pesquisa, é importante ressaltar que fui durante cinco anos professora e membro da coordenação da Escola, inclusive no período de coleta de dados da pesquisa, atuava como professora alfabetizadora de uma turma da escola. É necessário pontuar essa condição uma vez que a leitura do que é a escola e a forma com que se conduziu a pesquisa têm interferência dessa relação de grande proximidade com o objeto de estudo.

Pelo desenvolvimento da pesquisa ter relação direta com seres humanos, foi necessário que antes de iniciar o trabalho de campo o projeto dessa pesquisa passasse pelo crivo do COEP (Comitê de Ética e Pesquisa) da UFMG. Todos os roteiros de entrevistas assim como o projeto de desenvolvimento da pesquisa foram

enviados ao Comitê de ética e Pesquisa e em seguida aprovado por este, o que permitiu que se realizasse como planejado as entrevistas e análises destas.

## **1.2. 2 Caracterização do campo de estudo e os sujeitos da pesquisa**

Neste ponto será traçado em linhas gerais o perfil sobre o campo de pesquisa e os sujeitos desta. Não aprofundaremos e nem analisaremos os dados coletados neste capítulo, pois trataremos deste ponto na análise dos dados que será apresentada mais adiante.

### **1.2.2.1 A Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves (EPOMG)**

A Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves conforme consta em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma escola de politização das massas trabalhadoras, que trabalha com os seguintes eixos: alfabetização, formação política e qualificação profissional. A partir desses eixos tem uma proposta pedagógica que busca: incentivar o trabalho coletivo; sustentar-se com suas próprias forças e a elevação da consciência política dos educados/ trabalhadores. O seu nome é uma homenagem ao operário Orocílio Martins Gonçalves, tratorista assassinado no período do regime militar em 1979 na greve conhecida como “*Rebelião dos Pedreiros*” ocorrida na cidade de Belo Horizonte.

A Escola foi fundada em 03 de abril de 2000 após iniciativa de um grupo de estudantes em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte e Região Metropolitana (STICBH) representado pela diretoria MARRETA<sup>1</sup>. Funciona em um prédio cedido pelo Sindicato no bairro Barro Preto, próximo a região central de Belo Horizonte e tem uma estrutura com salas de aula, biblioteca, salão de eventos, cozinha, refeitório e secretaria. Para o desenvolvimento do trabalho pedagógico a escola organiza didaticamente as turmas em níveis de aprendizagem que se dividem atualmente em quatro turmas, que possuem as seguintes características:

---

<sup>1</sup> Marreta é a atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte.



**Nível 1:** é uma turma dedicada a trabalhar os fundamentos, métodos e técnicas da alfabetização. Nessa turma é que se concentram os educados que não codificam letras e números ou não dominam a estruturação de palavras canônicas (formadas por consoantes e vogais, por exemplo: bola, cola, dedo, etc.) além dos rudimentos da matemática.

**Nível 2:** é uma turma que tem a finalidade de trabalhar com um nível de alfabetização mais avançado. Nessa turma se concentram educados que já escrevem palavras, mas ainda tem problemas ortográficos e também escrevem pequenos textos como bilhetes, recados curtos e frases.

**Nível 3:** é uma turma que se dedica a trabalhar com o desenvolvimento mais amplo da interpretação, assim como outros conteúdos como ciências, geografia, história.

**Nível 4:** é uma turma de consolidação dos conhecimentos, e tem a finalidade de preparar educandos para prestar prova de supletivo.

Além dessas quatro turmas a escola tem em sua grade dois cursos de formação técnico-profissional, que são:

**Curso de Leitura e Interpretação de Projetos Arquitetônicos:** Curso voltado para que o operário da construção civil desenvolva habilidade de ler projetos da área da construção civil (planta baixa, projeto de ferragem, fundação, fôrma, etc.) e possa entender a relação entre o planejado e construído.

**Curso de Mestre de Obras:** Curso que trabalha com o conhecimento geral da obra teórico e prático formando operário para atuarem como mestre de obras.

Durante o período da pesquisa de campo, não existiu nenhuma recusa com relação à coleta de dados. Foram realizadas entrevistas, grupo focal e observação do cotidiano, porém essa última não se deu de forma muito organizada pela própria dinâmica da escola e da minha atuação como professora. Antes de iniciar a coleta de dados foi realizada com a coordenação da escola uma exposição da pesquisa, dos seus fins e as formas de coletar os dados. Inicialmente foram realizadas

conversas com a coordenadora política sobre algumas questões relacionadas à linha política da escola para proporcionar um estudo sobre esta, seus princípios e objetivos de forma mais sistemática. Além dessas conversas foram coletados documentos da escola como Projeto Político Pedagógico, material de sistematização da linha política, jornais (Boletim o Novo Tempo) e material do site<sup>2</sup> da escola, pelo fato de estar na escola e saber todo o processo sobre os documentos foi fácil o acesso a estes dados secundários.

Com relação aos dados primários também não foi difícil o acesso às pessoas e à coleta de dados. Antes foi apresentada a pesquisa e os meus objetivos para duas coordenadoras (política e de finanças) e os dois professores (geografia e história). A escolha delas se deu primeiro pelo fato destes ter um domínio maior da linha política da escola. Com relação aos professores, a escolha do professor de história ocorreu tanto pelo conhecimento que tem da escola já que este atua durante cinco anos nesta, assim como pela participação que já teve na coordenação, o que permite um olhar mais geral da escola e de sua linha política. Com relação à professora de geografia essa tem um tempo menor na escola, mas tem um grande envolvimento com a turma, de forma que ela tem um olhar de sala de aula importante para análise que realizamos neste trabalho. A seguir apresentaremos de forma mais específica os educados/ trabalhadores e o corpo docente e funcionários da escola.

#### **1.2.2.2 O perfil dos trabalhadores - estudantes**

A EPOMG tem um perfil de estudante composto por trabalhadores da construção civil majoritariamente. Esse fato se deve ao histórico dessa escola que envolve um trabalho grande de divulgação da escola nos canteiros de obras pelo Sindicato Marreta. Pelo fato de ter esse público, o predomínio é de sujeitos do sexo masculino com idade que variam entre 30 a 65 anos, oriundos de regiões do interior de Minas Gerais. É difícil ter um educando na escola que nasceu em Belo Horizonte ou na região metropolitana.

O público é composto de adultos, trabalhadores da indústria da construção civil que ocupam funções diversas, tais como pedreiros, carpinteiros, bombeiros,

---

<sup>2</sup> **ESCOLA POPULAR.** Disponível em: <http://sticbh.org.br/escolapopular/?p=165>. Acesso em: agosto de 2013.

serventes, armadores, pintores entre outras. Existem outras categorias, porém em menor número e representadas pelas poucas mulheres que se tem na escola. São, principalmente, auxiliares de serviços gerais.

### **1.2.2.3 O perfil dos demais sujeitos da escola – professores e funcionários**

Além dos educados, a escola possui um grupo de 13 professores, quatro são formados no curso de Pedagogia, dois em História, dois em Geografia, dois em Direito, um em Fisioterapia e um em Ciências Biológicas e um que não concluiu o curso superior na área de exatas. A idade do grupo de professores varia entre 25 a 50 anos, e a maioria é do sexo feminino, sendo oito mulheres e cinco homens. Deste grupo de professores, cinco atuam em outras escolas, sendo quatro em escolas da rede pública e uma da rede particular, os demais atuam em outras atividades correlatas a suas profissões como escritório de advocacia, atendimento de fisioterapia e atividades pedagógicas em centros de cultura. Do grupo de funcionários, a escola tem uma secretária, uma cozinheira e um porteiro. A secretária atua como coordenadora de finanças. Além disso, a coordenadora política transita entre a escola e o sindicato, com o papel de formadora no campo político.

### **1.2.3 Os instrumentos de coleta de dados**

O processo de coleta de dados é o momento em que se obtêm as informações necessárias que serão alvo de análise, posterior. Para o desenvolvimento deste estudo investigativo foram inicialmente realizados levantamentos e apreciação dos dados secundários da instituição (Projeto Político Pedagógico, jornais, panfletos, materiais de produção interna); e em conjunto um levantamento bibliográfico, para permitir um exame teórico mais sólido dos elementos que foram se apresentando ao longo da pesquisa.

O levantamento dos dados secundários, como citado anteriormente, foi de fácil acesso e permitiu que ao longo da produção teórica fossem montadas redes de categorias que se apresentam como fundamentais nesse trabalho que são principalmente: o papel do trabalho e da política na formação do trabalhador e também a questão consciência, elementos que serão tratados em profundidade no

capítulo teórico. Estes dados se fortaleceram nos contatos com os dados primários, ou seja, os sujeitos envolvidos com a prática escolar da EPOMG.

No que se refere aos dados primários elencamos abaixo a metodologia utilizada e como se procedeu à coleta destes.

### **1.2.3.1 Observação**

No momento da pesquisa de campo, a observação das práticas educativas dessa instituição assim como os comportamentos dos sujeitos envolvidos foi o foco primário. A observação centrou principalmente nas atividades coletivas, tais como: assembleias, reuniões da coordenação e de educadores e práticas em sala de aula. Com relação à observação em sala de aula, embora esta estivesse no plano, não pode ser realizada, pois atuei durante muito tempo no espaço da sala de aula como alfabetizadora e esse fato impediu a observação das práticas de outros professores nas outras turmas.

A observação, como apresenta Moroz (2002), é um instrumento rico para a obtenção de dados, mas isto só se torna possível quando existe um bom planejamento e a clareza do que vai se observar. Nesse sentido o objetivo que se teve com as observações foi perceber como o trabalho e da construção da ideia de coletivo escolar estavam presentes em ações e falas de educados e educadores. Por esse fato, foram feitas observações das atividades coletivas da escola, como comemorações políticas, que no caso foram nesse período “40 anos da Guerrilha do Araguaia”, “8 de março - Dia Internacional da Mulher Proletária”, “09 de março - O dia dos mártires”, “Comemoração dos 90 anos do PCdoB”, “Debates sobre as manifestações de julho de 2013 na Copa das Confederações” e das reuniões da coordenação.

Nas reuniões da coordenação observadas, teve-se participação maior de educados o que proporcionou um olhar sobre o comportamento destes na organização da escola e no pensar sobre como deve ser o cotidiano desta. Além das reuniões, participei de dois seminários da escola que discutiram os fundamentos e as tarefas dessa instituição; estes tiveram o papel de fortalecer a coordenação e formá-la na linha política da escola. Nos seminários participaram professores, educados e funcionários.

### 1.2.3.2 Grupo Focal

Esta é uma técnica de entrevista em grupo, que segundo a linha de Gatti (2005) é uma técnica de pesquisa com grupos homogêneos que tem como objetivo captar a partir das trocas, conceitos, sentimentos, atitudes, experiências e reações que não se consegue com outro método. A finalidade que se buscou ao utilizar o grupo focal na metodologia foi trazer à tona elementos do cotidiano escolar que possam servir de resposta às questões centrais deste trabalho, ou seja, entender como ocorre a formação política dos trabalhadores da construção civil e saber se essa acontece no espaço da EPOMG. Os sujeitos que participaram do grupo focal foram educados de diferentes turmas da escola, pois assim se teve o elemento comum-ser: educando da instituição; e ao mesmo tempo ter como diferencial a experiência escolar com finalidades diferentes. Para permitir a heterogeneidade foram convidados onze sujeitos, porém participaram nove. O critério de escolha dos sujeitos foi ser aluno e ter experiências diversificadas. Um grupo deste foi composto por membros da coordenação da escola e outros alunos não membros desta. Para o desenvolvimento dessa metodologia foi utilizado gravador com a permissão dos entrevistados, além de anotações. Não foram realizadas filmagem por problemas com a filmadora no momento da realização do grupo focal.

Os sujeitos ficaram a vontade para falarem, primeiro por já existir o hábito de debater no espaço da escola, todos se conhecem e também conhecem a pesquisadora no cotidiano da escola. No momento do grupo focal predominaram falas de membros mais antigos da escola e do sindicato<sup>3</sup>. Na exposição dos dados coletados os sujeitos que participaram do grupo focal foram identificados por profissões na área, tais como pedreiro, carpinteiro, bombeiro, servente, eletricista, pintor.

### 1.2.3.3 Entrevista em profundidade

A coleta de dados com coordenadores e educadores foi feita por meio de entrevista em profundidade. Foram escolhidos dois coordenadores e dois

---

<sup>3</sup> Alguns alunos da escola são membros da diretoria do sindicato, dos que estiveram presente na realização do grupo focal, um é da diretoria efetiva, com o cargo de primeiro secretário e outros quatro são membros da diretoria de base, ou seja, não estão efetivamente no sindicato e necessitam ser requisitados para realizar o trabalho sindical.

educadores, o intuito foi que estes trouxessem nas falas elementos da orientação política da escola e os métodos de trabalho utilizados para contemplar as especificidades que a escola se destina, que é a formação política. A escolha desses sujeitos foi feita pela atuação destes na escola, ou seja, tanto de liderança como de atuação somente na atividade de docência no espaço escolar.

Com relação à metodologia como alerta Brandão (2000, p. 08) a entrevista é trabalho e, como tal, *“reclama uma atenção permanente do pesquisador dos seus objetivos, obrigando-o a colocarem-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado”* além dos tons, ritmos e expressões que acompanham a fala e isso exige tempo e esforço. O tipo de entrevista realizado foi a entrevista em profundidade, que é uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Assim o que se busca é permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística, além disso, ela admite maior abertura para o pesquisador/entrevistador, pois possui questões semi-estruturadas<sup>4</sup>.

Partimos de questionamentos que se referiam à questão geral da pesquisa, nos apoiamos no referencial teórico marxista o que permitiu posteriormente ações conclusivas que apresentaremos mais adiante.

### **1.3 Organização da dissertação**

Para analisar e compreender as falas dos entrevistados, o referencial teórico baseou em clássicos do marxismo, e estes foram essenciais para entender o papel ontológico do trabalho na formação do homem fundamentado principalmente por Lukács; no que se refere à política e a consciência foi utilizado principalmente obras de Lênin e na educação com seus fundamentos Makarenko, Pistrak, Krupskaja que trazem elementos da experiência soviética e Mao Tse Tung da chinesa que em conjunto tratam do problema da educação aliado à questão do trabalho produtivo e do coletivo. Todos estes elementos serão tratados com mais profundidade nos eixos

---

<sup>4</sup> As questões da entrevista sem encontram nos anexos da dissertação.

teóricos dessa dissertação. Estabelecemos elementos centrais nesse trabalho: o *trabalho* (como princípio educativo e como instrumento de exploração no interior do capitalismo), a *consciência* e a formação da classe operária e a *educação popular*. O estudo sistemático dessas categorias nos permitiu compreender a relação da teoria com a prática e as questões políticas ligadas a estas. Por esse fato, temos a experiência da Escola Popular e a categoria de trabalhadores da construção civil como o espaço e os sujeitos de grande relevância para a compreensão teórica. Como iremos apresentar, os trabalhadores da construção civil são sujeitos que vivenciam um cotidiano de exclusão a começar pela capacidade de ler, escrever e interpretar numa sociedade grafocêntrica, além dos impactos que se tem da própria divisão da sociedade em classes que determina uma condição de vida para estes sujeitos. A categoria de trabalhadores que se apresentam nessa dissertação passa por múltiplas exclusões e privações sociais, mas sentem intensamente o processo de exploração e de formatação do capital que leva este a ter não só sua força de trabalho, mas sua mente entregue aos interesses capitalistas. Por isso se propõe a pensar como se dá a formação política desses trabalhadores, principalmente quando passam por um processo de formação que valoriza a sua identidade enquanto trabalhador e ressalta a necessidades desses se organizarem e terem como princípio uma teoria e prática revolucionária.

A partir dos elementos que apresentamos, organizamos essa dissertação em três partes: a primeira foi essa que analisamos, o todo da escola numa pequena introdução, os métodos utilizados e a organização da dissertação que compõem o primeiro capítulo. A segunda parte é composta por quatro capítulos teóricos que nomeamos de eixos teóricos, o primeiro eixo tem o título “O trabalho e a formação do trabalhador”, nele fazemos uma discussão ontológica do trabalho como elemento de formação do homem, para isso apoiamos principalmente em Engels, Marx e Lukács dentro dessa discussão tratamos das duas perspectivas do trabalho uma positiva onde se forma o homem historicamente enquanto ser social e outra negativa que promove o estranhamento no homem. Além da relação e implicação desses modelos na educação. No segundo eixo, serão tratados os fundamentos das experiências socialistas da URSS e da China no que se refere educação, esse eixo traça princípios centrais referentes a processos educativos que envolvem trabalho, política e construção do coletivo. No terceiro eixo, apresenta-se a discussão sobre a formação política do trabalhador como meio de elevação da sua consciência e a

organização da classe operária tem-se como eixo teórico Marx, Lênin e Lukács. No quarto eixo, tratamos dos fundamentos da educação popular e percorremos um percurso de entender a formação do Estado brasileiro e como esse tem interferência na condição escolar da classe operária e também no número grande de analfabetos ou semi- analfabetos e nesse sentido tem-se a educação popular no contexto brasileiro.

Na terceira parte dedicaremos aos sujeitos da pesquisa, que no caso incluem os trabalhadores da construção que são nosso foco no que se refere à formação política dessa categoria e também a coordenação e os professores da escola para aprofundar a discussão sobre a escola popular. Teremos assim dois capítulos nessa parte, o primeiro que trata do perfil da indústria e do trabalhador da construção civil além das condições que são reservadas a este no ambiente de trabalho. O segundo capítulo trata da Escola Popular e dos seus sujeitos, onde inicialmente trataremos da organização e da história da EPOMG. Em seguida, versaremos sobre as falas dos sujeitos, primeiro da coordenação, seguindo os professores e finalizando com os educados para assim se ter uma explanação da visão dos sujeitos.

Por fim, o capítulo de conclusão, onde o objetivo é trazer respostas e análise a partir do que traçamos como objetivos específicos deste trabalho, e outros elementos que se apresentaram ao longo da pesquisa.



## PARTE II

Nesta parte iremos tratar dos elementos teóricos que fundamentam a dissertação. A base teórica em que ela se apóia é marxista, assim os textos de referência são clássicos de Marx, Engels, Lênin, Lukács e Mészáros no que se refere à discussão sobre os elementos de organização social e formação humana. Esse primeiro aporte encaixa-se ao tratamento relacionado à educação. Serão utilizados teóricos que fazem a discussão do papel do trabalho como elemento educativo na vida humana assim como um direcionamento maior aos processos que se desenvolveram no século XX em países com uma organização social, política e econômica de base socialista como a União Soviética que tem como um dos seus principais pensadores e concretizadores de práticas escolares e educacionais, o pedagogo Anton Makarenko, e em conjunto a ele se tem Pistrak e Krupskaja. Além destes tem-se a discussão desenvolvida por Mao Tse Tung que foi um grande dirigente do processo revolucionário na China. Ele que foi professor antes de ingressar no PCCh e produziu escritos com uma discussão sobre a educação para uma nova sociedade e um novo homem onde o trabalho produtivo e a política são os eixos estruturantes fruto da Revolução Cultural. A partir destes aportes que apresentamos temos como objetivo nesse capítulo trazer para o campo de estudos que essa dissertação se enquadra que é do Trabalho, Política e Formação Humana um maior aprofundamento sobre a educação do e no trabalho e a consequente interferência que se tem deste na formação de um homem politizado e consciente da estrutura imposta a ele e as formas que este possui de ultrapassar a condição atual de vida.

Partindo dessa justificativa, sobre os motivos que nos apoiamos no referencial teórico utilizado, nesta parte trataremos de quatro eixos (capítulos), em que o primeiro irá tratar do papel do trabalho na formação do homem; em seguida a discussão sobre os fundamentos da educação socialista; no terceiro eixo tem-se o papel da formação política na construção da consciência e como a organização tem um papel nesse processo; e finaliza com a questão da educação popular e seus princípios.

## CAPÍTULO 2

### O TRABALHO E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

No campo da educação a discussão entre o alinhamento existente entre essa e o trabalho toma contornos cada vez mais fortes na produção acadêmica, principalmente ao se discutir a função do trabalho na formação do homem. A análise realizada por teóricos como Marx, Engels, Luckács e Mészáros, é que o trabalho inicialmente tem como finalidade, a formação do Ser Social, permitindo que o homem opere sobre a natureza, transformando-a e dominando-a. Este fato é antes de tudo histórico o que se verifica por fontes arqueológicas. Alguns instrumentos utilizados por homens entre 6000 a 3000 a.C. permitiram que na atualidade fosse possível entender e saber que:

O homem aprendeu a usar a força do boi e dos ventos, inventou o arado, o carro de rodas, o barco a vela, descobriu os processos químicos da fundição dos minérios de cobre e as propriedades físicas dos metais, e começou a desenvolver um calendário solar aperfeiçoado. (CHILDE, 1971, p. 111).

Esses fatos demonstram que ao longo da história o homem teve saltos de qualidade no domínio tecno-científico da natureza, permitindo que ele cada vez mais potencializasse suas condições de dominar os recursos naturais em sua volta. Dentro disso, é imprescindível entender que o trabalho, enquanto elemento mediador da relação homem - natureza é eminentemente ontológico e, portanto histórico, ou seja, ele permite a gênese do ser social. Partindo dessa análise do trabalho como formador e princípio de todas as riquezas do mundo, neste eixo será realizada essa discussão e como afirmado seguindo o referencial marxista. No debate sobre o trabalho e na relação deste com o homem, será tratado o caráter ontológico do trabalho apresentado por Marx e aprofundada por Lukács, além de compreender como o trabalhador se forma e qualifica ao longo da história principalmente no capitalismo que é nosso foco de análise.

## 2.1 O trabalho como elemento formador do homem: sua característica ontológica

Ao tocar na formação humana, deve-se centrar no desenvolvimento ampliado do homem em todos os seus sentidos, sejam culturais, cognitivos, econômicos ou políticos. Dentro desse ponto de vista, o entendimento sobre o papel que o trabalho tem na constituição humana é central para compreender a relação do homem com o mundo e do seu processo evolutivo enquanto ser social. Esse olhar nos permite perceber como se dá o processo formativo dos trabalhadores a serem analisados nesse estudo.

Inicialmente é importante entender como nos aponta Cassin (2009)<sup>5</sup> que o trabalho é:

A ação do homem que transforma os materiais dispostos pela natureza em riqueza e que fundamenta a vida humana. Esta transformação é mediada pela produção de utensílios que são elementos acessórios ao corpo, que complementam o trabalho de membros do corpo, como mãos e dentes. (CASSIN, 2009, s/p)

Como registra Lukács (2012), o utensílio é a chave mais importante para conhecer as etapas do desenvolvimento da humanidade a respeito das quais não temos nenhum outro documento. E estes demonstram que o trabalho se liga à história do homem e à sua produção em todos os sentidos. No livro de Vere Gordon Childe *“A evolução cultural do homem”* fica evidente como a produção está ligada ao desenvolvimento do conhecimento, desde a construção de um machado de pedra até o domínio da natureza com a construção de barcos a vela, assim como o alargamento do conhecimento científico com o início da escrita e da matemática. O desenvolvimento do homem se deu pelo trabalho que ele tem de transformar a natureza para servir a si e ao seu coletivo social.

Para compreender o papel do trabalho em si na formação do homem Engels em *“Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”* frisa que o trabalho:

---

<sup>5</sup> CASSIN, Marcos. **Trabalho e formação humana**. 2013. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada8/txt\\_compl/Marcos%20Cassin.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Marcos%20Cassin.doc). Acesso em: maio de 2013.

É fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, como efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 2004, p. 11).

Lukács (2012) reforça que é um mérito de Engels ter colocado o trabalho como centro da humanização, e que a passagem de macaco em homem se deu por meio de um salto, onde se superou qualitativamente a condição anterior, e esse salto se encontra visivelmente no corpo humano, por exemplo, no caso da mão do homem em relação à do macaco, mesmo que as articulações e músculos tenham a mesma disposição nos membros desses dois seres, a mão do homem mais selvagem realiza várias operações que nenhum macaco pode realizar. Esse desenvolvimento se dá por meio do trabalho, e conseqüentemente essa realidade que se apresentava permitiu ao homem,

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. (ENGELS, 2004, p. 17)

A discussão de Engels tem como finalidade evidenciar como o homem se constitui enquanto ser, inclusive na sua corporeidade, por meio de sua ação no mundo pelo trabalho. Essas definições expostas aqui, primeiramente por Engels, mas com mais destaque por Marx demonstra como o trabalho tem um caráter ontológico, ou seja, inerente à formação do ser enquanto ser social. Nesse sentido como ressalta Semeghini apoiando-se em Lukács:

[...] o trabalho em seu caráter fundante do ser social, como atividade permanente e imanente da própria existência humana e elemento impulsionador para a dinâmica da vida em sociedade. Incidindo de forma decisiva no processo de ruptura do homem com seu meio natural, constitui-se num elemento capaz de explicar o homem em seu caráter de complexidade. (SEMEGHINI, 2009, p. 75).

Essa discussão que é da centralidade da categoria que promove a humanização do homem tem assim uma justificativa para se localizar nos estudos de Marx e nessa dissertação. A justificativa é apontada por Lukács (2012) da seguinte forma:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da sociabilidade como forma de ser, poder-se ia legitimamente perguntar por que, ao se tratar deste complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo para o salto da gênese. A resposta em termos ontológicos é mais simples do que possa aparecer (sic) à primeira vista: todas as categorias desta forma de ser têm, essencialmente, já um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído [...] somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria- prima, objeto do trabalho, etc.) [...] mas antes de mais nada, assinala a passagem, no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2012, p. 38)

A ação de passagem do biológico ao social se dá na relação homem/natureza, que Marx expõe nos seus estudos. Entre eles, em *O Capital*, onde argumenta sobre “O processo de trabalho e processo de valorização<sup>6</sup>”, e que antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, em que o primeiro por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O homem,

Põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2004, p. 30)

Essa característica humana exposta por Marx, demonstra como o trabalho tem sobre o homem uma função educativa, permitindo que este se transforme enquanto Ser - que raciocina, pensa, relaciona e aplica o trabalho na natureza e ao mesmo tempo a transforma. Esses elementos permitem diferenciar o homem de qualquer animal, como na clássica comparação entre o homem e a abelha. Nesse ponto, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha na construção de favos de uma colméia, é que o homem pensa na construção do favo e a abelha o faz de forma instintiva e por ali cessa suas atividades. O homem relaciona, organiza e planeja por meio de seu pensamento a construção do favo. Essa análise que diferencia os homens e os animais traz como conclusão, que o trabalho na sua forma mais avançada é essencialmente humano. Esse fim que é dado ao trabalho, de ser um meio de transformação do homem em ser social e também da natureza permite entender a construção do pensamento e das formas de ver o mundo. Nesse

---

<sup>6</sup> ANTUNES, Ricardo. **O Capital- Crítica do Economia**. Política. vol. 1, livro primeiro, p. 149- 163. Editora Abril, 1983.

sentido, compreender meio e fim é essencial, pois eles são chaves para a formação humana. O processo de trabalho é um meio, ao passo que a humanização é um fim, permitindo que se desenvolva um processo educativo para que o homem viva em sociedade.

Para clarear essa relação entre o fim dado ao trabalho, que é a formação do homem retornemos ao exemplo da abelha e do arquiteto. Como afirmado anteriormente o pensamento humano é construído historicamente e existe uma linha de raciocínio que o fez pensar de tal forma. Assim o arquiteto de hoje pensa a construção de um prédio de forma diferenciada de um construtor de casas em séculos passados. Isto ocorre devido ao próprio processo de produção material de cada período, ou seja, o trabalho e o conhecimento produzidos por estes sujeitos, cada um no seu tempo, relaciona-se com a realidade material em que estes se encontram. O trabalho assume um caráter histórico e conseqüentemente, mutante, ensinando o homem a se adaptar e a dominar o meio em que vive e esse movimento interfere diretamente na construção das ideias. O pensamento, assim, é material e resulta da prática vivida pelo homem e somente ele tem essa capacidade de, por meio do trabalho, desenvolver funções superiores do pensamento. Esse papel histórico e formativo do trabalho é lembrado por Cassin:

[...] ao pensarmos na formação humana, ou condição humana, ou ainda essência humana, esta deve - se ao trabalho. E o trabalho que nas suas diferentes formas permanece na história do desenvolvimento humano e a partir dele que as sociedades surgem e desaparecem em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas se o estabelecimento de novas relações de produção. Nestas diferentes composições das forças produtivas e das relações de produção é que se constitui o que Marx e Engels vão chamar de Infraestrutura ou base econômica da sociedade e esta determina, em última instância, a superestrutura. (CASSIN, 2009).

Esse ponto apresentado pelo autor é de grande importância nessa pesquisa, pois o entendimento que se tem é que não podemos falar de formação humana de forma universal, mas sim, como característica histórica determinada pelas condições materiais da vida como complementa o mesmo autor ao longo de seu texto.

O papel histórico do trabalho na formação da essência humana traz em si outra característica que é a de socialização dos indivíduos, ou seja, o trabalho traz consigo um elemento aglutinador dos homens. Esse apontamento é feito também por Cassin da seguinte forma:

O que estamos afirmando é que a formação ou educação humana é um processo de socialização do indivíduo e é a partir dela que ele se torna membro da sociedade, incorporando as formas de viver e de pensar do grupo social a que passa fazer parte. (CASSIN, 2009)

Essa caracterização do momento de formação social do homem é percebida de forma clara na obra de Marx em *A Ideologia Alemã*, quando este demonstra que os homens são sujeitos históricos e conseqüentemente fazem história. Porém, para que isso ocorra, existe a necessidade de que, eles tenham condições de viver, para fazê-la. Ao realizar um debate sobre o modo de pensar de Feuerbach e dos novos hegelianos, Marx traça alguns pontos para tratar desse salto na formação do ser humano. Ele explana que o primeiro ato histórico do homem é a produção dos meios para a satisfação das necessidades (alimentação, abrigo, resistência às adversidades da natureza), ou seja, da produção da vida material e após a satisfação dessas surgem novas necessidades. Posteriormente, outro ponto que intervêm na formação histórica do homem é que este começa a criar outros homens, a procriar, e nesse momento que inicia a:

Relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. Essa família, que no início constitui uma única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, [...] A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já com uma relação dupla- de um lado como relação natural, de outro como relação social-, social no sentido de que por ela se entender a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou determinada fase social – modo de cooperação que é ele próprio, uma força produtiva. (MARX; ENGELS, 2011, p. 34)

Nesse processo que o homem passa de suas necessidades individuais para as coletivas, os modos de produção também desenvolvem e todo esse mecanismo permite que se constituam na história variadas formas de organização social, entre elas a formação do Estado, que não trataremos aqui nesse ponto.

Com relação à produção material, que Marx e Engels tão majestosamente apresentam em *A Ideologia Alemã*, essa se refere ao processo histórico ontológico do trabalho, e proporciona um olhar acerca da positividade expressa neste, pois:

Pelo trabalho, o homem põe em movimento todo o seu ser – cérebro/corpo – de forma conjunta na transformação da natureza. De forma que a natureza, depois de trabalhada, torna-se objeto útil à vida humana. Com o trabalho, o homem coloca a natureza à sua disposição, o que mostra o domínio do homem sobre as leis da natureza. (ZANELLA, 2003, p. 41).

Assim, pode-se compreender que o trabalho é em si positivo, e não é uma ação isolada, mas todo um conjunto de atividades que estão localizadas em um tempo histórico e resultam de um processo histórico. E nesse processo onde se tem o suceder de gerações distintas, cada uma delas explora os materiais, as forças de produção a ela transmitidas por gerações anteriores, reforçando ainda mais o caráter social do trabalho. Por esse motivo, trata-se de um processo de trabalho, em que o homem:

[...] submete sua vontade e intencionalidade na materialização de um determinado objeto. O pensar e o fazer fundem-se no processo do trabalho e formam uma relação recíproca de interferências e modificações. No objeto produzido está presente o trabalho enquanto intencionalidade, projeto. (ZANELLA, 2003, p.43)

Assim sendo, tudo que é produzido por meio da intencionalidade do homem é humanizado, e tem em si um caráter pedagógico, ou seja, o trabalho objetivado é resultado de um trabalho planejado. Ao tratar do processo de trabalho Marx novamente coloca um significado que determina finalidades do trabalho, como podemos perceber na seguinte citação:

O processo de trabalho, como o que apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidade humana, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2004, p. 38)

Pode-se assim entender:

O trabalho como ação humana, objetiva no sentido da intencionalidade e da finalidade e subjetiva no que tange sua interação com a natureza para transformá-la; descobre, conhece, questiona e constrói saberes inerente a formação humana. (SILVA, 2011, p. 220).



Essa afirmativa que se expressa na formação histórica do homem, assumindo assim que o trabalho possui um caráter que é ontológico e histórico. Demonstra que ele possui em si um caráter material ligado à vida prática do homem e permitindo que ao longo de sua formação o ser humano construísse suas ideias por meio de suas relações de trabalho com a natureza.

## **2. 2 O trabalho inserido na formação social do homem**

Como apresentado anteriormente o homem tem características peculiares no seu desenvolvimento que permite que mesmo ele não tendo um corpo adaptado como de alguns animais para qualquer adversidade ao meio natural, este possua um domínio da natureza que lhe é dado pela ação direta do trabalho, esta é uma vantagem, pois a mudança do ambiente externo ao homem permite a ele fazer novas adaptações e a criação de instrumentos ao seu favor. Essa característica permite que ao longo da história o homem dê um salto para uma vida social. E para fazer essa análise da passagem do indivíduo natural para o social é necessário remontar aos estudos do período das comunidades primitivas. Ao realizar esse retorno é possível entender o papel que o trabalho tem na constituição do homem, além de compreender como este consegue se adaptar ao mundo de forma peculiar como cita Chile (1971):

Na história evolucionária, comparativamente curta, documentada pelos restos fósseis o homem não aperfeiçoou o seu equipamento hereditário através de modificações corporais perceptíveis em seu esqueleto. Não obstante, pôde ajustar-se a um número maior de ambientes do que qualquer outra criatura multiplicar-se infinitamente mais depressa do que qualquer parente próximo entre os mamíferos superiores, e derrotar o urso polar, a lebre, o gavião e o tigre, em seus recursos especiais. Pelo controle do fogo e pela habilidade de fazer roupas e casas, o homem pode viver, e vive e viceja, desde o Círculo Ártico até o Equador. Nos trens e carros que constrói, pode superar a mais rápida lebre ou avestruz. Nos aviões, pode subir mais alto do que a águia, e, com os telescópios, ver mais longe do que o gavião. Com armas de fogo pode derrubar animais que nem o tigre ousa atacar. Mas fogo, roupas, casas, trens, automóveis, aviões, telescópios e revólveres não são, devemos repetir parte do corpo do homem. Pode colocá-lo de lado à sua vontade. Eles não são herdados no sentido biológico, mas o conhecimento necessário para sua produção e uso é parte do nosso legado social, resultado de uma tradição acumulada por muitas gerações, e transmitida, não pelo sangue, mas através da fala e escrita. A compensação que o homem tem pelos seus dotes corporais relativamente pobres é o cérebro grande e complexo, centro de um extenso e delicado sistema nervoso. [...] que lhe permite desenvolver sua própria cultura. (CHILDE, 1971, p. 40)

Essa análise apresentada por Childe demonstra que:

Apenas a espécie humana conseguiu evoluir e desenvolver cultura e linguagem através do trabalho, que deixou de ser meramente atividade instrumental, tornando-se meio de socialização e de desenvolvimento das forças produtivas sociais. (ALVES, 2005, p.111).

Pelo trabalho humano é possível compreender os tipos de relações desenvolvidas e de economia social, assim como suas implicações para o desenvolvimento de um determinado tipo de sociedade, seja ela no período neolítico ou nos posteriores. O homem produz conhecimento por meio de sua ação na natureza, e isso pode ser verificado pelos fósseis encontrados em várias regiões do mundo que demonstram como o homem se organizava e quais os tipos de produção que se tinha em cada período (pedra, cerâmica, bronze, etc.). O entendimento do homem enquanto ser social que tem uma relação com o trabalho diferencia-se ao longo da história. Por esse motivo é necessário entender a relação do trabalho com o modo de produção e suas implicações na formação do homem, fato que:

Para Marx, o trabalho é uma dimensão ineliminável da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, pois, por meio dele, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como o permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade. (LUCKÁCS, 1981, p.12). É também pelo trabalho que a subjetividade se constitui e desenvolve-se constantemente, num processo de autocriação de si. (OLIVEIRA, 2010, p. 75.)

Como aponta Marx (2008): *“Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida.”* (p. 238). E esse ponto de partida tem como elemento constitutivo o materialismo histórico, pois por meio do desenvolvimento das forças produtivas e da produção social que as relações dos homens se modificam na economia e na política o que interfere nos outros tipos de relações sociais. Tem-se assim, em conjunto com a realidade em que os seres humanos se relacionam um produto que é social e histórico, como isso tem-se que:

O homem no sentido mais literal é um zoon politikon (animal político- grego-N.E), não somente um animal sociável, mas também um animal que não pode se isolar senão dentro da sociedade. A produção de indivíduos isolados, fora da sociedade- [...] é algo tão insensato como o desenvolvimento da linguagem na ausência dos indivíduos que vivem e falam juntos (MARX, 2008, p. 239)

E complementa-se a essa citação outro ponto apresentado por Childe, quando este apresenta o período em que o homem começa a dominar a natureza, o fogo e assim dominar outros elementos, tal como o bronze. E acrescido a esses os conhecimentos relacionados aos movimentos da lua, calendário dos céus, saberes da botânica e zoologia que não eram suficientes individualmente, pois como lembra o autor:

Podemos deduzir, igualmente bem, que os homens aprenderam a cooperar e agir em conjunto, para conseguir seu sustento. Uma criatura tão fraca e tão pobremente dotada quanto o homem não podia caçar com êxito, isoladamente, os enormes e ferozes animais que desde cedo constituíram um item importante na sua dieta. Alguma forma de organização social. Além da família simples (no moderno sentido europeu da palavra), tem de ser postulada, mas sua constituição precisa é desconhecida. (CHILDE, 1971, p. 64)

A forma com que o homem desenvolveu a cooperação permitiu que ele desenvolvesse o seu pensamento e a linguagem, fato que levou milhares de anos para efetivar plenamente. Como vimos o trabalho humano começa com a fabricação de instrumentos, inicialmente rudimentares, feitos de ossos e pedras e mais tarde de metais e com o passar do tempo tem-se novos e superiores estágios de produção que culminam em um processo produtivo tão veloz e eficiente como jamais visto. Mas mesmo com o desenvolvimento produtivo no que se refere às relações sociais na produção, o ser humano sempre dependeu da companhia e da ajuda dos seus semelhantes para poder sobreviver. No início de sua existência o que era necessário para se viver, conforme estudos da Arqueologia eram conseguidos principalmente por meio da coleta de frutos, raízes e da caça e pesca de animais, que era realizada e partilhada por todos. O sucesso dos que realizavam a caça dependia da inteligência e destreza manual, bem como da capacidade de trabalhar em conjunto e confiar uns nos outros.

Durante milhares de anos, os homens viveram como nômades, circulando pelos lugares em busca de alimento. Com o desenvolvimento da agricultura alguns grupos puderam se fixar numa região e por lá permanecer, tendo condições de produzir mais alimentos e desenvolver as forças produtivas permitindo que se tenha na história a superação de estágios de produção e a constituição de uma organização social que mais tarde será determinada pela família, a propriedade privada e a organização do Estado. As interações entre os homens nesse processo

da organização social:

[...] constituem relações sociais de produção. Como tal, delimitam e são delimitadas pelo tipo de relação existente entre os produtores e não-produtores no interior do modo de produção. (SILVA, 2005, p. 26)

Os pressupostos apresentados se enquadram com o que Lombardi (2010) demonstra ao se referir à categoria modo de produção como princípio da união entre ensino e trabalho e no que se refere a Marx e Engels segundo este autor:

O pressuposto primeiro de que partem, é que o homem, como um ser real precisa produzir sua própria existência, bem como garantir a produção material dos bens que tornem possível sua vida no meio natural em que vive. O modo de produção, portanto, foi tomado como uma categoria central para a explicação da própria existência dos homens, bem como de todas as relações que estabelecem, com a natureza e com outros homens, de suas diferentes formas de organização, de seus pensamentos e teorizações as mais diversas, como já explicitado. (LOMBARDI, 2010, p. 225)

E ao se falar de modo de produção, deve-se ter claro que este tem relação direta com a produção do modo de vida humano. Isto porque em cada época histórica o homem se constitui conforme o tipo de produção que ele está inserido, e como lembra Oliveira (2010: 76) “*os homens são aquilo que eles fazem de si mesmos pelo trabalho.*” Essa definição se relaciona com o que Ivo Tonet apresenta sobre o processo de formação humana, em que ele explica que:

Assim, pode-se dizer partindo dos fundamentos onto-metodológicos elaborados por Marx, que o processo de o indivíduo- material e espiritual- acumulado pela humanidade em cada momento histórico. É através dessa apropriação que este indivíduo singular vai se constituindo como membro do gênero humano. Por isso mesmo, todo obstáculo a essa apropriação é um impedimento para o pleno desenvolvimento do indivíduo como ser integralmente humano. Se olharmos as coisas de um ponto de vista histórico, veremos que, nas sociedades primitivas, portanto, antes da existência das classes sociais, a formação dos indivíduos era um processo do qual participam toda a comunidade, Todos podiam e, para sua sobrevivência até deviam, ter acesso ao patrimônio material e espiritual da comunidade. Todavia, dado o precário desenvolvimento material e espiritual da humanidade nesse período, também o patrimônio era muito limitado e, portanto, limitado era o desenvolvimento dos indivíduos. (TONET, 2008, S/P)

Essa análise do desenvolvimento da produção relacionado com a

produção do conhecimento humano é apresentado ao longo da obra de Childe, mas também Cassin faz uma análise do processo formativo dos homens primitivos, relacionado com as forças produtivas e o modo de produção. Essas têm relação universal com o modo que os homens se educam que nos ajudam a compreender qual a leitura que devemos fazer da relação entre formação humana e meios de produção. O autor parte de uma análise das sociedades primitivas e diz que:

A formação humana do homem primitivo deve ser analisada a partir das condições naturais e sociais que cercam esse homem e do desenvolvimento das forças produtivas, da organização e divisão do trabalho e das relações de propriedade dos meios de produção. O que estamos afirmando é que a formação ou educação humana é um processo de socialização do indivíduo e é a partir dela que ele se torna membro da sociedade, incorporando as formas de viver e de pensar do grupo social a que passa fazer parte. (CASSIN, 2009, S/P)

Com isso, podemos entender que com o desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações de produção em cada fase histórica se constitui uma forma de se relacionar e de produzir e se insere em cada momento desse um processo peculiar, que se liga à produção. A passagem de uma fase a outra da história traz consigo novas relações e conseqüentemente novos conhecimentos. Mas é imprescindível entender que todo esse mecanismo que é de inserção social do homem, que permite que ele se eduque por meio de processos de trabalho e do próprio trabalho se aloca no que Marx afirma na *Crítica a Economia Política*:

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um dado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que lhes determina o ser; ao contrário, seu ser social determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Um princípio explicitado de que o trabalho determina a condição humana se apresenta na organização deste na sociedade. No capitalismo, por exemplo, existe uma fragmentação que interfere na formação do homem. Em toda sociedade de classes essa formação não se concretiza de forma plena, e conseqüentemente

serve com mais intensidade aos interesses de uma das classes, no caso, a que domina. Essa característica se dá não somente no período recente do capitalismo, mas nas fases anteriores quando não existia uma plenitude da formação humana (primitivo, escravista, feudal). O homem em cada período aprende a produzir a sua existência na sua vida prática. E ao fazê-la ele produz conhecimentos.

Ademais, é importante entender que a produção em qualquer momento histórico que se encontre não é possível sem um instrumento de produção, nem sem trabalho passado e acumulado das gerações anteriores como expõe Marx no *Grundrisse*, ou seja, existem elementos universais no trabalho e na produção nos variados momentos históricos. Ao pensar nesse fato e nas relações que são estabelecidas no processo produtivo é fundamental compreender que toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior desta e mediada por uma determinada forma de sociedade. O trabalho assim terá um papel de ser um salto qualitativo na formação e atuação do homem.

Como ressalta Marx no Manifesto Comunista e em outros escritos, a sociedade após o período primitivo, independente da fase que se encontra, mas principalmente após o surgimento do modo de produção capitalista, fortalece a propriedade privada dos meios de produção e amplia a divisão da sociedade em duas classes, a dos oprimidos e dos opressores. Esse mecanismo social permite que o processo educativo do trabalho assuma outro viés diferenciado do que foi apresentado, que é o negativo. Esse aspecto negativo promove no homem um suceder de atos que trazem a ele o que Marx denomina de estranhamento, que iremos abordar mais adiante. O trabalho continua com sua positividade, porém o processo educativo passa a ser diferenciado para cada uma das classes. Assim, educação como escreve Cassin:

[...] deixa de ter um caráter comum para ir se constituindo em uma educação com conteúdo de classe. A transformação de uma formação humana que atendesse aos interesses comuns da sociedade para uma formação humana que atendesse as necessidades e interesses das classes dominantes. Consequentemente, as desigualdades econômicas, políticas e sociais em que se encontravam as diferentes classes sociais vão exigindo uma educação desigual que atenda aos interesses das classes dominantes. (CASSIN, 2009, S/P)

Finalizando, é importante ressaltar que o trabalho como definimos tem uma função social, e essa tem também um papel educativo para o homem, permitindo

que ele construa, destrua, crie novas possibilidades de estar no mundo.

## **2. 3 O trabalho no capitalismo e os impactos para o processo de formação**

Ao analisar o trabalho no interior do capitalismo, devemos remontar a fase pré- capitalista. Como aponta Alves (2005):

Procuraremos destacar as formas de ser do trabalho pré-capitalista. Na verdade, antes do modo de produção capitalista, só podemos falar de formas societais do trabalho (no plural), pois múltiplas eram as atividades prático-instrumentais de luta pela existência do homem. E não apenas isso: elas não estavam integradas, como hoje, a um metabolismo sistêmico de produção e reprodução social. Pode-se, deste modo, falar, no caso das sociedades pré-capitalistas, de mundos do trabalho (no plural). É apenas com o capitalismo que tenderá a se constituir o mundo do trabalho propriamente dito (no singular), isto é, a forma social do trabalho sob a vigência do trabalho abstrato. Da multiplicidade de formas societais do trabalho estranhado, em maior ou menor proporção, que tendia a caracterizar a Antiguidade (do trabalho escravo ao trabalho artesanal, em suas múltiplas espécies), surge a unicidade das atividades de luta pela existência, a forma social do trabalho abstrato, a qual tenderia envolver todas as demais atividades prático-instrumentais num processo sistêmico de acumulação de valor. (ALVES, 2005, p. 114- 115)

Ao retornar o pensamento e análise do trabalho no tempo perceberemos que as formas de se relacionar com o trabalho vão se modificando:

É com a civilização propriamente dita, que o trabalho será atribuído a uma classe social determinada, que obedece a ordens de potentados superiores. É nesse sentido que surge uma socialidade estranhada propriamente dita. Mas é um estranhamento ligado a metabolismo social primitivo, vinculado às determinações de poder político e de domínio de recursos naturais por conta da escassez e da apropriação de meios de trabalho e de poder por parte de grupos humanos particulares através da força bruta (ALVES, 2005, p. 116).

As características apresentadas demonstram que a relação com o trabalho e as formas que este se estabelecia no período pré-capitalistas em nenhum momento trouxe um processo em que o ser humano dominado era mercadoria. Se analisarmos na Antiguidade existia uma relação social diferenciada com o trabalho e principalmente pelo fato de ter o trabalho escravo, uma função social diferenciada. O escravo não vendia sua força de trabalho em troca de um salário para manter a sua sobrevivência.

No período posterior, com o advento do feudalismo, tem-se a necessidade de

uma relação diferenciada das classes. O trabalho escravo deixa de existir e no seu lugar surge o servo que possuía uma relação com a terra. Essa nova figura social que surge não é propriedade do Senhor tem como meio de sobrevivência o cuidado da propriedade do Senhor. Em meio ao desenvolvimento social deste período tem-se o trabalho artesanal, permitindo que este estivesse sobre controle dos mestres - artesãos e de seus oficiais. Assim:

O trabalhador artesão dominava o processo de trabalho e seus elementos (o meio de trabalho e o seu objeto, além, é claro, de serem possuidores de habilidades técnicas pessoais adquiridas). Enfim, o artesão pré-capitalista era a representação plena do homem autônomo, capaz de transformar a Natureza por meio do desenvolvimento das técnicas e de sua ciência particular, tendo o domínio de seu ofício. É contra tal forma de ser de trabalho que o capital irá lutar nos primeiros séculos de sua existência, buscando expropriar o homem trabalhador de seus objetos, de seus instrumentos e por fim, de suas habilidades. (ALVES, 2005, p. 9)

No capitalismo, ocorre um processo de transformação, em que o centro desta separação mais profunda do produtor de seus meios de produção. Esse processo promove a acumulação de riqueza nas mãos do capitalista. Surge assim, uma relação social entre o capitalista (detém as forças produtivas) e o trabalhador (que vende sua força de trabalho). Essa relação de mercadoria se instala no capitalismo trazendo consigo um processo de exploração do homem pelo homem como jamais visto na história da humanidade, e coloca em lados opostos duas classes - a burguesia e o proletariado. Essa divisão da classe como apresenta Marx em seus escritos, é que vai estabelecer uma relação com o trabalho diferenciada do que existia até então, tanto no processo produtivo como nas relações econômicas que se montam no interior do capitalismo. Pode-se verificar esse ponto na seguinte passagem do Manifesto Comunista:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, o que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX; ENGELS, 1980, p. 26)

Toda essa dinâmica, trouxe para a sociedade um modo de produzir que visa



unicamente a acumulação da riqueza nas mãos dos que detêm os meios de produção. No capitalismo o trabalho é traçado com novos contornos e como resultado ele produz algo além da necessidade humana imediata e tem uma finalidade de ser produto de troca para os que trabalham, permitindo que assim ocorra a sobrevivência destes. Assim, ao analisarmos o trabalho enquanto categoria histórica, que no atual momento se encontra entrelaçada nos liames capitalistas deve-se apresentar o modo que este se coloca no período histórico do império do dinheiro.

Pelas leituras realizadas o que se percebe ao analisar o papel do trabalho nos processos educativos da sociedade, englobando nesse ponto processos escolares, familiares, culturais e toda a natureza que se tenha de formação humana, é que este possui um duplo caráter, o positivo e o negativo. Esse delineamento é apresentado por Oliveira (2010) da seguinte forma:

A dupla determinação do trabalho é exposta por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844. Neste escrito, Marx apresenta o trabalho, por um lado, como autogênese humana, mediante relação recíproca com a natureza, que faz do homem não apenas um ser natural, objetivo, mas um ser natural humano, um ser para si próprio, um ser universal, genérico. Desse modo, afirma-se que o trabalho distingue o homem do animal. [...] Por outro lado, Marx também apresenta o trabalho como elemento de subordinação ao capital, como trabalho estranhado, de sacrifício e mortificação do homem, cuja expressão máxima se revela na perda dos objetos trabalhos e no próprio ato da produção, no qual o homem se sente fora de si, subtraído. (OLIVEIRA, 2010, p.74)

Ao longo do texto foram tratadas principalmente as características do trabalho no seu viés positivo, e este permite entender a passagem do natural ao social. Essa percepção está contida em todo o momento de existência humana, inclusive no capitalismo. Porém, o capitalismo tem em sua organização um fato que interfere na relação homem - trabalho - natureza, que é a produção de mercadoria (artefatos, produção) por outra mercadoria (homem), que irá potencialmente permitir a riqueza do capitalista. Como Marx coloca nos *Manuscritos econômico - filosóficos*:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção humana aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadoria; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria

em geral. (MARX, 2010, p. 80)

Essa passagem da valorização do *Sachenwelt* (mundo das coisas) em relação ao *Menschenwelt* (mundo dos homens) traz para uma ligação diferenciada com o trabalho, pois como comenta Oliveira (2010):

No modo de produção burguês (e em toda forma de sociedade baseada na existência da propriedade privada), o trabalho perde a sua condição fundamental de ser atividade vital humana e torna-se uma atividade *estranhada* (*entfremdete*), que conduz o homem à perda de sua essência ao objetivar-se nos produtos do trabalho. Assim, o trabalho aparece em sua forma *negativa*, qual seja, como momento constitutivo do capitalismo, no qual o homem trabalha não para se realizar, para efetivar-se como ser livre e criativo, mas para satisfazer os interesses do capital e as suas necessidades imediatas (comer, beber, agasalhar-se etc.). (OLIVEIRA, 2010, p. 78)

Essa definição apresentada por Oliveira se ressalta nos Manuscritos econômico-filosóficos quando Marx (2010) escreve que:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas essas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. (MARX, 2010, p. 81)

O processo de estranhamento assim origina no homem uma situação em que ele estranha o produto do trabalho, a própria atividade, no ser genérico do homem e na relação com os outros seres humanos. Com isso,

[...] a respeito do trabalho estranhado é que os produtos da atividade humana adquirem autonomia ante seu produtor, isto é, o objeto que o trabalhador produz surge diante dele como um ser estranho, hostil, como um poder independente. Ao admitir-se a ótica da economia política, no que tange à questão da produção e todas as suas variantes, perceber-se-á que a efetivação ou objetivação humana desemboca numa desrealização do trabalhador, ou seja, numa perda dos objetos, do mundo material e, portanto, numa servidão total ao mundo das coisas. Em suma, o homem cai numa existência estranhada. (OLIVEIRA, 2010, p. 79)

Essas palavras são complementadas da seguinte forma:

[...] estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem. (RANIERI, 2006, p. 1)

Esses fatos ocorrem por que:

[...] o trabalho torna-se uma atividade de mortificação, de auto sacrifício do homem. Desse modo, a atividade vital deixa de figurar como realização do ser humano e surge como o trabalho de um outro, para um outro, causando a perda de si do trabalhador, o seu auto estranhamento.” (OLIVEIRA, 2010, p. 80).

Esse processo se dá no interior do capitalismo, onde a relação com a natureza se modifica profundamente, pois,

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o mundo exterior *sensível (sinnlich)*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os *meios de vida*, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo (MARX, 2010, p. 81).

Mas essa relação à medida que o homem deixa de ser um *ser genérico* – em que a natureza é sua obra, e efetividade, ou seja, o homem faz parte da natureza e tem domínio desta. Logo, o homem estranha seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana. A consequência desse fato negativo do processo de trabalho para o homem em certo ponto na formação humana é que ao se estranhar no trabalho e no produto dele e até mesmo como produtor, ele passa a ter uma formação comprometida. Assim, o estranhamento do trabalho sob o capitalismo no processo de humanização apoiando-se em Ranieri:

[...] depende do alcance histórico do desenvolvimento efetivo da atividade e só pode ser compreendido a partir da consideração da maneira através da qual o trabalho permeia a história segundo suas formas de apropriação, expropriação e desenvolvimento das forças produtivas, até atingir a sua forma máxima de substancialidade genérica sob o domínio do capital. Aqui, a contraposição entre trabalho e sua apropriação alcança o grau máximo, aquele em que a constituição material do trabalho transforma-se em seu oposto. Momento no qual o trabalho, para poder sê-lo, é a apropriação de si mesmo pela forma do trabalho acumulado, o capital. Em outras palavras, a forma última (mais complexa) do estranhamento aparece como sendo a posição do trabalho no interior da relação entre trabalho assalariado e capital. (RANIERI, 2006, p.2)

Esses pontos expostos por Ranieri se dão porque o estranhamento é um fato que ocorre no interior do capitalismo, marcado pela divisão social dos homens em duas classes. Assim, o foco recai sobre a relação do trabalho social com a forma de sua apropriação e, conseqüentemente, com o seu produto, portanto, a relação social deixa de focar o Ser e coloca como centro o Ter. A relação entre ambas às classes que compõem o capitalismo é demarcada pela desigualdade social e econômica, pois o trabalhador exercita sua atividade sobre controle do capitalista, e o produto dessa ação não é de quem produz, mas sim do que detém a posse dos meios de produção. Existe entre as duas classes uma coisificação do homem, ao passo que a mercadoria, ou produto do trabalho se humaniza e cria vida própria, promovendo assim uma inversão da lógica social. Nesse sentido, em nenhuma outra fase da produção social ao longo da história o homem manteve-se tão distanciado do seu produto de trabalho e do próprio trabalho enquanto elemento de formação humana. A decorrência de todo esse processo de estranhamento e coisificação do homem é que estes fazem:

Eclodir [...] aquelas conseqüências que afetam diretamente o conjunto do ser social, conseqüências que vão desde o embrutecimento resultante do caráter genérico da crise, até o desemprego estrutural, resultado “necessário” do caráter não difundido da otimização tecnológica concentrada” (RANIERI, 2006, p.3).

Nesse sentido, ao trazer aqui o processo educativo do trabalho no interior capitalismo, deve-se pensar que a classe dominante, domina não só a produção material, mas também a produção intelectual, visto que é proprietária dos meios de produção material e intelectual e esse fato determina os caminhos da formação dos trabalhadores que iremos abordar a seguir.

## **2.4 Os caminhos da formação: trabalho e educação**

A partir de pressupostos desenvolvidos por Marx e Engels e outros autores do campo marxista, entende-se que o homem se educa, se faz homem na produção e nas relações de produção que são estabelecidas no interior da sociedade, seja ela capitalista ou não. Nesse processo em que o homem age no mundo por meio do trabalho, existe um processo pedagógico em que o homem estabelece relações

econômicas, políticas, sociais por meio do desenvolvimento histórico. O foco aqui é fazer uma análise desse processo educativo no modo de produção capitalista, onde as formas características de divisão, organização e gestão do trabalho surgem em função do capital e são determinados pelas relações de produção. Entendendo esse processo, a análise do papel que o capitalismo tem na formação do trabalhador no âmbito escolar e não escolar fica mais claro. Partindo disso, será analisado o processo de produção do conhecimento, em seguida apontado os projetos de formação dos trabalhadores no interior do capitalismo, que são dois, um que o trabalho é o centro da formação e tem o trabalho como princípio educativo e a outra em que o ensino e as práticas educativas formativas do trabalhador seguem uma lógica de serviço ao mercado onde se valoriza o desenvolvimento de capacidades e competências básicas necessárias ao trabalhador para promover a produção crescente de mercadorias qualificada e barata.

#### **2.4.1 O processo de construção do conhecimento e a relação deste com o trabalho**

Ao falar de conhecimento, deve-se pensar quando e como o homem começa a conhecer o mundo. E a resposta a essa reflexão filosófica nos remonta à prática humana no mundo, que se dá pela ação do homem neste para promover a sua existência. Ou seja, o conhecimento se relaciona com a produção da existência. Dentro disso é necessário que antes de abordar o desenvolvimento da formação dos trabalhadores se faça uma exposição da concepção de conhecimento que nos apoiamos, pois por meio dela pode-se entender qual a finalidade de cada projeto educativo que se insere no interior da sociedade capitalista.

Silva (2005, p. 9) aponta que “*O processo de produção do conhecimento em Marx se baseia na concepção materialista e dialética da realidade – o materialismo histórico, que constitui o núcleo científico e social da teoria marxista.*” Partindo do exposto, pode-se compreender que o conhecimento é produzido segundo uma realidade concreta e histórica que permite ao homem evoluir em seus conhecimentos relacionados ao domínio da natureza ao longo da história. Para compreender o significado da história na formação do conhecimento, torna-se necessário trazer aqui o conceito apresentado por Marx e Engels em a Ideologia Alemã em que:

A história nada mais é do que o suceder de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converte-se a história posterior na finalidade da anterior (MARX; ENGELS, 2011, p.40)

Essa definição se completa com o que estes autores expõem sobre os pressupostos materialistas:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. (MARX; ENGELS, 2011, p. 86)

Esse olhar acerca da história e do desenvolvimento da sociedade traz em si uma concepção de mundo que tem influência na forma que se vê o pensamento e conseqüentemente produção do conhecimento. Essa concepção que é materialista contrapõe a concepção idealista do pensamento, na primeira, a realidade é que determina o pensamento ao passo que na segunda é o pensamento que determina a realidade. Um ponto inicial a se colocar é que na concepção materialista o primeiro ato do homem não é o fato de pensar, mas sim de começar a produzir seus meios de vida, e isso se deve ao fato de que são os meio de vida que determinam o pensamento e não o contrário. Esse processo é apresentado por Silva, quando a autora expõe sobre a questão do conhecimento e a relação com o materialismo histórico:

O materialismo histórico sustenta que o conhecimento efetivamente ocorre na e pela *práxis*, que expressa a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas do processo de conhecimento: a teoria e a prática. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante ou descomprometida, mas uma reflexão em função da ação para transformar. (SILVA, 2005, p. 34)

Ao materialismo se acrescenta a dialética, definida por Lênin (1986) da seguinte forma:

Doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em constante desenvolvimento” (LENIN, 1986, p. 92).

Além disso, ele coloca como o materialismo histórico em Marx estende-se do conhecimento da natureza até o conhecimento da sociedade humana. Essa análise é uma conquista formidável para o pensamento científico e coloca como, da natureza ao social, existe um elemento que permite o salto, que como já frisado ao longo do texto, é o trabalho. Nesse sentido devemos pensar a relação efetiva do trabalho com o conhecimento, pois como aponta Catapan e outros:

Na objetividade histórica o trabalho, como atividade vital do homem, é o princípio do conhecimento. O processo ativo da gênese e da diversificação do conhecimento situa-se historicamente, sendo determinado pelas formas de organizações produtivas e sociais. Este processo revela o esforço do homem em compreender a realidade e, a partir daí, interferir a nível do real historicamente em produção. (CATAPAN e outros, 1992, p. 70).

Além desses pontos assinalados, a relação do homem com a natureza e o modo de produção coloca condições de produzir conhecimento, este fato não ocorre no acaso, mas sim imerso ao contexto produtivo. Pode-se concluir que a vida e o conhecimento que se produz nela são determinados pela produção. O processo criativo que parte da necessidade à ação promove na vida humana a construção de conhecimentos. Essa característica da existência humana implica que na prática, o pensamento, as ideias, o conhecimento é reflexo da realidade. E como Lênin (1986) expõe:

Assim como o conhecimento do homem reflete a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em desenvolvimento, também o conhecimento social do homem (ou seja: as diversas opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) reflete o regime econômico da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base econômica. Assim vemos, por exemplo, como as diversas formas políticas do Estado europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado. (LENIN, 1984, p. 92 tomo 2).

Pelo que foi apresentado, tanto para Lênin, como para os demais autores, o processo de produção do conhecimento e suas fases na formação humana são determinadas pelo processo de produção. Para compreender de onde provém as ideias e pensamentos do homem nos apoiamos em Mao Tse Tung, quando esse disserta *Sobre a Prática*. Mao Tse Tung (1999) coloca que o conhecimento tem uma fonte que é a prática social, e que:

O conhecimento do homem depende essencialmente da sua atividade de produção material, durante a qual vai compreendendo progressivamente os

fenômenos da natureza, as suas propriedades, as suas leis, assim como as relações entre ele próprio, o homem e a natureza; ao mesmo tempo pela sua atividade de produção, ele aprende a conhecer em graus diversos, e também de maneira progressiva, certas relações que existem entre os próprios homens (MAO TSE TUNG, 1999, p. 12)

Essa definição expõe o fator determinante para produzir o conhecimento, ou seja, a prática social, pois nenhum conhecimento surge fora dela. Para Mao Tse Tung (1999) existem formas pelas quais a prática social se apresenta, e segundo suas palavras:

A prática social dos homens não se limita a atividade de produção. Ela apresenta ainda muitas outras formas: luta de classes, vida política, atividade desenvolvida no domínio da ciência e da arte; em resumo, o homem social participa em todos os domínios da vida prática da sociedade. (MAO TSE TUNG, 1999, p. 13).

Aqui se tem uma ampliação dos meios de formação do homem na vida social, embora o trabalho seja o principal elemento na atividade de produção, outras ações sociais estabelecem um processo educativo na vida humana. Esse fator faz com o homem na sua atividade cognitiva, apreenda em graus diversos as relações existentes entre os seus semelhantes, não somente na vida material, mas também na vida política e cultural. Na concepção maoísta, o conhecimento possui três fontes: produção material, luta de classes e experimentação científica, e existe um elo entre todos esses, e a raiz do processo de cada uma das fontes se analisarmos é o trabalho produtivo, o processo de trabalho e as relações de trabalho estabelecidas na sociedade.

Mao Tse Tung (1999) frisa que na teoria materialista- dialética do conhecimento a prática está em primeiro lugar, e que:

O conhecimento humano não pode estar, em nenhum grau, desligado da prática, e rejeitando todas as teorias erradas que negam a importância da prática e desligam o conhecimento da prática. Lênin dizia: “A prática é superior ao conhecimento teórico, pois ela tem não somente a dignidade do geral, mas também a do real imediato” (MAO TSE TUNG, 1999, p. 14).

Nessa concepção existe a busca de elementos que explicam como o conhecimento se desenvolve para assim compreender o significado de dizer que “o conhecimento humano nasce da prática”. Mao Tse Tung diz que existe um salto no processo de conhecimento, que é o momento que o homem sai do nível das percepções e parte para o nível de conceitos. No nível das percepções os



fenômenos são vistos pelo homem de forma isolada, é o grau das sensações das percepções, é um nível no qual os homens não elaboram conceitos profundos nem fazem análises lógicas dos fenômenos. Mas existe o momento que existe um salto na consciência humana que é o momento que surgem os conceitos, e nesse momento o homem começa fazer relações entre os diferentes fenômenos sociais.

Para compreender melhor como se forma os conceitos é necessário fazer uma análise do pensamento e a construção dos conceitos (conceitos cotidianos ou espontâneos e conceitos científicos). Nos estudos de Vigotsky o conceito não é simplesmente um conjunto de conexões associativas que se assimila com a ajuda da memória, nem um hábito mental automático, mas um autêntico e completo ato do pensamento. Conforme apresenta Schroeder (2007) apoiando-se em Vigotsky:

Os conceitos são generalizações cuja origem encontra-se na palavra que, internalizada, se transforma em signo mediador, uma vez que todas as funções mentais superiores são processos mediatizados e os signos são meios usados para dominá-los e dirigi-los. Ou seja, os conceitos são, na verdade, instrumentos culturais orientadores das ações dos sujeitos em suas interlocuções com o mundo e a palavra se constitui no signo para o processo de construção conceitual. Os conceitos encontram no objeto a sua materialização e sua essência revela-se nas relações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos num contexto histórico-cultural que lhe atribui significados (SCHROEDER, 2007, p. 300).

A teoria psicológica de Vigotsky defende que o desenvolvimento humano se dá na relação sujeito - natureza, mas com a emergência da consciência, um fenômeno que caracteriza o homem, que é social e cultural. O sujeito assim age na natureza transformando-se a si mesmo e aos outros. Esse processo tem interferência na construção do pensamento, ou seja, é a realidade vivenciada pelo homem que determina as ideias, pensamentos e resoluções que se tem acerca do mundo. Assim, ao entendermos que a construção do conceito tem relação com o desenvolvimento do pensamento, e sabendo que este se desenvolve historicamente com o avanço do homem, entende-se que o trabalho está presente em todo esse processo. Essa passagem que Vigotsky apresenta da formação dos conceitos parte também de uma análise materialista dialética do conhecimento, e que o homem se constitui na relação com o outro mediado pela cultura. O ser humano tem assim funções psicológicas superiores que fazem com que ele construa conceitos relacionados à vivência no mundo. E dentro da psicologia sócio histórica os conceitos como mostra Oliveira (1992):

São construções culturais, internalizadas pelos indivíduos ao longo de seu processo de desenvolvimento. Os atributos necessários e suficientes para definir um conceito são estabelecidos por características dos elementos encontrados no mundo real, selecionados como relevantes pelos diversos grupos culturais. É o grupo cultural onde o indivíduo se desenvolve que vai lhe fornecer, pois, o universo de significados que ordena o real em categorias (conceitos), nomeadas por palavras da língua desse grupo. (OLIVEIRA, 1992, p. 28)

Outro contraponto a ser colocado aqui é quando Mao Tse Tung fala do salto dos conhecimentos sensíveis aos conceitos, que em Vigotsky ao que indica é a passagem dos conceitos espontâneos aos conceitos científicos que embora tenha grande importância da experiência escolar traz em si uma experiência da construção do conhecimento a ser aplicada no geral, que Oliveira apresenta da seguinte forma:

Os conceitos desenvolvidos no decorrer da atividade prática da criança, de suas interações sociais imediatas. Vigotsky distingue esse tipo de conceito dos chamados “conceitos científicos”, que são aqueles adquiridos por meio do ensino, como parte de um sistema organizado de conhecimentos, particularmente relevantes nas sociedades letradas, onde as crianças são submetidas a processos deliberados de instrução escolar. (OLIVEIRA, 1992, p. 31)

Como apresentado o conhecimento se origina da prática produtiva e o processo do desenvolvimento do conhecimento se dá na ligação entre prática-teoria-prática, onde se tem inicialmente um conhecimento sensível da realidade e essa ao ser analisada eleva-se ao nível de conhecimento racional o que permite a criação de um sistema de conceitos e teorias, porém, esse é a metade do caminho, pois como explicita Mao Tse Tung (1999):

O movimento do conhecimento não termina aí. Se o movimento materialista dialético do conhecimento se detivesse no conhecimento racional, só metade do problema ficaria esgotado; o que é mais, do ponto de vista da filosofia marxista, essa não seria a metade mais importante. A filosofia marxista sustenta que a questão mais importante não é compreender as leis do mundo objetivo e poder, por isso, explicá-lo, mas sim utilizar o conhecimento dessas leis para transformar ativamente o mundo. Do ponto de vista marxista, a teoria é importante, e a sua importância exprime-se plenamente na seguinte frase de Lênin: “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Contudo, o marxismo atribui uma grande importância à teoria, justa e unicamente porque ela pode guiar a atividade prática. (MAO TSE TUNG, 1999, p. 24).

É necessário compreender como afirma Mao Tse Tung (1999) que:

O homem, enquanto membro da sociedade que participa na prática da modificação de um processo objetivo determinado num determinado estágio de seu desenvolvimento (seja da prática da modificação de um processo social produzindo-se na natureza, seja da prática da modificação de um processo social qualquer), recebe, sobre a influência do reflexo do processo objetivo e da sua própria atividade subjetiva, a possibilidade de passar do conhecimento sensível ao conhecimento racional e de criar ideias, teorias, planos ou projetos que correspondem, em geral, às leis desse processo objetivo, se chega ao objetivo fixado, isto é, se consegue, na prática desse processo, transformar em realidade as ideias, teorias, planos e projetos previamente elaborados, ou se chega a realizá-los nas suas linhas gerais, o movimento do conhecimento desse processo objetivo pode considerar-se terminado. (MAO TSE TUNG, 1999, p. 26).

Com relação à prática, Marx coloca a importância dessa em várias de suas obras, como em *A ideologia Alemã*, *Manuscritos econômico - filosóficos* e nas Teses contra Feuerbach, ele fala da relação do homem e da natureza e o papel que a prática tem para validar algo, ou seja, o critério da verdade é a prática. Na *Ideologia Alemã*, Engels e Marx colocam que para saber se um conhecimento é verdadeiro ou não se deve verificar na prática e não na teoria, e

Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente escolástica. (MARX, Karl, 2011. p. 537).

Conhecimento e teoria do conhecimento transitam com o significado da verdade na filosofia, no campo marxista o que vai determinar a verdade é a prática. Essa análise do critério da verdade demonstrado por Marx e Engels, assim como por Mao Tse Tung se aproxima ao que Silva (2005) coloca:

Assim, a teoria não pode se comprovar na esfera do pensamento. Para mostrar sua veracidade tem que adquirir corpo na própria realidade, na forma de prática. Uma opinião não pode ser combatida por outra opinião, sob o risco de mistificar a realidade. Por outro lado, a prática não fala por si mesma, a atividade prática e seus resultados têm de ser analisados, interpretados, pois, como visto anteriormente, não revelam seu sentido a uma observação direta e imediata. O critério da verdade está na prática, mas só se descobre numa relação propriamente teórica com a prática mesma. Não é atividade prática pura, mas sim a unidade do pensamento e da ação. (SILVA, 2005, p. 35)

Mas ao colocar a importância da prática na produção e na validação de algo não se pode desconsiderar a teoria, pois existe a necessidade da prática ir além do senso comum, e aí o salto de prática- teoria permite entender com mais lucidez a

própria prática, e admite uma transformação da realidade prática com mais discernimento. Marx e Engels na Tese I AD. Feuerbach repele a teoria isolada da prática e inclusive coloca que os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo, pois,

Todo plano de trabalho (teoria) tem de ser aplicado (prática), tornar-se real para adquirir vida. Todo trabalho, por outro lado, precisa ser guiado, ter um projeto, um plano que lhe dá direção e sentido. A produção humana não se realiza somente com um ou com o outro: é resultado do movimento que ocorre entre os dois pólos” (SILVA, 2005, p.38).

O significado desse pensamento é a relação entre prática- teoria- prática, pois elas se diferenciam, mas se unem profundamente, a teoria emerge da prática e a ela retorna. Essa análise do processo de produção do conhecimento na sua gênese interfere diretamente na qualificação do trabalho e conseqüentemente na formação do trabalhador em todos os campos da vida. Isto porque existe historicamente um processo de separação entre teoria e prática, de forma que socialmente existem os responsáveis pelo conhecimento teórico e também pelo manual, e essa premissa será tratada no ponto a seguir.

#### **2.4.2 A formação dos trabalhadores: perspectivas e exemplos na história**

Historicamente os seres humanos produzem sua existência de forma diferente em cada momento. O trabalho realizado na sociedade primitiva não é o mesmo da antiguidade, assim como esse difere do trabalho do período feudal e mais ainda do trabalho assalariado no modo de produção capitalista. Assim, a qualificação do trabalhador vai se diferenciando também conforme o momento histórico e o tipo de produção social em que este se enquadra. É importante entender o processo formativo do homem e a sua qualificação para o trabalho. Todo esse processo se refere aos momentos históricos e avançam conforme o progresso que se tem em cada período. Essa dissertação parte do entendimento de que o trabalho e o processo de produção material interferem na produção intelectual e em todas as formas de organizações que se tem no interior da sociedade. Apoiando-se no trabalho de doutoramento de Silva (2005) fica mais claro compreender historicamente como o processo de qualificação se deu ao longo da história e

também os impactos que se tem no capitalismo de trazer as heranças produtivas das gerações anteriores com o seus modos de produzir, ensinar e aprender no trabalho. Silva assim traça inicialmente esse processo produtivo histórico da seguinte forma:

A atividade prática ou trabalho em todos os modos de produção apresenta as mesmas características: é impulsionada pela necessidade de obter a subsistência, pressupõe os trabalhos manual e intelectual, o conhecimento é derivado do trabalho etc. Mas as forças produtivas e as relações de produção, que a elas correspondem, são diferentes em cada modo de produção. As forças produtivas desenvolvem-se qualitativamente de um modo de produção ao seguinte, de maneira que a abrangência e profundidade do conhecimento, em cada um deles, são superiores às do anterior. Consequentemente, a qualificação para o trabalho compreende de modo correspondente, maior amplitude e profundidade do conhecimento e uma adequação técnica manual e intelectual do trabalho a elas. (SILVA, 2005, p. 44)

Os modelos de formação assim, se adequam à forma com que se dá a divisão social trabalho, se voltarmos às sociedades primitivas verificamos que existe uma divisão menos complexa baseada na idade e no sexo, onde cabia ao homem caçar e a mulher as atividades domésticas. A relação dos homens era uma relação ligada com a produção coletiva da terra, e nesse processo de produção uns se relacionavam com os outros constantemente, com isso:

Os seres humanos se qualificavam e transmitiam o que aprendiam às gerações futuras, por meio de um processo de qualificação que coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho. Embora o modo como se qualificavam fosse único, considerando-se a divisão sexual do trabalho, pode-se afirmar a existência de, ao menos em parte, duas capacidades de trabalho, conformando a qualificação do trabalho dos homens e mulheres da coletividade. Ou seja, considerando que exerciam trabalhos diferentes, a qualificação dos homens e mulheres era também diferente, assim como produziam conhecimentos distintos. No entanto, levando-se em conta que o trabalho era bastante rudimentar, as diferenças em termos de qualificação e de interpretação da realidade não deviam ser muito grandes entre os dois sexos, nem entre todos os membros da coletividade. (SILVA, 2005, p. 46)

Nessa citação fica claro que existe uma diferença entre a qualificação do homem no período apresentado dos posteriores. A divisão de classe, a forma de compartilhar os bens, os meios de produção tinham significados diferenciados e consequentemente a forma de produzir e de aprender por meio dessa produção é decorrência do momento vivido por esses homens e mulheres. Com o desenvolvimento da sociedade e o surgimento da propriedade privada as relações

entre os homens modificam profundamente, pois as famílias que antes tinham uma propriedade comunal agora possuem propriedade representada pelo gado e pela agricultura. O desenvolvimento da sociedade nesse período permite que surja o excedente, e para cuidar do excedente torna-se necessário ter pessoas que são responsáveis pelo cuidado dessa propriedade e nesse processo tem-se:

O desenvolvimento das forças produtivas possibilita a criação de excedente na produção, a apropriação privada dos meios de produção favorece o aparecimento das classes sociais e as relações de dominação e de exploração das classes proprietárias dos meios de produção sobre as classes não proprietárias dos meios de produção, sendo estes últimos propriedade (escravos) dos primeiros. (CASSIN, 2009, s/p)

A formação como analisa o autor deixa de ter um caráter também que é comum, tal como a produção, e a partir desse momento tem-se uma educação com um conteúdo de classe, e assim a formação atende aos interesses da classe dominante. E esse processo que permitiu a divisão entre trabalho manual e o intelectual e também promoveu o surgimento da instituição formal direcionada para educar, instruir e ensinar, ou seja, a escola. A escola nasceu no período da Antiguidade e ela foi um lugar de ruptura entre teoria e a prática. A palavra escola tem etimologicamente o significado de lugar do ócio, sendo assim na sua origem ela tornou-se um lugar para as classes ociosas, ou seja, a dominante. A educação escolar trazia um ensinamento diferenciado, ela baseava-se na contemplação do ócio ao passo que para o restante da sociedade que não frequentava esse espaço suas vidas fundamentavam-se no próprio trabalho, no processo de trabalho, ou seja, aprendia-se fazendo, agindo sobre a realidade e transformando-a. Essa organização que se colocava implicou em dividir quem deveria dominar e quem seria dominado. Os que tinham o trabalho manual como prática, eram considerados inferiores e conseqüentemente não tinham capacidade de governar a sociedade ao passo que aquele que estava na escola aprendendo a ler, escrever e contemplar o ócio eram os que deveriam governar a sociedade. Esse modo de dividir o conhecimento interferiu na forma com que a qualificação dos homens se deu nesse período, pois a classe que passou a deter a propriedade privada dos meios de produção começa a organizar a sociedade conforme seus interesses, que são de manter a divisão entre manual *versus* intelectual. Aos que governavam eram necessários conhecimentos de administração da *polis*, filosofia e militarismo, e aos dominados produzir para

servir aos interesses daqueles que o dominam. Esse processo de divisão do trabalho coincidiu com a divisão entre intelectual e manual e como Marx coloca na *Ideologia Alemã*:

A divisão do trabalho, que já encontramos acima como uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece com os pensadores dessa classe, com seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ideias e ilusões sobre si próprios. (MARX; ENGELS, 2011, p. 48)

Esse processo de divisão entre prática e teoria tem implicações na formação do conhecimento, pois surgem conhecimentos sem uma base prática, fantasiosos e colocam a teoria à frente da prática. Parte-se então da abstração, e não da realidade concreta, interferindo assim na forma de se entender o mundo. Todo esse processo se deve ao surgimento da propriedade privada que determinou a organização da sociedade em classes e a consequência desse fato é o predomínio das classes dominantes que se distanciam cada vez mais do trabalho manual, e reforçavam cada vez mais uma forma idealista de entender o mundo.

Na passagem do escravismo para o feudalismo, a força de trabalho deixa de ser escrava para se tornar servil e a composição social modifica-se tendo agora o clero (igreja), a nobreza e os servos (trabalhadores da terra). E o processo de formação nesse período fica a cargo da igreja que como Cassin explica:

É nessa passagem que a igreja católica toma para si a responsabilidade da instrução pública através das escolas monásticas que se destinavam à instrução dos futuros monges e também instruía a plebe, neste último caso, essas escolas não ensinavam a ler e nem escrever, "A finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas" (CASSIN, 2009, S/P).

Ao mesmo tempo no interior do feudalismo surge uma nova organização econômica e produtiva que eram os comerciantes e os artesãos. Iremos aqui focar mais no artesão, pois esse é o nosso foco para entender o processo formativo do trabalhador no período. A figura do artesão, que era aquele que dominava todo o

processo produtivo e se especializava na produção de determinado item marca esse período, com isso surgem assim diversos ofícios. O artesão se organizou nas cidades que se fundavam próximos aos burgos e possuíam ajudantes denominados de jornaleiros. Existia uma relação entre os artesãos de um processo educativo na e para a produção como apresenta Leo Huberman, e próximos a estes trabalhadores aglutinavam aprendizes que viviam e trabalhavam com o artesão principal e assim aprendiam um ofício. E como explica o autor:

A extensão do aprendizado variava de acordo com o ramo. Podia durar um ano ou prolongar-se por 12 anos. O período habitual de aprendizado variava entre dois a sete anos. Tornar-se aprendiz era um passo sério. Representava um acordo entre a criança, seus pais e o mestre artesão, segundo o qual em troca de um pequeno pagamento (em alimento ou dinheiro) e a promessa de ser trabalhador e obediente, o aprendiz era iniciado nos segredos da arte, morando com o mestre durante o aprendizado. (HUBERMAN, 1986, p. 54)

Essa relação do mestre, desde muito cedo fazia parte do convívio dos aprendizes, o aprendizado se dava primeiro por tarefas mais fáceis e ia-se passando por todas as etapas de produção até o nível mais complexo do produto finalizado. Assim o artesão tinha uma longa trajetória de formação, ou seja, era um tempo longo voltado para a produção. Esse período é identificado por alguns autores entre eles Huberman como industrial. E todo o processo de produção era realizado por artesãos profissionais, que eram donos de toda a matéria-prima e das ferramentas e vendiam o produto acabado. A qualificação do trabalho do artesão se deu com apresentado por Huberman com a presença dos Mestres Artesãos que tinham leis e uma organização própria, inclusive formando corporações artesanais. Nesse contexto produtivo e de organização da produção e dos produtores o artesão tinha domínio de toda a cadeia produtiva do bem a ser produzido.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e dos modos de produção, surge uma nova classe, a burguesia. Com essa, novas formas de se relacionar e de se organizar no mundo do trabalho, assim têm-se a:

A constituição dos Estados Nacionais e das monarquias absolutas permitiram facilidades no comércio da burguesia e no capital estatal necessário para grandes investimentos no comércio marítimo, que resultaram em novas rotas comerciais com o oriente e a descoberta das Américas, que permitiram uma acumulação do capital para o processo de industrialização da produção. Nesse movimento que a burguesia toma “consciência de classe para si” e



num processo revolucionário disputa e conquista o poder, se constituindo como classe dominante, organizando a produção e o Estado para atender suas necessidades nesse novo contexto. (CASSIN, 2009. S/P)

O desenvolvimento dessa estrutura permitiu que surgisse um novo modo de produção – o modo de produção capitalista - e esse irá modificar tanto a relação do homem com o trabalho, assim como da qualificação desse trabalhador. No capitalismo os trabalhadores não são donos nem da matéria prima, nem das ferramentas e não vendem os produtos acabados, mas sua força de trabalho. Com isso, a habilidade deixa de ser inicialmente importante, pois a máquina substitui algumas tarefas humanas, mas mesmo assim nada tirou de cena o homem da produção.

#### **2.4.3 A formação do trabalhador no capitalismo e as necessidades formativas do mercado**

Ao analisar a formação que o trabalhador tem no capitalismo é importante reportar ao modo de produção que este período assume e entender que está é fruto do desenvolvimento das forças produtivas, e é resultado do período que analisamos anteriormente. O modo de produzir deixou de ser artesanal- onde o homem conhece todo o processo produtivo- para ser industrial - onde o homem conhece cada vez menos o processo produtivo em que ele está inserido. Tem-se como pressuposto que a produção capitalista reproduz as relações de produção, implicando assim, em um processo educativo na vida dos homens. Partindo desse ponto, analisaremos o papel educativo que tem a forma de divisão e organização do trabalho no capitalismo e as conseqüências desta na qualificação e formação do trabalhador enquanto um sujeito que deve ser competente e habilidoso para lidar com as suas práticas de trabalho.

O capitalismo não é o mesmo na sua história, ele vai adaptando formas de organização conforme o momento que ele passa. Como é sabido, uma das características que se tem nesse modo produtivo são as constantes crises. O impacto de cada crise reflete na forma que a produção se readéqua para superar um futuro colapso. Na atualidade o capitalismo passa por transformações na produção,

tanto no que se refere aos produtos resultantes do trabalho como do conhecimento. Porém, as relações sociais estabelecidas no geral se mantêm, e isso se dá porque a sociedade capitalista se compõe de duas classes, uma de capitalistas ou burgueses (dominante) e a outra a classe que realiza o trabalho (dominada) que são trabalhadores ou operários - que é composta por pessoas sem os meios de produção e livres para vender sua força de trabalho em troca de subsistência. Os trabalhadores assim, não são donos dos meios de produção, mas somente de sua força de trabalho que é vendida ao capitalista e esse ato promove a expansão do capital. Como aponta Kuenzer no seu livro *Pedagogia da Fábrica* o produto não é do produtor, mas sim de propriedade do capitalista. Como é sabido ao produtor o que compete a ele é um valor diário para manter a sobrevivência deste e assim garantir a sua reprodução como assalariado. O trabalhador, como Kuenzer e também outros autores apontam baseando no que Marx formulou, gera um excedente quantitativo de trabalho que é a mais-valia e por meio da extração dessa pelo capitalista tem-se a produção de riqueza para o capitalista. Assim, existe uma expropriação, um roubo da força de trabalho por parte do capitalista para que este enriqueça. Como foi apresentado ao longo desse capítulo, entende-se que o trabalho é uma tarefa humana no mundo, e ele que permite ao homem que este saia de seu estado natural para o social e que por meio de sua ação na natureza produza meios de sobrevivência e riquezas. O capitalista só pode usufruir do trabalho fixando o trabalhador nele, pois só o homem pode transformar a natureza e assim produzir riquezas. Assim:

O capitalista se beneficia do movimento histórico, que desenvolveu no ser humano sua capacidade para infinitas possibilidades de adaptação e condições sociais para ampliar sua própria produtividade. Essa potencialidade humana é a base sobre a qual efetua-se a ampliação do capital. Portanto, a força de trabalho é uma mercadoria e, como tal, somente pode ser vendida no mercado pelo seu próprio possuidor – o trabalhador. O que recebe dessa venda é dinheiro, enquanto meio de circulação, possibilitando obter valores de uso, mercadorias que necessita para manter sua capacidade de trabalho e sua vida. (SILVA, 2005, p. 66)

Essa organização social interfere na formação técnica, científica, ideológica do trabalhador, pois todo esse processo formativo segue as diretrizes dos que necessitam de roubar a força de trabalho do trabalhador. A consequência desse fato é que o homem deixa de se conhecer no trabalho e começa a se ver como estranho

em todo o processo de produção, estranhando não só a si como o produto do trabalho. Com esse processo têm-se impactos na qualificação do trabalhador, pois como aponta Kuenzer em seu livro *Pedagogia da Fábrica* existe sim um processo de desqualificação do trabalho, ao passo que o aprendido não tem significado para quem realiza o trabalho, mas sim para o capital. Se pensarmos no significado de qualificar algo, ou seja, acrescentar ao ser uma certa positividade que sirva para sua vida e seus desenvolvimento pleno percebe-se que ocorre é um processo contrário, pois o que se qualifica é o produto ao passo que o produtor se torna uma coisa, uma máquina de produzir. Acrescido a esse fato tem-se a forma que no geral o capitalismo educa os homens a viver. Ele tem como objetivo, acumular capital as custas da venda da mercadoria que promove o lucro, ou seja, a humana. Esse fato ensina os homens a ter comportamentos, atitudes e pensamentos que se relacionam com estes objetivos. Nesse sentido, buscamos o que Lombardi expõe em sua tese ao falar das posições contraditórias entre burguesia e proletariado nas suas propostas pedagógicas, pois para ele,

[...] contrário ao entendimento da educação como uma dimensão estanque e separada da vida social, parto do pressuposto de que não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve, notadamente nos movimentos contraditórios que emergindo processo das lutas entre classes e frações de classe. Afirmo, assim, que não faz o menor sentido discutir abstratamente sobre a educação, pois esta é uma dimensão da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência dos homens. (LOMBARDI, 2010, p. 222)

Fazer essa análise partindo do modo de produção faz sentido trazendo elementos do significado ontológico que o trabalho tem na vida e na história do homem. Compreender esse fato permite entender o processo com que o homem na sociedade atual se educa e como ele é educado. Esse entendimento se relaciona com o que Lombardi explana sobre o modo de produção e as formas de relações sociais estabelecidas, para ele:

Homens determinados, produzindo de modo determinado, estabelecendo uma teia indissociável de *relações*, é como Marx e Engels teceram teoricamente seu entendimento. Assim, forças produtivas, apropriação dos meios de produção, relações de produção, divisão social do trabalho, relações sociais (e estrutura social), relações políticas (e Estado), ideias ou representações (ou consciência dos homens), ideologias (como teorização

invertida de um mundo invertido) são categorias que vão aparecendo um encadeamento sincrônico e diacrônico que se expressa como totalidade na categoria modo de produção. (LOMBARDI, 2010. p. 228)

Sendo assim, a discussão de objetivos e finalidades da educação no sistema capitalista se dá porque a educação é um campo da atividade humana, e as ideias presentes nos processos educativos/ formativos correspondem às forças produtivas, as relações de produção presentes no capitalismo. Essa leitura permite que se faça uma análise da educação (ensino, instrução, cultura e outros pontos que formam o homem) partindo de pontos que Marx e Engels tratam sobre a sociedade civil, o que permite que se faça como assinala Lombardi três movimentos articulados que são:

- 1º. Possibilita uma profunda crítica do ensino burguês;
- 2º. Traz à tona como, sob as condições contraditórias desse modo de produção, se dá a educação do proletariado, abrindo perspectivas para uma educação diferenciada, ainda sob a hegemonia burguesa;
- 3º. Contraditoriamente, a crítica do ensino burguês e o desvelamento da educação realizada para o proletariado torna possível delinear as premissas gerais da educação do futuro; não como utopia, mas como projeto estratégico em processo de construção pelo proletariado. (LOMBARDI, 2010, p. 231)

Esses três pontos fundamentam a nossa análise a partir daqui, ou seja, de criticar o modelo de formação burguesa e ao mesmo tempo apontar um modelo educativo que valorize o trabalho não como elemento de troca pela sobrevivência, mas como instrumento humanizador, inclusive no espaço escolar.

O modelo de formação atual se enquadra ao modelo de produção social vigente e esse recai nos espaços de atuação do trabalhador (fábrica, setores de produção em geral, locais de trabalho), mas principalmente no local voltado de forma específica para a formação do trabalhador, que é a escola. A concepção de educação nesse trabalho não tem como âncora a escola, pois o entendimento é que a educação como uma prática social não é de exclusividade da escola, porém, não podemos esquecer que a escola é um espaço de instrução e de ensino que participa da formação do homem, constrói valores, repassa saberes e por isso ela deve ser analisada com cuidado.

A escola no capitalismo, ou melhor, a escola burguesa segue postulados do pensamento liberal. Em linhas gerais Zanela (2003) aponta que os liberais entendem que o homem é um ser individual, e possui aptidões e talentos diferenciados de

indivíduo para indivíduo e por isso existe a necessidade das diferenças sociais e assim entender a subjetividade do indivíduo, como ser singular e não como componente de uma coletividade. Esse pressuposto justifica a escola que atende a certas necessidades (do modelo econômico vigente), e a consequência é que ela é uma instituição que desempenha o papel de formar de um lado os que mandam e do outro os que obedecem. Essa formatação da escola tem como consequência uma concepção de mundo centrada no individualismo, e esse é concebido como algo natural e de grande valor numa sociedade baseada na competição. A escola como instituição que não é neutra, pelo contrário, é um palco de disputa ideológica, tem o predomínio de interesses burgueses, ou seja, interesses ligados na atualidade às demandas do mercado, que a burguesia domina. O impacto desse fato na formação do trabalhador primeiramente é ensinar e educar os trabalhadores para servir aos interesses do capital seja negando a luta de classes, seja ensinando o trabalhador a ser cada vez mais habilidoso para lidar com as ferramentas tecnológicas da ordem imposta no mundo do trabalho e assim promover o aumento do lucro para o capitalista.

A escola para os capitalistas tem um papel estratégico importante, pois ela:

Diante do temor dos operários, a escola da classe dominante, estendida e imposta à classe trabalhadora, não aborda questões como salários, greves, desemprego, guerras coloniais. “O capitalismo exige que a escola lhe forme trabalhadores que se saibam vulneráveis, espera-se devido à sua formação restrita que não venham a revelar-se demasiado exigentes em matéria de salário, proporcionar-lhes-ão o mínimo possível de instrumentos intelectuais que os ajudariam a questionar o sistema (ZANELA, 2003, p. 172).

Em meio a essa organização da escola, a concepção que se apresenta é a do capital humano<sup>7</sup> que de certa forma justifica dois pontos, um de que a educação é o

---

<sup>7</sup> Segundo verbete elaborado por Lalo Watanabe Minto sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da idéia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a idéia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a idéia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho

instrumento de desenvolvimento econômico de uma nação, ou seja, quanto mais “educada” é a nação mais desenvolvida economicamente ela será; e isso explica no nível macro as diferenças sociais e de classe, significando assim que o problema da riqueza ou da pobreza é um problema individual e não de estrutura. Essa teoria mascara o real interesse que se tem das classes dominantes com a educação que é de legitimar o seu poder em todas as esferas e também de nivelar por baixo os que só possuem sua força de trabalho. E nesse sentido:

Em consonância com o processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a teoria do capital humano preconiza uma educação escolar pública que forme o trabalhador com uma base mínima de conhecimentos gerais. Aparentemente, a escola pública pode aparecer, como demonstra Frigotto, como sendo improdutivo, mas a improdutividade da escola “é uma mediação necessária para a reprodução das relações capitalistas” (p. 134). De modo que o capital precisa da escola, não de forma direta e imediata, no sentido de qualificação profissional especializada, mas de forma indireta ou mediata, como uma instituição capaz de formar o “trabalhador coletivo”, sem necessariamente um saber específico. (Zanela, 2003, p. 178).

A escola assim cumpre um papel fundamental no interior do capitalismo, pois a ela cabe formar os indivíduos para determinadas tarefas e também receber como natural a estrutura que se enquadra o trabalhador. O efeito dessa lógica é que a formação que deveria ser plena é fragmentada, sem relação com a vida e somente servindo a lógica organizativa e produtiva do mercado, a consequência é que além do homem ter uma formação esvaziada de conhecimento científico e filosófico o que é aprendido serve aos interesses de uma só classe, a burguesa. A escola assim tem a função de modelar comportamentos, com ênfase em processos organizativos que visam à aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos úteis para os indivíduos se inserirem no sistema, se enquadrarem nas demandas do mercado saberem como proceder na cadeia produtiva.

A partir das diretrizes do mercado, tem-se um delineamento do perfil do trabalhador e conseqüentemente isso reflete na formação deste. O perfil que se

---

profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (das teorias econômicas neoclássicas). Além disso, legitima a idéia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teorias\\_%20do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_%20do_capital_humano.htm) Acesso em: dezembro de 2012.

busca na atualidade é de um trabalhador que assuma diversas funções, tenha conhecimentos atualizados, iniciativa, flexibilidade, competência técnica, capacidade de criar, de inovar, lidar com múltiplas informações e tecnologias, ou seja, cada vez mais o trabalhador assume diversas tarefas em um só corpo. Nesse sentido, um dos pontos para caminharmos é compreender todo esse processo de definição do que deve ser o trabalhador e sua formação. É preciso entender o modelo engendrado do contexto capitalista para sanar os efeitos da crise econômica.

Focaremos principalmente na organização ocasionada pela crise do petróleo na década de 1970, que é a reestruturação produtiva<sup>8</sup>, pois essa explica muito como as novas demandas do capitalismo têm influência direta no processo de formação do trabalhador. Após a década de 1930, com a crise de 1929 existia no mundo, principalmente nos países imperialistas, a lógica do Estado de Bem Estar que estabelecia relação entre o desenvolvimento social econômico, por meio de estratégias no âmbito político. E as estratégias que se colocavam como prática eram o pleno emprego, aumento da renda, do consumo e da produção. Esse estímulo a um novo modo de vida no mundo por meio da efetivação de leis trabalhistas de responsabilidade do Estado perduraram até a década de 1970, onde se tem uma nova crise econômica, que teve como estopim a crise do petróleo, e essa teve como consequência aceleração da inflação, desemprego e baixo crescimento econômico. Esse contexto ocasionou uma feroz crítica ao Estado de Bem Estar Social e a partir de então o Estado foi tirando de si a responsabilidade por políticas públicas deixando essas ao bem prazer das grandes corporações e empresas, ou seja, da lógica do mercado, e assim surge o Estado mínimo. Nessa lógica de organização do Estado ligado ao mercado, cabe ao indivíduo o poder de decisão econômica e social. É importante frisar aqui que o Estado sempre monta estratégias de superação das crises e essas refletem nas políticas sociais, e a educação não fica fora desse jogo. Nesse contexto, o que se estabeleceu como estratégia da crise foram às privatizações do setor público, dando asas para iniciativa privada em todos os setores de bens sociais, e também a retirada de poder do governo para que estes

---

<sup>8</sup> Esse processo se deu por causa da crise iniciada na década de 1970 onde se teve uma queda da taxa de lucros do capital em países centrais e esse fato gerou o baixo crescimento da produção e da produtividade e repercutiu no mundo trabalho, inclusive provocando em todo o mundo uma grande onda de desemprego. Esta reestruturação capitalista trouxe diversas mudanças institucionais e organizacionais como a desregulamentação das relações sociais, as privatizações, descentralização das atividades que antes eram de responsabilidade do Estado.

fiquem nas mãos das grandes corporações capitalistas, principalmente as nascidas dos países imperialistas, principalmente as norte americanas. A partir desse momento, o reino do mercado é que vai direcionar como nunca os objetivos da formação do trabalhador.

Retomando aos modelos de produção vigentes até década de 1970 – taylorismo e fordismo- estes começaram a não atender a demanda da produção e com a crise do petróleo, e o incremento das novas tecnologias, se tem a necessidade de um novo trabalhador com novas habilidades, mantendo-se o ritmo de exploração e produção de mais-valia. Esse novo trabalhador passa a seguir o modelo de produção japonês (toyotismo), e este demanda um perfil de trabalhador que tenha um conhecimento amplo do processo de trabalho, que seja flexível, com capacidade de tomar decisões, resolver os problemas, ser um trabalhador polivalente, multifuncional deixando de ser um trabalhador especializado em determinada tarefa de forma rígida e hierárquica como determina o taylorismo-fordismo. Esse modelo produtivo trouxe algumas inovações e ao mesmo tempo ele como apresenta Silva (2005) promoveu o:

Aumento da taxa de inovação impulsionando a produtividade, surgimento de novos setores de produção, alta mobilidade do capital em busca de maiores possibilidades de extração de mais-valia, maior pressão sob o controle do trabalho, enfraquecimento da resistência dos trabalhadores em função do desemprego, retrocesso nesse modelo do poder sindical, diminuição do emprego regular e ampliação das formas precárias de contratação, reposicionamento do trabalho internamente ao conjunto dos trabalhadores, maior desemprego de pessoas que realizam o trabalho simples e combinação da mais-valia absoluta e relativa. (SILVA, 2005, p. 197)

Todo esse ritmo ditado pela produção toyotista interferiu na organização do ensino do trabalhador, pois deixa-se de somente especializar numa tarefa para se ter atitudes de multifuncionalidade na produção. O significado de tudo isso no mundo empresarial para os “homens de negócio” e que esses colocam a necessidade de rever a formação do trabalhador no sentido de integrar as competências necessárias à organização do capital. Essa reorganização do ensino e da instrução do trabalhador também coloca em questão qual o papel do indivíduo no que se refere ao aprendizado e a sua capacidade de assumir responsabilidades, pois exige-se no dia a dia do trabalho cada vez mais trabalhadores capacitados que saibam muitos mais do que o ofício em si, são posturas e comportamentos diferenciados de períodos anteriores. Essa revisão da formação é reflexo da reestruturação produtiva



juntamente com a ideia de capital humano. A finalidade que se coloca: educar para o trabalho, ou seja, preparar o trabalhador para o mercado de trabalho e apontar a educação como fator determinante para a superação dos problemas nacionais. Essa concepção de qualificação que se funda na formação do trabalhador, seja no ensino básico, técnico ou superior, em todo o mundo, gerou uma série de modificações nas políticas públicas de formação. Tinha-se a finalidade de cada vez mais se enquadrar o que era ensinado ao que demandava o setor produtivo. Tem-se a partir de então, a preparação da mão de obra especializada segundo as necessidades mercadológicas e não da preparação humana e até mesmo do ofício em si, pois não é de interesse do capital que o trabalhador seja especialista em algo, mas que ele tenha vários saberes sobre uma tarefa, mesmo que ele não conheça todo o processo produtivo. Isso porque caso aconteça algo que ele tenha que migrar para novas tarefas no setor produtivo esse trabalhador deve estar preparado para se enquadrar às novas funções. Assim, a qualificação:

É privatizada, isto é, entendida como um bem conquistado de forma privada e constituída por um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, destrezas, habilidades, um acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho, encarada numa ótica processual, individualizada, personalizada, sem nenhuma conotação ou condicionamento sociocultural. Nesse sentido, a formação para o trabalho é definida como "treinamento básico, conhecimento ou formação escolar necessários para o exercício da função; esse conhecimento ou formação podem ter sido adquiridos ou por instrução formal ou por treinamento preliminar em trabalhos de menor grau, ou pela combinação desses meios". (Kuenzer, 1985, p. 114).

Esse modelo de qualificação trouxe consigo a lógica de responsabilização individual como aponta Manfredi

No que concerne à construção de representações, reduz-se a qualificação a um percurso de responsabilidade individual e de natureza meritocrática, privatiza -se a noção de *competência*, restrita (tanto no âmbito teórico como prático) ao ofício/função que cada trabalhador desempenha no mercado de trabalho formal. Além disso, desenvolve-se a crença político-ideológica do "poder da educação escolar" como mecanismo de acesso às posições qualificadas, mascarando os demais mecanismos sociais (inerentes a processos sociais mais abrangentes) e organizacionais (mecanismos de credenciamento estabelecidos internamente pelas empresas) que condicionam o acesso e a manutenção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. (MANFREDI, 1998, p.6.)

Houve assim, a imposição ao trabalhador de mobilizar saberes para que ele domine situações e problemas complexos que surjam no ambiente de trabalho.

Essas capacidades e habilidades são saberes que são construídos ao longo da vida e reúnem:

O "saber fazer", que recobre dimensões práticas, técnicas e científicas, adquirido formalmente (cursos/treinamentos) e/ou por meio da experiência profissional;

O "saber ser", incluindo traços de personalidade e caráter, que ditam os comportamentos nas relações sociais de trabalho, como capacidade de iniciativa, comunicação, disponibilidade para a inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade;

O "saber agir", subjacente à exigência de intervenção ou decisão diante de eventos - exemplos: saber trabalhar em equipe, ser capaz de resolver problemas e realizar trabalhos novos, diversificados. (MANFREDI, 1998, p.7)

O capitalista, assim fisga corpo e mente do trabalhador de uma forma que na história jamais ocorreu, pois os saberes adquiridos na vida de cada sujeito só tem um fim: servir à cadeia produtiva com o objetivo de qualificar o produto final e não como formação do indivíduo para servir ao bem da coletividade social. A dinâmica que se instalou é de um ensino por competências básicas a serem alcançadas pelos sujeitos ao longo de sua vida escolar e formativa para e no trabalho.

Na escola as competências estão presentes na formulação curricular e se apresenta através de valores e princípios a serem desenvolvidos no sujeito. O significado de competência assim no processo de ensino refere-se ao sujeito enfrentar e regular adequadamente as tarefas e situações educativas como aponta Dias (2010). Essa lógica reforça todo o processo que se instala na produção capitalista principalmente no que se refere ao individualismo e responsabilização do indivíduo por seu processo formativo no trabalho, pois,

Será um constructo teórico que se supõe como uma construção pessoal, singular, específica de cada um. É única e pertence, exclusivamente, à pessoa, exprimindo-se pela adequação de um indivíduo a uma situação. Não se visualiza, observam-se os seus efeitos (Rey, Carette, Defrance, & Kahn, 2005). Para Roldão (2003), a competência emerge quando, perante uma situação, o sujeito é capaz de mobilizar adequadamente diversos conhecimentos prévios, selecioná-los e integrá-los de forma ajustada à situação em questão. Desta forma, a competência exige apropriação sólida e ampla de saberes, de modo a permitir ao sujeito que os convoque (de forma ajustada) quando se encontra em face de diferentes situações e contextos. Competência recorre desta forma, a noções, conhecimentos, informações, procedimentos, métodos e técnicas. (DIAS, 2010, p. 74)

Essa lógica de formação no espaço escolar é de promover no aluno a mesma lógica que ele terá no mercado de trabalho. Ou seja, busca-se mobilizar

conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação. Sendo assim, na teoria o sujeito torna-se capaz de resolver na prática os problemas que aparecem por meio de conhecimentos ensinados no ambiente escolar e também adquiridos ao longo da vida. Essa organização se pensarmos não é negativa, e deve inclusive ser mais efetiva, o problema é o fim dado a ela, que não é servir ao bem de toda a coletividade, nem promover nos indivíduos um conhecimento aprofundado da realidade por meio do conhecimento científico, muito menos reforçar pensamentos e atitudes críticas no que se refere a realidade vivida. Busca-se, que individualmente cada um com seus conhecimentos potencializem o processo produtivo e reforce a lógica competitiva que se instala no mercado. Assim, quem se mostrar mais competente e ao mesmo tempo qualificado tem chances maiores no mercado. Embora se reforce a ideia de que “tem lugar para todos”, isso não é verdade, o que existe é um processo de rotatividade do trabalhador no mercado em conjunto com o subemprego que esconde a real responsabilidade do Estado pelas condições precárias de vida do trabalhador.

A lógica aqui exposta pode ser identificada no momento atual como uma Pedagogia das competências, dos objetivos que reforça cada vez mais:

A questão sobre a competência como um catalisador para as atividades que tentam encontrar a articulação entre o saber, o fazer e o ser necessários para desenvolver o trabalho de uma ocupação ou grupo de ocupações de qualquer ramo da atividade econômica ou social, tem colocado como enfoque cada vez mais crescente de trocas do sistema de formação e capacitação de profissionais. O foco principal da educação por competência se constitui por desempenho. (MOVILA; DIAS. 2008, p.32, tradução nossa)<sup>9</sup>

As novas necessidades educacionais impostas pelo mercado e a alta competitividade ocasionada pela flexibilização orienta as políticas educacionais atuais, cuja ênfase se volta para o conhecimento, para habilidades e competências como condição de qualificação do novo trabalhador. A formação que se tem é para o mercado. Tem-se uma profissionalização aligeirada e que aprofunda conhecimento gerenciais, e acrescenta-se a esse fato a má qualidade de ensino, principalmente

---

<sup>9</sup> El tema sobre competencias como elemento dinamizador de las actividades que tratan de buscar la articulación entre el saber, el hacer y el ser, necesarios para desenvolverse en el trabajo de una ocupación o grupo de ocupaciones en cualquier rama de la actividad económica o social, ha matizado como enfoque a un número cada vez más creciente de cambios en los sistemas de formación y capacitación de profesionales. El eje principal de la educación por competencias lo constituye el desempeño. (MOVILA; DIAS. 2008, p.32)

quando se refere à formação da classe trabalhadora. Cabe à escola, a preparação dos indivíduos para uma possível empregabilidade criando a ilusão de que os anseios gerais da sociedade serão resolvidos. A ideia que passa aos desavisados das relações educação e trabalho, agora, sob o enfoque da qualidade total, é de alívio da tensão existente entre capitalista e trabalhador, pois estes são vistos como parceiros, colaboradores.

Acrescenta-se a todo esse panorama a ideia de qualidade total na educação, que é uma filosofia de administração de negócios, onde se busca um padrão para os produtos e serviços prestados. As diretrizes que se colocam na educação passam a seguir os mandamentos da cartilha imperialista que se mostra por meio de organizações internacionais, tais como, FMI, Banco Mundial, BIRD, entre outros. Acrescenta-se a esse fato o que Maués aponta que:

A lógica dessas políticas tem sido a institucionalização das determinações de organismos internacionais que vêm na educação um dos meios para a adequação social às novas configurações do desenvolvimento do capital. Esses organismos, como é o caso do Banco Mundial, tem exigido dos países periféricos programas de ajuste estrutural visando a implantação de políticas macroeconômicas, que venham a contribuir para a redução de gastos públicos e a realocação de recursos necessários ao aumento do superávits na balança comercial, buscando com essas medidas aumentar a eficiência do sistema econômico. (MAUÉS, 2003, p. 10)

Essa lógica apresentada por Maués impôs na formação dos trabalhadores um arcabouço teórico ditado pelos capitalistas e as suas corporações e a consequência é um novo estilo de vida que abarca novas posturas com relação ao consumo, produção do conhecimento, cultura e práticas ideológicas e políticas. Peroni (2006) citado Alves (2012) acrescenta a esse fato a lógica que se impõe de “racionalização de recursos e o esvaziamento do poder das instituições públicas, pois são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas pela lógica de mercado” (p. 3).

Sendo assim, a lógica de formação do trabalhador não está a serviço do trabalhador, mas sim do capitalismo. O trabalho não deixa de ter seu papel positivo e ontológico, mas quando se refere ao seu processo formativo na atualidade de um mundo que é nomeado como globalizado, onde tudo é normatizado para se adequar ao padrão social de produção a educação que a classe burguesa impõe serve à finalidade dos meios e modos de produção burguesa. Mas em meio a esse panorama tem - se resistências ao modelo de ensino e instrução devido a suas

finalidades e nesse sentido uma nova proposta de educação se aponta que iremos tratar no ponto a seguir.

#### **2.4.4 Educação e trabalho uma proposta diferenciada no capitalismo: Trabalho como princípio educativo no interior do capitalismo**

Como foi apresentado, o capitalismo tem um processo educativo em sua organização social, visto que a prática vivida e o conseqüente aprendizado desta são ditados pelo modo de produção. Mas em meio ao modelo educativo que se apresenta que é de exclusão, de valorização dos saberes e ensinamentos burgueses, além da imposição cultural, outro modelo se coloca como alternativa. Apresentaremos aqui os princípios e finalidades deste, mas é importante entender que um modelo educativo diferenciado que tenha como finalidade a formação de um novo homem e de uma nova cultura de forma plena só é possível numa estrutura social nova, em uma nova democracia, com uma dinâmica que se diferencia da existente na atualidade que é da exploração do homem pelo homem.

Busca-se uma nova cultura e esta não é reflexo da nossa vontade, mas sim de um plano ideológico, de uma nova política de uma nova economia que só é possível por meio de uma modificação radical da estrutura vigente. Para desenvolver este ponto de análise nos apoiaremos em autores da pedagogia soviética como Makarenko, Pistrak e Krupskaja, Mao Tse- Tung e outros autores chineses que escreveram sobre o ensino e a revolução na China, assim como autores brasileiros que se debruçam sobre esse tema. Trataremos com maior profundidade sobre os fundamentos da educação socialista no capítulo seguinte.

É importante nessa análise entender por meio do que apontamos até o momento qual a relação que o trabalho tem com a educação e o ensino. Partindo do Dossiê MST Escola elaborado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (2005) quando esse cita Krupskaja, em que,

Educar é preparar pessoas integralmente desenvolvidas, com instintos sociais conscientes e organizados, possuidores de uma visão de mundo refletida e íntegra, que tenha clara compreensão de tudo que ocorre ao seu redor, na natureza e na vida social; pessoas preparadas na teoria e na prática para todo tipo de trabalho, tanto manual como intelectual, que saibam construir uma vida social racional, plena, bonita e alegre. Estas são

as pessoas para construir uma nova sociedade, socialista. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2005, p. 90).

Essa análise que Krupskaja realiza tem relação direta com Pistrak quando ele fala da natureza da educação, pois:

Submeter um homem à educação social, e oferece-lhe dados para resolver a antítese “eu e o outro” indivíduo e sociedade, ou seja, é dotá-los de princípios que lhe possibilitarão uma avaliação moral de sua própria pessoa, enquanto membro da sociedade, a determinação do próprio lugar na grande luta pela existência, que se tornou tão áspera ultimamente. (PISTRAK, 2003, p. 106)

Entender a natureza e a finalidade da educação é importante ao se trabalhar com o processo formativo de trabalhadores. É essencial que se tenha uma visão da educação contextualizada. A educação é fruto das relações sociais estabelecidas, não se pode partir de um ideal abstrato porque o ideal é algo inatingível e também porque em qualquer análise materialista parte-se do concreto para o abstrato. Apontamos que a prática é o primeiro elemento de educação do homem, e essa se desenvolve por meio do trabalho, sendo este até pelo seu caráter ontológico um despertador no homem de várias dimensões relacionadas ao seu ser cognitivo e agregado a esse a política. O trabalho possui um conjunto de processos e ações que transformam a natureza e por meio dessa, promovem a vida social e coletiva. Assim sendo, o trabalho educa o homem para viver no mundo natural, social, político e cultural. Pistrak fez uma análise dos princípios e finalidades do trabalho em cada organização social, e apresenta que:

A organização científica do trabalho que nasceu e se desenvolveu na América e Europa ocidental com a finalidade de intensificar a produção, reforçando a exploração do operário e aumentando os lucros do capitalismo, pode e deve propor-se entre nós como um objetivo inteiramente oposto: tornando-se, entre nós, o meio mais eficaz de aumentar a produção, de utilizar racionalmente a energia do trabalho, de reformar a organização científica do trabalho (que é atualmente um meio de exploração) se metamorfoseia em meio a libertação. Mas a organização científica do trabalho, em função desta transformação radical, exige para se desenvolver outros elementos e outras condições em relação ao Ocidente capitalista. [...] nós só podemos realizar a organização científica do trabalho de baixo para cima, atraindo a atenção das massas operárias para este tipo de organização, suscitando um certo entusiasmo em torno destes problemas, figurando esta organização científica como um meio de consolidar o que já realizamos em termos de revolução social (PISTRAK, 2003, p. 98)

Dentro do processo de formação afirma-se que a política é um ponto de análise e quando combinada com o trabalho e também com os processos educativos ela também tem um papel de interferência direta no desenvolvimento da consciência política. No que se refere educação, esta deve:

Estar a serviço da política do proletariado e combinada com o trabalho produtivo. Nossa política no terreno da educação deve permitir alcançar uma formação no plano moral, intelectual e físico para que os que a recebem se convertam em trabalhadores cultos, com consciência socialista. (MAO TSE TUNG e outros autores, 19..., p. 9, tradução nossa)<sup>10</sup>

A posição de Mao TseTung se junta a uma fala de Lênin em seu discurso na Conferência de educadores políticos no ano de 1920 quando ele afirma que toda linha de educação socialista deve colocar a política como elemento central, o que contraria a concepção burguesa de educação como se a educação fosse apolítica ou neutra, fato que não é. Mao Tse Tung ao longo de seu trabalho sobre o ensino e a revolução na China coloca que existe a necessidade de ter uma nova escola com uma nova educação que deve se basear na integração de três elementos que são: trabalho, ensino e investigação. O trabalhador ao passar por um processo formativo que tenha a política à frente deve entender a finalidade, os princípios tanto econômicos, como filosóficos, naturais e físicos do trabalho de forma que ele compreenda o seu papel enquanto trabalhador e também o papel que o trabalho tem na transformação da natureza e na sua própria transformação enquanto ser que faz parte da natureza.

Essas definições para a formação do trabalhador que são apresentadas por Mao TseTung têm influência direta do processo que se instalou na União Soviética no início do século XX, após a Revolução Russa de 1917, que trouxe à tona uma concepção diferenciada de instrução e ensino para a classe proletária. A Pedagogia soviética coloca em cena a pedagogia de base marxista, e pontua o desenvolvimento dos fenômenos sociais dados e interpretados do ponto de vista marxista, isso porque como apresenta Pistrak (2003: 22) citando uma fala de Lênin no I Congresso do Ensino em 25/01/1918 em que ele diz: *“Nosso trabalho no domínio escolar, consiste em derrubar a burguesia, e declaramos que a escola fora*

---

<sup>10</sup> La educación debe estar al servicio de la política del proletariado y estar combinada con el trabajo productivo. Nuestra política en el terreno de la educación debe permitir alcanzar una formación en el plano moral, intelectual y físico para que los que la reciben se conviertan en trabajadores cultos, con conciencia socialista.

*da vida, fora da política, é uma mentira é uma hipocrisia.*” Assim, ao trazermos aqui da análise do princípio educativo do trabalho na educação, principalmente a escola, a política é uma categoria que se apresenta como fundamental no estudo. Isso porque o entendimento que se tem é que existe uma íntima relação entre o aparelho político e o ensino, em qualquer instância educativa da sociedade. Sendo assim, à educação que visa formar o trabalhador com uma consciência elevada de seu papel e também que se reconheça enquanto sujeito da produção material no mundo não pode abstrair as questões da política geral no ensino.

O sentido que se tem desse princípio de atrelar um posicionamento político aos fins da educação é de se ter o desenvolvimento de uma nova cultura, que seja nacional, científica e das massas. O objetivo que se tem assim é a formação de um proletariado e camponês que tenham claro a sua realidade de vida enquanto membro da classe trabalhadora e que se instrumentalize tanto para compreender a realidade de forma científica como ter um avanço na consciência para que se tenham subsídios teóricos que colaborem para que esses homens compreendam seu papel em um processo de mudança radical.

A escola como espaço formativo ao ter claro um posicionamento de colocar o trabalho como fim, e como meio, onde existe a necessidade de formar um trabalhador consciente apresenta finalidades de formação diferenciadas do que existe na atualidade. Nessa concepção o estranhamento não é possível, pois o homem se reconhece no trabalho e conseqüentemente reconhece o seu produto e como sujeito que vivencia um processo de trabalho. Assim reforça a positividade do trabalho, pois o trabalhador sabe a importância do trabalho na sua formação histórica.

A política se coloca na educação em qualquer contexto em que se encontre, pois a educação como ato político, que apresenta escolhas de modelos e também a que classe está a serviço. No caso de uma política de base revolucionária, percebe-se pelas propostas que se desenvolveram uma diferença na educação e no ensino, pois o que se busca é uma formação unilateral, em que o homem tenha acesso ao conhecimento científico e que este esteja a serviço da prática de vida dos trabalhadores conseqüentemente servindo aos interesses da coletividade. Ao ter um modelo educativo em que o trabalho seja um elemento reconhecidamente formativo.

Acrescenta-se ao problema da política com suas finalidades a necessidade de se ter um processo formativo que valoriza o coletivo. Este princípio contrapõe a uma



das consequências do capitalismo pela sua própria dinâmica que é fortalecer o individualismo, pelo incentivo à competição e outras ações. Partimos da seguinte concepção do que é o coletivo:

“O coletivo é um organismo social vivo, e por isso mesmo, possuem órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes. Sem tudo isso não existe, não há coletivo, há uma simples multidão, uma concentração de indivíduos. (MAKARENKO apud CAPRILES, 1989, p.13)

Nessa definição embora ela possa ser entendida de forma global, ou seja, para qualquer modelo de produção que se apresenta, ela se localiza em meio a uma discussão de cunho marxista-leninista, onde se tem uma linha política definida que é a do proletariado com a finalidade de concretizar a famosa frase de Marx que é *“trabalhadores de todos os países uni-vos”* e na educação isso significa a formação de um novo homem para uma nova sociedade com princípios e valores diferentes dos ensinados pelo capitalismo. A ideia do coletivo e do papel desse na formação humana a partir de princípios que Makarenko apresenta é exposta por Batella e outros autores (2008) da seguinte forma:

A formação humana em Makarenko é a superação do individualismo, a transformação ideológica do sujeito pela submissão dos interesses individuais pelos coletivos. A educação de que fala Makarenko não está ligada, simplesmente, a formação do indivíduo. Pelo contrário, as perspectivas de que fala o autor são sociais e estão ligadas a construção da sociedade comunista. Daí a necessidade de exigir o máximo, pois é necessário o sacrifício consciente dos homens para a edificação do novo sistema social. Respeitar o indivíduo ao máximo é vê-lo como parte deste mesmo projeto, ou seja, só é possível formar o homem novo se sua vida está profundamente ligada à formação de uma nova sociedade; onde não existam relações de opressão. (BATELLA, 2008, p. 18)

Essa ideia de uma formação diferenciada fundamentada no desenvolvimento do coletivo tem como base o trabalho produtivo, pois este força o trabalhador a resolver problemas e por meio desses suscitar a discussão de conhecimento práticos e teóricos que valorizem a análise científica da realidade. No espaço de instrução o ensinamento do coletivo se apresenta na concepção de quem ensina quem, na forma de gerir e organizar o espaço, e até mesmo nos conteúdos ensinados. A ideia de gestão apresentada nesse modelo é que o coletivo é que deve

decidir o que deve ser feito, o que a maioria decide deve ser realizado por todo o coletivo, rompendo com a ideia de democratismo tão apregoada no capitalismo.

Esse modelo de organização tem um reflexo profundo na instrução dos trabalhadores, seja na escola ou em outros espaços formativos, e educa os trabalhadores com uma nova visão de como agir no mundo.

Atualmente as experiências de movimentos políticos trazem reflexões e práticas de formação que intensificam a aliança homem/trabalho/formação. É importante ter claro que uma proposta que coloca o trabalho como princípio educativo, onde o homem busca sua emancipação só é possível numa sociedade onde não exista acumulação privada dos bens acumulados pela humanidade, além da superação da divisão e da luta de classes.

## **CAPÍTULO 3**

### **EDUCAÇÃO SOCIALISTA: SEUS PRINCÍPIOS E AS EXPERIÊNCIAS DA URSS E A CHINA**

Após fazer uma análise do papel que o trabalho tem na formação do homem ao longo da história e dos modelos educativos que este proporciona busca-se neste capítulo fazer a discussão da educação tendo como foco os elementos principais da experiência chinesa e da União Soviética. A justificativa para a utilização das abordagens aqui explanadas primeiro se relaciona com os fundamentos centrais que se ressaltam por meio das análises desenvolvidas fruto das experiências de base revolucionária no plano pedagógico e cultural, onde se ressaltam o papel do trabalho produtivo, da política e do coletivo como componentes essenciais do processo de formação do novo homem.

#### **3.1 A experiência da União Soviética: uma nova educação para um novo homem em uma nova sociedade**

Inicialmente reforça-se aqui que o Estado seja ele de que natureza for capitalista ou socialista tem uma relação de grande intimidade com o processo educativo que se desenvolve com os sujeitos que estão sob o seu domínio, e essa relação determina como a classe trabalhadora se entende como tal.

Neste ponto, nosso objetivo é discutir sobre uma concepção de formação que abarca o ensino e a instrução do trabalhador de forma diferenciada. O contexto aqui apresentado que é de uma sociedade com fundamentos diferenciados da capitalista, no caso, a socialista (URSS) teve uma experiência riquíssima relacionada com a prática educativa o que permitiu o desenvolvimento de uma teoria educacional que é nomeada de revolucionária.

Antes de iniciar essa discussão é importante saber que a URSS passava por um momento de modificações profundas na organização da sociedade e a educação era um dos elementos que se colocavam como essenciais para se ter uma efetiva transformação. No período pós 1917 desenvolve-se experiências com a educação

de crianças e adolescentes delinquentes, e estas ações se fundamentavam em três elementos: o trabalho e o coletivo e a política do proletariado. Tem-se nesse período o surgimento de um sistema de ensino nas Repúblicas Socialistas Soviéticas que buscou a ampliação de um ensino público, gratuito, universal e laico. Com isso, três pedagogos importantes foram evidenciados, que são: Makarenko, Pistrak e Krupskaja, e esses seguindo a linha do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) colocaram em evidência a posição de uma educação de base marxista, em que o essencial era seguir uma linha revolucionária apoiada no leninismo.

O significado da compreensão revolucionária de educação no período se expressou principalmente por meio das discussões desenvolvidas por Makarenko, que fundamentou a Pedagogia enquanto uma ciência como apresenta Luedemann:

A partir de sua experiência na Colônia Gorki, Makarenko amadureceu suas hipóteses sobre a constituição da pedagogia como ciência da educação. Defendeu a autonomia da Pedagogia, tanto em relação à psicologia, quanto em relação à filosofia e à sociologia, marcando o campo educacional com objeto diferenciado dos demais campos científicos. (LUEDEMANN, 2002, p. 17)

Entender esse contexto científico que a Pedagogia assumiu é importante, pois, percebe-se o significado dessa enquanto ciência da educação. Outra contribuição do debate realizado por Makarenko é a definição de princípios essenciais à formação humana e também as formas de como alcançá-los na prática, pois o momento não era de especular ou analisar o sujeito internamente pelas suas capacidades psicológicas, mas de transformar radicalmente um quadro que foi imposto pelo capitalismo (principalmente por causa da guerra) e pela ditadura czarista aos filhos dos trabalhadores. Para os pontos referentes a pedagogia soviética desenvolveremos a seguir uma análise dos princípios e objetivos que se tinha nessa perspectiva.

### **3.2 Os princípios da educação soviética: Política, trabalho e formação do coletivo**

Ao tratar dos princípios e das finalidades da educação soviética é importante expor que essa tem elementos que se colocam como essenciais para compreender a prática de educação popular que nos propomos a investigar. Primeiramente é necessário saber que existe a defesa da formação de um novo homem para uma

nova sociedade, e essa formação se refere a ter como guia a política revolucionária de base marxista-leninista, em que se têm valores novos e uma prática de trabalho que busca a formação plena do homem. Esses elementos ligados à realidade que se tinha na Rússia trazem desafios e a necessidade de construir um novo modelo de instrução como exposto a seguir:

Para Krupskaja, os desafios dos primeiros anos seriam: livrar-se da herança da escola antiga (manuais impregnados da ideologia burguesa, ênfase em abordagens religiosas, chauvinismo, métodos adestradores, resistência reacionária do magistério); dotar o ensino de novo conteúdo e novos métodos; ligar a escola com a vida, aproximando-a da população; propiciar a compreensão da vida concreta e o desenvolvimento da capacidade de trabalhar, estudar e viver coletivamente. (SAVIANI, 2011, p. 21)

Partindo desse contexto será exposto a seguir os princípios da educação socialista.

### **3.2.1 O trabalho como princípio educativo**

Ao se fazer a discussão sobre os princípios da educação soviética um elemento importante é o trabalho. O trabalho como princípio educativo permeia toda a experiência das obras de autores soviéticos. Pistrak inclusive escreveu um livro dedicado a essa discussão chamado *Escola do Trabalho*, no qual ele argumenta como devem ser desenvolvidas ações que envolvam o trabalho desde a infância e que este permite comportamento de auto-organização que é um elemento importante no fortalecimento do coletivo.

O significado do trabalho que alia teoria e prática se concretiza por meio do trabalho produtivo, ou seja,

O trabalho como princípio educativo também não poderia ser tomado como concepção abstrata. Para Makarenko o trabalho deveria fazer parte de um sistema geral da coletividade, separado do estudo, como trabalho produtivo. A vida escolar deveria ser capaz de atender à necessidade geral do coletivo e a cada uma das necessidades particulares das crianças. (LUEDEMANN, 2002, p. 26).

Ao falar do trabalho como um elemento que educa ele deve tocar na realidade dos sujeitos, assim este é um elemento central do processo pedagógico, e não se limita aos ambientes institucionalizados (como a fábrica, a escola) ele se estende a

todas as instituições de organização social, entre elas a família. Makarenko inclusive expõe o papel que a família tem na formação dos sujeitos dessa nova sociedade por meio de *Conferências sobre a Educação Infantil*. Nessas palestras, ele mostra o papel dos pais no planejamento da educação dos filhos. Os pais são membros de uma sociedade sem classes, mas se a educação dos pequenos seguir a moda antiga do antigo regime de nada adianta uma nova organização fora do ambiente familiar. A nova educação familiar deve formular objetivos e programas precisos na tarefa educativa, e isso significa entender que a criança não é um mero instrumento de alegria dos pais, mas ela é um futuro cidadão dessa nova sociedade e necessita ser educada no seu lar por meio do trabalho. No que se refere ao trabalho no ambiente familiar este autor coloca a importância do jogo na vida da criança, pois este é semelhante à atividade de trabalho e de emprego do adulto. Para Makarenko:

A atuação do homem em suas diferentes atividades reflete bastante a maneira como se comportou nos jogos durante a infância. Daí que a educação do futuro cidadão se desenvolva antes de tudo no jogo. Toda a história do homem nas diversas manifestações de sua ação pode ser representada pelo desenvolvimento do jogo na infância e em seu trânsito gradativo para o trabalho. Essa transição é muito lenta. (MAKARENKO, 1981, p.47)

Percebe-se que existe uma preocupação desde a infância de forma gradativa apresentando à criança o papel que ela tem enquanto construtora e quais os valores que ela deve ter, pois por meio do jogo a criança inicia um trabalho em coletividade e assim resolve problemas referentes àquele trabalho ali desenvolvido e esse fator educa. Esse elemento que se coloca no ambiente familiar tem a finalidade de promover a valorização do trabalho social, pois como expõe Makarenko:

Os pais devem lembrar antes de tudo que o filho será membro de uma sociedade de trabalhadores, e que seu desempenho nessa sociedade e seu valor como cidadão dependerão exclusivamente do grau de sua participação no trabalho social, de sua capacitação para o trabalho. [...] Sabemos que, por natureza, todos os indivíduos têm propensões aproximadamente iguais para o trabalho, mas, na vida real, uns trabalham melhor que os outros; enquanto somente alguns são capazes de realizar tarefas muito simples, outros podem efetuar as mais complexas, e conseqüentemente as de mais valor. Essas diferentes capacidades de trabalho não são inatas, forma-se no curso da vida e em especial durante a juventude. (MAKARENKO, 1982, p. 57)

Por essa citação percebe-se o papel central que o trabalho assume na formação dos sujeitos da URSS, significando assim ter o trabalho como uma atividade criadora,

até mesmo pelo o entendimento que este tem na sua totalidade, pois cria a riqueza social assim como amplia a cultura do país. Busca-se com essas ações que os homens e mulheres do novo país socialista tivessem na sua prática atitudes coletivas, pois ao se ter amor e entender o trabalho como um bem comum, reforça-se o trabalho para toda a coletividade que estes pertencem. O trabalho na perspectiva soviética permite ao homem se ver enquanto indivíduo pertencente a um coletivo, onde cada um tem seu papel e sua função buscando um fim comum.

Pistrak ao dissertar sobre a importância do trabalho como elemento de auto-organização e formação humana no seu aspecto prático e teórico expressa de forma mais contundente como o trabalho, no espaço escolar, é de grande importância, por ser um espaço que de forma sistemática e explícita ensina comportamentos, ideais que são valorizados socialmente. Mas a escola não é um fim absoluto, e nem pode ter finalidades educacionais absolutas, pois ela é reflexo de seu tempo. Além disso, essa instituição está a serviço das necessidades de um regime social determinado e isso a justifica como sendo um instrumento importante do Estado. Esse papel que a escola exerce é assim um fortalecedor à teoria desenvolvida nesse período sobre as funções que o trabalho tem na formação do novo homem que tem como princípios: a relação com a realidade atual e a auto-organização dos educados. O trabalho não é só um ato de fazer algo por fazer, ele é elemento integrante da relação da escola com a realidade atual e promove assim a fusão entre ensino e educação. O espaço escolar estuda o trabalho, mas:

Não se trata de estudar qualquer trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energias musculares e nervosas, mas de estudar apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos. Em outras palavras, trata-se aqui do valor social do trabalho, como já foi referido acima, isto é, da base sobre a qual se identificam a vida e o desenvolvimento da sociedade. O programa fala apenas do estudo do trabalho humano. Mas isto não significa estudar exclusivamente o trabalho exterior à escola, o trabalho dos adultos; se a escola ficar nesses limites, não recolherá nenhum benefício do valor educativo do trabalho; é preciso modificar essa concepção, e a modificação necessária pode ser formulada da seguinte forma: na base do trabalho escolar devem estar o estudo do trabalho humano, a participação nessa ou naquela forma de trabalho, e o estudo da participação das crianças no trabalho. (PISTRAK, 2003, p. 50)

A visão de Pistrak se assemelha a de Makarenko ao colocar que o trabalho deve ser produtivo, e que ele deve ser ensinado desde tenra idade com a finalidade de formar o novo homem com valores que despertem uma prática coletiva no indivíduo, pois:

A vida coletiva ainda é uma coisa de realização bastante difícil para nós. Entretanto, é claro que essa aptidão é agora particularmente necessária porque significa não apenas uma melhoria das condições atuais de vida, mas também a possibilidade de começar um novo modo de vida. Se quisermos desenvolver a vida coletiva, os restaurantes coletivos, os clubes, etc., devemos formar entre os jovens não somente a aptidão para este tipo de vida, mas também a necessidade de viver e trabalhar coletivamente na base da ajuda mútua, sem constrangimentos recíprocos. Este é o único terreno que podemos escolher se quisermos obter resultados positivos na luta que se trava por um novo modo de vida. O costume de viver coletivamente pode e deve ser formado entre as crianças tendo como base as tarefas domésticas coletivas, desenvolvendo-se entre elas o sentimento e a compreensão da necessidade e da utilidade sociais destas tarefas: é preciso que as crianças percebam o grande papel social desempenhado por todos estes pequenos hábitos na transformação do conjunto de nossa vida. (PISTRAK, 2003, p. 55)

Essa análise do trabalho como instrumento de construção e valorização da vida social é apresentada por Saviani (2011) ao colocar que para Krupskaja:

A Escola deve desenvolver, por todos os meios, a compreensão e a valorização da vida social. Desenvolver práticas de trabalho coletivo e de autogestão. Contribuir para a formação de uma moral nova (interesses gerais acima dos particulares). Preparar a jovem geração para valorizar e realizar tanto o trabalho manual quanto o intelectual. (SAVIANI, 2011, p. 32)

Percebe-se assim que existe a preocupação que o trabalho produtivo se alie ao estudo. No caso da URSS existia nesse contexto, uma inquietação no sentido que a educação politécnica, responsável por formar profissionais com uma base sobre os conhecimentos gerais, entendesse a produção no seu conjunto, ou seja, conhecer todo o processo produtivo de uma fábrica. Esse conhecimento não deveria surgir no momento que os estudantes têm de forma organizada acesso a eles, ou seja, na escola, mas desde a infância era necessário se ter uma formação baseada nesses pressupostos. Krupskaja entendia que é

Fundamental nessa formação é garantir a compreensão do surgimento e do desenvolvimento da indústria moderna, em seus vários ramos e nas suas múltiplas relações. A indústria têxtil, por exemplo. O que cabe à escola? “Não ensinará a tecer ou fiar à mão ou com máquinas” – diz a autora – mas aquilo “que é necessário saber sobre a produção” (p.164). Assim, deve garantir o estudo do papel da indústria têxtil na economia do mundo inteiro e na do país – seu desenvolvimento histórico (desde as formas artesanais às manufaturas e às maquinarias recentes, na grande indústria). Quanto às especificidades dessa produção na URSS, ensinar: onde se localizam as fábricas; matérias primas utilizadas (linho, algodão, lã, seda) e onde/como são produzidas; características dos métodos de produção e perspectivas de seu aprimoramento; profissões/tarefas envolvidas nessa produção, condições de desempenho e necessidades formativas; organização do trabalho nas fábricas – na produção têxtil e em outras – e sua relação com a organização do trabalho em geral; condições de trabalho (seguridade,



remuneração, jornada); trabalho infantil e trabalho da mulher; história e desenvolvimento atual do movimento operário e sindical (na URSS e nos países capitalistas); relações internacionais. (Cf. KRUPSKAYA, s/d, 164-165). (SAVIANI, 2011, p. 33)

Os elementos apontados nesse tópico se entrelaçam com a construção do coletivo, elemento que trataremos no ponto a seguir.

### **3.2.2 O coletivo como elemento da educação soviética**

A discussão sobre o coletivo é tratada principalmente por Makarenko, ele foi o responsável por sistematizar o significado do coletivo e da coletividade numa nova sociedade. Mas para compreender o papel do coletivo deve-se ter claro qual a concepção de educação defendida por Makarenko. Para ele:

Não devemos falar apenas sobre a formação profissional da nova geração, mas também sobre a educação e um novo tipo de comportamento, de caracteres e de conjuntos de traços da personalidade que são necessários, precisamente no Estado soviético. Os objetivos do trabalho educativo só podem ser deduzidos das experiências que a sociedade coloca. (MAKARENKO, 2002, apud LUEDEMANN, 2002, p. 271).

Pelo que Makarenko apresenta pode-se entender que a formação que ocorre em qualquer momento de uma sociedade segue os interesses que esta coloca como essenciais. No caso da sociedade socialista busca-se construir uma nova ideia de mundo, com valores comunistas e atitudes que sempre tenham como interesse principalmente a coletividade, pois ela serve à individualidade. E isso se deve pelo fato que como Makarenko sintetiza:

A nossa educação deve ser comunista e cada pessoa que educamos deve ser útil à causa da classe operária. Este princípio, generalizador e necessário, pressupõe precisamente formas distintas para a execução da tarefa de acordo com a variedade do material e as suas diversas formas de aplicação na sociedade. Qualquer outro princípio não é mais do que uma despersonalização. . (MAKARENKO, 2002, apud LUEDEMANN, 2002, p. 273).

A busca é de um processo educativo ampliado, que valoriza a parte física, psíquica, moral, sexual e etária. Em seu livro *Conferências para a educação infantil* essa visão fica bem evidente, pois na formação da criança existia a preocupação com todos

esses eixos do ser, e estes, tendo como fim a formação de indivíduos em sintonia com a lógica nova do Estado. Makarenko tinha assim a preocupação de ligar a teoria pedagógica aos princípios leninistas, principalmente os expostos no livro de Lênin *O Estado e a Revolução*, no qual a ideia é de educar novos comandantes da sociedade comunista, para que assim se tivesse o fim das diferenças de classe. Essa preocupação se relaciona com a construção de uma nova sociabilidade e essa nesse contexto se refere à construção do coletivo ou a coletividade, assim,

A coletividade é um complexo de indivíduos que tem um objetivo determinado, estão organizados e possuem organismos coletivos. São conscientes, devem discutir esses projetos e se responsabilizar por ele, passo a passo (MAKARENKO, 2002 apud LUEDEMANN, 2002, p. 151).

A responsabilidade de cada um com o coletivo geral, que inicia-se no espaço da família, passa pela escola, o trabalho produtivo do dia a dia e nas relações entre o Estado e proletariado, tem o papel de reforçar a solidariedade do homem para com a sociedade. Essa visão tem como antítese o individualismo que é o principal valor que se reforça no capitalismo. O coletivo que se constrói nessa perspectiva tem a finalidade de servir à política revolucionária de base marxista, pois quando cada um consegue se enxergar enquanto membro da coletividade ele segue princípios da sociedade comunista, com seus ideais de colaboração com a finalidade de um bem comum. Pistrak demonstra esse ponto ao escrever que:

A maioria dos professores não tem uma consciência clara do fato que a pedagogia marxista é e deve ser antes de tudo uma teoria de pedagogia social, ligada ao desenvolvimento dos fenômenos sociais atualmente dados e interpretados do ponto de vista marxista. “Nosso trabalho no domínio escolar consiste em derrubar a burguesia, e declaramos abertamente que a escola fora da vida, fora da política, é uma mentira, é uma hipocrisia”, assim falava Lênin no I Congresso do Ensino (25-8-1918). Em toda linha de educação, parece-nos impossível conservar a antiga concepção de uma educação apolítica; parece-nos impossível colocar o trabalho cultural fora da política” (PISTRAK, 2003, p. 22-23).

Essa defesa da política que se liga ao ensino forma uma estrutura ligada ao coletivo e tem como base o materialismo histórico, que entende o trabalho como fundamento principal da formação humana. No processo de formação dos indivíduos de uma sociedade socialista é importante entender tendo como base o que Makarenko expõe em suas obras, que cada indivíduo é educado com e através do

coletivo. O coletivo é um elemento essencial na formação da personalidade da criança, pois:

A personalidade da criança só se desenvolve plena e multifacetadamente na coletividade. Mas é preciso despertar-lhe a consciência, evitando o apego ao formalismo e à disciplina forçada. Organizar atividades que lhe permitam perceber relações, captar contradições, compreender mudanças – observando o meio e recorrendo aos livros. Ajudá-la a compreender (e exercer) práticas de trabalho socialmente útil. Proporcionar-lhe condições de tomar e manifestar iniciativas. Incentivar todas as crianças e valorizar suas realizações, sem discriminação nem privilégio. Os jovens devem ser fortes e sãos; adquirir o máximo possível de conhecimentos, em todas as áreas; desenvolver a consciência de classe; saber organizar-se. Conhecer as leis de desenvolvimento da sociedade e os mecanismos de exploração, especialmente os da forma mais elevada, o capitalismo (a Mais Valia) e as tendências do desenvolvimento social, na abolição de toda e qualquer exploração. Conhecer o ramo de trabalho a que se vão dedicar; dominar os métodos adequados de resolver os problemas a ele inerentes; possuir conhecimentos politécnicos que permitam conhecer as tarefas econômicas e as relações de trabalho nesse ramo e em outros. Relacionar as atividades culturais com as tarefas da produção (material e não material); a cultura e a técnica com o desenvolvimento humano. Pautar-se na concepção materialista de mundo; ligar a formação teórica com a prática social; ligar a formação política com a vida. Aprender a pensar por conta própria. (SAVIANI, 2011, p. 32)

Essa análise demonstra como o coletivo tem um papel essencial na formação de um novo homem comunista em formação. Nesse sentido, tendo como referência a teoria makareniana pode-se perceber o papel destacado do trabalho com perspectivas de coletividade. Na obra de Makarenko tem-se aliado a este fator a educação compreendida como trabalho racional. Aliado a esses pontos de trabalho e coletividade está a política de base leninista. Nesse sentido a educação não só tinha o papel de formar profissionais da nova geração, mas promover um novo tipo de comportamento, traços de personalidade necessários a um Estado soviético. Por isso, a importância do coletivo na Pedagogia desenvolvida na URSS, pois ele tem finalidades que são de aliar o trabalho e a nova política que se instaurou nos países do leste europeu, promovendo o fortalecimento da visão de proletariado enquanto coletivo, e esse coletivo enquanto nação tinha o papel de mostrar para o mundo que a teoria de Marx estava correta e que existia a necessidade da união de todos os proletários do mundo no sentido de revolucionar as estruturas impostas pela lógica capitalista que mesmo nos países que compunham a URSS ainda se mostravam presentes.

### 3.3 Fundamentos essenciais da pedagogia chinesa: O pensamento Mao Tse Tung

Nesse ponto, iremos apontar elementos essenciais da pedagogia chinesa e do seu papel no que se refere ao processo de formação desse novo homem. Caracterizaremos aqui o desenvolvimento da pedagogia chinesa entendendo que essa teve influências da estrutura econômica do país, ou seja, país dependente de base agrária com fundamentos de pensamento feudal. O ponto que apresentaremos é um processo de ruptura dessa lógica que ocorre principalmente pelo advento da conhecida Revolução Cultural que trará novos princípios e fundamentos relacionados à educação. É importante expor que essa análise na dissertação se justifica pela grande contribuição que se tem dessa experiência no que se refere à da relação teoria/ prática, trabalho/ ensino de forma clara e com objetivos claros sobre o papel que estes têm para a sociedade como um todo.

Apresentam-se nesse ponto as ideias educacionais no campo maoísta, ou seja, as concepções expressas pelo que dominamos de “Pensamento Mao Tse Tung”<sup>11</sup> aliado à realidade que se mostrou na China principalmente no período da Revolução Cultural e anos subsequentes de mando político de Mao. Não faremos um estudo crítico do que foi esse processo e as possíveis contradições que ocorreram no período assim como os posicionamentos contrários a ações realizadas no período.

Para iniciar essa discussão apresentamos uma síntese do que é a ideia pedagógica defendida por Mao expressada Rezzaghi (2009) da seguinte forma:

[...] muitas das ideias pedagógicas de Mao, presentes em seus escritos desde 1919, defendiam a noção de que educação não se limita somente ao período em que a criança frequenta a escola, mas dura à vida toda. A educação não é uma responsabilidade apenas da família (pais, avós, tios), mas é uma responsabilidade social, de todos os indivíduos; a formação para a autodisciplina e para a responsabilidade é extremamente importante. (REZZAGHI, 2009, p. 65)

Esse ponto aqui explanado tem grande importância para o objeto de pesquisa dessa dissertação, pois traz uma visão ampliada dos papéis da educação, do ensino e do trabalho não somente no plano teórico, mas no prático também. A

---

<sup>11</sup> As ideias e fundamentos de Mao Tse Tung no campo marxista, principalmente pelos maoístas é denominado de Pensamento Mao Tse Tung.

fundamentação utilizada se baseará principalmente em três livros que tem autores diversos sobre a situação do ensino na china, são eles: *China: Revolução do Ensino*; *Enseñanza y revolución em China* e *La educacion en China* e a dissertação desenvolvida por Rezzaghi (2009) sobre *A educação no período de transição socialista tomando como base a experiência chinesa da revolução cultural e as mudanças no ensino e nas relações de produção*.

### 3.3.1 O processo histórico da China e a educação

A exposição de elementos de base maoísta são pouco explorados e estudados no Brasil, por esse fato entende-se que é fundamental pontuar e contextualizar a história da China e as interferências dos momentos no processo de ensino do país. Por isso, será traçado uma linha que vai do feudalismo até a revolução chinesa. Utilizaremos aqui os marcos temporais definidos por Rios, em conjunto com análises de outros autores.

Rios (1973) demarca a história da educação e do ensino chinês em cinco etapas, que são:

1. **Período Feudal:** A China durante séculos foi um país dependente, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, e no seu interior a organização que imperava era de relações e estrutura feudais. A consequência dessa estruturação é que a população era empobrecida e tinha 95% de analfabetos. E os que tinham acesso ao ensino e a instrução tinham uma educação de base canônica, com velhas ideias e com ideias morais voltadas para a cultura imperialista. Conforme Rios (1973) explana no ano de 1911 tem-se a revolução democrática- burguesa que foi encabeçada por Yat-Sem, e surge a partir de então a vontade pelo povo de modificar a estrutura da China de tornar esse país em uma democracia de tipo ocidental. Com o tempo amadureceu-se a ideia que não era possível se ter uma democracia sem romper com a estrutura de dependência que a China possuía. O reflexo cultural desse período é o desenvolvimento de uma consciência anti-feudal e anti-imperialista tendo no país o desenvolvimento da discussão de ataque e combate do retrocesso e o obscurantismo social. Esse período é marcado pelas ideias de Confúcio, que foi um pensador e burocrata chinês que influenciou as ideias e

consequentemente o tipo de ensino ministrado na China desde o século V até o período revolucionário. Em artigo do *Remmin Ribao*<sup>12</sup> presente no Livro *Ensenanza y revolucion em China*, ao analisar as ideias desse pensador percebe-se uma forte ideia de divisão das classes e os motivos da subordinação de uma classe pela outra como podemos verificar na citação a seguir:

Para Confúcio o modelo de sociedade ideal, ou melhor dizendo “natural” era precisamente aquele que se apresentava entre seus olhos: uma sociedade dividida entre duas classes, a classe dominante, e detentora do poder (os proprietários de escravos) e a classe dominada (os escravos) entre ambos os grupos deveriam figurar os letrados, funcionários a serviço do bloco dominante, que constituíam uma casta privilegiada. Para Confúcio e seus discípulos, o povo, salvando algumas individualidades, era um conjunto subdotado intelectualmente por razões biológicas (baixo coeficiente de inteligência devido a fatores genéticos, como se diz hoje) e por tanto incapaz de governar, essa tarefa devia ser confiada a inteligência dos letrados, porém o trabalho manual- vil e inferior ao trabalho intelectual- era trabalho próprio dos escravos. (SENENT- JOSA, 1977, p. 11)

**2. Período de libertação (1919- 1949):** Período marcado pela luta armada dirigida pelo Partido Comunista da China (PCCh). E como reforça Rios os chineses dizem que nesse período tem-se a queda de três montanhas, que são: o feudalismo, o imperialismo e o governo de Kuomintang. Nesse momento no que se refere a educação essa se baseou num ensino com influência forte do Pensamento Mao Tse Tung, que era o líder principal desse processo. Mao definiu como apresenta Rezzaghi (2009) uma dezena de princípios pedagógicos, que são:

Iniciar o educando na vida escolar com cautela (a criança precisa de atenção especial para se adaptar ao novo ambiente); avançar do próximo ao distante, do superficial ao profundo (contrariamente ao Método da escola tradicional, que proporciona o conhecimento do mundo e da vida através de modelos, o que distancia o conhecimento da realidade do educando); começar pelo mais fácil e chegar ao mais difícil; popularizar a educação; utilizar linguagem clara; despertar o interesse dos ouvintes, fazer as aulas interessantes; falar com gestos, se necessário; repetir incansavelmente o fundamental da aula, até alcançar a compreensão total; resumir o que foi dito, reforçando o mais importante (REZZAGHI, 2009, p. 13)

Esses princípios são a base do ensino na China comunista anos mais tarde. Todos eles permitiram que a educação estivesse a serviço do povo, e também considerasse todos os problemas históricos de distanciamento com a vida do povo.

---

<sup>12</sup> Jornal que Mao Tse Tung utilizou para expor suas teses e pensamento para a população da China.

### 3. Período de influência soviética ou etapa da sovietação (1940 a 1954):

Com o triunfo da Revolução Chinesa em 1949 por meio da direção do Partido Comunista da China tem-se nesse país a segunda experiência de grande envergadura revolucionária no mundo. Nessa época a China tinha uma íntima relação com a URSS e com apoio de Stalin teve-se a aplicação de um modelo de base soviética no oriente. A proximidade política marca a educação chinesa, inclusive com a presença de educadores soviéticos na China. Essa influência da URSS fica claro no estudo realizado por Rezai (2009), onde a autora disserta que:

Uma das mais importantes fases da reforma da educação pós-1949 foi a adoção do modelo soviético. Por aproximadamente dez anos, o slogan “aprender com a União Soviética” foi o guia para as reformas no currículo, no método de ensino, na organização e administração escolar. A língua russa substituiu o inglês, e os professores de inglês tiveram que aprender o russo para continuarem com seus cargos de professores de língua estrangeira. Grupos de educadores soviéticos foram à China e divulgaram suas ideias e práticas educacionais. Delegações chinesas também foram à URSS para estudarem a educação russa em sua aplicação prática. O lema “aprender com a URSS” atingiu os diversos níveis escolares, mas principalmente o ensino superior, que abandonou o estilo americano de educação em favor de universidades politécnicas com soviéticos em cargos estratégicos, e prolongou a duração dos cursos para cinco anos. (REZZAGHI, 2009, p. 19)

O esforço principal foi referente à alfabetização, visto que o número de analfabetos era gigantesco, assim como a criação de universidades para operários e camponeses. Nesse momento não se teve grandes modificações com relação aos tempos escolares, fato que somente acontece no período da Revolução Cultural. No campo da Pedagogia tem-se como base o estudioso Iran Andreevick Keirov, que era considerado sucessor de Makarenko e opositor de Dewey. A sua influência foi tão grande que seus textos foram traduzidos para o chinês com a finalidade de ter fundamentos de aplicação na realidade educacional chinesa. Como cita Rezzaghi (2009):

Keirov considerava a educação como um fenômeno puramente humano, não considerando a relação que a educação estabelece com as classes sociais, com a luta de classe, que foi vista como essencial por Marx e Engels. Os críticos de Keirov afirmam que a educação primeiramente desenvolve as necessidades para a luta de classes, e não supre apenas meras necessidades humanas abstratas. As ideias básicas de Keirov podem ser apresentadas em sete pontos:

1. A educação é um fenômeno humano;
2. Os adultos, mediante a educação, transmitem seus conhecimentos e experiências aos jovens. Por consequência, as escolas socialistas têm uma

tarefa primordial: ensinar aos educados os conhecimentos gerais, profundos e exatos, sobre a natureza, as sociedades, e o desenvolvimento do pensamento humano.

3. Todas as crianças são iguais quando se trata de adquirir conhecimento

4. As escolas têm uma dupla tarefa:

a) formar educados para os estabelecimentos de ensino superior e,

b) formar os educados que mais tarde serão incorporados ao trabalho produtivo;

5. A educação é boa quando os educados assimilam os conhecimentos acumulados por toda a humanidade depois de séculos. Eles constituem um tesouro científico, sólido, seguro.

6. A melhor maneira de ensinar é na sala de aula. Cada palavra, cada ordem do professor tem valor de lei.

7. Deve ser excluído do curso tudo o que é discutível ou necessita ser confirmado pela ciência. (REZZAGHI, 2009, p. 21)

A linha soviética no que se refere ao ensino como se pode perceber e até mesmo por análise da época:

(...) não era o que havia sido no decênio que seguia à Revolução de Outubro com um clima de viva experimentação, antiautoritaríssimo e compromisso com a sociedade que prevaleceu então na escola soviética e que havia sido admirado pelos professores progressistas de todo o mundo. A experiência soviética havia fracassado e o “vento direitista” como diziam os chineses, havia voltado a recompor um modelo de escola não muito distinto da escola capitalista, um modelo de escola destinado a reproduzir a divisão social. (SENENT- JOSA, 1977, p. 14)

Esses pontos apresentados e os fundamentos que Keirov coloca como essenciais para a educação demonstram um distanciamento da linha que Mao Tse Tung apresentava como essencial no processo de ensino e também vai em oposição ao que Makarenko, Krupskaia e Pistrak defendiam na URSS anos anteriores. Pode-se perceber uma divisão entre trabalho intelectual e manual, desvinculação entre teoria e prática e fuga de elementos marxistas. Durante um período essa linha esteve presente nas escolas chinesas, porém em seguida com o rompimento com a URSS, a China segue um novo caminho.

**4. Período de crises e pré- revolucionário (1956- 1966):** Este período é abundante em fatos políticos. No ano de 1956 na URSS tem-se por parte de Kroutchev a condenação de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista das Repúblicas da União Soviéticas (PCUS). E as relações de China e URSS começam a fragilidades e um processo de rompimento relacionado com o caminho da revolução proletária mundial. Essa contradição pode ser verificada pela retirada de técnicos soviéticos da China de forma abrupta, e também pelo seminário organizado



na China durante cinco meses em 1956 para comunistas latino-americanos com a finalidade de debater as discrepâncias entre a União Soviética e a China.

Ao mesmo tempo em que se tinha esse contexto no âmbito de ligações internacionais, na China Mao Tse Tung pronuncia um discurso sobre “*As justas soluções das contradições no seio do povo*”, devido a problemas internos que surgiam. Em meio a esse contexto têm-se mudanças educacionais que já vinham ocorrendo desde 1951, que era a ampliação do ensino para as camadas populares, assim como um processo de reforma educacional, porém não era uma revolução educacional com a finalidade de romper a estrutura das escolas, pois ainda não existia nesse espaço a finalidade de formar o “novo homem” como era finalidade da educação de base socialista /comunista.

O ano de 1957 foi marcado por uma reestruturação do sistema de ensino chinês com a finalidade de romper com a organização e estrutura que este tinha no país, que era de burocratização das relações no interior da escola, privilégio de crianças que tinham origem burguesa e também no interior do partido duas linhas se expunham, de um lado os que viam que a educação deveria ser universal e de outro que a educação deveria ser técnica. Por esses fatos:

Mao lançou em 1958 o Grande Salto Adiante, que na esfera educacional foi uma forma de romper com os sistemas educacionais estrangeiros, elitistas, além de propor mudanças, na tentativa de adaptar a educação aos objetivos do Estado chinês e favorecer a formação do “novo homem”. Uma primeira mudança realizada foi o incentivo aos educados e professores para que participassem do trabalho produtivo regular como forma de eliminar a noção de superioridade da elite intelectual. Entre abril e junho de 1958 foi elaborado um documento intitulado “A educação deve ser combinada com o trabalho produtivo”, que resultou em duas mudanças fundamentais: aplicação do princípio de combinação dos estudos com o trabalho manual em todos os estabelecimentos escolares; as escolas secundárias agrícolas deveriam responder às necessidades dos educados que continuassem seus estudos no nível médio, além de formar técnicos agrícolas, capacitados para a demanda da área rural. Esse mesmo documento apresentou algumas críticas a concepções existentes na sociedade chinesa, como por exemplo, a ideia de que apenas o conhecimento livresco é um conhecimento válido, não considerando conhecimento aquele que é obtido pelas experiências práticas, pelo trabalho produtivo. Há a defesa da participação das massas na administração escolar, não sendo esta exclusividade dos intelectuais e especialistas da área pedagógica. (REZZAGHI, 2009, p. 28)

O Grande Salto Adiante significou a aceleração do processo de industrialização e das comunas populares através da socialização integral da agricultura. Esse momento junto com o rompimento aberto da China com a URSS

constituiu no plano interno a divisão em dois blocos, de um lado Mao Tse Tung com a defesa da política com central e de outro Liu Shao-Chi o presidente da República que rechaçava as posições de Mao por entender que essas eram duras e também por existir uma desvalorização do técnico na administração, valorizando a política como elemento principal.

O contexto externo e interno demonstrava assim a necessidade de uma mudança da situação que se apresentava na China que era a visualização de elementos da cultura burguesa, cada vez mais fortes. Tem assim por parte de Mao Tse Tung juntamente com jovens o pensamento de que era indispensável uma revolução cultural a fundo, pois os problemas de ordem política, econômica estavam ligados aos problemas educacionais. Existia na China nos anos de 1960 uma organização de escola conservadora e essas tinham de um lado escolas que recebiam recursos grandiosos com uma qualidade excepcional ao passo que se tinham escolas que não recebiam recursos e tinham um ensino raso. O contexto da educação escolar era assim com:

Predomínio da linha conservadora mais de 45% dos estudantes eram de origem burguesa; a antiga mentalidade capitalista e burguesa ressurgia até mesmo nas comunas populares; a corrupção, o nepotismo e os desvios doutrinários cresceram; e a maioria da população perdeu o direito de decisão, que estava novamente nas mãos dos altos quadros do partido, que centralizaram a administração. Dessa forma pode-se dizer que a linha conservadora era elitista; privilegiava as escolas urbanas; dava preferência ao ingresso dos filhos da burguesia nas escolas e universidades, por considerá-los mais capacitados que os filhos dos operários e camponeses; era defensora dos exames seletivos para ingresso nas escolas, privilegiando aqueles que possuíam um nível cultural mais elevado; além disso, via a prática e a teoria como dois processos distintos; e, por fim, a educação deveria estar nas mãos dos especialistas que possuíssem anos de experiência em ensino e vários diplomas acumulados. (REZZAGHI, 2009, p. 34)

Essa prática e as ideias que proviam dela eram combatidas por Mao que entendia que:

As massas deveriam ter participação efetiva no poder. Com isso defendia as escolas com meio período dedicado ao estudo e meio período ao trabalho; dava preferência aos estudantes de origem operária e camponesa; a educação deveria servir às necessidades de cada região do país; a região rural teria preferência, os diplomados nas cidades deveriam ir ao campo para auxiliar no que fosse preciso; muitos indivíduos do campo seriam escolhidos pelos próprios trabalhadores rurais para realizarem seus estudos nas cidades, de acordo com sua qualidade profissional e sua posição política. Era preciso combinar a gestão do governo com a iniciativa das

comunidades locais, a fim de construir um aparelho escolar diversificado que se estendesse por todo o país; a direção central do partido deveria coexistir com as autoridades locais; os conteúdos programáticos deveriam ser determinados pela população local visando a melhor adaptação quanto às diversas regiões e suas respectivas necessidades. As escolas seriam diversas, mas deveriam integrar teoria e prática, e na medida do possível as unidades de produção deveriam ter suas próprias escolas, e as escolas teriam suas pequenas fábricas e campo para plantação, visando combinar a educação em classe, o trabalho produtivo e a experiência científica (REZZAGHI, 2009, p. 34).

O contexto que se tinha na China pelo nível de contradição política permitiria em pouco tempo a restauração do capitalismo. Por esse fato como dito anteriormente, Mao e jovens seguidores de seu pensamento colocam em prática o plano de uma Revolução Cultural Chinesa. O Grande Salto Adiante significou a criação das primeiras comunas populares e a primeira revolução educativa destinada a transformar o sistema escolar, pois existia a compreensão que era necessária forjar um novo homem socialista, e que este tivesse uma formação que unisse estudo, trabalho, trabalho intelectual e trabalho manual. Esse período foi marcado pela defesa do opositor de Mao na época, o conhecido Liu Shao-chi de uma escola baseada nos princípios soviéticos de Kirov, que insiste numa educação puramente escolar, desligada da prática e totalmente livresca. Esse posicionamento foi amplamente debatido no Comitê Central do PCC e como colocamos anteriormente esta crítica proporcionou o desenvolvimento da Revolução Cultural anos mais tarde.

**5. Período da Revolução Cultural (1966- 1969):** A Revolução Cultural é denominada por Rios (1973) como “a Grande Revolução Cultural Proletária” e que os chineses a definem como *“movimento de massas destinado a prevenir a restauração do capitalismo, consolidar a ditadura do proletariado e edificar o socialismo na China.”* p 24. Este movimento é:

Único no seu gênero na história do mundo, significou basicamente o ascenso ao poder por parte do proletariado, a erradicação de privilégios, a democratização de fábricas e comunas populares, a simplificação de procedimentos administrativos e a formação das bases sobre as quais se devia construir o socialismo. (RIOS, 1973, p. 24)

A revolução cultural foi um movimento iniciado por estudantes que tinham críticas à educação chinesa, pois esses viam no ensino, que os cursos eram longos

e formais e não tinham aplicação na prática. Assim, a educação promovia um distanciamento da vida do povo, principalmente com os camponeses, e quando os filhos de operários e camponeses tinham acesso ao conhecimento escolar estes recebiam dos que possuíam conhecimento teórico e literário uma grande discriminação. Esse tom de crítica à educação para o povo que iniciou a revolução cultural como aponta Rios:

Começou, pois a revolução, com críticas ao sistema educativo e como um movimento orientado a modificar a arte e a literatura burguesa e concluiu sendo tomar o poder desde baixo, por parte das massas. Ou seja, instauração de uma autêntica ditadura do proletariado e, principalmente, a organização da maior população do mundo, sob um credo, ideal e objetivos comuns. Uma revolução tão profunda tinha que gravitar sobre a superestrutura social: educação, cultura e arte. (RIOS, 1973, p. 24)

Mao Tse Tung produziu um texto em conjunto com o Comitê Central do PCCh em que em linhas gerais apresenta a seguinte posição:

Ainda que derrotada, a burguesia trata ainda de utilizar suas velhas ideias, sua velha cultura, para corromper as massas, conquistar a mentalidade do povo e restaurar seu poder, O proletariado deve fazer todo o contrário: deve responder ao desafio ideológico da burguesia com as novas ideias e cultura proletária. Há que criticar as autoridades acadêmicas, criticar o atual sistema educativo e os princípios e métodos de ensino em nossas escolas (...) a educação deve estar a serviço da política do proletariado e estar combinada ao trabalho produtivo. (SENENT-JOSA, 1977, p. 16)

Essa discussão demonstra como a Revolução Cultural teve como tarefa fazer com que os processos educativos no geral, incluindo o ensino e a instrução servisse ao povo chinês. É importante compreender que os momentos de radicalização das estruturas educacionais se davam por existir a compreensão de que o ensino na China seguia diretrizes burguesas e se apontava como necessidade colocar a política no primeiro plano. A avaliação realizada por alunos é que

[...] o ensino como vinha sendo praticado estava separado da realidade; os estudantes se encontravam distante da vida das massas e não tinham contato com a prática política e científica, nem com a produção. Além disso, denunciaram que os filhos dos antigos burgueses gozavam de maior respeito que os filhos dos operários e dos camponeses; os exames de seleção eram de estilo burguês, favorecendo a formação de “novos mandarins da cultura” e não servidores do povo. Ou seja, a educação era extremamente marcada por vestígios do passado. (REZZAGHI, 2009, p. 44)

Mas além dos estudantes que tinham contato com esse ensino, tornou-se necessário fazer um debate amplo sobre a questão cultural com operários, camponeses e soldados para que estes avaliassem a condição que a China estava no que se referia ao ensino, à instrução e à cultura. Porém, existia dificuldade de fazer este debate com estes sujeitos no momento que eles não compreendiam sobre pedagogia e a estrutura interna de todo esse processo. Por esse fato, criou-se um veículo de discussão importante com as massas, o conhecido periódico *Remmin Ribao (Diário do Povo)*, ele tratou de questões fundamentais que promoveram uma discussão próxima da linguagem do povo, mas que não deixava de tocar em elementos centrais de forma profunda. E o resultado dessa iniciativa foi uma ampla discussão tendo como resultado uma profunda análise crítica ao sistema operante no país. Entre os principais estão:

a) Crítica ao planejamento de Kirov, pois este promovia uma organização social baseada na estrutura de sociedade de classes, ou seja, seguindo a dinâmica capitalista. Existia também segundo a avaliação realizada um ensino em que se homogeneizava o ensino não tomando como parâmetro as diferenças de realidade e a consequência desse fato ao tomar a educação escolar como um todo e o reflexo dela na cultura era uma pirâmide onde somente uma minoria conseguia chegar aos níveis mais altos de estudo. (RIOS, 1973, p.27)

Segundo Rios (1973) tem-se também nessa avaliação:

- b) Ao avaliar o rendimento escolar exclusivamente mediante notas numéricas que julgam o conhecimento teórico, a escola coloca em primeiro lugar a inteligência do educando. Em outras palavras: só se leva em conta a capacidade do educando em reter informações culturais. A escola informa, instrui, mas não educa.
- c) A organização escolar separa os educados dos trabalhadores. É uma escola que cultiva o intelecto, consome informações, mas não produz nada.
- d) A escola frente ao trabalhador tem duas atitudes: ou o transforma aburguesando-o, ou o rejeita. Tudo isso em um país como a China, que requer alto índice de produtividade, para elevar o nível de vida do povo.
- e) Indiferente à realidade chinesa, a escola, sem nenhuma sensibilidade proletária, forma intelectuais, dirigentes e especialistas que mais tarde governarão em nome do povo e em seu lugar.
- f) Graças ao domínio cultural e especialmente por intermédio da educação, se pretende retornar o poder político da burguesia a fim de submeter o proletariado à repressão e à dominação.
- g) Os centros educativos se baseiam exclusivamente em 'livros mortos'. Patrocinam a propriedade privada do conhecimento com o objetivo de criar privilegiados e dar-lhes posições de liderança e reconhecimento.
- h) A educação é hipocritamente apolítica, pois tendo em vista a recuperação do poder por parte dos nobres intelectuais egressos das universidades, tem propósitos políticos ocultos: aspira à restauração dos

valores burgueses e quer converter a China em um país revisionista, pró capitalista e anti-proletário.

i) Os estudantes provenientes de famílias operárias ou camponesas agem como tais durante o primeiro ano de estudos. No segundo, começam a buscar a comodidade, o conforto, e no terceiro ano não se recordam de seus pais, e às vezes até os repudiam. (RÍOS, 1973, p. 27)

Partindo das discussões que se teve, o Comitê Central do Partido Comunista da China no ano de 1968 baseado no pensamento Mao Tse Tung coloca a necessidade de uma reforma do antigo sistema de educação, assim como os seus princípios e métodos de ensino. Esse processo se deu pouco a pouco, por meio de discussões políticas, publicações e periódicos sobre o tema na China. A base central que se tinha é que a educação deve estar a serviço da política do proletariado e combinada ao trabalho produtivo. No que se refere à organização do Estado e o processo revolucionário no plano cultural, o birô político do PCCh expressava a necessidade de mobilizar as massas para consolidar os planos da revolução cultural no país- que não se referia somente às questões do ensino, mas todas as formas de entender o mundo, pois o principal era consolidar a ditadura do proletariado e o sistema socialista, evitando que as posições revisionistas que apareciam com frequência, principalmente lideradas por Deng Xiaoping. Nos documentos produzidos pelo partido como disserta Rezai (2009) existia a afirmação de que

A revolução deve identificar e destituir elementos que seguem a via capitalista e a ideologia burguesa; é preciso confiar na ação das massas, que são os órgãos do poder da revolução; o movimento deve se estender até as fábricas; deve haver unidade entre as massas e os quadros; a luta deve se desenvolver sem violência. (REZZAGHI, 2009, p. 47)

No que se refere à questão educacional a mesma autora apoiando em Jean Daubier em seu livro *História de La Revolución Cultural Proletária en China aponta que:*

É uma tarefa de suma importância na grande revolução cultural proletária transformar o antigo sistema educacional e os antigos princípios e métodos de ensino. Na grande revolução cultural é preciso acabar totalmente com a dominação dos intelectuais sobre os nossos centros docentes. A política formulada pelo líder Mao Zedong, de que o ensino deve servir à política proletária e combinar-se com o trabalho produtivo, tem que ser aplicada em todos os tipos de escolas, para que todos os que recebem a educação se desenvolvam moral, intelectual e fisicamente, e cheguem a ser trabalhadores cultos e com consciência socialista. O período de estudo deve diminuir. Os programas devem ser menores. O material de ensino deve ser totalmente transformado, em alguns casos começando por simplificar o material que é complicado. A tarefa principal dos estudantes é estudar, mas devem também aprender outras coisas. Isto é, não apenas

devem estudar os livros, mas aprender o trabalho industrial, a agricultura e os assuntos militares e, quando for possível, fazer parte da luta da revolução cultural para criticar a burguesia. (DAUBIER, 1972 apud REZZAGHI, 2009, p. 48).

A partir dessa discussão iremos apresentar no próximo ponto os princípios que a pedagogia chinesa desenvolveu e entender como ela se aplica à discussão desenvolvida anteriormente sobre o papel da teoria e da prática e da relação do trabalho na formação do homem.

### **3.3.2 Os princípios da pedagogia chinesa**

No ponto anterior traçamos uma linha de desenvolvimento da educação da China e dos impactos da compreensão de mundo em cada período no ensino. Trataremos aqui da visão que se consolida no período da Revolução Cultural onde se tinha como tarefa realizar uma revolução do ensino, em que Mao e o PCCh colocam como responsabilidade da classe operária exercer a direção de tudo, o que inclui as escolas e outros espaços de ensino que existem no país. Nesse período as escolas foram fechadas e depois retornaram buscando aplicar uma nova política baseada no Pensamento Mao Tse Tung. Esse fato se dava por compreender que a questão fundamental da revolução é o poder, seguindo a linha de Lênin. Assim sendo, era tarefa do proletariado e dos camponeses dirigir escolas como apontamos anteriormente. Esse período solidificou princípios novos baseados na teoria marxista e no ponto de vista do povo. É importante ressaltar que existia a compreensão de que havia dois modelos de escola e conseqüentemente de ensino, que são o acadêmico e o revolucionário. Eles são apresentados da seguinte forma:

O modelo acadêmico é conhecido e adotado por diversas sociedades. Seus traços principais são: ser centrado na escola, ser orientado pelo conhecimento, sua intenção central é promover o conhecimento acadêmico, e a escola é o local por excelência onde o ensino ocorre, sendo a sala de aula, junto com os laboratórios e bibliotecas, o coração da escola. Aprender significa conhecimento e o conhecimento é adquirido por meio dos livros, e para facilitar essa aquisição temos as disciplinas (matérias) e a separação em níveis. Em oposição, o modelo revolucionário, que recebe essa denominação não apenas por servir à causa revolucionária, mas também por ser o modelo que mais radicalmente se afasta do modelo acadêmico, pode ser resumido da seguinte forma: a escola perde importância, enquanto a sociedade toda passa a educar; o aprendizado ocorre nas fábricas, no campo, nas ruas, e não apenas na sala de aula; as campanhas de massa

são incentivadas pelo seu valor educativo; nesse modelo o conceito de educação vai muito além da escola e da aquisição de conhecimento, não havendo distinção entre educação formal e informal; a educação é orientada para a ação, e o resultado da adoção desse modelo é o ativista revolucionário, que foi modelado para servir à revolução. Nesse modelo, com a contribuição de Mao, não se aceitava o desenvolvimento intelectual como objetivo exclusivo da educação, afinal suspeitava-se que isso pudesse favorecer a perpetuação da burguesia. (RAZZAGHI, 2009, p.87)

Nesse sentido, o que se coloca ao tratar de princípios da pedagogia revolucionária chinesa é que o:

Objetivo mais importante da revolução é transformar o antigo sistema educacional e os velhos princípios e métodos de educação”, lembrando que esses velhos princípios e métodos são aqueles do modelo acadêmico (RAZZAGHI, 2009, p.88).

Seguindo esse fundamento serão analisados a seguir os princípios gerais que se expressam na perspectiva maoísta de educação e na teoria do conhecimento que se baseia, como vimos são três grandes movimentos: a Luta de classes, a luta pela produção e a luta pela experimentação científica. Esses três elementos se condensam a seguir em dois princípios centrais que são: a política como elemento central na formação e o trabalho produtivo aliado ao ensino e conseqüentemente a aliança entre teoria e prática.

### **3.3.2.1 A política como elemento central na formação educacional**

Os textos de Mao Tse Tung sobre educação apresentam um ponto fundamental, é que a educação deve estar a serviço da política do proletariado e combinada com o trabalho produtivo. Com relação à política essa segue a linha marxista-leninista e tem como entendimento do mundo o materialismo-histórico e dialético. É importante frisar que a:

[...] preocupação de Mao era com a formação ideológica, física e moral do novo homem que a revolução necessitava, e o papel do novo modelo educacional era o de fornecer os elementos necessários para uma educação totalmente consagrada ao povo chinês e à sua revolução social, por isso ela devia ser fundamentalmente política, não tendo como tarefa principal a formação de engenheiros, advogados, acadêmicos, mas sim revolucionários com sólida consciência ideológica, afinal “a revolução deve dar-se, em primeiro lugar, na mente do homem”. (REZZAGHI, 2009, p. 66)



Essa afirmação se expressa também pelo que Rios aponta sobre os acontecimentos na China no período da Revolução Cultural, no qual existia a compreensão por parte dos chineses de que a educação antiga serviu para formar mandarins acadêmicos totalmente divorciados do povo e a nova educação tinha como finalidade formar ideológica, física e moralmente o novo homem que a revolução necessitava.

A compreensão existente é que era preciso promover uma revolução na mente, no pensamento do homem, pois sem estes não adiantaria o processo de coletivização da produção, erradicação das condições sociais precárias entre outros instrumentos de eliminação da estrutura social que ocorre numa sociedade de classes, tudo seria falso e de aparências. Os esforços da educação deveriam estar no sentido levar aos espaços educativos, partido político, centros de trabalho e meios de comunicação de massas terem como prioridade a formação da consciência ideológica, por isso, que a revolução se daria primeiro na mente. A política está no comando das relações e nas escolhas a serem feitas, e o ensino e a instrução não fogem dessa perspectiva na pedagogia chinesa. Para que essa diretiva ocorresse de forma ampla como Rios (1973) apresenta era necessário:

A educação chinesa, em todos os seus níveis e modalidades deve ser, antes que nada, educação política: iniciar-se nos jardins de infância e continuar em escolas e universidades. Nada pode deixar de ter formação política dada em forma racional e sistemática. (RÍOS, 1973, p. 33)

Essa análise feita pelo autor se liga ao que Rezzaghi escreve sobre o processo de revolução do ensino a partir de 1967, como consta na seguinte citação:

Educação política assumiu uma grande importância, estando presente no ensino regular, mas também no interior de fábricas, comuna, e outros locais, com o intuito de promover o estudo das ideias de Marx, Lênin e de Mao Zedong, assim como incentivar o conhecimento da realidade político-social chinesa, além de se aplicar a linha de massas e a participação político-social. A linha de massas significava que “tudo devia partir das massas e retornar às massas”, ou seja, as escolas estavam a serviço da comunidade, e por isso tomavam a forma e a função que as massas determinavam. (REZZAGHI, 2009, p. 56).

No que se refere a essa perspectiva de educação política tem-se três elementos importantes que estão ligados entre si, são eles: O pensamento Mao Tse

Tung; a aplicação da linha de massas e a participação e o conhecimento da realidade política e social da China. Entende-se por Pensamento Mao Tse Tung de forma sintética que:

- a) Nada pode iludir o trabalho manual nem a participação direta na indústria ou na agricultura;
- b) Guerra ao individualismo: se vive, se existe, em função da sociedade;
- c) Não existe conhecimento sem prática;
- d) Um se divide em dois. Ou seja, todo fenômeno tem seu lado positivo e negativo, é necessário conhecer a contradição;
- e) Há de se apoiar nas próprias forças e trabalhar incansavelmente;
- f) A verdade sempre está com o povo. O poder das massas é ilimitado. Atuar de acordo com as necessidades e desejos é estar de acordo com a verdade e é garantia de ação revolucionária.
- g) Levar uma vida simples, sóbria. (RIOS, 1973, p. 35)

Com relação a aplicação da linha de massas e a participação como elemento político, este se baseia no princípio de que, quem determina todas as ações relacionadas às escolas no seu processo de gestão e organização são as massas dirigidas pela ideologia comunista. E essa é uma linha política que parte do fundamento de que deve-se partir das massas e voltar às massas, ou seja, partir das necessidades das massas e permitir que elas dirijam todas as conquistas à elas destinadas. Esse fator, nas escolas chinesas segundo o que Rios demonstra permitiu um estreitamento das relações entre família e escola, pois os pais opinavam sobre a educação dos filhos o que os fazia sentir como pertencentes do processo educativo. A questão da participação se relaciona intimamente no espaço escolar e outros de cunho educativo com a ligação com o povo, e assim tem-se a ciência e a técnica a serviço do povo e não de uma pessoa. Médicos, engenheiros e agrônomos devem segundo essa linha estudar não para ter prêmios ou serem reconhecidos individualmente, mas para solucionar problemas do povo.

Com relação ao conhecimento da realidade política e social na China as obras de Mao falam da importância de aliar as lutas do povo Chinês com as de outros povos. Nesse sentido, a história tem um valor grande, pois ela traz pontos que demonstram o papel que se tinha nessa formação de um novo homem. A história se liga à Geografia, ramo da ciência muito valorizado na China nesse período, pois ela permite um estudo físico, econômico e político do mundo, permitindo alcançar a justa compreensão da situação mundial e das relações internacionais fato que deveria ser de conhecimento de todo revolucionário.

O aprendizado tem como base na escola chinesa a prática social. Nesse sentido, existe como critério da verdade a prática, e é ela que confirma a teoria. Essa prática traz consigo a participação individual na luta pela produção, o que significa aliar ensino e trabalho, que na China se deu nas granjas, nas fábricas e nos campos de cultivo. O espaço escolar introduz elementos que envolvem o trabalho e a vida do povo colocando em seu interior instrumentos que servem para compreender o conhecimento da vida e ação de operários e camponeses por parte dos estudantes, pois para conquistar elementos relacionados à produção do conhecimento teórico e prático era necessário conhecer a realidade do povo chinês. Esse ato é um ato político, pois ressalta a quem deve servir a escola, o ensino e todas as ações do Estado, no caso o povo. Assim a política está presente em todas essas ações e se concretiza baseando nas obras de Mao que segundo Rios se dá por meio de quatro imperativos:

- 1º O homem deve primar sobre a matéria;
- 2º o trabalho político, sobre as outras tarefas;
- 3º o trabalho ideológico sobre os outros aspectos do trabalho político;
- 4º As noções concretas acima das noções livrescas. (RIOS, 1973, p. 40)

Esses imperativos colocam como questão central a política e a visão de mundo materialista, contrapondo a visão idealista e metafísica que imperava na China há milhões de anos.

### **3.3.2.2 A combinação de ensino e trabalho produtivo**

Ao discutir sobre a educação na China e suas modificações no período revolucionário, um ponto que ressalta é a aliança entre trabalho produtivo e ensino, que também significa a ligação entre trabalho manual e intelectual. O significado dessa formação científica segundo a concepção apresentada é a elevação científica e intelectual que permita conhecer o processo produtivo como um todo e também ressalta o caráter classista e de defesa da política do proletariado. Esse modelo cercou todas as instâncias, inclusive no interior do Partido, pois existia como diretiva que os quadros do Partido deveriam participar do trabalho coletivo de produção, pois a ligação com as massas se dava por meio do trabalho. Todos devem trabalhar, e o significado dessa afirmativa para os membros do Partido é que estes não deveriam

tornar-se burocratas distanciados do povo, além de evitar o revisionismo o dogmatismo.

No processo revolucionário chinês que implicou na estruturação da pedagogia desenvolvida no país, buscou-se uma formação teórica que servisse aos trabalhadores para que estes pensassem a sua condição e que a escola fosse um espaço aberto para discussões das contradições políticas existentes na China e no mundo. As contradições em geral expressavam pelo embate da política revolucionária *versus* a política revisionista, sendo que a segunda, servia a interesses capitalistas. Assim pode-se dizer que existia a preocupação de colocar a ideologia do proletariado no comando de todas as ações.

Ao discutir sobre o papel do trabalho como instrumento de ensino têm-se duas formas deste se apresentar, um nos diversos espaços sociais e outro na escola. Nesse sentido, qual é o princípio que está por traz dessa ação? É a compreensão da necessidade na formação de trabalhadores, camponeses e estudantes aliada a teoria à prática. O significado dessa aliança para trabalhadores e camponeses e intelectuais é formar trabalhadores cultos com uma consciência socialista, e que estes tivessem acesso ao conhecimento teórico que deveria estar aliado à atividade prática destes. Também era necessário, que os intelectuais da antiga sociedade aliassem seu trabalho teórico às atividades que se desenvolviam pelos trabalhadores. Existe a busca em popularizar a teoria e a prática de forma que estudantes e teóricos estivessem em contato com o trabalho produtivo, tanto no campo como na cidade.

A discussão sobre a relação teoria e prática assim se relaciona diretamente com ensino e trabalho produtivo e conseqüentemente com a tarefa de construção de uma nova educação, um novo ensino para uma nova sociedade. Nesse aspecto existe a ideia e prática da destruição do velho modelo para criar o novo, com novas ideias e práticas. Nesse sentido, que se coloca a questão da direção, pois como apontado nos textos da época escritos por Mao ou membros do Partido era tarefa da classe operária a criação de um sistema de ensino proletário, em que os valores, comportamentos e a própria direção fossem os trabalhadores, quebrando a lógica burguesa onde os intelectuais fixados na teoria dirigissem as escolas, pois essa organização permitia que valores e princípios ideológicos burgueses se apropriassem das práticas e ações escolares.

Nas escolas colocava-se a necessidade de elaboração de cursos cujo conteúdo deveria ser simplificado. Porém, este deveria ser melhorado e estreitamente ligado ao trabalho produtivo. Esse fato é compreendido a partir da seguinte citação:

A característica da reforma da educação nesta escola é o seguinte: sair da sala de aula, ter como professores os operários e camponeses, fazer unidades produtivas, aulas de estudo, ligar teoria à prática, é instruir-se seja com o olhar na produção agrícola de campo. Mantendo o ensino teórico intimamente ligado à prática de produção dos educados a assimilação é rápida, lembrando-se bem e como aplicá-la. <sup>13</sup> (SENENT-JOSA, 1977. p. 109)

Essa noção de aliança de trabalho produtivo e teoria como forma de desenvolver cada vez mais as técnicas para aperfeiçoar a produção humana na China é o que vai mais se colocar como princípio de formação e reflete:

A defesa feita por Mao da importância dessa união se baseava na compreensão de que enquanto o trabalho intelectual for muito mais valorizado que o trabalho manual, estarão em vigência os valores da sociedade burguesa, e por isso nenhum esforço para mudar completamente essa noção é em vão. (REZZAGHI, 2009, p. 70)

Assim compreende-se o motivo de aliar a prática de produção e estudar trabalhando e este fato se dá em acordo com a compreensão de que a educação deve estar a serviço do proletariado e associada ao trabalho produtivo. Essa visão se refere a uma compreensão como aponta Mao Tse Tung que:

Os trabalhadores devem aprofundar suas conquistas intelectuais, e os intelectuais devem unir-se aos trabalhadores, seguindo: Ao tomar parte no trabalho produtivo, os quadros mantêm de modo mais amplo vínculos constantes e estreitos com o povo trabalhador. Trata-se de uma medida de importância fundamental, no regime socialista, que contribui para se vencer o burocratismo e a impedir o revisionismo e o dogmatismo. (SENENT-JOSA, 1977, p. 113)

Percebe-se que existe a valorização da prática, porém a teoria não é desvalorizada, inclusive porque existe a preocupação de aliar o ensino ao trabalho

---

<sup>13</sup> Traduzido La característica de la reforma de la enseñanza em esta escuela es la siguiente: salir de las aulas, tomar como maestros a los obreros y a los campesinos, hacer de las unidades productivas aulas de estudio, ligar a teoría a la práctica, instruirse sea con la mirada em la producción agrícola del campo. Manteniendo las enseñanzas teóricas estrechamente ligadas a la practica de la producción los alumnos las asimilan rápidamente, las recuerdan bien y las pueden aplicar. (SENENT-JOSA, 1977, p. 109)

produtivo, como se pode perceber na citação de Rios (1973) ao citar Mao Tse Tung, que segundo a opinião desse:

Nossos camaradas, ocupados no trabalho prático frequentemente possuem grande experiência, o que é muito valioso. Entretanto, será muito perigoso se ficarem satisfeitos somente com sua experiência. Estes camaradas devem compreender que seu saber é resultado do conhecimento sensível. São por isso, conhecimentos parciais, lhes faltam conhecimentos racionais, conhecimentos gerais. Dito de outra maneira: faltam-lhe teoria e, em consequência, seus conhecimentos são também relativamente incompletos. (MAO, s/d apud RIOS, 1973, p. 45).

Essa discussão coloca assim a necessidade de compreender o papel da relação Teoria/ prática com o Ensino/ Produção e entender que desde os tempos iniciais da presença do homem na sociedade um processo de ensino e aprendizagem relacionado ao trabalho produtivo acontece, mas a partir de um processo revolucionário em questão tem-se a necessidade e a preocupação de levar para a formação de trabalhadores essa dimensão constitutiva do homem pelo trabalho. A combinação entre teoria e prática e o respeito pelo trabalho produtivo na China no período analisado eram desenvolvidos desde o jardim de infância, as crianças aprendiam a partir de experiências reais a valorizar o trabalho manual, seja arrumando a mesa, regando plantas, fazendo pequenas plantações. A finalidade buscada era conscientizar que o trabalho produtivo que elas exerciam tinha uma finalidade social, e assim tem-se como aprendizado o respeito ao trabalho manual, não importando qual seja.

Os trabalhos manuais neste período são obrigatórios em todos os níveis escolares, desde a educação infantil à universidade. E a partir da educação primária este se alia ao programa de estudos, ou seja, é um elemento curricular que se liga também ao pensamento Mao Tse Tung e a educação militar e física e principalmente ideológica. O trabalho produtivo como elemento curricular em todos os níveis educacionais passou a ser visto como prática de humildade, escola de unidade nacional e método de reeducação. Inclusive nas universidades existia a preocupação que todos os trabalhos teóricos fossem acompanhados pela participação no trabalho produtivo. Rios (1973) ao observar a dinâmica escolar na China diz que:

O trabalho manual na China equivale, em importância, ao trabalho acadêmico no ocidente. Ser filho de trabalhador ou camponês na China é

como ser filho de doutor no ocidente. E aqui talvez está a diferença maior entre China e o resto do mundo. O prestígio social que dão ao dinheiro e ao título acadêmico em Paris, Nova Délhi, Cairo ou Lima é exatamente igual ao prestígio que na China tem quem cultiva a terra ou trabalham nas fábricas. (RIOS, 1973, p. 76)

Percebe-se que existe uma valorização na cultura como um todo da forma de vida e organização do trabalhador. Esse fato aliado à política do proletariado permite uma modificação estrutural no ensino. O mesmo autor analisa que essa postura social permitiu que jovens se incorporassem ao trabalho do exército, fábricas e comunas com alegria, além de promover uma aliança harmônica entre teoria e prática. A relação do trabalho manual com o ensino é apresentada por Rios de forma a entender o seu papel no desenvolvimento social e tecnológico, pois:

O trabalho manual é motivo de honra que todos compartilham e de nenhuma maneira isola o homem de conhecimento ou experiência científica. Pelo contrário, está sentado no princípio de que a melhoria pessoal é alcançada no trabalho, as inovações tecnológicas têm aumentado graças a educação permanente e ao estímulo que o Estado dá ao desenvolvimento técnico e científico, que nasce nos mesmo centros de trabalho. Na China de hoje, a sociedade é a sala de aula. As escolas no campo são ao mesmo tempo granjas ou hortas agrícolas. As da cidade estão estreitamente ligadas e financiadas por fábricas vizinhas. O Comitê Revolucionário que dirige os centros educativos está integrado em 36% de professores, 34% por trabalhadores, soldados e camponeses, 15% por representantes dos estudantes e 15% administradores. Este comitê que tem tornado possível o predomínio do trabalho manual e a participação plena do alunado no trabalho produtivo. (RIOS, 1973, p. 77)

Essa organização não existe hoje na China, uma vez que essa restaurou o capitalismo, mas ela nos traz elementos de uma perspectiva proletária revolucionária, do papel que o trabalho produtivo tem na educação. A finalidade de uma educação socialista que alia trabalho ao ensino é aumentar o espírito coletivo e participação do povo na construção e entendimento de tudo que é produzido pela e para a sociedade, ou seja, é um processo de reconhecimento do trabalhador enquanto produtor em conjunto com o produto de seu trabalho, contrapondo ao que Marx designa como estranhamento. Além disso, percebe-se politicamente como a relação entre trabalho e ensino proporciona a destruição de hierarquia no trabalho, assim como divisões do trabalho, permitindo o rompimento com a lógica fordista de organização.

No que se refere a organização geral, Rios identifica alguns elementos, que são:

Prevenir o aburguesamento dos que realizem atividades não- manuais, que por isso tem tendência a separa-se das massas; Manter os dirigentes em estreito contato com o dirigidos, ambos unidos no trabalho de campo e frente a problemas concretos. [...]; Crer ao povo uma atitude positiva em relação ao trabalho de base e destruir o atrativo frívolo das posições dirigentes cômodas e pouco revolucionárias. (RÍOS, 1973, p. 48)

Essas tarefas demonstram o papel geral da relação trabalho versus ensino como um todo na sociedade socialista na compreensão chinesa Assim, concluímos que a aliança entre trabalho produtivo e ensino permite que se concretize dois instrumentos centrais na produção de conhecimento baseado no que Mao Tse Tung orienta no seu texto “Sobre a prática” que são a experimentação científica e a luta pela produção, elementos inter-relacionados e conquistados se for realizado uma boa organização nos espaços de ensino com a produção.



## **CAPÍTULO 4**

### **CONSCIÊNCIA E ORGANIZAÇÃO: INSTRUMENTOS NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO TRABALHADOR**

Após se fazer uma análise sobre a educação, seus princípios e fundamentos principalmente no que se refere a uma perspectiva socialista, alguns elementos relacionados à formação da classe trabalhadora devem ser ressaltados. Apontamos o papel que a política tem na formação, mas o aprofundamento desta se concretiza no desenvolvimento da consciência. Para o desenvolvimento desse processo neste capítulo, será analisada a questão da formação política, a consciência e a organização da classe trabalhadora.

#### **4.1 A discussão sobre a consciência**

O objetivo aqui é realizar uma exposição sobre a formação da consciência e como ela se eleva a níveis diferenciados relacionando-se com o processo produtivo, a organização e também com a política. Parte-se historicamente como bem apresenta Marx em *A Ideologia Alemã* de uma consciência que é gregária e esta se desenvolve a uma consciência revolucionária. Todo esse processo relacionado à consciência envolve saltos qualitativos, para este trabalho apontaremos a política como um elemento essencial que promove avanços na consciência, que é passagem de consciência de si em consciência para si. Inicialmente trataremos da consciência do ser genérico que se forma por meio da interação desse com a produção. Em seguida trataremos da consciência de classe e como esta se localiza na vida do proletariado para assim compreender os papéis da política e da organização.

#### 4.1.1 A formação da consciência e do ser genérico

O homem como analisamos, desenvolveu ao longo da história, atos históricos, o primeiro é satisfazer as necessidades da vida material (comer, beber, vestir); o segundo após é a satisfação de novas necessidades que apareçam na vida; o terceiro é a criação e procriação de outros seres e a formação da família e de toda complexidade que essa historicamente possui; e o quarto ato histórico é o momento de cooperação dos indivíduos na sociedade. Essa análise foi realizada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, e reafirmado por Engels quando este analisa a trajetória de Marx ao lado da sepultura deste, quando ele disse:

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica. Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o simples fato, até aqui encoberto sob pululâncias ideológicas, de que os homens antes de mais, têm que primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião, etc.; de que, portanto, a produção dos meios de vida materiais imediatos (e, com ela, o estágio de desenvolvimento econômico de um povo ou de um período de tempo) forma a base, a partir da qual as instituições do Estado, as visões do direito, a arte e mesmo as representações religiosas dos homens em questão, se desenvolveram e a partir da qual, portanto, elas têm de ser explicadas- e não, como até agora tem acontecido inversamente.<sup>14</sup> (ENGELS, 1883 apud MÉSZÁROS, 2011, p. 29).

Em meio à produção histórica do homem, tem-se o desenvolvimento da consciência e essa se liga à formação das ideias e também com a formação da classe em si e para si. A consciência ao longo da história da humanidade se modifica e é reflexo do materialismo histórico, e conseqüentemente da estrutura social em que ela é construída. Existe um processo de mudança constante das ideias, da produção material o que reflete na consciência. A compreensão desses elementos constitutivos da consciência é tratada por vários autores do campo marxista, mas seu fundamento básico pode ser verificado na seguinte citação:

O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria que, aqui, se manifesta sobre formas de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, em forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência - a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. (MARX & ENGELS, 2011, p. 34)

---

<sup>14</sup> Frederich Engels, “Discurso diante o túmulo de Marx” (17 de março de 1883).

Essa análise se acrescenta à relação do homem com a natureza ao longo do processo histórico, e que ele se apresenta como ser genérico, como é tratado por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* da seguinte forma:

O homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem é do que o animal, tanto mais universal é o domínio da vida inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz, etc. Formam teoricamente uma parte da consciência humana [...] o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente [é] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é a atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência. (MARX, 2010, p. 84)

Essa ponderação realizada por Marx nos faz entender como o homem enquanto um ser natural, ou seja, que faz parte da natureza, e depende dessa para viver tem características peculiares no que se refere ao modo de pensar e de entender-se no mundo. Antes de tudo o homem é um animal da espécie humana, mas, além disso, é o mais complexo dos animais, ele é ser genérico, se constitui de características criadas e desenvolvidas ao longo de um processo histórico que promove a objetivação e apropriação. O gênero humano constitui-se:

[...] da objetividade das características humanas historicamente formadas, como os objetos, os instrumentos, a linguagem, a arte, a filosofia, a ciência, as relações sociais. Entende-se, portanto, como apropriação o processo em que o indivíduo se apropria das características do gênero e não da espécie. É dessa forma que, ao se apropriar de uma objetivação, o indivíduo está se relacionando com a história social, mesmo que de forma inconsciente. (ALMEIDA, 2008, p. 20)

Esse processo de objetivação do homem acontece juntamente com a formação do ser que tem consciência que se apresenta no mundo por meio de representações, e todas essas ações se dão por meio do trabalho. Em meio a esse mecanismo tem-se um elemento importante que se agrega à formação do homem e de sua consciência que é a linguagem. A linguagem e a consciência têm referência direta com o processo de objetivação do homem, pois elas expressam a forma que o homem entende a produção e o seu papel no processo produtivo. Essa objetivação

pelo trabalho é que permite que o mundo da sua condição natural, sensível e estranha passe para um mundo que possui uma essência. O ser humano começa a abstrair, representar e reelaborar no pensamento a realidade concreta, ou seja, o homem parte da realidade material, e dela constrói seus pensamentos e seu entendimento de mundo. Mas qual a relação concreta da linguagem nesse processo? Uma resposta que se tem é apresentada por Furtado apoiando-se em Vigotsky e Luria é que a:

Linguagem atuante primordialmente tanto nas funções de comunicação e intercâmbio das experiências e pensamentos entre humanos, como para o desenvolvimento do próprio pensamento, é a interiorização do diálogo exterior que faz com que o instrumento da linguagem atue decisivamente no fluxo de desenvolvimento do pensamento (FURTADO apud VYGOTSKY, 2003). Permitindo ao ser humano a conservação das informações recebidas do mundo exterior, a construção interior de representações desse mundo e a análise e classificação dos objetos pré-existentes na natureza e dos desenvolvidos ao longo do processo histórico, abstraindo-os e generalizando-os (FURTADO apud LURIA, 1979). “Deste modo, o pensamento e a linguagem, embora distintos, mantêm entre si uma unidade indissociável. Nessa unidade, não é a atividade mental que organiza a expressão, mas é a linguagem, enquanto expressão, enquanto signo, enquanto material semiótico que organiza a atividade mental” (FURTADO apud KLEIN, 2005, p. 02). (FURTADO, 2006, p. 13)

E como esse mesmo autor indica *“a linguagem, portanto, media o processo de trabalho e em concomitância tem papel fundamental no desenvolvimento da consciência”* p. 13. E essa análise se reforça ao que Almeida afirma, de que:

A linguagem - ao abstrair, isolar, generalizar e analisar os objetos do real - produz uma consciência de duplicidade: a consciência passa a perceber a existência de um mundo externo objetivo e de um mundo interno subjetivo, que pensa tanto sobre o mundo externo como sobre o mundo interno. A linguagem permite aos homens operar com a representação do real na consciência, sem que necessariamente haja uma relação direta com o próprio real no momento em que se pensa. Ao se apropriar da linguagem, os indivíduos apropriam-se também de formas sociais de ver, pensar, sentir e agir no mundo. A consciência se forma pelos elementos que compõem o mundo exterior na atividade prática humana e dependem do processo real de vida do ser consciente. (ALMEIDA, 2008, p. 24)

O significado dessa análise é entender que a consciência parte das relações para o indivíduo e se relaciona diretamente com o desenvolvimento da sociedade, assim:

A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e a consciência do vínculo limitado com outras

peças e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza - e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. (MARX, 2011, p. 35)

Inicialmente, tem-se uma consciência animal da natureza, onde essa se apresenta para o homem como onipotente, inatingível, e esse comportamento limitado com a natureza reflete em comportamento limitado entre os homens. O desenvolvimento da consciência se dá por meio do desenvolvimento da produtividade, da divisão do trabalho- que inicialmente é sexual, depois pelas disposições físicas- com o tempo ela vai se complexificando e desenvolvendo. O resultado é que a consciência se torna algo diferente dessa consciência da práxis, principalmente no momento que surge a divisão entre trabalho (manual) e espiritual. Tem-se assim um momento de contradição, pois a teoria pura entra em contradição com as relações existentes, isto porque as relações sociais existentes entram também em contradição com as forças de produção. No momento que existe essa separação onde tem alguém que pensa como deve ser feito o trabalho e alguém que executa este sem entender o que está fazendo tem-se um processo de estranhamento.

A consciência como apresentado tem uma relação com a história, com a produção do conhecimento e se desenvolve por meio de uma base econômica. Nesse sentido pode-se dizer que a produção das ideias, da abstração e da consciência deriva das atividades materiais do homem, das atividades econômicas. Assim pela própria dinâmica da sociedade, não existe a consciência pura, mas sim um processo de consciência que se relaciona com a história do homem e com o seu modo de produção no mundo. A consciência é como apresenta Iasi (1999)

[...] o processo de representação mental (subjéitiva) de uma realidade concreta e externa (objéitiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza. A materialidade deste movimento não deve ser buscada apenas no seu aspecto físico/orgânico, apesar de que ninguém ainda tenha conseguido formar qualquer representação sem cérebro ou um sistema nervoso central, mas no fato de que a consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e destes com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas. (IASI, 1999, p.9)

Essa afirmação de Iasi se liga com a definição de que o representar, o pensar, o intercâmbio espiritual tem relação direta com o comportamento material que esses assumem na história. A formação das ideias se liga diretamente às formas e os produtos da consciência, isto por que:

[...] uma vez que as várias formas e modalidades de consciência já existem em suas relativas autonomia e trans- historicidade, a reprodução e transformação das ideias- tanto quanto a produção até mesmo das ideias mais “radicalmente novas” - é obviamente, afetada de maneira profunda pelas formas específicas a partir das quais todas as ideias devem ser produzidas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 36)

Essa visão se localiza teoricamente no materialismo histórico, pois tem-se que tanto a formação de ideias e da consciência se encontram em um quadro herdado, onde essa herança que é a história determina-se pela prática. Essa concepção contrapõe a visão idealista de mundo que entende que é a consciência que determina a vida, contrário do que postulam Marx e Engels, pois para eles:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência. (MARX; ENGELS, 2011, p. 94)

Essa análise é reforçada no *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* que nos proporciona uma análise das ideias, da consciência em conjunto com a economia, significando que as formas de produção e das relações sociais incidem na constituição da consciência dos seres humanos. Sendo assim, a consciência deve ser entendida como um produto social, baseada na complexidade da produção material humana. Lênin ao fazer uma reflexão sobre a teoria do conhecimento do empiriocriticismo e do materialismo dialético ressalta este caráter material, que determina as ideias e a consciência. Ele ao fazer um combate ao pensamento de Mach e os machistas tratam de como o conhecimento se relaciona com as coisas e não com as sensações. Essa análise realizada por Lênin coloca à vista duas posições como aponta Escobar (2003) de que “*a solução do problema ontológico fundamental da filosofia comporta duas vias: primado do ser sobre a consciência (materialismo), ou primado da consciência sobre o ser (idealismo).*” p.48

A consciência pelo seu desenvolvimento, que se refere à própria história do homem também assume um caráter de classe, pois a divisão que a sociedade assume interfere na dinâmica de produção e conseqüentemente na produção da consciência. Nesse trabalho focaremos na formação e desenvolvimento da consciência no período histórico do capitalismo.

#### **4.1.2 A consciência de classe: sua formação no contexto capitalista**

A consciência como nos referimos anteriormente é um produto social. Ela se constitui na coletividade dos homens como resultado de seu processo produtivo. Um ponto importante para se tocar aqui é a formação da consciência social que é uma consciência internalizada, um modo de ver o mundo ditado pelas relações sociais estabelecidas e essa determinará a formação da consciência de classe. Essa é expressa por Silva da seguinte forma:

Em Marx, a consciência (social) que nasce de uma *práxis* só a reflete fielmente em situações bastante definidas, quando não está envolvida em véus nebulosos (expressão utilizada em *O Capital*), e as relações entre os seres humanos permanecem diretas. Em modos de produção determinados, como no modo de produção capitalista, a realidade (*práxis*) produz representações, que aumentam ou diminuem a falta de transparência de uma sociedade. Os seres humanos em suas interações produzem aparências, as quais, diferentemente das ilusões, que não apresentam consistência, são o modo de aparecer das atividades humanas no seu conjunto, em um momento dado. Elas têm relação com a realidade. Assim, a moral, a religião, a metafísica e os outros aspectos da ideologia só são independentes na aparência. Eles não têm história, não têm desenvolvimento, isto é, não possuem nenhuma autonomia em relação à produção e às trocas materiais entre os seres humanos (SILVA, 2005, p. 151).

A consciência social é reflexo da realidade e de um contexto com sujeitos concentrados desenvolvendo o mesmo trabalho e essa pode se desenvolver para a consciência de classe. Para maior compreensão do significado do que é consciência de classe é importante saber o que é classe, que pode ser compreendida como um grupo de pessoas que tem uma condição de vida em comum e interesses em comum. No caso da classe trabalhadora, que é o nosso foco, esse interesse vai contra os interesses do patrão, e essa contradição com o patrão promove uma coligação e uma resistência dessas pessoas. Essa ligação entre as pessoas de certa forma retira a concorrência entre os operários para que estes possam

concorrer com o capitalista. A condição que se coloca faz com que essas pessoas sejam, uma classe diante o capital, mas não são ainda para si mesma. Mas é importante reforçar que:

A classe é mais complexa do que tal formulação, pois em meio a condição material compartilhada deve desenvolver-se os interesses comuns (éticos e políticos), e por fim o agir consciente (que pode partir simplesmente do interesse econômico, mas deve chegar ao interesse político) com base na identificação dos interesses comuns, como a negação da ordem das coisas (por ex. propriedade privada e mais-valia). (MOURA, 2008, s/p)

Essa ideia de classe aqui exposta no capitalismo reflete uma dinâmica, em que, tem os que compram e os que vendem, o primeiro é o capitalista e o segundo o trabalhador. Essa relação de compra e venda não é equilibrada, o desequilíbrio consiste em que um tem meios de produção e o outro não os tem. Por isso, determinam-se assim duas classes<sup>15</sup>, a burguesia e o proletariado, com interesses que se contrariam. Ignorar essa condição histórica significa desconsiderar algo que é concreto tornando- o abstrato, não palpável da realidade histórica, ou seja, idealista. Isso porque como aponta Lukács:

Estas relações, diz Marx não são relações entre um indivíduo e outro indivíduo, mas relações entre o operário e o capitalista, entre o rendeiro e o proprietário fundiário, etc. Eliminaí essas relações e tereis abolido toda a sociedade; o vosso Prometeu não será mais que um fantasma sem pernas e sem braços (LUKÁCS, 1974, p. 63).

Entender esse ponto nos faz compreender que a sociedade é marcada por relações de fundo econômico e político tem demarcado os sujeitos de cada classe. E esse fato se relaciona com uma estrutura em que

A burguesia e o proletariado são as únicas classes puras da sociedade; quer dizer, só a existência e a evolução dessas classes assenta exclusivamente na evolução do processo moderno de produção e só a partir das condições da sua existência podemos aceder à representação de um plano de organização da sociedade no seu conjunto. (LUKACS, 1974, P. 74)

---

<sup>15</sup> É importante reforçar esses conceitos de burguesia e proletariado, embora na academia exista uma prática de entender que estes termos estão em desuso pelo atual momento histórico que é diferente do período em que se analisou e formulou o conceito neste trabalho reforçamos que a estrutura de classe mantém-se e nesse sentido conceitualmente não existe uma mudança terminológica que determine de melhor forma os que possuem e os que exploram a força de trabalho no interior do sistema capitalista.



A consciência de classe como demonstra Lukács, não pode ser entendida como a soma nem a média do que pensam ou sentem os indivíduos que formam a classe, existe a necessidade de se analisar a totalidade, e assim analisar a consciência e não o pensamento do indivíduo. As questões gerais da economia assim devem ser entendidas no seu todo, como interventoras no processo de produção da consciência que não é individual, mas sim de toda a coletividade. A compreensão da consciência individual que se transforma em “coisa de si” em “coisa para si”, promove um processo de produção de uma nova consciência que é a de classe. Na verdade, existe uma totalidade na consciência que é determinada pelas relações produtivas e que inicialmente parte de um desenvolvimento da consciência social e também do entendimento que cada classe tem o seu papel na luta de classes como sua tarefa histórica para posteriormente entender como esse fato se liga à organização proletária e a sua defesa política.

Delimitamos aqui que a consciência que queremos tratar é a da classe trabalhadora, pois ela que é nosso foco. Cabe ao proletariado, uma tarefa de grande envergadura que é a superação do atual sistema, onde cada vez mais a classe oposta demonstra os meios e as formas de efetivar a exploração do homem pelo homem. Entender a formação dessa consciência significa clarear o papel da luta de classes entre burguesia e proletariado. No caso, quando o proletariado tem uma compreensão da essência da sociedade e assim entende o seu papel enquanto produtor, tem-se assim uma arma decisiva e de certa forma um salto qualitativo importante para ultrapassar o atual modelo. Contrapondo a esse processo - que na nossa defesa pode ser compreendido como superior quando se relaciona com a burguesia, tanto no ponto de vista intelectual quanto no organizacional, além dessa ter uma visão coerente da sociedade como um todo e não fragmentada e individualista - tem-se a consciência de classe burguesa que apodera de corpo e mente do trabalhador.

A consciência na sociedade capitalista tem contornos relacionados com as relações de produção, que segue um ritmo guiado pela classe dominante, ou seja, a burguesa, e a finalidade desta é:

A manutenção do Estado burguês que as outras classes se iludam, mantendo uma consciência de classe confusa. São exemplos disso a doutrina que coloca o Estado <<acima>>das oposições de classe, a justiça << imparcial >>, etc. No entanto, velar a essência da sociedade burguesa é também uma necessidade vital para a própria burguesia: com o efeito, a

uma visão mais clara, melhor se revelam as contradições internas insolúveis dessa organização social, o que coloca aos seus partidários a seguinte opção: ou fechar-se conscientemente a esta compreensão crescente, ou reprimir em si, todos os instintos morais para poder aprovar, também moralmente, a ordem social que aprovam em virtude dos seus interesses. (LUKÁCS, 1974, p. 81)

Em meio a esse fato que se entranha com a relação de poder que a burguesia tem sobre o proletariado, torna-se necessário entender que o processo de desenvolvimento da consciência avança para uma consciência revolucionária. Esse fato se pauta pela condição que o proletariado se forma enquanto classe mesmo na estrutura social que se coloca a ele. Na organização social burguesa existe um processo em que por meio da ideologia burguesa, a todo o momento a consciência dessa classe impede o desenvolvimento da consciência do trabalhador. Este mecanismo se dá pelo processo de produção capitalista onde cabe ao trabalhador dar significado ao ato de produzir, o que interfere na formação do ser social, assim ele assume uma consciência que se liga à atividade, e o trabalhador pela própria dinâmica do capital vê-se forçado a deixar que o reduzam ao estado de mercadoria, como objeto do processo. E esse fato não permite que o operário tome consciência de si. Quando ele modifica essa situação e se vê como ser que historicamente tem um papel, e que é consumido pelo capitalista de forma mais arbitrária possível, ou seja, como mercadoria barata; sua consciência política e de classe se aflora, claro que ligado a outros elementos que trataremos mais adiante que são a organização e a política. Nesse ponto podemos dizer que o operário tem uma consciência de si e esse fato em conjunto com outros relacionados à luta pela modificação da estrutura permite que o proletariado passe para uma condição que ele tem uma consciência mais coletiva.

A análise do papel do proletariado aliado ao desenvolvimento de sua consciência dentro de um Estado burguês traz à tona a necessidade de um processo revolucionário que permita que o proletariado avance e passe para uma nova etapa que é uma sociedade socialista, para em seguida alcançar uma sociedade sem classes, comunista.

O proletariado na sociedade de classes terá a construção de uma nova consciência, com uma consistência ideológica que é necessária para impulsionar uma luta revolucionária e a conseqüente transformação da estrutura. Lênin faz essa discussão, e aponta a importância da política na organização do proletariado assim

como o papel que essa tem na formação de uma classe para si, que tem uma consciência que proporciona uma mudança da relação capitalista/ proletariado. Podemos evidenciar por meio das palavras de Sampaio Junior esse fato, pois:

Na visão de Lênin, a formação da consciência de classe do proletariado como classe em si e classe para si é um processo histórico condicionado pela possibilidade de uma fusão entre a luta por reformas e a luta pela revolução. A importância estratégica da organização revolucionária como fator de centralização da força política da classe operária e de elevação de seu espírito revolucionário decorre de seu papel crucial na mediação entre a luta econômica, que brota espontaneamente do conflito entre o capital e o trabalho, e a luta política revolucionária, que requer uma perspectiva que transcenda a ordem burguesa. Cabe ao partido revolucionário a tarefa insubstituível de submeter a sociedade burguesa a uma crítica implacável, mostrando, em cada embate concreto, os elos dialéticos entre o imediato e o porvir, o inicial e o final, o particular e o geral, o sintoma e o diagnóstico, o efeito e a causa, o paliativo e a cura, o gradual e o concentrado, o contínuo e o descontínuo, o institucional e o extra institucional, a luta por reformas e a luta pela revolução. É a partir deste processo pedagógico que, no seu movimento de fluxos e refluxos, avanços e recuos, vitórias e derrotas, a classe operária chega à consciência da necessidade e da possibilidade da revolução social como única resposta positiva para as contradições e antagonismos que a afligem. (SAMPAIO JUNIOR, 2011, p.26)

Esse ponto coloca a necessidade de se ter uma ligação entre a política e a organização do proletariado no processo de formação da classe consciente. Nas obras de Lênin, principalmente em *O Estado e a Revolução*, é colocada a necessidade da ação política e da ditadura do proletariado, com transição para a supressão das classes e, ao mesmo tempo do Estado. É importante entender dois conceitos que foram citados por Lênin que são classe em si e classe para si e Rodrigues (1999) nos ajuda nesse ponto definindo:

No marxismo, utilizando a terminologia clássica alemã fala nestes casos de “classe em si” (formada na base da relação dos seus membros com os meios de produção) e, classe para si (quando os interesses de classe tenham-se propagado por todos os seus membros). (RODRIGUES, 1999, p. 6)

Essa tomada de consciência de classe por parte de todos os membros da classe tem relação com o papel que se coloca para o proletariado. Em vários escritos do campo marxista, principalmente nos de Marx, Engels e Lênin é exposto à necessidade do proletariado de superar o atual estado das coisas, o que significa como apresenta Lênin (1986) que “o *proletariado não pode vencer sem quebrar a resistência da burguesia, sem reprimir pela violência seus adversários, e onde há <<*

*repressão violenta>> onde não há << liberdade>>, naturalmente não há democracia.” p. 34.*

Até aqui tocamos no que se refere à consciência do proletariado, mas não se pode fazer essa análise como se ela fosse única, pois existe em contraposição a consciência da classe burguesa. Embora essa não seja o foco nosso é importante saber que essa se desenvolve como produto do atual desenvolvimento material capitalista, e tem reflexos e interferência na forma da consciência de classe do trabalhador. Lukács faz uma análise importante sobre os interesses e a consciência de classe da burguesia, pois essa se encontra em uma relação de oposição à do proletariado, e como afirma o autor:

Enquanto para as outras classes a sua situação no processo de produção e os interesses que daí decorre impedem necessariamente o nascimento de toda e qualquer consciência de classe, para a burguesia estes momentos suscitam o desenvolvimento de uma consciência de classe, só que ver pesar sobre si- desde o início e pela sua essência- a maldição trágica que a condena, mas atinja o termo de seu desenvolvimento, a entrar em contradição insolúvel consigo mesmo e, por conseguinte, a suprimir a si mesma. Esta situação trágica da burguesia reflete historicamente no fato de não ter ainda abatido o seu predecessor, o feudalismo, quando o novo inimigo, o proletariado, já apareceu; a forma política desse fenômeno reflete no fato de a luta contra a organização da sociedade em estados ter sido conduzida em nome de uma [liberdade] que, no momento, da vitória, se transformou numa nova opressão. [...] De um ponto ideológico, vemos o mesmo desacordo quando o desenvolvimento da burguesia, por um lado confere à individualidade uma importância completamente nova e, por outro, suprime toda a individualidade através das condições econômicas deste individualismo, da reificação criada pela produção mercantil. (LUKÁCS, 1974, p. 76)

Essa análise se encaixa no que já ponderamos sobre o desenvolvimento da consciência, pois ela é um produto social determinado pelas relações sociais de produção e conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Isso significa dizer que:

O ser humano então nasce dentro dessas relações sociais construídas pelas gerações anteriores, em nosso caso de análise relações sociais capitalistas. Nesse cenário, a classe que nos propomos a analisar, nasce expropriada dos meios de trabalho que podem garantir sua existência imediata e histórica. Tendo que se submeter aos que possuem esses meios como única forma de garantir o caráter de existência imediata e que permita algum acesso, mesmo que mutilado, na existência histórica enquanto espécie humana. Por necessariamente ter que se submeter para garantir o primeiro *fato histórico* torna-se uma classe subordinada pela força de suas necessidades materiais “sejam elas da barriga ou da fantasia” (Marx, 1988) à outra classe, dos capitalistas. Essa subordinação no terreno concreto do cotidiano de reprodução da vida também se reflete em um domínio das

ideias e da consciência da classe que ocupa a posição privilegiada no processo de produção. (FURTADO, 2006, p. 18)

Todo esse processo refere-se ao fato de que a classe dominante à medida que domina, pensa e age enquanto classe, isso reflete por exemplo, na produção das idéias, pois,

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS. 2011, p. 47).

Esse processo de formação das ideias, da concepção de mundo, que se apresenta no sistema de significação, nos signos, na palavra, são impregnados de preceitos da classe dominante. Esta como apresentam Marx e Engels emerge da realidade vivida por essa classe. Ademais, a ideologia promove um conjunto de valores e comportamentos que entram pelos poros do capitalista e do trabalhador. No capitalismo os valores exaltados são principalmente, o individualismo e a competitividade, pois,

A concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os proletários, apesar de agregá-los. Por isso, transcorre sempre um longo período antes que os indivíduos possam se unir, sem contar que, para essa união- quando não for meramente local, os meios necessários as grandes cidades industriais e as comunicações acessíveis e rápidas, têm de primeiro ser produzidos pela grande indústria; e por isso todo o poder organizado em face desses indivíduos que vivem isolados e em relações que diariamente reproduzem o isolamento só pode ser vencido após longas lutas. Exigir o contrário seria o mesmo que exigir a concorrência não deva existir nessa época histórica determinada ou que os indivíduos devam apagar de suas mentes relações sobre as quais não tem nenhum controle como indivíduos isolado. (MARX; ENGELS, 2011, p. 62)

Essa condição que é primordial nas relações sociais no capitalismo, que é de promover e reforçar o individualismo e a competição coloca a formação política, humana e de trabalho como possuindo somente um fim que é aumentar o poderio da burguesia sobre o proletariado o que tende a firmar cada vez mais uma não-consciência da realidade. E envolvido a toda essa ação existe um processo de desumanização do ser, tanto no que se refere ao seu lado espiritual quanto corporal,

promovendo a deformação e embrutecimento dos trabalhadores. Esse modo de produzir, não só o objeto, mas as relações humanas promovem um processo educativo, e permite que se cristalizem comportamentos e entendimentos à cerca do papel do trabalhador na produção material e tendo assim um grande impacto na consciência de classe da burguesia. A consciência burguesa é limitada como explica Lukács, esse fato se deve a dinâmica do capitalismo e no papel que este tem para a burguesia que é o plano econômico, assim sendo a consciência dessa classe se limita ao plano econômico, pois,

Do ponto de vista das relações entre a consciência e o conjunto de fenômenos sociais, esta contradição exprime-se na oposição insuperável entre ideologia e a situação econômica fundamental. A dialética desta consciência de classe repousa na oposição insuperável entre o indivíduo (capitalista), indivíduo segundo o esquema capitalista individual, e a evolução sujeita a <<leis naturais>> necessárias, isto é, por princípio imperceptíveis à consciência. (LUKÁCS, 1974, p. 79)

Tem-se nesse movimento uma construção de valores, um modo de ver o mundo de saber-se no mundo. Esse fato interfere de forma violenta na formação de uma consciência da classe do proletariado, uma consciência que seja revolucionária. Mas por quê? Porque a ideologia das classes dominantes utiliza de todos os meios para internalizar no trabalhador um modo de ver e compreender o mundo, que contrapõe a um modo novo, que tenha como princípio romper com a estrutura de classes, com a propriedade privada, e estes são elementos da sociedade que não permitem a formação plena do homem. A forma que a consciência dominante se sobrepõe a que se desenvolve no trabalhador, se dá tanto pela manipulação científica das necessidades, desejos e satisfações, como pela combinação entre mídia, educação e os diversos instrumentos manipulativos que existam, ou melhor, por meio dos aparelhos ideológicos do Estado. Estes valores reforçam um modelo de produção e consumo, com a finalidade de frear ou mesmo anular qualquer investida da classe trabalhadora de lutar por uma nova estrutura. Essa estrutura só pode ser alterada pela transformação da base econômica, que determina a estrutura jurídica, política, religiosa, artística e filosófica da sociedade.

A consciência da classe proletária se forma em um contexto de luta de classes, ou seja, num movimento real, onde a contradição que se tem do trabalhador e da estrutura vivida por ele se apresentam de forma clara e assim ele entenda a necessidade de superar o modo de produção que determina a relação de domínio

da classe burguesa sobre a proletária. O proletariado é a classe operária que pelo seu processo histórico tem aliado nas lutas elementos econômicos e políticos e esses dois expõem contradições antagônicas relacionadas com a política e a economia da classe burguesa. Uma consequência que se tem para a consciência de classe do proletariado revela-se na luta econômica e política e essa são colocadas como elementos distantes, mas pela dinâmica social como defende Marx em vários de seus escritos como na *Miséria da Filosofia*, existe uma essência da luta econômica que é transformá-la em luta política, assim como o inverso. Nesse sentido que é importante compreender o papel da política na consciência proletária e seus impactos na organização do trabalhador que trataremos no ponto a seguir.

#### **4.1.3 O papel da política na formação do proletariado e a consequente elevação de sua consciência**

Após fazer um debate sobre a consciência de classe torna-se necessário compreender o papel da organização e da política como instrumentos da classe trabalhadora para alcançar um ato que se mostra como seu historicamente, ou seja, a superação do Estado burguês por meio do processo revolucionário. E para fazer essa discussão é necessário entender o papel do Estado e a luta de classes. A análise do Estado, de sua organização é fundamental para compreender como na sociedade burguesa esse se estrutura para aliar os interesses da burguesia com a condição de vida do proletariado. Ao tratamos de um processo em que a consciência de classe tem uma tarefa essencial para que a classe trabalhadora tome como tarefa a superação da condição de vida humana imposta pelo capitalismo, onde se reforça a coisificação, estranhamento e alienação; é necessário entender como que:

O conceito consciência de classe supõe dois pressupostos básicos: de um lado, o conceito de classe social e de outro uma inter-relação da teoria marxiana da “infraestrutura” com a “superestrutura”. (RODRIGUES, 1999, p.5).

Existe uma estrutura econômica e política que sustentam o Estado e essa determina no campo ideológico, com predominância a ideologia burguesa, acarretando ações políticas e uma estrutura de organização social a serviço do

sistema. Nesse sentido, buscamos estudar Marx, que não fez uma análise detalhada do assunto<sup>16</sup>, assim como Lênin e Lukács. Busca-se assim fazer um elo entre a consciência de classe, a formação política e a organização do proletariado.

No que se refere ao Estado este é a representação dos interesses da classe à qual ele se constitui, ou seja, a burguesia. Para entender melhor a organização e dominação do Estado utilizamos como referência dois estudos “O Estado e a Revolução” de Lênin e “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” de Engels. Por meio do estudo dessas duas obras foi possível entender o papel do Estado e como esse se organiza pela ditadura e democracia de classe. Lênin aponta ao fazer a crítica a Kautsky que o Estado é uma máquina de opressão de uma classe por uma outra, ou seja, ele é um órgão de dominação de classes e traz em si contradições de classe inconciliáveis que só podem ser ultrapassadas com uma revolução violenta que promova a destruição do aparelho estatal que foi criado pela classe dominante. A contradição que se insere neste contexto onde se tem a luta de classes é colocada por Lênin da seguinte forma:

A sociedade da civilização está dividida em classes hostis e, além disso, inconciliavelmente hostis, cujo armamento <<espontâneo>> conduziria a uma luta armada entre elas. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, destacamentos especiais de homens armados, e cada revolução, ao destruir o aparelho de Estado, mostra-nos uma luta de classes descoberta, mostra-nos claramente como a classe dominante se reforça por reconstruir os destacamentos especiais de homens armados que a servem, como a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização deste gênero, capaz de servir não os exploradores, mas os explorados. (LENIN, 1985, p. 195)

Essa explanação traz consigo a necessidade que o proletariado tem enquanto classe para si de fazer ligações entre a situação econômica e a estrutura política. Essa atitude por parte da classe operária como aponta Lukács promove no proletariado ações para que este assuma um papel histórico que é:

Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem mundial até agora existente, apenas enuncia o segredo de sua própria existência, pois ele é, de fato, a dissolução dessa ordem mundial. O conhecimento de si é, pois,

---

<sup>16</sup>Conforme Lukács no livro *História e consciência de classe* inicia o capítulo sobre a consciência de classe dizendo que a interrupção da obra principal de Marx justamente no momento em que se abordava a determinação das classes, obriga o movimento posterior a “ser ele próprio a interpretar e confrontar as declarações ocasionais de Marx e a aplicar o método”. (LUKÁCS, G., 1974 p.59).



para o proletariado o conhecimento objetivo da essência da sociedade. Ao prosseguir as suas finalidades de classe, o proletariado realiza, consciente e objetivamente, as finalidades da evolução da sociedade que, sem sua intervenção, continuariam, inevitavelmente, a não ser mais do que possibilidade abstrata, limites objetivos. (LUKÁCS, 1974, p. 168)

Esse conhecimento de si, reflexo da realidade social por si só não tem uma força contra o sistema capitalista. Por esse fato, torna-se necessário ligar a consciência com a organização e a política. Esse processo de ligação entre organização e política passa por interferência da própria realidade do operário. Essa não se limita somente ao que ele vive na fábrica, ela se dá em todos os espaços e instituições sociais e se determinam por uma dinâmica produtiva. O procedimento que a burguesia implementa por meio de ações do Estado é de camuflar a realidade e naturalizar o que não é natural, como por exemplo a exploração do homem pelo homem. Em contrapartida o proletariado ao se organizar e ter um fundamento que o guia, desnuda as forças motrizes que determinam a luta de classes. A burguesia ao colocar a sua concepção de mundo com o centro de tudo e assim agindo de forma arbitrária com a classe trabalhadora criou uma realidade na medida em que ela sofre uma crise, o seu oposto (proletariado) se agiganta e fortalece. A cada derrota da burguesia se tem uma vitória do proletariado, mesmo numa situação de crise. Mas para o proletariado utilizar dessa vitória como instrumento da libertação da classe é necessário que ele tenha consigo estratégias e táticas para a superação do império burguês como pode-se perceber pela citação de Sampaio Junior ao fazer um estudo sobre Lênin, em que ele compreende que:

A importância estratégica da organização revolucionária como fator de centralização da força política da classe operária e de elevação de seu espírito revolucionário decorre de seu papel crucial na mediação entre a luta econômica, que brota espontaneamente do conflito entre o capital e o trabalho, e a luta política revolucionária, que requer uma perspectiva que transcenda a ordem burguesa. (SAMPAIO JUNIOR, 2011, p. 26)

Por essa situação entende-se que na luta revolucionária, a organização e a política andam juntas. Na obra *Que fazer?* Lênin trata do desenvolvimento organizativo da classe fica claro, e demonstra como a medida que a organização aumenta e se complexifica o nível de consciência se eleva. Lênin trata nesta obra de alguns pontos relacionados à formação da consciência pela análise das greves em Petersburgo, onde inicialmente ela parte de um movimento espontâneo e passa para

a luta sindical, nesse momento tem-se uma compreensão das contradições vivenciadas pela classe principalmente no que se refere ao problema econômico. A partir desse momento torna-se de certa forma mais fácil incorporar a luta política organizada, e todo esse momento se constitui de passos:

1- O despertar da consciência de classe que é a expressão do desespero, vingança e, se dá espontaneamente através de greves selvagens, destruição das máquinas, sabotagens etc. É o que ocorreu com os movimentos Ludistas no início da revolução industrial. Neste primeiro momento, o sujeito da classe é a massa operária que poderá, através da ação, atingir uma compreensão nítida sobre a sua situação de classe.

2- A consciência sindicalista, que se dá pela organização dos operários em vista dos interesses econômicos imediatos, significando o embrião da luta de classes. Lênin, quando se refere a este momento fala da consciência trade-unionista. Trata-se do aparecimento dos operários avançados. Pelo acúmulo de conflitos nos frequentes embates com o patronato algumas lideranças se destacam por uma compreensão mais acabada, racional e menos fragmentada dos seus interesses de classe.

3- A passagem para a consciência política, significando a compreensão teórica das contradições inerentes à totalidade da sociedade capitalista. Forma-se o núcleo portador da teoria revolucionária. No pensamento leninista, esta passagem só é possível através de uma teoria elaborada de fora, pelo partido. (RODRIGUES, 1999, p. 16)

No que se refere à organização, ressalta-se o papel do partido revolucionário que tem como princípio colocar a política na frente e que as suas ações enquanto organização e como vanguarda do proletariado tem um objetivo que é o poder da classe operária, ou seja, a ditadura do proletariado. Esse ponto é tratado por Lukács quando ele trata sobre a questão da organização, e com relação ao partido ele reforça a importância desse como elemento de formação intelectual do proletariado e também instrumento para o processo revolucionário. O mesmo autor apresenta a organização como:

A forma de mediação entre teoria e a prática. E, como em toda relação dialética, também aqui os membros da relação dialética só na e pela sua mediação se tornaram concretos e reais. O caráter da organização, mediadora entre teoria e a práxis, aparece com a máxima clareza no fato de a organização manifestar uma sensibilidade muito maior, mais apurada e mais segura para a divergência entre as tendências do que qualquer outro domínio do pensamento e da ação histórica. (LUKÁCS, 1974, p. 307)

Nesse sentido é necessário coerência entre a teoria e a prática revolucionária. Por isso, é essencial uma teoria que tenha como essência a modificação na prática das bases que sustentam a realidade do homem, no caso ir à raiz da estrutura do Estado burguês. Por isso, não basta o operário ser consciente de sua exploração,

mas é necessária sua organização para colocar em prática uma teoria de análise da prática revolucionária. Esse ponto tem-se a discussão sobre a verdadeira e a falsa consciência, pois a consciência das massas operárias não é verdadeira se os operários não aprendem a aproveitar os fatos e acontecimentos políticos; e também se não fizerem uma análise materialista dessa realidade e entender como modificar uma situação que promove sua desumanização. Quando se tem essa falsa consciência como Lukács apresenta tem-se na verdade uma inconsistência e falta de maturidade política e organizacional. A organização é essencial e ela deve se formar pelo produto da luta, ou seja, pelo processo de amadurecimento da classe e pela incorporação da política aliada à economia.

Com relação à política deve-se ter claro que o homem é um ser político por essência e todas as relações que ele estabelece são políticas, ou seja, quando ele organiza-se com os que representam seus interesses existe um contrato político que se coloca em meio a essa organização. Essa análise de como a política está presente em todos atos sociais do homem tem um papel importante para o desenvolvimento de uma condição onde a consciência atinge um estágio revolucionário. Essa etapa depende de uma situação revolucionária objetiva, e essa é fruto do desenvolvimento histórico da humanidade. Ao colocar aqui a prática humana no mundo, que se dá por meio do trabalho, o homem desenvolveu uma teoria que é revolucionária por essência, tanto pelo fato de romper com o idealismo como de colocar a revolução como ato humano de modificação da estrutura de vida, que como apresentamos é o marxismo, e nesse sentido tem-se a questão da organização com uma expressão política da classe.

A formação política da classe se dá por meio da teoria e da organização revolucionária e permite que se desenvolva uma consciência de classe revolucionária. Sendo assim:

Entendemos então que o processo específico, para além do espontâneo, de formação política por qual essa classe deve passar para desenvolver uma consciência de classe revolucionária torna a combinação desses três fatores fundamentais. A coadunação das experiências e das lutas práticas vividas nas relações sociais imediatas estabelecidas pelos trabalhadores, a sua apropriação da teoria revolucionária e a construção de seu elemento de organização de classe, decorrente de diferentes estágios desses dois processos anteriores. (FURTADO, 2006, p. 32)

Desta forma, o proletariado enquanto classe se forma na sua organização, em conjunto com toda a classe nas lutas cotidianas e aliando a essas uma teoria revolucionária. Nesse sentido, é necessário que a classe proletária desenvolva atividades revolucionárias, uma ação prático-crítico, pois é na práxis que o homem demonstra a verdade, e o caráter de seu pensamento. Ou seja, no objetivo que se apresenta como histórico para o proletariado não é possível uma formação política teórica, essa formação se dá no dia a dia da classe, nas lutas econômicas, sociais em geral e nos entraves políticos. A teoria é importante, mas a prática deve ser a essência, pois ela é o critério da verdade. Assim sendo,

Temos então o processo de formação política como um processo não mais simplesmente espontâneo, mas sim como um processo que demanda ações também planejadas e formuladas, tendo como base uma teoria revolucionária e como fator executor uma organização revolucionária. Processo esse que combinado com as condições objetivas de uma situação revolucionária podem fazer tende-la à revolução. (FURTADO, 2006, p. 33)

Outro ponto de análise importante relacionado à formação política é a questão econômica. A vida da classe operária, pela sua dinâmica de sobrevivência tem como uma de suas lutas principais no cotidiano a luta econômica. Essa questão é tratada por Sampaio Junior em que ele conclui que:

Dentro dessa perspectiva, a luta econômica por aumentos salariais e melhores condições de trabalho – produto espontâneo da contradição capital-trabalho – é um momento importante no processo de formação da classe como força política. É neste embate que o trabalhador desperta para a luta de classes e se conscientiza de que precisa se organizar em torno de seus interesses comuns ante o capital. Trata-se, contudo, de um passo insuficiente. Somente quando o proletariado avança para a luta política, disputando o poder do Estado, é que se criam as condições para que ele possa se organizar como classe social portadora de um projeto de sociedade. Ainda assim, o salto de qualidade na consciência de classe não é automático. Enquanto a consciência de classe permanecer circunscrita ao horizonte sindical, limitando-se a reivindicar melhorias nas condições de vida, a luta política atua sobre os efeitos do desenvolvimento capitalista e não sobre suas causas estruturais, sendo, portanto, estéril como fator de negação do modo de produção capitalista. (SAMPAIO JUNIOR, 2011, p.23).

A compreensão desse papel que a política tem na formação do proletariado permite entender qual a finalidade que se tem dessa e da organização da classe quando o proletariado entende que seu papel histórico que não é somente romper com as amarras do capitalismo no plano econômico, mas no político, ideológico e cultural de forma que se tenha uma nova organização da vida dos homens onde se

passa do reino da necessidade para o reino da liberdade. A compreensão defendida de política aqui é que a essência é a defesa de interesses da classe trabalhadora e que se tenha uma organização do trabalho onde homens e mulheres possam ter uma condição de vida plena, onde o trabalho assume seu caráter positivo na vida humana.

## **CAPÍTULO 5**

### **O ESTADO E A PERSPECTIVA MARXISTA DE EDUCAÇÃO**

A discussão sobre a educação popular no Brasil se dá num contexto de formação de trabalhadores em um país onde poucos tiveram acesso à escola, esse fato se dá principalmente por uma questão de divisão da sociedade em classes. Ao analisarmos a história da educação escolar no país percebe-se que ao povo sempre foi negado uma condição de formação plena relacionadas à leitura e escrita, às ciências no geral e o entendimento filosófico sobre a sociedade. Nem o básico foi entendido como direito durante séculos, somente depois de muitas lutas e da necessidade imposta pelo capital, que se teve o processo de ampliação da escolarização como meio de fortalecimento do processo produtivo e assim essa modalidade de ensino se tornou obrigatória.

Para entender a dinâmica da educação no Brasil é importante analisar a estrutura do Estado com a sua dinâmica de luta de classes, onde a burguesia impõe a sua vontade em vários setores como o jurídico, político, e também se apresenta no âmbito do ensino e da instrução. Partindo dessa análise estrutural, buscaremos analisar os fundamentos da educação popular, entendendo que o seu desenvolvimento no Brasil embora tenha um caráter político relevante foi reflexo de uma ação referente à realidade concreta do país, que é ainda de um número grande de analfabetos na cidade e principalmente no campo.

O Brasil como será analisado neste capítulo tem um tipo de capitalismo que denominamos de atrasado e burocrático que de certa forma tem relação direta com a educação escolar e o processo educativo como um todo do povo brasileiro. Aliado a essa condição, o Brasil promove desde o período de dependência da metrópole portuguesa até o momento atual o fortalecimento político de vários setores ligados à grande burguesia e ao latifúndio que no campo econômico se reforça com a atuação do agronegócio. Esses fatos não se descolam da educação e nem da situação de escolarização do povo, pelo contrário, interferem na dinâmica e nos processo relacionado a acesso e permanência do povo na escola.

Sendo assim inicialmente faremos uma análise do Estado, da fase que se encontra no capitalismo, em seguida a condição de formação do Estado Brasileiro e os impactos deste na formação do trabalhador.

### **5.1 O imperialismo e a interferência na organização do Estado e da Educação**

Para realizar uma análise sobre o processo de educação brasileira na prática e na teoria é necessário fazer um estudo da organização do Estado e assim entender o significado de se ter uma educação popular numa sociedade capitalista. Buscamos nesse ponto tratar da atual fase do capitalismo, que como apontado por Lênin se encontra em sua fase superior denominada imperialismo. A análise do Estado, que no capitalismo é a representação dos interesses da classe dominante, aliado a estrutura de sua manutenção pela propriedade privada permite entender quais os interesses que são ressaltados em todo o mundo referente aos povos que vivem subjugados a essa arrumação estrutural da burguesia. Existe na atual fase do capitalismo um processo ideológico em que é firmada a ideia de igualdade, de diminuição das fronteiras, de globalização, mas todo esse momento se refere a um domínio político, ideológico e intelectual de uma pequena parte da sociedade mundial que ramifica seus interesses como se fosse maioria, ou seja, os interesses capitalistas e imperialistas.

O desenvolvimento do capitalismo permitiu que se desenvolvesse uma nova etapa - o imperialismo-, e essa é analisada por vários teóricos no campo marxista entre eles está Lênin, Mao Tse Tung, Guzmán<sup>17</sup>, Martín<sup>18</sup> que serão os referenciais que utilizaremos nesse estudo. Além desses no Brasil foram produzidos dois estudos que tocam nos fundamentos do capitalismo burocrático que são as teses de (SOUZA, 2010) e de (CAMELY, 2009).

---

<sup>17</sup> Abimael Guzmán é conhecido como Presidente Gonzalo, e foi representante do birô político do Partido Comunista Peruano que é conhecido como Sendero Luminoso. Ele produziu estudos sobre o capitalismo burocrático partindo de estudos realizados por Mao Tse Tung e também da análise das condições de seu país com relação ao problema da terra e também da dependência que este possui de países imperialistas.

<sup>18</sup> Estudiosos espanhol, professor do Departamento de Geografia da Universidad de La Laguna. Ele analisa e estuda o capitalismo burocrático. Coordenador do Grupo de investigação "El capitalismo burocrático en la explicación del subdesarrollo y el atraso social" de la Universidad de La Laguna <http://webpages.ull.es/users/capburoc/>

A palavra imperialismo remete a império e domínio político e ideológico por parte de determinados Estados sobre outros. Souza (2010) ao fazer um estudo sobre a estrutura do capitalismo desenvolvido no Brasil e a influência dessa na educação do campo, tendo como referência experiências desenvolvidas no Estado de Rondônia a partir de 1990, faz a seguinte ponderação:

O termo “império”, derivado do latim *imperium*, designava para os romanos um poder pessoal civil e militar atribuído aos reis de Roma e aos seus magistrados republicanos. Imperialismo é uma palavra recente, criada no século XIX para designar a política de conquista e dominação de colônias pela Inglaterra e França, no início da expansão do capitalismo. Tanto a palavra “império” quanto a palavra “imperialismo” passaram a ser utilizadas para designar períodos históricos e processos variados que supõem dominação de uma entidade política sobre outra. (SOUZA, 2010, p. 30)

As palavras da autora nos trazem a compreensão do significado que o imperialismo tem e permite entender a dominação de um país pelo outro, que como Lênin analisou se pauta por um processo de forte superioridade dos monopólios e do capital financeiro, além de promove de forma devastadora a partilha dos territórios entre as grandes potências capitalistas. Essa partilha acaba promovendo dois pólos no mundo, de um lado os dominadores e de outro os dependentes. A relação existente aqui entre países capitalistas dominadores (imperialistas) e os que dependem desses se dá numa relação de partilha do mercado mundial, que Lênin denomina de cartéis internacionais. O que Lênin (1985) apontou sobre o imperialismo pode ser entendido em uma só frase: “*se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo*”. (p. 367 tomo 2), Mas como ele mesmo aponta é necessário ir além dessa definição breve e incluir nessa cinco traços fundamentais:

1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. A fusão do capital bancário ao capital industrial e a criação, baseada nesse << capital financeiro >>, da oligarquia financeira;
3. A exportação de capitais diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilha o mundo entre si, e;
5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas do mundo mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que tomou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância à exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a



partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes. (LENIN, 1985, tomo 2 p. 367).

Embora a análise de Lênin seja do início do século XX ela se aplica à realidade econômica atual, que muitos denominam de globalização, pois são poucas multinacionais que se espalharam em todo o mundo e dominam o mercado, principalmente o de países dependentes com pouca industrialização ou com uma tradição de desenvolvimento da agricultura exportadora e exportação de recursos primários, como é o caso do Brasil. O mundo embora seja na atualidade chamado de sem fronteiras, possui fronteiras definidas no que se refere ao domínio das grandes potências em todos os setores (econômico, político, cultural, educacional, etc.). No caso de toda a América Latina, este domínio se dá pela atuação mais forte dos Estados Unidos. É importante reforçar que antes dessa fase, em muitos países já existiam práticas de dominação com uma relação estabelecida entre metrópole (dominador) e colônia(dominado), inclusive como destacamos anteriormente essa se constituiu antes da fase imperialista.

No Brasil o período de dominação que se estabeleceu no país iniciou-se no século XVI com a colonização portuguesa. Por essa data percebe-se que o processo de divisão territorial das terras no mundo tem seu princípio muito antes da fase atual que se encontra o capitalismo. Com as grandes navegações, Portugal e Espanha e mais tarde Inglaterra dividiram entre si a África, Ásia e América, e esse ato ocorreu em conjunto com a usurpação das riquezas dos povos desses territórios.

A análise aqui realizada do imperialismo se contrapõe à ideia de globalização, pois essa coloca a partilha da Terra como se fosse algo bom para todos, pois aproxima e liga povos, culturas mediado pela tecnologia como se esse ato não se tivesse relação com os interesses da classe dominante. Essa ponderação fica mais clara com as palavras de Souza (2010)

Os ideólogos do imperialismo buscam o termo “globalização” há algumas décadas para justificar a ação nefasta dos países imperialistas, creditando aos órgãos supranacionais (controlados pelos EUA), como a ONU e a OTAN, um papel humanitário de interventores nos conflitos para manter o equilíbrio e a paz internacional, negando o caráter de classe do Estado no contexto do imperialismo. Para Boron (2002), todos esses organismos estão vinculados aos EUA. (SOUZA, 2010, p. 38)

Partindo dessa análise e do significado que se tem de existir órgãos internacionais de cunho imperialista a educação sofre impactos nefastos no

processo de formação da classe operária, pois valores, posturas e objetivos são construídos buscando uma só finalidade que é reforçar o capital. Assim a formação classista (formação da classe em si e para si) se torna difícil e morosa, pois o imperialismo utiliza de todas as armas para camuflar a realidade e reprimir os que exigem e lutam por- mudança. Muitos países hoje não tem a nomeação de colônias como acontecia nos séculos anteriores ao XX, porém informalmente existe na estrutura que o capitalismo armou o que podemos denominar de semicolônias.

A partir desse ponto, se faz necessário iniciar uma discussão de qual a relação entre o imperialismo, a organização política, social e econômica do Brasil com a educação da classe operária para isso é importante entender a organização política que se tem no Brasil, que como defenderemos é uma estrutura que podemos denominar de capitalismo burocrático.

## **5.2 O capitalismo burocrático e suas influências na educação**

Para fundamentar esse ponto utilizaremos como categoria de análise partindo do que foi discutido no ponto anterior, dois elementos centrais que são capitalismo burocrático e semifeudalidade. Esse recorte que nos propormos se deve pela necessidade de analisar de forma estrutural e conjuntural o Estado para mais adiante compreender a situação da educação. Utilizaremos como apoio teórico principalmente Lênin, Guzmán, Martín (2007), além das teses desenvolvidas por Souza (2010) e Camely (2009) que tem a discussão do capitalismo burocrático como central na organização do Estado brasileiro. Os dois pontos de análise andam juntos em países como o Brasil, que tem um capitalismo que os teóricos desse referencial denominam que é um capitalismo atrasado que não desenvolveu as forças produtivas suficientes para um desenvolvimento do país, permitindo inclusive sua independência de outros países.

Para iniciar a discussão é importante conceituar o que é capitalismo burocrático, pois esse entendimento nos permite mais à frente entender a relação da estrutura com a condição da educação para o povo brasileiro assim como a consequência dessa para o desenvolvimento da educação popular no Brasil. O capitalismo burocrático está ligado à organização do Estado, principalmente no que se refere à questão agrária, pois como apresenta Souza:

[...] uma vez que o problema da terra tem atravessado todos os processos socioeconômicos da humanidade. Com o desenvolvimento do imperialismo, como fase superior e última do capitalismo, encerrou-se a etapa das revoluções burguesas, deixando pendente a questão da democratização da terra nos países coloniais e semicoloniais. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a questão agrária foi essencial para determinar as relações de produção e o poder político. No final do século XIX, (Engels, 1978, p. 439-440, apud MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 9) apontava os problemas da semifeudalidade no processo de formação do capitalismo na Alemanha, denunciando as relações de dominação e exploração dos camponeses, assim como Lênin, que, ao analisar a importância do campesinato russo no processo revolucionário, já apontava para as contradições do desenvolvimento da agricultura capitalista na Rússia pela existência e manutenção “dos restos do regime feudal no campo” que “resultaram ser muito mais fortes do que pensávamos”(LÊNIN, 1975 b, p. 84, apud MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 9). (SOUZA, 2010, p.45)

Essa definição realizada por Souza refere-se à forma com que o imperialismo atua em países que possuem uma estrutura que não se “modernizou” nas suas relações de produção.

Vários países no mundo principalmente da América Latina, Ásia e África passaram por esse processo, que é desenvolvimento de um capitalismo denominado atrasado, que é estruturado por uma organização semifeudal. O primeiro teórico que fez análise do capitalismo burocrático de forma analítica no século XX foi Mao Tse Tung. Na América Latina tem-se Abimael Guzmán como continuador da teoria marxista, que se baseia muito em Mariátegui, estudioso da situação peruana. Para entender o capitalismo burocrático uma questão que se coloca é a semifeudalidade que como argumenta Guzmán:

Sobre uma base semifeudal e sob o domínio imperialista se desenvolve um capitalismo que é tardio, um capitalismo que nasce atado à semifeudalidade e submetido ao domínio imperialista. O capitalismo burocrático se desenvolve ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, os capitais formados... Pelos grandes capitalistas e latifundiários, a burguesia compradora e os grandes banqueiros; assim vai sendo gerado o capitalismo burocrático atado à feudalidade, submetido ao imperialismo monopolista. Este capitalismo, chega a um certo momento de evolução que se combina com o poder do Estado e usa os meios econômicos do estado, o utiliza como alavanca econômica e este processo gera outra facção a da grande burguesia, a burguesia burocrática. Desta maneira ocorre um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e torna-se por sua vez em estatal (GUZMÁN, 1989 apud, MARTÍN, 2007, p. 5)<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Tradução nossa: Sobre una base semifeudal y bajo un dominio imperialista, se desarrolla un capitalismo, un capitalismo tardío, un capitalismo que nace atado a la semifeudalidad y sometido al dominio imperialista... El capitalismo burocrático se desenvuelve ligado a los grandes capitales monopolistas que controlan la economía del país, capitales formados, ..., por los grandes capitales de los grandes terratenientes, de los burgueses compradores y de los grandes banqueros; así se va

Essa análise do capitalismo feita por Guzmán se relaciona com a situação do Peru, mas se adequa com qualquer realidade onde se tem uma estrutura capitalista de tipo dependente de países imperialista e com um desenvolvimento interno atrasado estabelecendo relações políticas e sociais de tipo semifeudal. Guzmán parte de uma realidade onde se tem análises realizadas por Mariátegui quando nos *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana* ele trata do problema da terra. Uma citação importante para entender a influência desse autor é a seguinte:

O problema agrário se apresenta, antes de qualquer coisa, como o problema da liquidação do feudalismo no Peru. Esta liquidação já deveria ter sido feita pelo regime democrático burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas no Peru não tivemos, nos cem anos de república, uma verdadeira classe capitalista. A antiga classe feudal-camufada ou disfarçada de burguesia republicana- conservou suas posições. A política de desamortização da propriedade agrária iniciada pela revolução da independência- como uma consequência lógica de sua ideologia- não levou ao desenvolvimento da pequena propriedade. A velha classe latifundiária não havia perdido seu predomínio. A sobrevivência de um regime de latifúndio produziu, na prática, a manutenção do latifúndio. Sabe-se que a desamortização atacou principalmente os bens da comunidade. E o fato é que, em um século de república, a grande propriedade agrária foi reforçada e engrandecida, a despeito do liberalismo teórico da nossa constituição e das necessidades práticas de desenvolvimento de nossa economia capitalista. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68)

O significado do que Mariátegui coloca se reflete em vários aspectos, principalmente no econômico. A análise feita por ele refere-se muito com o tipo de colonização espanhola, mas Portugal desenvolveu alguns elementos que são próximos a esta na colonização do Brasil. Um ponto que é importante apontado por este teórico que dá para ver essa proximidade e quando este diz que:

A Espanha nos trouxe a idade média: inquisição, feudalismo, etc. E nos trouxe também a contrarreforma: o espírito reacionário, método jesuítico, casuismo escolástico. Fomos nos libertando penosamente da maior parte dessas coisas, por meio da assimilação da cultura ocidental, obtida às vezes por meio da própria Espanha. Mas ainda não nos libertamos de seu alicerce econômico arraigado nos interesses de uma classe cuja hegemonia não foi liquidada pela revolução da independência. As raízes do feudalismo estão intactas. Sua subsistência é responsável, por exemplo, pelo atraso do nosso desenvolvimento capitalista. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 70)

---

generando el capitalismo burocrático atado, ..., a la feudalidad, sometido al imperialismo y monopolista... Este capitalismo, llegado a cierto momento de evolución se combina con el poder del Estado y usa los medios económicos del Estado, lo utiliza como palanca económica y este proceso genera otra facción de la gran burguesía, la burguesía burocrática; de esta manera se va a dar un desenvolvimiento del capitalismo burocrático que ya era monopolista y deviene a su vez en estatal. (GUZMÁN, 1989 apud, MARTÍN, 2007, p. 5)

As análises realizadas por Mariátegui se referem a um momento diferente do atual, e no que se refere à produção interna e as relações estabelecidas por essa estrutura. Porém, em certos pontos a essência se mantém, como a organização de países dependentes, principalmente em países da América Latina. No que se relaciona ao Brasil, as teses de SOUZA (2011) e CAMELY (2009) trazem uma análise importante e inovadora do que significa essa disposição do capital e as suas consequências para a educação além da atuação de órgãos não- governamentais no campo e em outros territórios. A compreensão que se tem é que na formação social do Brasil o regime de propriedade da terra determinou o regime político e administrativo do país e influenciou historicamente em vários aspectos da formação do trabalhador.

Ao pensar no capitalismo burocrático o que é essencial e entender uma relação de dependência econômica que se dá por meio do imperialismo. Existem três pontos que são essenciais, o primeiro é a questão da terra e as relações que se estabelecem nela na estrutura do país; segundo uma indústria burocrática que se desenvolve por meio de capital estrangeiro, estabelecendo uma relação monopolista a fim de proporcionar uma acumulação rápida de capital em detrimento da classe trabalhadora e favorecendo os grandes monopólios do imperialismo; e por último a ideologia que tem um papel de moldar o povo com comportamentos aceitáveis por vários meios de difusão, particularmente aos meios que servem aos interesses do capitalista e de certa forma sustenta os dois pontos anteriores.

No Brasil a discussão sobre termos como feudalidade ou semifeudalidade, são discutidas por estudiosos de partidos comunistas a partir da década de 1930, um desses é Caio Prado Junior quando expõe suas ponderações acerca da questão agrária, diz que não existiu, ou existe no Brasil nada de feudal, e o que existe de mais próximo é o sistema de meia e terça. Para esse autor, o que ocorreu na gênese de formação do Estado brasileiro foi uma organização econômica, desde o início da colonização, que é a escravidão servindo para as bases mercantis. Outra posição que se apresenta é de Guimarães em seu livro *Quatro séculos de latifúndio*, onde ele analisa que embora existisse a ideia e a concepção de que Portugal trazia para a colônia o ideário mercantil, o que se instalava pela dinâmica de perpetuação do poder era organização basicamente feudal. O Brasil não foi continuidade de Portugal, e como aponta esse autor: *“a classe senhoral, despojada ali de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso*

*a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado.”* (p. 23)

. Partindo dessas ponderações e respondendo à pergunta realizada, pode-se afirmar que no Brasil não existiu uma organização clássica do capitalismo, pelo contrário teve-se retrocessos históricos comparados com vários países do mundo. A partir dessa explanação, apontamos aqui três pontos essenciais a partir da leitura da tese de Camely sobre a questão da semifeudalidade, que são:

1- A manutenção das relações de produção de característica pré- capitalista, por exemplo, o sistema de pagamento de trabalho que no campo ainda se dá por regime de meia e terça, trabalho gratuito. Além de relações sociais onde o grande proprietário é o Senhor e o camponês se entende nas relações como um serviçal desse;

2- Manutenção de relações mini fundistas, onde se tem uma estrutura dividida em fazendas por parte da grande oligarquia no períodos iniciais da colonização e que se mantém até os dias atuais, e essa estrutura se assemelha a divisão que ocorria na Europa no período feudal;

3- Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o camponês a terra de forma que ele tem uma relação que não permita a modificação da condição camponesa, como por exemplo, as ações clientelistas de patronato, apadrinhamento, etc.

Quando se coloca essa estrutura como fundamento das relações que se estabelecem socialmente, percebe-se que no Brasil as características se igualam, ou seja, campo e cidade tem interferência dessa estrutura. A semifeudalidade no Brasil se relaciona com a não existência de uma Revolução Democrática Burguesa, pois não se rompeu a estrutura social de base feudal. Outro ponto importante é aliar o capitalismo burocrático ao imperialismo como explica Souza (2010):

O capitalismo burocrático está determinado pela época e condições do capitalismo em sua fase atual: o imperialismo. Este fenômeno ocorreu no final do século XIX e modificou por completo a ordem capitalista mundial, especialmente nos países dominados (colônias e semicolônias), bastante atrasados em relação aos grandes centros industriais dos países hegemônicos. O imperialismo determina os novos interesses da burguesia mundial e suas ações passam a ser a busca pelo lucro máximo, por meio da exportação de mercadorias e de capitais. Para isso, busca agir sobre os países atrasados para ampliar o número de consumidores de mercadorias e, principalmente, saquear suas matérias-primas e recursos naturais que lhe garantam maior acumulação de capital. (SOUZA, 2010, p. 51).

O imperialismo assim liga os interesses da burguesia mundial ao da burguesia servil. Essa burguesia é a

Chamada de grande burguesia em razão de sua base de acumulação, de sua origem e luta política pelo poder, e se divide em duas frações: a burguesia compradora e a burguesia burocrática. Essas duas frações da grande burguesia desenvolvem-se vinculadas à classe latifundiária e ao imperialismo. (SOUZA, 2010, p.51)

Todo esse jogo de relações estabelecidas do desenvolvimento do capitalismo burocrático permite um entendimento de como o imperialismo dentro do país estabelece suas bases, e assim fortalece o poder das grandes corporações. É essencial se ter uma estrutura que sustenta a dinâmica de atuação de países imperialistas e o reflexo desse na educação se deu na formação ideológica das classes.

### **5.3 A formação do Estado brasileiro e suas bases feudais como elementos de reflexos da situação de analfabetismo de adultos**

Para compreender e interpretar os fatos ditos naturais e entender os elementos centrais que levam a tais fenômenos é necessário se ter uma perspectiva histórica. O público da Educação Popular que no Brasil se compõem principalmente de adultos tem uma trajetória, com história comuns a todos. A primeira palavra que caracteriza esses sujeitos é analfabetismo. A condição que se tem de não saber ler e escrever é um fato que provém de vários séculos, é resultado de uma estrutura e também uma conjuntura política, econômica e social onde existe o abandono no que se refere à instrução pública para os trabalhadores por parte do Estado. Em muitos escritos sobre o analfabetismo uma adjetivação que se tem desse fato é que ele é uma chaga da nossa sociedade e instrumentaliza as classes dominantes a reforçar seu domínio social.

Como apontamos anteriormente, o Estado é uma estrutura que sustenta uma sociedade de classes e que o interesse de uma dessas se coloca como o principal a ser seguido, nos casos os interesses da burguesia. Dentro desse fundamento e entendendo que o Estado utiliza da educação (nos diversos espaços, inclusive no

instrucional que é a escola) como instrumento ideológico e que essa condição se estrutura conforme a etapa que o capitalismo se encontra historicamente pode-se dizer que o processo de instrução da classe trabalhadora tem o objetivo de manter a estrutura de classes e também o domínio das forças que se tem internamente e também as externas.

Ao realizar uma análise histórica, esta não se inicia no atual momento que é da fase superior do capitalismo, ou seja, o imperialismo, mas sim no período que o país foi colonizado por Portugal. Desde o momento que os portugueses colocaram os pés nas terras dos índios que aqui viviam, iniciou-se um processo formativo ideológico com a finalidade de reafirmar a necessidade do poder externo na organização do espaço que foi batizado como Brasil. Com a ocupação do território brasileiro iniciou-se uma formação ideológica forte, iniciando-se com os índios. O processo de dominação ideológica do Estado português sobre os nativos se deu pela força e pela instrução com a catequização destes. A instrução em cada momento da história do país vai determinar os interesses da classe dominante, ou seja, nobreza portuguesa, senhores de engenho, elite cafeeira, burguesia nacional, burguesia industrial, militares, etc. e todos seguindo “orientações” externas de Portugal, Inglaterra e Estados Unidos, cada um no seu momento histórico definido e colocando os interesses destas nações como as principais. Esse fato demonstra como o Brasil sempre esteve atrelado à outra nação, por ter uma relação de dependência e também um desenvolvimento comprometido pela sua própria origem que é a de colônia. No que tange os processos educativos, desde a sua gênese, o Brasil não criou uma política que visasse avanços reais, mas sim o progresso para a economia dos países dominadores.

Por esses fatos assinalados é importante que a noção de Estado que apresentamos anteriormente seja reforçada, pois no Brasil assim como em qualquer país do mundo, existe a promoção de uma lógica, que é de manutenção da ordem burguesa e também imperialista. Entendemos que, muitas das avaliações que se apresentam do Estado ainda são idealistas, e:

[...] encobrem sua natureza e a luta de classes, compreendendo-o como um órgão existente para promover o bem comum de forma neutra. Ao contrário, a teoria marxista busca compreender a essência do Estado como um instrumento de dominação, de coação, formado especialmente para manter a opressão sobre as classes dominadas (SOUZA, 2010, p. 28).



Assim, afirmamos que o Estado brasileiro é resultado de uma sociedade dividida em classe, que se inicia no momento que o primeiro português coloca os pés no território que eles nomearam de Ilha de Vera Cruz, e permanece até o momento atual, onde a desigualdade social se amplia por meio de bolsões de pobreza aliado a concentração de riqueza nas mãos de poucos. A dominação fez parte da história de formação do Estado brasileiro, que inicia pela dominação dos povos indígenas e com a instalação das sesmarias no território brasileiro. Essa como apresenta Guimarães (1968):

“Dividiam-se as simpatias da Metrópole Portuguesa entre os “homens de qualidade” e os “homens de posses”, estes os mais desejados quando se tratava de fixar na agricultura os grandes interesses da exploração colonial.” (GUIMARAES, 1968, p. 41).

Essa condição que a Coroa portuguesa colocava para exploração espacial do território brasileiro e com a produção da cana de açúcar trouxe duas instituições na dinâmica brasileira - o engenho e a sesmaria- que eram os pilares da sociedade colonial. E se instala na colônia de Vera Cruz um processo de exploração do solo organizado que teve reflexos nas relações sociais, pois se tinha de um lado o processo de mercantilização por meio da exportação da cana de açúcar, de outro lado, relações de trabalho baseadas no escravismo. E é nesse solo de contradições que germinou o Estado brasileiro. Com a divisão da terra para os portugueses que aqui quisessem explorá-la, tem-se uma estrutura da terra feudal como aponta Guimarães:

A terra enfeudada açambarcava a energia humana disponível, aplicando-a exclusivamente a serviço de seus senhores daqui e dalém- mar. Obter o máximo de rendimento em riqueza e tributos era o objetivo, pouco se lhe dando entender às prementes necessidades dos que, desaqueinhados, nada possuíam além de sua força de trabalho. (GUIMARÃES, 1968, p. 49)

Com essa distribuição que se organizava conforme uma estrutura feudal tem-se no Brasil a instalação de um modelo latifundiário, baseado numa estrutura de classes, onde de um lado têm-se os nobres portugueses e de outro os índios e mais tarde o negro e o branco pobre. O reflexo dessa estrutura que se monta no momento que se funda o Estado Brasileiro. Essa raiz tem impactos na formação da classe trabalhadora, pois ela se perpetua ao longo da história do Brasil A escola jesuítica foi uma prova clara desse papel que a educação escolar (instrução) teve como meio de

dominação, pois ela ensinou para o índio, embora esses resistissem os preceitos religiosos da cultura portuguesa, reforçando nas mentes a aceitação da dominação do português em terras brasileiras como algo natural. Esse fato é colocado por Paiva (2000) quando este fala do processo de alfabetização dos indígenas, ele diz que:

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deveriam significar adesão plena à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade? A quem pertencem? Pertencem à corte, como eixo social. (PAIVA, 2000, p. 43)

Entende-se assim como o Estado brasileiro desde o seu início impõe de todas as formas o lugar que cada um ocupa socialmente. Como analisa Souza (2010)

No período colonial, a educação jesuítica tinha por objetivo difundir a fé e a doutrina católica e se destinava apenas à classe dominante, representada pelos senhores de engenho. A educação buscava fazer da classe dominante brasileira uma caricatura da nobreza portuguesa. "... o que se tem em vista na cultura transplantada é a imposição e a preservação de modelos culturais importados, sendo, pois, diminuta a possibilidade de criação e inovação culturais. A escola, neste caso, é utilizada muito mais para fazer comunicados... Na fase colonial, este tipo de ação escolar é o instrumento do qual vai servir-se a sociedade nascente para impor e preservar a cultura transplantada. A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, a estratificação social, aliados a modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira (ROMANELLI, 1996, p. 23)." (SOUZA, 2010, p. 132).

É essencial se colocar que no período do Brasil colônia e Império a relação que se estabeleceu de trabalho por meio da escravidão negra, foi um sustentáculo durante três séculos da economia portuguesa e permitiu com mais segurança a manutenção da estrutura latifundiária no país. Aos negros eram negados direitos básicos por serem vistos como seres sem alma e a escolaridade destes na sua maioria nem existiu. O que existiu com relação ao negro no seu processo de instrução que se inicia no período colonial foi a atuação da Igreja como legitimadora da prática de dominação colonial sobre corpo e alma do negro. Não existia preocupação em instruir o negro, e este fato aliado à mentalidade da época reforça uma estrutura que se amplia até os dias atuais que é o lugar ocupado pelo negro na sociedade, demonstrando assim que tem um caráter racial aliado ao problema de classe, ou seja, a divisão entre dominados e dominantes no Brasil iniciada no período da colônia se deu pela divisão entre brancos (os grandes latifundiários) e

negros, mulatos e brancos pobres. Nesse período da história do Brasil não existia a necessidade de se ter os conhecimentos de leitura e escrita como ocorre hoje, a demanda era diferente, o estudo era para poucos. Assim,

No período de 1534 a 1850, a educação, com uma concepção elitista, esfacelada, de “aulas avulsas”, que “excluía da escola os camponeses, os negros, os índios e quase a totalidade das mulheres (sociedade patriarcal), gerou inexoravelmente, um grande contingente de analfabetos”, porque a economia semifeudal e semicolonial não necessitava sequer da educação primária. (SOUZA, 2010, p. 133)

Nesse contexto, no campo da economia, o papel que se estabeleceu no Brasil como colônia era somente produzir produtos advindos da terra (Pau Brasil, cana de açúcar) e retirar riquezas minerais do subsolo brasileiro, como é o caso do ouro encontrado no interior do país, principalmente no território de Minas Gerais. Toda a produção interna se destinava a um fim, a Metrópole. Essa característica historicamente se mantém durante todo o período da colônia e segue no Império com D. Pedro I e II, mas quando é modificada a organização do Estado, que passa de monarquia para República, pode-se dizer que não se teve na estrutura nenhum abalo, pois o Brasil continua entregando riquezas e exportando produtos.

No período que inicia a República percebe-se que não ocorre de fato uma modificação da estrutura do Estado, pois esse permanece com uma base fundiária com forte influência de interesses externos no mando da produção interna. A educação escolar nesse momento tem um marco importante que é a criação de escolas do campo, pois:

O governo republicano pretendia modernizar o país e acreditava que a educação seria uma das formas de levá-lo ao desenvolvimento socioeconômico, então forçou os fazendeiros a abrirem escolas em suas fazendas. Foi assim que se iniciou a escola no campo (LEITE, 1999). A Europa vivia os ventos da modernidade, momento em que a burguesia apresentava a visão de que “todos os homens são cidadãos” e que para alcançar essa “cidadania” era necessário que a educação fundada na “pedagogia da essência” fosse universalizada. (SOUZA, 2010, p. 133)

Essa atitude de escolarizar o povo não significou na verdade uma mudança da condição de vida dos trabalhadores, principalmente do campo. Existia a escola, mas não a condição de se estudar nela. O trabalho na roça e as relações de meia e terça promoviam no camponês uma “escolha” do que era mais importante, que no caso é o trabalho para sobreviver. Com o passar do tempo, fica mais claro descaso

total do Estado com a alfabetização dos trabalhadores, principalmente camponeses.

E como ressalta Souza

Até os anos de 1920 não havia uma preocupação do Estado brasileiro com a escolarização da população camponesa, pois se entendia que o trabalho manual executado por ela não necessitava de escolarização. Nos primeiros anos da República, embora a população rural fosse mais de 80% da população brasileira, a educação não alcançava o campo... (SOUZA, 2010, p. 134)

O reflexo desse fato é que o número de analfabetos no Brasil nesse período era muito grande, chegando a 75% segundo estatísticas da época. Com o fim da República Velha e estabelecimento da Ditadura de Vargas teve uma característica peculiar, onde:

O capitalismo burocrático toma impulso no governo de Getúlio Vargas, em meio à forte disputa entre as oligarquias semifeudais e a burguesia comercial. Nos primeiros anos da República, predomina no poder a burguesia compradora originada da classe dos comerciantes ligada às oligarquias rurais. Com a crise da economia açucareira no nordeste e do café em São Paulo, que sustentava a política oligárquica desde a Proclamação da República, instala-se uma crise governamental marcada pela desorganização do Estado e pela corrupção, motivos de várias revoltas militares, culminando no vitorioso golpe de Vargas, que colocou a burguesia emergente no poder do Estado: a burguesia burocrática. A característica principal dessa fração da grande burguesia brasileira é ser vinculada e diretamente impulsionada pelo capital financeiro internacional e pelo imperialismo norte-americano. Vargas, como representante da burguesia burocrática, fez uma composição de interesses entre imperialismo e latifundiários e a fração compradora da burguesia brasileira, consolidando a fração burocrática no poder e uma política de repressão e abrandamento das lutas sociais por meio da criação de parques direitos trabalhistas. (SOUZA, 2010, p. 65)

Essa característica do governo Vargas facilitou a atuação dos Estados Unidos que ascendia como potência mundial após a Primeira Guerra Mundial e teve uma interferência no processo de industrialização vivido no país. Nesta fase, tem-se um incremento dos capitais estrangeiros em indústrias de base como a siderurgia e significou o escoamento de riquezas minerais do país para as grandes nações produtoras de produtos industrializados de ponta. A influência americana se ramificou para todos os campos, e a educação não ficou de fora, tem-se a introdução do ideário da Escola Nova, que aponta críticas à escola tradicional. Em 1932, tem-se o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* totalmente inspirada na obra de John Dewey, este documento:

Que reivindicava mais atenção do Estado para com as políticas educacionais, defendia educação para todos, pública, obrigatória e laica, que eram as aspirações do liberalismo burguês. Todas essas “aspirações” eram formuladas na esfera do novo poder hegemônico sobre nosso país, o imperialismo norte-americano, que lançava aqui sua base ideológica (SOUZA, 2010, p. 137).

Assim, pode-se perceber forte influência do imperialismo norte americano na formação ideológica por meio da educação devida

O ideário da Escola Nova como centro ideológico da pedagogia liberal fincou suas raízes de forma profunda na educação brasileira. Ao final da Primeira República já havia conseguido sufocar a Pedagogia socialista e a Pedagogia libertária (anarquista), que tinham forte experiência no meio operário e foram duramente reprimidas pelo governo Vargas. (SOUZA, 2010, p. 138)

Esse momento de abertura para o capital estrangeiro no que se refere às grandes indústrias de ponta se reforçaram no governo JK representando a ampliação da atuação das indústrias. E também uma forte influência norte-americana nas políticas educacionais do país. Percebe-se na organização do ensino e na estrutura pedagógica das escolas uma estruturação segundo a dinâmica estrangeira. No período da ditadura militar esse fato se amplia com a atuação do MEC-USAID controlando e determinando o modo que a educação deveria se organizar, mas esse fato não significou que ao povo tivesse uma educação de qualidade. Em meio a esses momentos de relação com a política norte-americana que se nos dá diversos setores sociais tem-se cada vez mais reforçado uma estrutura estatal dependente de Estados imperialistas e mantendo uma estrutura agrária, e aliado a isso uma estrutura educacional que tende a controlar e determinar metas para a educação segundo as diretrizes de órgãos internacionais como FMI, BIRD, entre outros.

A situação da educação para o povo cada vez mais tem um discurso de democracia revelado pela ampliação de vagas no ensino fundamental, mas na sua essência o que se percebe é um processo de sucateamento e afirmação de uma educação pobre para os pobres. São vários fatores que colocam em evidência um descaso com a educação do povo. A precariedade das escolas públicas fatos evidenciados pelos dados do Censo da Educação Básica de 2007 confirmam que a situação caótica está espalhada pelo Brasil; das 166.240 escolas públicas de Educação Básica, 71% não têm biblioteca; 77% estão sem quadra de esportes; 13%

não contam com água filtrada; e 8% sequer têm esgoto. Outros dados que põe a nu a situação péssima do ensino público no país são os alarmantes índices de analfabetismo. Segundo dados do INAF (Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional) o analfabetismo funcional atinge cerca de 68% da população (ou seja, aquelas pessoas que lêem, mas não compreendem ou não são capazes de utilizar eficazmente a língua escrita), que se somados aos 7% considerados totalmente analfabetos, representam 75% da população brasileira. Esse público que representa os sujeitos da EJA, da educação popular nos dias de hoje do futuro. Entender essa condição é compreender que existe um elemento estrutural que se sobressai e determina a precariedade do que é direito do povo. Em meio a esse processo histórico constrói-se em todo o Brasil experiências de grande importância na formação do trabalhador, seja do campo ou da cidade, que dita rumos do que é a educação popular no nosso país.

#### **5.4 Fundamentos e bases da discussão da educação popular**

Partindo da análise realizada tem-se uma realidade onde o número de adultos que não tiveram oportunidade de estudar em idade própria é grande. Entre esses se tem um contingente grande de analfabetos e pessoas que somente escrevem o seu nome e não sabem ler. Nesse sentido, foram desenvolvidas ações governamentais no Brasil iniciando-se na primeira metade do século XX com intuito de diminuir os números de analfabetos. Foram realizadas várias campanhas, a primeira lançada no ano de 1947 que tinha a direção do professor Lourenço Filho, tinha como finalidade, erradicar o analfabetismo em poucos meses. Mas essa no início da década de 50 foi extinta. Em meados dos anos 50 aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, contando com a presença de Paulo Freire. Nesse momento, suas ideias começaram a ganhar espaço entre os que defendiam a necessidade de uma formação de adultos diferenciada. O intuito dessas campanhas não tem relação direta com um processo formativo que a vida do trabalhador tem uma modificação estrutural, mas sim a diminuição de números nas estatísticas internacionais que identificam o país como um dos que tem um dos maiores números de analfabetos do mundo.

Surge em contraposição a essa lógica muitas experiências em todo o país, organizadas por movimentos sociais e populares envolvidos com questões de ensino e cultura. Entre essas estão experiências mundialmente conhecidas, como as desenvolvidas por Paulo Freire. É inegável o papel que este educador tem no que se refere à alfabetização de adultos. Ele traz uma discussão sobre a educação bancária os processos de significação da palavra para o adulto analfabeto. Uma de suas principais discussões se refere ao processo de educação em que se questiona os reais sentidos de educar os trabalhadores numa sociedade marcada por sujeitos oprimidos e opressores. E aliado a esta discussão o processo de ensino aprendizagem, onde uma questão que se apresenta é: Quem educa quem?

Muitas experiências se desenvolveram no país a partir de então e com elas se tem concepção de educação, de ensino e do papel que os sujeitos adultos têm ao terem contato com uma experiência que muitas vezes é distante das organizações do Estado. Movimentos diversos organizam práticas educativas ao longo da segunda metade do século XX até a atualidade. Não trataremos aqui dessas experiências, pois entendemos que academicamente esse assunto é bem fundamentado e seria desnecessário fazer esse debate nessa dissertação.

Apresentaremos a discussão sobre os fundamentos e as finalidades da educação popular, tendo como referência a organização do Estado que apontamos ao longo deste capítulo.

#### **5.4.1 A educação popular em conjunto com os fundamentos marxistas**

Quando se fala de educação popular, dois conceitos se apresentam o de educação e o de popular. O conceito de educação já foi desenvolvido longo de toda a dissertação, e também se tem que essa não é de natureza somente do espaço escolar, mas de todos os ambientes de convívio humano. A palavra popular provém do latim *populāris*. Popular é um adjetivo que qualifica aquilo que pertence ou que é relativo ao povo. Nesse sentido, temos que educação popular é uma educação que serve aos interesses do povo, que caracterizamos nesse trabalho como os trabalhadores. Como apresentado ao longo dos capítulos teóricos, tem-se uma concepção de uma condição diferenciada que sirva a formação do trabalhador que rompe com a lógica de educação e de ensino que o Estado tende a manter para sustentar as suas bases, ou seja, a manutenção da estrutura onde se tem o

capitalista como o detentor das forças de produção e conseqüentemente do conhecimento, que ele de certa “aprisiona” para servir aos interesses da classe dominante e muitas vezes ser contra aos da classe trabalhadora. Mészáros (2008) faz uma análise sobre como no capitalismo a educação é utilizada, e que se tem o propósito:

De não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma internalizada ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Em contraposição a essa lógica de imposição que serve à lógica do capital tem-se a educação popular. Essa possui várias orientações no campo teórico, entre elas estão que,

A) Educação popular, com a orientação de integração (educação para todos, extensão da cidadania, eliminar a marginalidade social, superar o subdesenvolvimento, etc.); b) educação popular com orientação nacional populista (dinamizada no período dos governos populistas, buscava mobilizar setores das classes populares para o nacional desenvolvimentismo, homogeneizando os interesses divergentes na consecução de projetos de desenvolvimento capitalista, pretendido como autônomo nacional e popular); C) educação como orientação de libertação (buscando fortalecer as potencialidades do povo, valorizar a cultura popular, a conscientização a capacitação, a participação, que seriam concretizadas a partir de uma troca de saberes entre agentes e membros das classes populares, e realizar reformas estruturais na ordem capitalista. (WANDERLEY, 2010, p.21)

No caso, a terceira tem maior proximidade com o referencial teórico que apontamos, e se aproxima também do campo de análise de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Porém, ao se pensar numa educação popular, como apresentaremos ela vai além dessas ações. Um primeiro ponto que se inclui à conceituação de educação popular na perspectiva que tratamos nessa dissertação é que os processos educativos e as experiências desenvolvidas que se dizem educação popular devem estar a serviço da classe operária. Para isso, alguns elementos se incorporam a definição que são o trabalho e a elevação da consciência, pois,

A educação popular, enquanto práxis (e, também, não só isso!), precisa estar ligada à vida, ou melhor dizendo, ao trabalho. Assim, voltamos à



questão inicial: a reconstrução histórica da categoria trabalho, enquanto vida não enquanto domesticação. No entanto, para isso precisamos pensar diferente, qualitativamente diferente, histórica e dialeticamente (e só por isso diferente!), do que o que se espera que se pense! (BAPTISTA, s/d, s/p)

O trabalho assim deve estar ligado às ações de uma proposta de educação popular, pois esse é o princípio de formação do homem e mexe com todas as estruturas formativas deste. Ao pensar o trabalho, como foi exposto, este tem um papel ontológico na formação do homem, tem-se que ele é um componente e uma finalidade da educação popular. O processo de reconhecimento do sujeito enquanto ser, não pode desvincular o ato do trabalho de suas ações.

A educação popular desvincula-se da ideia de uma formação para o mercado, assim sendo o papel que essa tem é instrumentalizar o educando/trabalhador para que este tenha um processo educativo humanizador que sirva para romper com a lógica do sistema capitalista. Nesse ponto a política assume um papel decisivo, pois ela permite que o trabalhador tenha uma visão diferente do seu papel no espaço na escola, que não é ter um diploma para servir o mercado, mas ter elementos que o permitam compreender melhor a realidade. Tem-se assim uma perspectiva de educação popular que tem como tarefa trazer aos trabalhadores instrumentos referente a formação da classe. Assim sendo,

Essa nova educação, surgida ainda dentro da sociedade de classes, que seria feita pelos e para trabalhadores, Marx define enquanto educação popular. E esta, para manter-se seu papel de classe, teria de se distanciar da influência dos governos e das Igrejas, e, segundo esse raciocínio também se pode incluir, de todas as outras organizações da sociedade civil que não possuíssem corte de classe definido ou pertencentes a classes diversas, como dos partidos políticos burgueses/conservadores, organizações assistencialistas, empresas privadas etc. A educação popular tem o papel de dar acesso ao proletário à ciência, à cultura e à tecnologia que lhe foi negada pelo capital, além de armá-lo ideologicamente para a luta de classes. Então, principalmente, a educação popular seria uma alternativa ideológica para o trabalhador, uma contraposição à escola oficial e aos outros meios culturais controlados pelo Estado capitalista ou que possuem vinculação com outras classes. (PIMENTA; SOUZA, 2010, p. 7).

A partir desse ponto, tem-se que educação popular, relaciona com um distanciamento dos aparelhos de gerência e de dominação ideológica do Estado. Uma educação verdadeiramente popular não está ligada a essa estrutura e seus aparelhos de organização, pelo fato do Estado servir à classe oposta aos interesses do trabalhador. O objetivo geral da educação popular assim não é questionar a lógica excludente do mercado, da própria escola, mas sim revolucionar,

instrumentalizar o trabalhador com a política que sirva a sua classe e com isso este tem um processo de elevação de sua consciência, que como apresentado, possui estágios, e o objetivo numa perspectiva que tem a política revolucionária como aporte é que o trabalhador alcance uma consciência revolucionária, que rompa com a lógica educativa que o capital coloca nas mentes dos trabalhadores.

A educação popular se enquadra no discurso a um determinado público que é o de adultos, principalmente com pouca leitura que são fruto de um contexto histórico como apresentamos de exclusão e de opressão fruto da estrutura da sociedade brasileira. Mas afirma-se que essa perspectiva é necessária não como uma alternativa para “consertar” algo que o Estado não deu conta, mas sim de ser uma perspectiva de educação que sirva a todos os membros da classe. Os valores que são construídos se baseiam na perspectiva marxista. O referencial e as definições que apontamos sobre o que é educação popular, seus fundamentos, podem, na essência, se distanciar dos apontamentos de Paulo Freire. O entendimento de opressores e oprimido nos parece serem diferentes nas duas perspectivas, mas não arriscaremos a fazer este debate neste momento, por entender que é necessário mais estudos e uma análise profunda das obras de Freire em diálogo com as do campo marxista que utilizamos neste trabalho.

### **PARTE III**

Esta parte tem a finalidade de tratar dos sujeitos da construção civil e do campo de pesquisa. Ela é composta de dois capítulos, o primeiro trata do perfil geral da construção civil, do trabalhador e de suas condições de trabalho. O segundo se relaciona com os dados coletados na Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, e tem-se a apresentação da coordenação, os professores e dos educados com suas falas sobre o que é a escola e de seu papel na politização dos trabalhadores.

## **CAPÍTULO 6**

### **CONSTRUÇÃO CIVIL: INDÚSTRIA, TRABALHADOR E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Ao tratar do trabalhador da construção civil é importante entender três elementos, o primeiro sobre a indústria da construção, segundo o sujeito da construção civil e a sua vida e o terceiro ponto as condições de trabalho deste operário. Por isso perguntas como: Quem é o trabalhador da construção civil? Como e por que ele entrou para este mundo do trabalho? Quais as minúcias desse setor que resultam da formação social do trabalhador da construção civil e quais as implicações da formação do trabalho para este trabalhador? Essas questões são importantes para entender o trabalhador e o seu cotidiano no canteiro de obras. A partir dessa pequena introdução, nesse capítulo foram desenvolvidas três partes tocando inicialmente na indústria da construção civil (ICC), em seguida o trabalhador da construção e finalizaremos com a condição destes trabalhadores no chão da fábrica.

#### **6.1 A indústria da construção civil sua organização e seu perfil**

O ramo da indústria da construção civil é um dos mais antigos da história do mundo e é um dos que mais exige fisicamente do trabalhador. Na atual estrutura do capital tem-se tanto uma sobrecarga laboral, própria de uma organização que necessita de mais-valia como meio de perpetuação da estrutura de classes, e acrescenta-se a esse ponto a exigência do aumento da produtividade. Sobre o processo produtivo em si existem o predomínio do trabalho manual, que não é artesanal, visto que o artesão é aquele que conhece todo o processo produtivo. Essa dinâmica ocorre principalmente no grupo que analisamos de trabalhadores, que são trabalhadores clássicos da construção civil, fato que muitas vezes não acontecem em outras áreas que são mais especializadas e contam com maior tecnologia.

A indústria da construção historicamente é uma das mais importantes da economia brasileira e é um dos melhores termômetros de como se encontra esta. No

atual momento, este é um setor em pleno crescimento e tem importância grande, pois: tem um elevado efeito multiplicador; pouca necessidade de investimento; utilização de mão de obra barata; elevada nacionalização, pois seus produtos não são para a produção externa. Existe a geração de renda por meio da criação de empregos para setores sociais com um nível baixo de escolaridade e com pouca qualificação profissional. Essa é uma das características que se ligam à dinâmica de trabalho onde o exercício laboral é cercado de adversidades, índices altos de insalubridade, além de desgaste físico do trabalhador. Tem-se na ICC um papel social importante, pois como aponta Breitbach (2009) existe uma:

Importância econômica não apenas pelo elevado volume de recursos financeiros que mobiliza e por seu forte potencial gerador de empregos, mas também por sua capacidade de contribuir com o dinamismo de muitos segmentos industriais e de serviços. A cadeia produtiva da construção é formada por um grande número de gêneros industriais que aportam uma gama diversificada de insumos e serviços, durante as diversas etapas da produção de edificações. Assim, o dinamismo da construção civil é capaz de engendrar efeitos que se reproduzem em diferentes intensidades sobre o conjunto da economia, especialmente na indústria de transformação. (BREITBACH, 2009, p. 1)

O conjunto da indústria da construção civil tem uma função estratégica e se liga ao desenvolvimento nacional, pois ela engloba dois setores importantes que são o de edificações residenciais, comerciais, industriais, de serviço; e atividades como demolição, preparação do terreno, sondagem, movimentação de terra, obras viárias, obras de porte pesado (pontes, viadutos), obras de montagem, obras de distribuição de energia elétrica, obras para telecomunicação. Assim, esse setor tem um papel econômico e tecnológico significativo para uma região ou país.

No que se refere à produção da construção civil, essa passou por um processo de reestruturação produtiva que acompanha a lógica de produção mundial, principalmente na década de 1990, essa mudança acarretou num processo em que:

[...] diversas empresas do ramo iniciaram mudanças, visando atender as necessidades dos clientes e/ ou despertando para as novas necessidades da Reestruturação Produtiva. Alguns exemplos destas mudanças na estrutura da ICCSE foram levantados em nossa tese: 1º) Produção Enxuta (“Lean Production”) – Construção Enxuta (“Lean Construction”); 2º) Programas de Qualidade Total; 3º) Racionalização dos Processos de Trabalho em Escritório; 4º) Logística e Racionalização do Canteiro de Obras; 5º) Horizontalização das Empresas; 6º) Organizações em Constante Aprendizagem (“Learning Organizations”); 7º) Gestão Participativa; 8º) Políticas de Engajamento e Fixação dos Trabalhadores à Empresa; 9º)

Terceirizações (“Outsourcing”); e 10º) Novas Estratégias Organizacionais. (VILLELA, 2008, p. 312)

Esse processo se deu de forma conjuntural e determinou várias ações em variados espaços formativos que tem impactos na forma de pensar e agir do trabalhador, além de uma nova divisão internacional do trabalho, onde cada vez mais o país passa a ter uma organização baseada numa lógica global de produção. A lógica que se coloca é o que Villela denomina de “*Fast Construction*” – “Construção Rápida”, que resulta para o trabalhador uma organização de superprodução, racionalização produtiva, flexibilidade, customização. Toda essa organização leva ao desgaste do trabalhador e no enriquecimento descomunal dos empresários desse setor, como empreiteiras e as grandes construtoras.

Nesse quadro em que se coloca em oposição patrões versus empregados torna-se necessário entender a lógica desumanizante que se apresenta para homens e mulheres que vendem a sua força de trabalho para construir a riqueza de homens e mulheres donos de grandes corporações. No caso do Brasil as relações de trabalho nesse setor são marcadas pela baixa utilização de maquinário e uso intensivo da mão de obra pouco ou não qualificada, com pouca escolaridade, e o tipo de trabalho exigido é caracterizado pela força física e habilidades manuais com métodos produtivos tradicionais.

A construção civil é um setor singular que traz elementos da organização toyotista para dentro do canteiro de obra, mas mantém uma organização nas relações baseadas na precarização das condições de trabalho, fato esse claro pelo número grande de acidentes de trabalho ocasionando mutilações e óbitos de vários trabalhadores, no Brasil e no mundo.

O papel da indústria da construção civil no plano social é importante no que diz respeito à movimentação da população do campo para a cidade, pois ela é a porta de entrada do camponês para a cidade, além de reforçar a ideia de formação no serviço e a não necessidade de uma política de formação ampla. Com isso, tem-se um processo de trabalho que ocorre por meio de uma estruturação organizacional ligada à cultura dos operários, visto que, não existe uma seleção ou treinamento formal, os trabalhadores se formam no local de trabalho, a empresa pouco interfere nessa formação.

O reflexo da lógica de formação do e no trabalho para o trabalhador da construção civil atualmente ocorre em um momento de intenso aquecimento do setor

em questão. Existe uma intensa especulação imobiliária e políticas de habitação e obras de grande porte (Minha Casa Minha Vida, obras do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC e obras grandiosas como das usinas de Jirau e Belo Monte no norte do país), além das obras voltadas para a Copa de Futebol e olimpíadas de 2016. O resultado desse crescimento se reflete economicamente no número de empregos na área, como apresenta estudo realizado pelo DIEESE onde se constata que entre 2000 e 2010 tem-se um aumento do contingente de trabalhadores que pula de 4,6 milhões para 6,3 milhões, e maioria é registrado no regime de CLT, porém esse crescimento se deu também no trabalho informal, pelos dados do DIEESE são 5% na informalidade o que representa 75.305 a mais em 2010 do que em 2000. A partir desses pontos apresentados devemos saber qual o perfil do trabalhador da construção civil, apresentado no ponto a seguir.

## **6.2 Perfil do trabalhador da construção: Quem é esse trabalhador?**

Antes de caracterizar o trabalhador da construção é importante dissertar um pouco sobre seu ambiente de trabalho, que é o canteiro de obras definido como:

Espaço de produção onde coincide a unidade produtiva e o produto final. O processo manufatureiro se desenvolve em um eixo temporal (etapas de fundação, estrutura e acabamento) em que empresas e trabalhadores de diferentes especializações participam da fabricação do produto (fixo) por tempo determinado. Dado o caráter de manufatura, o processo produtivo adquire descontinuidade, heterogeneidade e heteronomia, em vez de fluidez e continuidade do processo industrial. Ocorre, também, o parcelamento, a decomposição e o uso exaustivo do tempo, do espaço produtivo, da força de trabalho e da própria mercadoria (SOUSA, 2007, p. 84).

Essa lógica espacial é marcada pelo seu caráter provisório e nômade, visto que as obras são temporárias não permitindo a solidificação de uma estrutura industrial em um só local. Existe no canteiro de obras um modo produtivo que se baseia numa organização de ofícios coordenada pelo mestre e determinando assim um sistema hierárquico formado como ressalta Souza por dois níveis de comando:

O quadro técnico- administrativo e o técnico disciplinar cuja função é dirigir, controlar e ordenar o processo produtivo permeando as etapas da obra. O conhecimento e a técnica se combinam com o controle, a disciplina e a vigilância [...] (SOUSA, 2007 p. 84).

O espaço do canteiro é assim o local de formação, imposição e socialização do trabalho, delineados por meio de regras definidas pela empresa, e essas são organizadas por uma dinâmica militar com horários determinados, funções hierárquicas definidas, procedimentos disciplinares, controle, o que determina o comportamento dos trabalhadores. Essa estruturação do trabalho ocorre concomitante à dependência dos setores industriais da força braçal deste trabalhador. Por isso, uma questão que se apresenta é: que trabalhador é esse? Que tem um poder de construir com suas mãos toda a estrutura para o desenvolvimento social atual assim como habitações para homens no mundo, mas ao mesmo tempo é desvalorizado e estigmatizado como o “orelha seca”, “cavalo de aço” ou “peão”?

A partir desse ponto analisaremos o operário da construção civil que denominamos de clássico, apresentado seu perfil. O operário da construção civil como analisaremos é um trabalhador que viveu um processo de exclusão formativo, escolar e social que tem cor, sexo, idade e origem definidos. Essa categoria profissional tem uma formação histórica que não se inicia na atualidade, mas desde o período do Brasil colônia como apresentam Moraes e Junior (2011):

Para Grandi (1988) apud Melhado; Souza (1991), durante o processo de colonização brasileira a força de trabalho da indústria da construção era constituída por trabalhadores assalariados, auxiliados muitas vezes por escravos. Com a vinda da Família Real e a Abertura dos Portos, muitos arquitetos estrangeiros passaram a contribuir na construção civil nacional. Também nesse período surgem as primeiras escolas de engenharia. Segundo os referidos autores, os anos de 1850 a 1930, são considerados o período da efetiva formação da construção civil nacional. A construção ferroviária surgiu com destaque, sendo que a atuação das empresas estrangeiras foi de grande influência para o surgimento de uma classe operária de prestígio e bem organizada politicamente. De 1930 a 1950, nota-se uma progressiva interferência do Estado. As inovações tecnológicas introduzidas foram acompanhadas de uma gradativa desqualificação do profissional deste setor. De 1955 a 1970, o mercado da construção civil foi marcado por uma forte demanda. Acentuou-se seu papel socioeconômico como absorvedor de mão de obra. O operário perdeu a casta de elite do início do século e passou à categoria de peão. (MORAIS; JUNIOR, 2011, p. 4)

Assim tem-se uma construção da identidade social do operário da construção civil. Quando adentramos o mundo do trabalho na construção civil, tem-se uma imensa gama de funções desempenhadas, que passam por engenheiros, arquitetos, pessoal de escritório, mestre de obras, encarregados, e os que compõem o nosso estudo (pedreiros, carpinteiros, pintores, armadores, eletricitas, serventes, etc.).



Focaremos nessa análise os trabalhadores do canteiro, do chão da fábrica que Souza denomina de trabalhadores pobres. Para nos localizarmos tecnicamente utilizaremos a definição do que é ser trabalhador da construção civil, essa se localiza na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e nesta consta que o trabalhador da construção civil é o:

a) pedreiro: também denominado por pedreiro de edificações, alvanel, alvaner ou pedreiro de alvenaria, este profissional possui as funções na obra de construção civil que passam pela organização e preparação do local da obra, construção de fundações e estruturas diversas de alvenaria e aplicação de contrapisos e de revestimentos diversos; essa ocupação pela CBO é classificada sob o código 7.152 – 10;

b) servente de pedreiro: também denominado por servente da construção civil, auxiliar de pedreiro ou ajudante de obras, este profissional possui as funções na obra de construção civil que passam pela demolição de estruturas diversas, quer sejam de concreto ou de alvenaria, preparação e limpeza de canteiro de obras, realização de escavações, transporte de materiais e preparo de argamassas; essa ocupação pela CBO é classificada sob o código 7.170 – 20;

c) carpinteiro: também denominado por carpinteiro de obras, este profissional possui as funções na obra de construção civil que passam pela seleção da madeira, efetuando a traçagem e assinalando os contornos da peça segundo o desenho ou o modelo, para possibilitar o corte; confecciona as partes da peça, serrando, aplainando, alisando, furando e executando outras operações com ferramentas manuais ou mecânicas; monta e desmonta andaimes e estruturas de proteção; também atuam na montagem de formas de madeira, estruturas para telhado, escoramentos de lajes, portas e esquadrias; essa ocupação pela CBO é classificada sob o código 7.155 – 05;

d) eletricista: também denominado por eletricista de instalações, este profissional possui as funções na obra de construção civil que passam pelo planejamento de serviços elétricos de manutenção e de prevenção, tais como a instalação de distribuição de baixa e alta tensão, reparação de instalações elétricas e instalação e reparos de equipamentos de iluminação; essa ocupação pela CBO é classificada sob o código 9.511 - 05.

e) encanador: também denominado por instalador de tubulações, este profissional possui as funções na obra de construção civil relativas à operacionalização de projetos de instalação de tubulações, dimensionamento e definição dos traçados de tubulações, quantificação e inspeção de materiais hidráulicos e similares, instalação e realização de testes de pressão, fluidez e estanqueidade de fluidos em instalações hidro-sanitárias; essa ocupação pela CBO é classificada sob o código 7.241 - 10. (HAUSER, 2012, p. 24)

Muitas vezes, principalmente em obras prediais, cada um desses trabalhadores assume uma função, e essas são exercidas em etapas, onde o trabalho em muitos casos só inicia após o desenvolvimento do outro. Assim o pintor

só pode pintar um prédio depois que o pedreiro ter rebocado a parede, que ocorre somente depois que se tem o processo de levantamento da alvenaria e assim vai criando-se uma cadeia produtiva, em que cada momento existe um determinado trabalho para determinado trabalhador e suas funções. O tipo de trabalhador no conjunto de uma obra nem sempre é o mesmo, o que justifica a rotatividade deste trabalhador.

Aliado a essa primeira ideia do que é ser trabalhador da construção, tem-se as marcas sociais deste que é considerado muitas vezes como o menos válido socialmente, fato que vai de encontro com a definição de trabalhador pobre apresentada por Sousa (2009, p.26) como sendo uma marca que necessita de um estudo detido visto que,

Constitui um problema a ser analisado, pois a autoimagem de “pobre” aparece impregnada de um estigma social construído com a forte separação entre ricos e pobres numa sociedade altamente hierarquizada. O acesso a certos direitos sociais (educação, trabalho decente, saúde, moradia e lazer) ficou restrito aos chamados estratos médio e superior (os “ricos”) deixando à parte milhões de deserdados do segmento inferior da hierarquia social. O sentimento de exclusão é vivido nos menores gestos, atos e desejos cotidianos - um elenco de experiências que se somam no universo de vida destes trabalhadores e introjetam um sentimento de inferioridade e isolamento social e político (SOUSA, 2007, p. 27).

Essa caracterização do perfil social do trabalhador é importante, pois demarca a que classe os sujeitos dessa pesquisa pertencem e determina na formação coletiva deste. Este trabalhador é um dos que vivem um processo formativo ao desenvolver sua técnica laboral, fato claro, pois se aprende o ofício no ambiente de trabalho e muitas vezes numa “progressão de carreira”, em que muitas vezes inicia-se pelo trabalho de servente e por meio do trabalho cotidiano vai absorvendo aprendizados sobre outras áreas e com o tempo ocupando outros ofícios (armação, carpintaria, alvenaria, pintura, etc.). Em meio a esse processo e do contato entre os trabalhadores forma-se uma identidade coletiva, operária, pois:

Uma primeira aproximação do processo de constituição do sujeito coletivo dos trabalhadores da construção civil recai sobre a formação da identidade operária ao nível do cotidiano de trabalho. A sociabilidade dos grupos informais do horário de almoço (conversas, brincadeiras e jogos), da solidariedade na escolha dos parceiros de trabalho e na divisão de tarefas de grupo, descontração coletiva na cantina, dos banhos em comum e do convívio nos alojamentos configuram um aprendizado coletivo. Daí forja-se uma identidade em contraposição aos agentes que controlam o processo produtivo, presente tanto nos atos de submissão (favores prestados a mestres e encarregados, esperando uma contrapartida no momento de

saída da obra, delações dos colegas que transgridem as normas disciplinares, trabalhos aos sábados, etc.) (SOUSA, 2007, p. 40).

Essa identidade que se constrói no ambiente de trabalho delinea-se juntamente com o sentimento de exclusão, que se reforça pela dinâmica no ambiente de trabalho que se dá por meio de relações autoritárias, pois a organização do trabalho é hierárquica. Quem define o que fazer é o mestre de obras, tem-se o encarregado, depois pedreiro até se chegar o servente. Assim sendo, a dinâmica é de mando e obediência em cadeia. A construção civil é um setor em que a cultura operária está presente na socialização da força de trabalho e na estrutura de ofício difundida nos diversos canteiros. Além da condição que os trabalhadores têm no canteiro de obra que são as longas e exaustivas jornadas de trabalho, insalubridade tem-se agregado à condição de ser trabalhador da construção civil a altíssima rotatividade, baixo nível escolar, alto risco de vida e salários baixos. O setor da construção civil é marcado pela exploração, e essa se dá por meio de vários elementos, tais como: aumento da jornada e do ritmo de trabalho, arrocho salarial, falta de equipamentos e estrutura de segurança, etc. Pela dinâmica e pela não exigência de escolaridade este setor absorve com facilidade os setores empobrecidos e é um ímã para trabalhadores do campo, o que permite uma migração constante do campo para a cidade.

Acrescenta-se a esse perfil de condição o fato de que como demonstra em pesquisa realizada no Estado da Bahia em conjunto com o DIEESE, que:

No Brasil, o número de homens ocupados na Construção Civil, que são a imensa maioria do setor, cresceu mais acentuadamente (38,6%) do que o de mulheres (32,0%). Considerando-se as diferentes posições na ocupação, observa-se que houve uma ampliação intensa do segmento masculino contratado com carteira assinada (93,3%), que atingiu, em 2010, cerca de 2,2 milhões, o que representa um incremento de mais de 1 milhão de postos de trabalho de homens com esse tipo de contratação. Entre as mulheres, o crescimento do emprego “com carteira” foi de 64,0% no período. (DIEESE, 2010, p. 11)

Essa análise traz aqui uma afirmação que se expressa ao se chegar em um ambiente de obra que é a presença majoritária de sujeitos do sexo masculino, mesmo que tenha-se um incremento de mulheres nesse setor. A maioria dos trabalhadores, ocupam a posição de chefe de família e como ressalta Sousa no que

se refere à relação entre identidade de trabalhador da construção e ser o provedor familiar,

O trabalhador da construção encontra incentivo para tentar obter melhores salários e responder melhor às expectativas para o futuro dos filhos. Dividido entre o trabalho e a família, pouco sobra para a experiência coletiva de participação em organizações sociais e políticas na classe ou no bairro. A configuração da identidade coletiva emerge, sobretudo, no local de trabalho, onde inúmeros eventos um processo de resistência individual e de grupos (SOUSA, 2007, p. 40).

Essa realidade interfere muito na sua forma de se organizar no tempo e no espaço e as finalidades desse trabalhador, que possui tarefas e funções que se definem no espaço de trabalho.

No que se refere à idade percebe-se que a maioria dos trabalhadores são adultos, ou seja, o número de jovens nesse setor não é ainda o maior, isto porque existe um

Certo “envelhecimento” da mão-de-obra na Construção Civil brasileira: as faixas etárias que apresentaram taxas de crescimento mais elevadas foram as das pessoas de 40 a 49 anos (47,3%) e de 50 anos e mais (95,1%). Mais de 1 milhão de ocupados com mais de 40 anos ingressaram nesse setor, representando quase dois terços dos novos postos de trabalho criados no período. Dessa forma, esse segmento etário, que, em 2000, representava 36,0% da força de trabalho na Construção no país, passasse a responder, em 2010, por 43,2% a. Ainda se deve destacar que esse fenômeno ocorreu tanto entre os assalariados com carteira de trabalho assinada quanto entre os “conta própria” e os “sem carteira assinada”. (DIEESE, 2010, p. 14)

Este perfil etário se relaciona muito com uma dinâmica de captação de mão de obra, uma vez que este setor é:

Porta de entrada para os jovens trabalhadores no mundo do trabalho, sendo assim uma oportunidade para aqueles que procuram por um primeiro emprego, como também para aqueles que, devido à sua “idade mais elevada” para os padrões do mercado, teriam dificuldades suplementares de arranjar-lo em outro ramo de atividade industrial e contando com proteção dos direitos da carteira de trabalho. Essa característica está relacionada com o fato de que a experiência nesse ramo pode influir menos na obtenção de um emprego em relação a outras atividades industriais – principalmente na função dos serventes, que compõem cerca de um quarto dos trabalhadores, configurando-se no maior grupo neste setor. (NÓBREGA, 2006, p. 32)

Este perfil etário é acompanhado de um perfil escolar, visto que se tem um número grande de analfabetos ou homens com pouca escolaridade. Em estudo realizado em 2007, um dos dados que foram sistematizados refere-se ao número de

trabalhadores que não possuíam ao menos o Ensino Fundamental que chegou a 45%. Como é apresentado nesse estudo

Os trabalhadores analfabetos absolutos da construção civil totalizam o número de 18.109. O Brasil, apesar dos avanços recentes, ainda é um país com 15 milhões de analfabetos adultos. Dessa maneira, o número de 18.109 analfabetos trabalhadores da construção pode parecer baixo. No entanto, além de estarmos nos referindo aos analfabetos absolutos, não devemos nos esquecer de que é grande a informalidade do trabalhador da construção civil no Brasil e, portanto, os números verdadeiros são muito maiores. (RODRIGUES, 2008, p. 18)

A realidade aqui posta é preocupante, pois tem-se ainda o grupo de analfabetos funcionais, que somente sabem copiar o nome e ler poucas palavras, mas não conseguem entender um informativo básico no ambiente de trabalho como uma placa de “Perigo”. Além desse fato:

Do conjunto de 1.617.989 trabalhadores e trabalhadoras formais da construção civil no Brasil, 13,6% possuem 5 anos completos de estudos. Isso significou em 2007 o número de 220.401 trabalhadores. Somando esse contingente ao número de trabalhadores analfabetos (absolutos e funcionais) temos ao total 412.858 trabalhadores com até 5 anos de escolaridade, ou seja, quase 26% da categoria nacional dos trabalhadores da construção civil no Brasil possuem uma escolaridade muito baixa. (RODRIGUES, 2008, p. 21)

Em estudos mais recentes, percebe-se que:

Embora revelem o mesmo movimento de aumento da participação de níveis mais elevados de escolaridade e redução dos menos escolarizados, mostram que a maior parcela dos ocupados do setor tem ensino fundamental incompleto, segmento que correspondia a 60,9% em 2000 e passou a 46,1% em 2011. Por outro lado, o percentual dos que têm ensino médio completo ou superior incompleto aumentou de 11,4% para 25,2% no período e dos que têm ensino fundamental completo ou médio incompleto, de 14,9% para 21,2%. Ao se observar essa distribuição nas diferentes formas de contratação, nota-se que houve uma acentuada redução da participação das pessoas com ensino fundamental incompleto entre os assalariados com carteira assinada, que passou de 57,7% para 39,5%. Para os conta própria, essa redução foi de 66,3% em 2000 para 55,6% em 2011. (DIEESE, 2011, p. 29)

Percebe-se aqui que a escolarização de trabalhadores em nível mais avançados mescla com o analfabetismo. No caso dos trabalhadores mais novos, existem muitos que tem um nível maior de escolaridade, mas muitas vezes não compreendem textos pequenos. No caso dos mais velhos, muitos analfabetos, tem-

se como resultado dessa realidade uma vida de substituição da escola pelo trabalho, principalmente em áreas do campo. Visto que muito operários são naturais de cidades pequenas onde a principal atividade econômica resulta da agricultura, ou seja, são de origem camponesa. Como salienta Nóbrega (2006):

Porém, uma das características mais intensas do perfil humano desta categoria seria a de trabalhadores advindos das correntes migratórias rurais, absorvidos pela necessidade de um grande número de trabalhadores para a execução das obras. Esta característica pode ser aproveitada pelos empresários para aumentar a exploração sobre estes trabalhadores, cuja grande maioria se emprega como serventes: *“Eu vim do interior, peguei um ônibus. Um empreiteiro, o cara fez o que quis comigo, trabalhei 22 dias, um mês, eu não estou bem lembrado, e me mandou embora, me mandou procurar meus direitos trabalhistas. Eu nem sei andar, onde será o lugar que a gente procura a lei?”*. Percebe-se, na fala do trabalhador, que a sua inexperiência para a realização do trabalho na categoria e também no estranhamento com a realidade com a qual se depara nesse ambiente urbano constitui-se num empecilho para a busca dos seus direitos, e que tal fato se constitui também numa oportunidade de abuso dos empresários. Não estamos querendo afirmar que os trabalhadores não conseguem se organizar devido a uma pretensa ingenuidade em se deparar com um meio que lhes é um tanto estranho, como expressaram diversos cientistas sociais que se propuseram a analisar a organização dos trabalhadores provenientes de migrações dentro ou entre os estados, durante a segunda metade do século passado. Como já refletimos na introdução da pesquisa, queremos apenas afirmar que esta situação confere caracteres próprios nas relações desenvolvidas entre capitalistas e trabalhadores, contribuindo para a constituição do cenário aonde se desenvolve a nossa história, e condicionando as maneiras com as quais os sujeitos coletivos construirão as suas estratégias para obter aquilo que intencionam. (NOBREGA, 2006, p. 32)

Essa realidade que se coloca é ligada à estrutura do Estado burguês e de seu papel como perpetuador da estrutura de classes. Mas entender esse fato é entender que o homem do campo não é um coitado, mas ele é o resultado de uma cultura de base feudal, onde ele ainda é encarado com o “bicho do mato” o bobo, o “jeca-tatu” que pode ser passado para traz com extrema facilidade. E torna importante apontar aqui que:

Se a dispensabilidade de um saber sistematizado de educação estimula a entrada de pessoas que não o possuem no subsetor da construção civil, isso não quer dizer que elas não tenham nenhum conhecimento necessário para tal trabalho. Primeiro, porque muitos desses migrantes construíam suas próprias casas nos seus locais de origem [...]. E assim mesmo sem um saber qualificado e formal, em termos proporcionais o trabalhador já opera com noções de espaço, de equilíbrio etc. que o faz ter algum conhecimento do trabalho em construção. Ademais, se normalmente eles ingressam como serventes, é através da observação do trabalho dos profissionais que os possibilita a aprendizagem de mecanismos mais sofisticados para a construção de edifícios, prédios etc., e assim acabam aprendendo

empiricamente os ofícios de várias funções nos canteiros de obras. (NOBREGA, 2006, p. 34)

E acrescenta-se a esse ponto a questão da cor da pele, a maioria dos trabalhadores da construção, são negros e pardos, fato expresso em estudo que focaliza na região da Bahia percebe-se que:

Quanto à distribuição por cor, pode-se observar que a imensa maioria dos ocupados da Região Metropolitana de Salvador é negra, independentemente da modalidade de inserção ocupacional. Outro dado interessante é que a participação dos negros se amplia no período aqui analisado, atingindo 88,4%, em 2011, ante os 84,6% verificados em 2000. Restringindo-se a análise ao setor da Construção Civil, nota-se que é ainda maior a parcela de negros em todas as formas de contratação verificadas, atingindo 94,2% do total de ocupados no setor em 2011, participação ainda maior do que a registrada em 2000, que equivalia a 90,6%. (DIESSE, 2011, p. 26)

Embora a cidade de Salvador tenha um percentual de negros maior do que várias outras capitais, o aumento percentual desses no setor da indústria da construção demonstra o lugar social ocupado pelo negro que são áreas de pouco prestígio social e de intenso trabalho braçal. Essas características apresentam o perfil do trabalhador, e determina a origem, sexo, escolaridade e cor. Mas é necessário entender as condições desse trabalhador pobre e explorado na indústria da construção civil que iremos discutir no ponto a seguir.

### **6.3 As condições de trabalho do operário da construção civil**

Ao tratarmos das condições de trabalho é necessário colocar em evidência a condição de vida e de trabalho que os operários passam em milhões de obras espalhadas no país, principalmente no momento atual em que existe uma ampliação de obras governamentais. Em meio a esse contexto tem-se que:

A Indústria da Construção Civil é uma atividade econômica que envolve tradicionais estruturas sociais, culturais e políticas. É nacionalmente caracterizada por apresentar um elevado índice de acidentes de trabalho, e segundo ARAÚJO (1998), está em segundo lugar na frequência de acidentes registrados em todo o país. (MEDEIROS; RODRIGUES, 2001, p. 1)

Ao pensar na indústria da construção com essa realidade afirma-se que,

Os operários da construção civil formam um grupo de profissionais que desenvolvem sua atividade laboral em espaços com baixas condições de salubridade. Normalmente possuem baixa remuneração e atendimento inadequado nas questões de transporte e moradia, além de possuir uma restrita capacidade reivindicatória e certamente um reduzido grau de conscientização acerca das arriscadas atividades a que estão submetidos na maioria das obras de edificações. Os trabalhadores do setor estão expostos a riscos de potencial gravidade ou mesmo a desenvolvimento de uma série de patologias laborais (HAUSER, 2012, p. 25).

O entendimento que se tem a partir dessa condição é que o trabalho da construção civil é pautado por riscos profissionais, pois os locais de trabalho são cercados de precárias condições, que afetam a saúde, segurança e o bem-estar do trabalhador. Esse risco se torna maior nos trabalhos desenvolvidos por meio de tarefa, onde o ritmo de produção é grande e o trabalhador recebe o salário conforme seu ritmo de produção. A questão do risco na atividade laboral está contida na Norma Regulamentadora número 9 em que considera:

[...] riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho, capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, temperaturas extremas, entre outras; consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória nas formas de poeiras, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão; consideram-se agentes biológicos, dentre outros: bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários e vírus. (MEDEIROS; RODRIGUES, 2001, p. 1)

Ao analisar essa gama de agente que elevam o risco de trabalho coloca-se como certo que as condições estruturais precárias são reflexo de uma defasagem quando comparados a outros setores. Revelando assim que existe uma precariedade e também o descaso das construtoras com o trabalhador. Por meio da análise de panfletos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Construção Civil de Belo Horizonte e Região (STIC-BH- Marreta) percebe-se que embora as empresas busquem certificados de qualidade e produtividade o que mais existe nos canteiros são péssimas condições, principalmente para trabalhadores de outras regiões que estão em alojamentos que não tem nenhuma estrutura, não obedecendo a regras normatizadas para este ambiente. Esses locais possuem péssimas condições de higiene, além de proliferação de animais nocivos como ratos.



As condições de trabalho se encaixam pela lógica produtiva que é de produzir rápido com pouco custo e alta qualidade. Porém, o resultado dessa condição para o trabalhador é a precarização do trabalho que resulta em doenças, mutilações e em alguns casos o falecimento no canteiro de obras. Esse fato é apresentado por Nóbrega (2006) por entender que existe:

[...] uma realidade sinistra nos locais aonde são erguidas às construções, quando se percebe um perigoso jogo de vida e morte para os operários diariamente, sujeitados a realizarem tarefas arriscadas e se acidentarem devido à falta de equipamentos de segurança, além de aleijamentos e doenças que são próprias a esse ofício. (NOBREGA, 2006, p. 41)

Essa realidade se mostra clara, por exemplo, quando se abre os jornais e a notícia que existe de um lado para os empresários é a alta produção da construção, ao passo que para o operário é a morte ou mutilação por acidente de trabalho. A condição para o operário da construção civil é cruel, existe um número grande de quedas em prédios e andaimes:

Mas as mortes por despencarem dos prédios não são as únicas a contribuir para a estatística que dá à construção civil o triste título de campeã de acidentes de trabalho: a falta de equipamentos de segurança seria responsável também por doenças típicas desse ofício, como as respiratórias, e dentre elas destaca-se a silicose, doença obtida pela absorção de poeira de cimento, pois o trabalho sem as máscaras necessárias para lidar com este material acaba por provocar o entupimento de seus pulmões, dificultando a respiração e levando-o a morte, além de doenças de pele causadas por esta mesma matéria-prima. Uma outra doença familiar aos trabalhadores é o tétano, provocada pela ausência de botas, luvas e capacetes adequados para um trabalho que envolve materiais perfurantes [...] (NOBREGA, 2006, p. 43).

Essa condição que se apresenta ao trabalhador frente a essa condição é trabalhar 8 horas diárias e quando se tem que concluir uma produção acrescenta-se horas- extras. Um fato que se acrescenta a esse ritmo de trabalho pesado por muitas horas é a questão da alimentação. Em Minas Gerais, ainda existe a necessidade de trabalhadores terem que levar marmitta, e essa fica sem refrigeração do horário de saída das casas dos operários até o horário de refeição que costuma ser entre 11:00 às 12:00 horas. Esse longo período e a condição de armazenamento levam muitos a consumirem alimentos com teor energético pequeno e acrescenta-se a esse fato a falta do lanche da tarde.

A partir desse pequeno retrato das condições de trabalho entendemos que o trabalhador da construção é na sociedade o que constrói quase tudo que está nas

idades e lugares de habitações, porém o próprio trabalho os destrói e retira deles as condições de ter uma vida digna e tranquila. Essa condição demonstra a face mais obscura do capital que é ter lucro a qualquer custo, e a única condição que existe para esse trabalhador além de se formar e informar para desviar das condições precárias que a ele são impostas é a organização política por uma valorização e reconhecimento real deste trabalhador, que ainda tem uma carga horária extenuante e um salário baixo<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Segundo a Convenção Coletiva de Trabalho de 2012/2013 o valor do salário do servente é R\$743,60, do Vigia R\$770,00, meio oficial R\$858,00, Oficial R\$1137,40 ao mês.

## CAPÍTULO 7

### ESCOLA POPULAR OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES: SUA TRAJETÓRIA E OS SEUS SUJEITOS

Neste capítulo o intuito é expor sobre a trajetória da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves e a partir dessa explanação apontar os princípios dessa organização escolar que se reflete nas várias estâncias relacionadas a esta instituição, ou seja, coordenação, sala de aula, conteúdo trabalhado entre outros aspectos que trataremos aqui. Além dessa exposição neste capítulo serão expostas as falas dos sujeitos da pesquisa, entendendo que este é o momento de expor os dados, pois estes não se descolam da prática vivenciada e do processo formativo que estes possuem que será apresentado aqui. Para construir esse capítulo nos baseamos nos relatos cotidianos e em documentos da escola (PPP, Informativo *O novo Tempo*, matérias de estudos e seminários da escola, site da escola), além das falas de coordenadores, professores e educados.

#### 7.1 A Escola Popular e seus princípios: Escola, Trabalho e Luta

A Escola Popular enquanto organização inicia-se de uma experiência realizada no Estado de Rondônia no município de Machadinho do Oeste, na Escola da Barragem no ano de 1998 como é relatado por Souza (2010):

As famílias camponesas que tomaram as terras da Fazenda Santa Bárbara iniciaram juntamente com professores, estudantes e apoiadores, a construção de uma nova escola, escola de politização, trabalho e luta, chamada de Escola Família Camponesa. Funcionou por cerca de três anos com cursos de ensino fundamental, médio, alfabetização de adultos e cursos técnicos de saúde e técnicas agrícolas. A escola foi construída também em Corumbiara, com a participação das famílias que haviam lutado pela terra nas áreas Verde Seringal, Adriana e Santa Elina. A Escola Popular formou dezenas de ativistas do movimento camponês combativo, desenvolveu a produção com, por exemplo, granjas cooperadas (criação de galinhas e porcos), lavouras, etc. Além disso, desenvolvia atividades culturais, com vídeos e teatros, atividades esportivas e de lazer, como festas e encontros. [...] Decidiu-se, então, partir de um trabalho de educação popular, mais simples, em estruturas possíveis, e a alfabetização passou, então, a ser a prioridade da escola junto aos camponeses nas áreas revolucionárias. As experiências da Escola Família Camponesa foram a prova concreta de que os camponeses podem se organizar e dirigir sua

própria vida, na produção, na educação, etc. Aconteciam várias reuniões, nas quais os camponeses discutiam o caráter de classe da nova escola, ou seja, que ela pertencia aos camponeses pobres. Por três anos os camponeses, em aliança com estudantes urbanos, com professores do campo e da cidade, construíram física e ideologicamente uma escola camponesa. Edificaram uma escola onde as relações se pautaram pelo companheirismo e pela estreita ligação entre teoria e prática. O lema da escola era Estudo-Trabalho-Luta. (SOUZA, 2010, p.335)

Essa experiência que se iniciou no Estado de Rondônia nas áreas da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) <sup>21</sup> que tinha como princípios “caminhar com as próprias pernas”, “servir ao povo” e “lutar por uma sociedade justa” e com os anos se expandiu para várias regiões do país, como regiões do norte de Minas, no nordeste do país, todas essas em áreas de acampamento e assentamento. Essa expansão alcançou a cidade, no caso Belo Horizonte que teve especificidades por se encontrar numa área onde o predomínio é de operários.

É importante a partir do conhecimento da origem prática dessa organização expor a concepção de Escola Popular enquanto organização política com seus princípios e finalidades gerais. Estes foram organizados e sistematizados pela coordenação de Escolas Populares em vários documentos, mas centraremos em dois, que são o texto de apoio da Escola Popular produzido em fevereiro de 2005 e outro que se encontra em produção que trata de princípios, finalidades e tarefas da Escola Popular<sup>22</sup>. Assim sendo, Escola Popular é:

Uma organização que conta com a participação de educadores e ativistas populares que reconhecem na tarefa de educar, um papel destacado para a transformação da sociedade. A iniciativa visando a construção da Escola Popular, objetiva agregar educadores, estudantes universitários e membro da comunidade que compreendam ser a luta pela destruição do latifúndio a fundamental para a transformação da sociedade e a construção de uma Nova Democracia. E entendendo qual o papel da educação em uma sociedade de classes como a nossa propõe quais as ações educativas que no momento mais contribuiriam para a transformação da nossa sociedade e libertação do nosso povo. (ESCOLA POPULAR, 2005, p. 6)

---

<sup>21</sup> “. É importante saber que a LCP é resultado de um processo de depuração do movimento camponês da região de Corumbiara, onde ocorreu em 1995 o conhecido “Massacre de Corumbiara” onde camponeses que ocuparam a Fazenda Santa Elina foram barbaramente assassinado pelas mãos do Estado. Sua origem é desse processo e a partir de então, essa organização se expande para vários estados brasileiros. A LCP, defende um plano diferente no que se refere à conquista da terra no Brasil, rechaçando a Reforma Agrária e propondo e implantando como relata em seus documentos um processo chamado Revolução Agrária. Na Revolução Agrária, o camponês toma a terra do latifúndio, corta organiza a produção e a resistência.

<sup>22</sup> É um texto de apoio interno das escolas não foi publicado em nenhum meio de comunicação da escola.

Essa definição aqui apresentada coloca em princípio um elemento que é central nas escolas populares que é seu caráter de classe, tendo como finalidade ser uma escola de politização. Quem ela representa? Quais os conteúdos a serem ensinados? Que princípios ela deve ter? São perguntas a serem feitas e a resposta que se tem a partir do que foi exposto é que os seus princípios, seu ensino se voltam para classe trabalhadora e os camponeses pobres do país. É papel da Escola Popular, ser primeiro um espaço que por excelência é de ensino, formação técnico-científica do operário ou camponês, mas também ser nesse caso mais específico um instrumento da luta democrática revolucionária e da politização das massas populares, ou seja, dos camponeses, classe trabalhadora. Outra definição encontra-se no Jornal *O Novo Tempo* da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, que ao definir essa instituição toca nos pontos essenciais para compreendermos nosso objeto de estudo, assim:

A Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves é uma escola do povo e a serviço da luta do povo. Ela funciona integrada a outros movimentos sociais que se identificam com o princípio de que não basta conhecer o mundo, o que importa é transformá-lo. Entre seus objetivos estão a alfabetização, o desenvolvimento da aprendizagem, a capacitação técnica e a elevação da consciência política dos trabalhadores. (JORNAL O NOVO TEMPO, 2004, Editorial, p. 2).  
]

Essa definição se reforça na fala de uma das coordenadoras quando perguntada, o que é a escola popular e qual sua concepção,

Então, a concepção de escola popular, ela parte de uma vontade de ter uma escola que tenha como objetivo principal colocar a ciência e a técnica a serviço do povo. Então é uma escola que vai servir à luta do povo, uma escola que vai se ligar a essa luta em primeiro lugar e também que vai auxiliar, e que a luta do povo ela possa cada vez mais elevar suas condições. A escola popular a concepção do movimento é que a escola popular possa ser um suporte, que a escola popular possa ser um tripé na politização, na alfabetização dos trabalhadores. (Fala de coordenadora política da EPOMG)

Os princípios apresentados pela Escola Popular se alicerçam na teoria marxista e no entendimento que tudo que existe no mundo, ou seja, a história é fruto do trabalho dos homens e os trabalhadores são construtores da história. Essa compreensão de base marxista traz consigo a questão da organização e do papel que a Escola com essa concepção desempenha que é:

1. A Escola Popular serve para apoiar, calçar e dar suporte a todas as atividades da frente única revolucionária na solução de seus problemas, sejam os da luta de classes, da luta pela produção ou do estudo, bem como das ações nas áreas de saúde, da técnica e da arte, nas quais deve jogar papel chave.

2. Não há como falar em escola popular desvinculada de organizações de massas de novo tipo, engajadas na luta pela revolução de nova democracia, em particular pela revolução agrária. No campo, as escolas populares devem estar ligadas às organizações camponesas de novo tipo, como as ligas de camponeses pobres, e nas cidades, às organizações sindicais classistas e combativas, ao movimento estudantil popular revolucionário, às organizações de bairros pobres, vilas, favelas e de luta pela moradia, que se integrem nas Frentes de Defesa dos Direitos do Povo. (SOUZA, 2010, p. 339)

Essa ideia da escola se ligar às lutas do povo se dá pelo princípio de servir ao povo em sua luta pela transformação social, e a partir disso tem-se que são tarefas gerais da Escola Popular: Divulgar, defender e incentivar a luta de classes já que esta é que gera o desenvolvimento da humanidade; Fazer crescer a convicção de que as massas é que fazem a história e de que é justo rebelar-se; Desmascarar as instituições burguesas denunciando seu caráter opressor de classe; Essas ações se ligam as ações pedagógicas e de ensino, os conteúdos trabalhados não deixam de colocar esses pontos, principalmente quando se trata de História. A Escola Popular parte da concepção que o espaço de ensino de trabalhadores e camponeses deve ser um instrumento para que por meio deste seja valorizada a história dos trabalhadores em luta e que estes tenham uma preparação ideológica e conseqüentemente o desenvolvimento e elevação da consciência deste. Sobre a questão do papel dessa instituição escolar, um ponto importante é colocado no documento síntese da Escola Popular como podemos observar:

O presidente Mao afirmava que *“devemos formar os operários e camponeses em trabalhadores instruídos com uma consciência socialista”*. Para isto é necessário elevar o nível cultural das massas trabalhadoras em geral, com o aprofundamento do estudo das letras, da história, da geografia, da natureza, das técnicas de produção, bem como a caracterização da sociedade brasileira, fortalecendo a ideologia revolucionária destas massas. (DOCUMENTO INTERNO DA ESCOLA).

Essa citação afirma a necessidade do povo ter uma formação científica aprofundada que fortaleça os ideais classistas e socialistas para o desenvolvimento de uma nova sociedade. Essa base de fundo classista parte de uma linha marxista baseada em experiências da União soviética e da China, elementos que

apresentamos nos eixos teóricos dessa dissertação. A compreensão que se tem sobre uma escola de educação popular para a classe operária é que esta tem como papel de *“contribuir com a luta revolucionária e pela tomada do poder, por isso é uma escola que busca os referenciais da educação marxista-leninista-maoísta”* (SOUZA, 2010, p38.).

Para o desenvolvimento de práticas escolares a partir desse referencial um princípio que se coloca como essencial é a independência do Estado. Essa não dependência se reflete no princípio de “sustentar-se com as próprias forças”. A escola popular deve trabalhar para se sustentar materialmente desatrelada do Estado, com a ajuda dos apoiadores que acreditam em uma educação de novo tipo. Esse princípio permite que a posição política da Escola não seja controlada pelos desejos e determinações do Estado no campo político e burocrático e também na determinação de conteúdos, habilidades e competências a serem desenvolvidas nesse espaço.

## **7.2 Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, a experiência de alfabetização e formação de operários da construção civil em Belo Horizonte**

A experiência da Escola Popular da cidade de Belo Horizonte se liga aos princípios apresentados anteriormente, mas ela tem especificidades referentes à questão sindical e também ao seu processo de construção. Assim, sendo ao caracterizar a EPOMG esta pode ser identificada como uma escola de educação popular voltada para a classe trabalhadora com forte ligação com o Sindicato da categoria de trabalhadores da construção civil. Ela é uma escola que não é institucionalmente reconhecida por instituições governamentais, sendo assim não certifica o trabalhador conforme as escolas ligadas às secretarias de ensino. É uma instituição registrada em cartório e portadora de CNPJ como associação de pessoas e ações voltadas para o ensino, mas não se enquadra na organização estatal de tempo, conteúdo e outros elementos pedagógicos e de gestão escolar. O que caracteriza a EPOMG enquanto escola são três eixos: a alfabetização de adultos, ser uma escola de politização e de formação técnica.

A sua origem é datada no ano de 2000 e resultou da demanda da categoria e da diretoria do Sindicato Marreta que se formalizou por propostas no 3º Congresso

do Marreta, que tinha aproximadamente 500 operários. Neste seminário foram realizados debates sobre as condições da estrutura social e a conjuntura econômica, política e social do momento. Durante os debates muitas propostas foram feitas, e uma que se colocou diferenciada das demais de cunho econômico e político foi a necessidade de se ter uma escola para operários da construção civil que analisasse a realidade desses de forma científica. Essa proposta cruzava com uma realidade na própria diretoria do Sindicato, pois muitos dos diretores não tinham domínio da leitura e da escrita, o que dificultava o trabalho cotidiano do Sindicato nas obras e o próprio desenvolvimento políticos de muitos.

A partir da necessidade que se tinha da categoria de trabalhadores da construção e aliado a experiência teórico e metodológica com as escolas populares no campo, professores e estudantes se uniram para construir essa escola em conjunto com o Sindicato Marreta. A ideia era de aliar a alfabetização à formação política e promover a transformação e elevação da consciência do trabalhador e assim se ter um escola de novo tipo, que valorizasse a identidade do trabalhador da construção e permitisse que esse tivesse acesso ao conhecimento sistematizado que muitos não tiveram acesso. No dia 03 de abril de 2000, ocorreu a aula inaugural que promoveu a fundação da Escola Popular e assim teve-se início os trabalhos com a primeira turma de alfabetização. Com o funcionamento da turma foi realizado dias depois a 1ª Assembleia Geral da Escola Popular, onde se discutiu as normas da escola e o nome desta. Foram propostas diversos nomes, mas a escolha por ampla maioria foi pelo mártir da construção civil, Orocílio Martins Gonçalves<sup>23</sup>. A partir de então a Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves assume o papel de alfabetizar, formar e qualificar trabalhadores da construção civil. Foram abertas novas turmas de alfabetização e continuidade dos estudos e também um curso de qualificação profissional de Leitura e Interpretação de Projetos Arquitetônicos.

A Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, traz desde a sua fundação três princípios centrais que são: Autossustentação, Coordenação coletiva e Servir ao povo. Além desses princípios tem-se como lema “A ciência e a técnica a serviço do povo” e como um de seus principais desafios a consigna “Ler, escrever e interpretar esse é o desafio da Escola Popular”. Esses princípios consignas e lemas se

---

<sup>23</sup> Orocílio foi um operário da construção civil, tratorista que participou da Greve de 1979, maior greve da construção civil que ocorreu em Minas Gerais. Ele foi assassinado pela polícia com um tiro no peito por manifestar e fazer greve. É considerado o mártir do que os trabalhadores nomeiam de “A rebelião dos pedreiros” em pleno período de ditadura militar.



baseiam em formulações geradoras apresentadas pela escola em diversos de seus documentos que podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Ser parte integrante da luta dos oprimidos e explorados contra o imperialismo, a burguesia e o latifúndio;
- Divulgar, defender e incentivar a luta de classes já que esta é que gera o desenvolvimento da humanidade;
- Fazer crescer a convicção de que as massas é que fazem a história e de que é justo rebelar-se;
- Contribuir para a concretização da aliança operário-camponesa para levar a frente a luta pela aplicação do Programa Agrário e de Defesa dos Direitos do Povo;
- Desmascarar as instituições burguesas denunciando seu caráter opressor de classe;
- Defender os princípios de uma vida coletiva baseada na prática constante da crítica e autocrítica;
- Promover a união e o respeito entre homens e mulheres das classes oprimidas;
- Incentivar as lideranças e militantes dos movimentos populares a assumirem um estilo de vida condizente com os valores de nossa classe;
- Servir ao combate da cultura burguesa e ao desenvolvimento da cultura popular;
- Servir a causa da construção do Poder Popular. (Escola popular: um instrumento da luta democrática revolucionária, S/A).

Esses pontos se referem à concepção política da escola, e os reflexos desses no cotidiano da escola se dão por meio das ações que a coordenação da escola coloca em ação. Todas as discussões e aprofundamento desses se dão por meio de seminários internos anuais, o que se pode perceber nos últimos cinco anos em que tive contato e participação ativa nesse espaço é que existe uma grande valorização do fortalecimento do espírito coletivo em todas ações da escola, esse fato se reforça pela base construída na escola principalmente nos anos de 2004 e 2005 da Pedagogia de Makarenko.

Outro ponto forte que se tem na escola é o clima político que se expressa no espaço e na forma de condução da escola. É possível visualizar um ambiente que exalta a luta do povo, a organização da classe operária por meio de fotos expostas, cartazes que retratam momentos importantes da luta clássica destes trabalhadores como, por exemplo, a Greve de 1979 que foi a maior da história na cidade de Belo Horizonte. Além destes tem-se cartazes sobre a posição de não votar, de apoio aos camponeses em luta, poemas como *O operário em construção* de Vinicius de Moraes em quadro com imagens de trabalhadores. Além de atividades coletivas e comemorações internacionalistas como o 1º de maio, 8 de março e comemorações

de datas nacionais como da Guerrilha do Araguaia, aniversário do Partido Comunista do Brasil, entre outros.

Outra questão que se incorpora ao coletivo escolar se refere ao trabalho, visto como elemento essencial da constituição prática da escola, tanto na valorização de ações extra escolares como nas discussões em sala de aula sobre condições e tarefas no mundo do trabalho. Para exemplificar a relação entre trabalho e coletivo, tem como exemplo no ano de 2009, quando o prédio da escola passou por reforma, era necessário envolver os educados com o trabalho prático dessa reforma. Como o valor era alto, a escola não tinha condições custear todo o reparo do espaço. Porém, o próprio público da escola teria condições de fazer o trabalho. A partir dessa necessidade, foi decidido em assembleia que educados e educadores seriam os trabalhadores da reforma por meio de mutirões. Aliado a esta decisão, os educados do curso de Leitura e Interpretação de Projetos Arquitetônicos, que aprendem a ler no papel a organização estrutural de uma obra, fizeram uma intervenção na prática por meio do trabalho na reforma. Nesta ação ocorreu o caminho prática-teoria-prática aliado ao trabalho. O trabalho desenvolvido teve objetivos científicos, práticos e coletivos o que permitiu saltos entre cada fase do conhecimento. Assim, na sua organização pedagógica, a reforma tinha a finalidade de fortalecer o coletivo escolar e permitir que todos se sentissem pertencentes e responsáveis pela escola. Além do processo de ensino-aprendizado ser guiado pelos educados, uma vez que operários ensinaram aos professores o trabalho da obra, tornando-se os instrutores de todas as ações. O mesmo ocorreu com a construção da horta, ela foi debatida como uma necessidade da escola para fornecer alimentos mais saudáveis para a merenda da escola, a partir dessa proposta que foi aprovada em assembleia, a coordenação e os educados realizaram várias reuniões, para o planejamento, e assim ter a execução e construção da horta. Todo o trabalho foi feito por meio de mutirões, e de debates em sala, onde os educados explicam a dinâmica da construção, como seria a questão da drenagem da água e outras questões mais técnicas relacionada à construção civil. Nesses momentos, vários professores relatavam como estavam aprendendo e conhecendo sobre as técnicas de trabalho desenvolvidas pelos trabalhadores. Quando a horta estava construída o trabalho de plantação e cuidado com as hortaliças e ervas foi discutido em todas as turmas e esse fato permitiu que se desenvolvessem várias aulas de ciências sobre as plantas, seu desenvolvimento, adubação, compostagem e também a relação cidade-campo, pois o prédio se

localiza praticamente no centro de Belo Horizonte e estava desenvolvendo práticas que são mais comuns nas áreas periféricas e no campo.

As questões apresentadas relativas ao papel do trabalho na formação do coletivo também teve reflexos na questão da sustentação da escola, pois o princípio de ser independente tanto pedagógica quanto financeiramente está relacionado com essas ações. A EPOMG segue princípios e ações que buscam ter em sua volta apoiadores da luta popular e do processo de ensino da classe trabalhadora. Por isso, ela segue três formas de se sustentar. A primeira são as atividades abertas de autossustentação, como festas, atividades culturais e gastronômicas, entre essas destacam-se a feijoada e a festa junina que são tradicionais e tem o papel de conseguir fundos para a escola; internamente existe a colaboração dos educados, que mensalmente contribuem com a escola com o valor que podem. Cada educando tem um carnê de contribuição e por meio dele colaboram financeiramente com a escola; A EPOMG também conta com uma rede de apoiadores<sup>24</sup>, que tanto colaboram com sustentação da escola por meio de doações e também fazem a propaganda da escola, tanto no meio operário quanto intelectual.

O principal apoiador e colaborador é o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Marreta) que além de ceder o espaço para que este seja utilizado para ministrar aulas, faz um trabalho nos canteiros de obra convidando operários da construção para estudarem na escola. No que se refere à propaganda, outro apoiador é o movimento estudantil, principalmente o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), que realiza uma grande propaganda na universidade de que escola é essa, e convida vários estudantes a conhecer essa experiência. Muitos que se identificam se tornaram e se tornam professores e ativistas da escola, fato que ocorreu com vários professores, inclusive comigo. A Liga Operária também é uma apoiadora, pois ela traz elementos da realidade da luta classista para o espaço da escola e junto com a Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo (FRDDP).

A sua gestão parte do princípio da democracia, onde não é uma direção burocrática que define o que deve ser feito na escola, mas todo o corpo que a

---

<sup>24</sup> Os apoiadores são pessoas e também empresas de vários setores, por exemplo de cesta básica que doam alimentos para escola fazer a alimentação diária. Existem empresas que doam dinheiro para contribuir na compra de material de papelaria e limpeza.

compõe. Para o desenvolvimento dessa ação e concepção a escola tem métodos de atuação, que são a Assembleia Geral e a atuação da coordenação. A Assembleia é o espaço de decisão soberano, onde são debatidas e votadas ações a serem desenvolvidas na escola. A direção e organização das ações se dão por meio da coordenação composta por professores, educados e funcionários. O princípio que se tem primeiro é o do centralismo democrático, onde o que a maioria decide é acatado pela minoria. A questão do trabalho coletivo se insere nas ações da coordenação, pois cada um tem sua função tendo um objetivo comum o bom desenvolvimento das atividades da escola. Os membros da coordenação assim são responsáveis por todo o trabalho, que passa pela definição das atividades, planejamento, mobilização, execução e acompanhamento das atividades. As comissões atuais são: Comissão de propaganda e formação política, comissão pedagógica, comissão do trabalho coletivo, comissão de finanças e comissão do trabalho cultural. E ainda tem a comissão de centralização que é composta por um membro de cada uma dessas comissões. As comissões de trabalho buscam seguir os “cinco passos”<sup>25</sup> que são:

- 1- **Definição:** momentos que são definidos os objetivos que se pretende atingir;
- 2- **Levantamento:** quando se reúne o maior número de informações sobre a realidade em que se vai atuar e os recursos humanos, materiais e financeiros que serão necessários para atingir os objetivos definidos;
- 3- **Planejamento:** Com as informações e dados levantados, elaborar um planejamento detalhado das atividades que serão realizados, prazos para a execução e a definição de responsabilidades de todos os envolvidos para que os objetivos sejam atingidos;
- 4- **Execução:** momento que se executa a tarefa definida;
- 5- **Balanco:** quando se avalia a atividade realizada, identificando problemas, avanços, erros e acertos cometidos.

A partir destes passos de ação a coordenação da escola organiza todas as suas atividades no sentido de proporcionar um ambiente de formação tanto técnico, científico quanto político. Os estudos e debates que ocorrem nas reuniões de coordenação seguem a mesma lógica e tem um objetivo de formar politicamente os sujeitos componentes da coordenação.

---

<sup>25</sup> Método de trabalho desenvolvido pelo Presidente Mao Tse Tung.

### **7.2.1 A coordenação: sua compreensão do que é a escola popular com seus principais fundamentos**

Neste ponto o foco é tratar da compreensão de escola popular que tem a coordenação da escola e do processo de formação que ela proporciona aos sujeitos que se encontram no seu interior e entorno (os apoiadores). Para o desenvolvimento dessa etapa, foram entrevistadas duas coordenadoras, uma que faz parte da comissão de formação e propaganda e outra de finanças. A escolha dessas se deu pelo fato que ambas tem um tempo considerável de atuação na escola. A coordenadora política é militante e desenvolve um trabalho não só na escola, mas também no movimento sindical em faz o elo entre a escola e o sindicato. Ela está à frente das formações e cursos com trabalhadores da construção civil principalmente os da diretoria do sindicato. A coordenadora de finanças tem proximidade com o movimento político ao qual a escola tem ligação, ou seja, não é militante, mas ativista e entusiasta das posições partilhadas pelas organizações próximas à escola. As duas tem formação superior, porém em áreas diferenciadas, a primeira é pedagoga e a segunda é graduanda do curso de enfermagem. Durante a entrevista pude perceber diferenças entre o entendimento das duas coordenadoras, sobre a escola, porém o que existe em comum é que esta escola deve pensar no trabalhador, na sua condição e entender que a luta se alia ao ensino e a organização cotidiana da escola.

A coordenadora política apresenta que a Escola:

É um instrumento para servir ao processo revolucionário no nosso país. Então, como eu já disse antes, que a escola popular não está desligada da luta, nós acreditamos que o nosso país ele é um país com características semifeudais e semicoloniais. Então no nosso país nós não tivemos um capitalismo que foi desenvolvido, o capitalismo no nosso país foi implantado e engendrado para poder continuar servindo aos interesses da grande burguesia, do latifundiário, dos latifundiários e principalmente do imperialismo. Então, com essa questão da formação política e econômica do país nós acreditamos que é necessário fazer uma revolução democrática, então que é uma revolução que vai cumprir algumas etapas que são etapas revolucionárias e democráticas que a burguesia não cumpriu e não vai cumprir mais, devido seu caráter reacionário que ela assumiu hoje. Então para se fazer essa revolução é necessário que se tenha alguns instrumentos de organização do povo, e aí nós entendemos que questões muito importantes dentro da necessidade a ser resolvido é o problema ao acesso a cultura, que é o problema cultural, o problema do ensino principalmente (pausa) de como nós vemos em nosso país, como que o povo não tem acesso ao ensino científico, ao conhecimento científico, e que é necessário ampliar esse acesso. E aí, nós achamos que um

problema mais gritante tem sido, principalmente o problema da alfabetização, então do analfabetismo no nosso país, muito grande né?! Cada vez mais vem pesquisas para desmentir isso, mas nós sabemos que é uma parcela enorme da população, que não teve acesso, que não teve direito de aprender a ler e escrever. Então a escola popular ela é esse instrumento pra servir para a revolução democrática, principalmente no que diz respeito ao problema da cultura, do ensino, então ela é esse instrumento. (Fala da coordenadora política)

Esses pontos apresentados tocam em elementos centrais que já abordamos, o primeiro é a questão da escola ser um instrumento do processo revolucionário, ou seja, ela não é a responsável pela mudança profunda da realidade dos trabalhadores. Ela é um instrumento, um espaço que por excelência é de ensino e tem a tarefa de politizar e elevar a consciência do trabalhador em conjunto com outros processos que acontecem em conjunto na vida deste. Essa análise se integra ao que apontamos como os três elementos que são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento apontados por Mao Tse Tung, que são em primeiro lugar a luta de classes, segundo a luta pela produção e terceiro a experimentação científica, e no caso da escola, ela se concentra essencialmente no último.

Porém, o desenvolvimento destes elementos no caso do Brasil pela análise da coordenadora se alia à condição do país de ser um país com o capitalismo de tipo burocrático, onde as relações políticas e econômicas não se desenvolveram de forma plena e o resultado dessa condição é um número grande de homens e mulheres que não sabem ler e nem assinar o seu nome. Essa análise demonstra que existe uma posição diferenciada no que se refere aos princípios fundamentais sobre as questões essenciais relacionadas à vida do povo pobre e o papel do Estado. A Escola Popular assim tem elementos que se diferenciam de outras escolas, inclusive as de EJA que se voltam para o público de adultos. Ela tem como característica diferencial

O horário é uma escola para adultos, onde a dificuldade dele é diferente da dificuldade de um jovem de um adolescente. Então o conhecimento que é passado, o conhecimento não, o conteúdo. O conteúdo que é passado pra ele é de acordo com a prática dele do dia a dia, isso é um diferencial. Outro diferencial é aceitar educando todo dia, todos os dias do ano. (Fala da coordenadora de finanças)

Fundamentalmente por ser uma Escola Popular o que realmente a diferencia não é o seu horário, ou a entrada de educados em qualquer período do ano, mas sim como podemos verificar em outra fala:

O que a diferencia das outras escolas é exatamente isso, é porque nós acreditamos que não vai ser a educação que vai modificar a atual situação de opressão e exploração. Nós acreditamos que é principalmente a organização do povo e os seus instrumentos que vai fazer acontecer essa transformação de fato. Alguns movimentos, principalmente de organização de alfabetização, de educação de adultos chamados EJA tem muito a concepção de que a exploração acontece porque as pessoas não tiveram acesso ao conhecimento e não parte da gênese que é a divisão da sociedade em classes, que gera essa exploração, que muitas pessoas não vão, não tem acesso ao conhecimento pelo fato de ter trabalhar e não poder estudar. Então assim, o que nos diferencia é principalmente essa concepção de entender a escola como um suporte pro movimento revolucionário no que diz respeito a alfabetização e politização e não a escola como um fim em si mesmo. (Fala da coordenadora política)

A fala da coordenadora aglutina dois pontos que são a organização da sociedade capitalista e o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores, dois elementos trabalhados por Marx principalmente em *A Ideologia Alemã* quando ele fala do desenvolvimento da consciência e o processo de estranhamentos que se relacionam com o desenvolvimento das ideias dos homens. O processo e a noção que se tem da consciência é que essa passa por estágios, sendo assim, existe uma elevação da consciência até que essa alcance a consciência política. É importante firmar essa concepção, pois em muitos casos e principalmente na escolarização, existe a ideia marcada de que o processo de exploração se dá por falta de conhecimento dos trabalhadores, o que não é real. Essa ideia baseia-se de certa forma numa concepção idealista que nega a estrutura de classes, onde existe uma dinâmica que se calca na relação opressor e oprimido em um contexto capitalista. A divisão da sociedade em classes e o entendimento desta determinam em muito a posição que uma instituição escolar assume. Em muitos casos a escola como instituição do Estado e sobre a gerencia de um governo atua enquanto instrumento de classe única e se comporta como se existisse uma certa neutralidade referente à condição estrutural da sociedade. Como apresentado existe uma concepção diferenciada na Escola Popular, fica claro pelas falas não só da coordenadora, mas dos vários sujeitos analisados, que existe a compreensão da existência de dois blocos que sustentam a dinâmica capitalista. Essa compreensão se faz presente no processo de constituição e formação do que chamamos de escola de politização, ou

escola que tem uma formação política. Mas que formação política é essa? O que determina que uma escola seja caracterizada como escola de formação política? De certa forma como já analisamos toda escola faz essa formação, porém o que diferencia é de que lado ela está, ou da burguesia ou do proletariado.

Quando se fala da EPOMG enquanto escola de formação política alguns pontos são evidenciados pela fala da coordenadora política ao ser perguntada se essa instituição é uma escola de politização e sua resposta é que

Uma escola de politização é que, o nosso objetivo principal aqui não é que as pessoas simplesmente passem pela escola para poder dominar algumas conceituações básicas formais, né! Nós queremos além disso, né?! Nós queremos que as pessoas que passem pela escola, que elas se engajem, que elas se organizem. Partindo por exemplo dos trabalhadores da construção civil, nós queremos que os trabalhadores tenham uma atitude nas obras atuante, que lute contra a exploração, que saibam seus direitos, nós queremos que eles se engajem no Sindicato, que se engajem na Liga Operária. Os professores da escola popular, nós queremos que eles alcem caminhos que vão levar a maior participação no movimento popular, no movimento democrático. Então a questão da politização ela é principalmente como nós concebemos o espaço - escola, que ele é um espaço pra poder fazer que as pessoas dêem passos em relação ao seu próprio ativismo político que isso é uma necessidade urgente do nosso país, nós passamos por mais 20 anos num processo de muita dispersão dos movimentos revolucionários. E hoje principalmente com a desilusão com o governo do PT, do Lula, Dilma as massas tem começado a se movimentar novamente, e aí nós acreditamos que as pessoas que vem estudar na escola popular elas precisam elevar sua consciência, então o papel que nós fazemos de politização é elevar a consciência para que as pessoas participem ativamente nas lutas do dia a dia do povo. (Fala da coordenadora política)

Ao se falar de uma escola de politização, o que se pode perceber é que dois elementos andam juntos que são tanto a questão da consciência quanto a organização. A fala da coordenadora traz esse ponto de vista, ao tratar da mudança qualitativa da consciência dos trabalhadores, onde passa de um nível de consciência em si em consciência para si, e não somente do trabalhador da construção, mas também dos professores que atuam na escola que são trabalhadores e passam pelo mesmo processo de exploração, porém com formas diferenciadas do trabalhador da construção pela condição mesmo do trabalho. Ao colocar como tarefa do espaço-escola promover nas pessoas uma atuação política em seus ambientes de trabalho, no caso da EPOMG significa dizer com mais ênfases nos canteiros de obras (pelos operários da construção) e nas escolas (professores da rede pública) isso determina suas ações e discussões acerca do papel da organização dos trabalhadores.



Percebe-se pela fala da coordenadora que o entendimento que se tem é que o processo de formação política que colabora com a organização do trabalhador e conseqüentemente a sua elevação política não se dá de forma espontânea, ela como apresentamos ao longo da conceituação desses elementos ocorre por via das lutas, práticas vivenciadas, na apropriação de uma teoria revolucionária e na construção de uma organização classista que se defende os interesse reais da classe.

A escola tem uma posição política que como apresentamos ao longo desse trabalho se baseia na matriz marxista, leninista e maoísta. Essa ideia se expressa pela defesa desses eixos e dos fundamentos dessa no espaço da escola, quando defende uma Revolução de nova democracia, um processo de Revolução Agrária. Essa concepção interfere no modo que se compreende o ensino e o desenvolvimento do conhecimento como apresenta a coordenadora política na seguinte ponderação:

Existe a necessidade de se fazer uma revolução no nosso país, sobre uma necessidade de tocar nas questões que são as mais sentidas, e aí nós achamos que é o problema do ensino no nosso país, ele é um problema que nós precisamos organizadamente intervir, trabalhar em relação a uma série de conhecimentos, uma série de pesquisas que elas não são de conhecimento do povo. Então, nós precisamos lutar contra o misticismo, lutar contra tudo que aprisiona o conhecimento. Então, é principalmente isso né?! Então isso é concepção, nossa concepção principalmente no termo marxista, em termos do conhecimento. (Fala da coordenadora política)

Assim ao ser uma escola, essa experiência não tem em sua concepção somente ser um espaço de instrução, experimentação científica e trabalhar com as questões mais técnicas do trabalho, mas em sua essência ser um espaço que defende um processo revolucionário no país, e a organização do trabalhador, mas estes só podem se desenvolver por meio de uma política do proletariado que entende que cabe à classe operária por meio da política tomar o poder que está aprisionado nas mãos da burguesia. A burguesia enquanto classe para si, ela tem noção de seu papel e se organiza nas instituições e no interior do Estado, seja na sua gerência ou na atuação deste nas ações sobre a vida da classe operária. Neste ponto que marcamos elementos referentes à independência da escola, tanto na sua organização política como também na financeira e isso determina muita das atitudes por ela tomada. Uma dessas é como ocorre a ligação entre escola e o sindicato, fato expressado na fala a seguir:

Então aqui na escola, nós temos a particularidade que é a nossa ligação com o Sindicato. Então assim, ainda que, ainda que, o sindicato seja um instrumento de Estado, e seja um instrumento utilizado pelo Estado para poder ter um controle sobre os trabalhadores. Nós achamos que a participação dos trabalhadores no sindicato é importante. E aqui nós podemos ver vários dos operários que são educados da escola que tem um processo que é de vir para a escola, a partir do trabalho aqui conseguir ter um maior conhecimento, entendimento da realidade que ele está inserido, então é como se ele tivesse mesmo né desvendando a realidade e ele passa a ter uma atuação nas suas obras. E a partir desse momento que ele discute muito aqui na escola, ela discutindo, levando as coisas para seu local de trabalho, levando as lutas, levando as bandeiras que são discutidas aqui na escola, e muitos desses operários fazem o caminho que é participar na diretoria do sindicato. Eu acho que isso é eu disse no limite do sindicato, porque isso, isso ainda, ainda que isso não seja o máximo, né, então nós temos outros operários que participam aqui na escola que alçaram, por exemplo, outros caminhos, que tiveram engajados em outras organizações, outros movimentos, mas é uma parcela grande que tem essa participação na diretoria do sindicato e que é uma organização de luta, que é um ambiente de organização dos trabalhadores, que é um ambiente dirigente, que um local para dirigir a luta dos trabalhadores, então assim esse aspecto é um dos aspectos que eu poderia dizer assim que é mais ilustrativo do avanço da consciência dos trabalhadores. (Fala de coordenadora política)

Além da questão da política, da consciência e da organização que se relaciona com o eixo da escola que é a luta classista a discussão sobre o papel da educação e do ensino é tratado de forma constante no espaço da escola na coordenação e no trabalho com os professores. Durante os anos que fui professora da escola, os debates sobre quais conteúdos devem ser ensinados as formas, foram constantes. Existe a compreensão de que o ensino de uma Escola com uma proposta política que sirva aos interesses do trabalhador não pode seguir a mesma dinâmica e a mesma concepção da matriz de ensino de uma escola dita regular do Estado, embora em alguns momentos seja inevitável. Como apontamos nenhum ato que envolve processos educativos na sociedade tem neutralidade, ele possui pelo contrário intencionalidades. Nesse sentido, a escola expressa uma posição sobre o que é a educação, ensino e instrução, entendendo que a primeira não é tarefa exclusiva da escola, mas de todos os espaços de convivência humana, e essa compreensão se expressa na seguinte fala:

Então, olha só isso é uma questão importante, nós acreditamos que educação é um conjunto de ações, ideias e de movimento mesmo, que os homens fazem ao longo de sua vida. Então, a educação ela não é um momento pontual feito na escola, até mesmo o ensino não é um momento pontual feito na escola, nós podemos ter outros momentos de ensino. Mas particularmente a educação, ela envolve bens culturais, ela envolve as relações, ela envolve uma série de outros, ela é um conjunto na verdade de educação que vai formando o ser, que vai formando o ser humano. Então pensando o seguinte olha: nós acreditamos que as pessoas elas se educam

uma com as outras, e na escola popular isso não é diferente, nós nos educamos um com os outros, seja professor, seja educando, nós estamos o todo tempo um aprendendo com o outro um se educando com o outro. (Fala da coordenadora política)

Essa definição determina que a escola é um espaço educativo, mas por excelência é um espaço de instrução e de ensino. O papel da escola é ensinar noções e aprofundamentos do conhecimento científico. A ciência e a técnica enquanto instrumento de aprendizagem tem como lócus o espaço escolar. É tarefa da escola proporcionar um ambiente alfabetizador, que trabalhe noções de espaço de tempo, que aprofunde nas questões históricas da vida humana e nos conhecimentos gerais necessários para a vida cotidiana. A escola não pode fugir dessa tarefa, só que ela pode ir além. No caso da EPOMG, existe uma concepção que não é baseada no conteúdismo, mas sim na formação humana e política do homem e por isso ela se enquadra na educação popular. Na concepção da coordenação, educação popular é representada da seguinte forma:

Então assim, o conceito de educação popular ele muitas vezes se reduz exatamente a um momento, que é um momento de ensino sistematizado, então nós não utilizamos esse conceito de educação popular porque precisaríamos ter uma sociedade, pra gente poder utilizar educação popular nós precisaríamos ter uma sociedade que eduque o povo em todos os seus aspectos. Então não basta, por exemplo, pra nós que o. Que todos os agentes que frequentam uma escola que frequentam 3 horas por dia, e essas 3 horas por dia nós não podemos chamar de simplesmente educação popular. Porque aqui nós vamos ter momentos de educação, por exemplo, os educados vão aprendendo que precisam respeitar uns aos outros, os professores vão aprendendo que aprendem com os educados, todas as relações elas vão sendo relações construídas. Mas pra gente poder trabalhar com todo esse conceito nós precisaríamos de tudo mais amplo. Nós precisaríamos de ter envolvido aí uma série de outras relações com a própria cultura, com a música, com notícias, com ideias com artes. Uma série de coisas envolvidas pra gente tratar dessa forma. Então, nós defendemos que é necessário uma forma de educação que sirva ao povo, mas essa forma de educação que sirva ao povo nós não podemos tê-la ainda nessa sociedade. (Fala da coordenadora política)

A análise sobre o que é a educação popular feita pela coordenadora se relaciona com a organização da sociedade. Numa sociedade capitalista em que os processos educativos têm como finalidade formar indivíduos aptos a atuar no mercado e ter conhecimentos e habilidades múltiplas conforme as demandas sociais que o sistema determina. Além disso, embora se tenha experiências de educação popular, pela concepção apresentada não adianta na escola se aprender um determinado ponto de vista e nos outros ambientes se reforçar elementos contrários,

um exemplo dado pela coordenadora é a questão da mulher, na escola ele aprende o papel da mulher enquanto companheira de classe que tem como tarefa unir-se ao homem para romper as amarras do capitalismo, mas quando chega na obra escuta músicas de ostentação e desvalorização da mulher, na televisão os programas colocam a mulher como objeto sexual e ser frágil de certa forma existe uma desconexão do processo educativo. Assim ao se falar de uma educação popular, não se fala somente da escola, mas de todo o processo educativo na sociedade, e para que isto ocorra é necessário uma nova sociedade com princípios apoiados no desenvolvimento pleno do homem. Essa concepção está presente nas obras de Makarenko e Mao Tse Tung. No caso de Makarenko, existe a discussão de uma nova educação para uma nova sociedade. E essa nova educação que o pedagogo em questão aponta se fundamenta pela formação do coletivo e de uma nova sociabilidade que não ocorre somente na escola, mas em todos os espaços que os homens circulam e trocam experiências. No caso de Mao Tse Tung existe a questão da produção, do fortalecimento da política do proletariado como elementos do ensino e também na relação com o povo. Essas concepções se expressam na seguinte fala:

Então assim, os principais pilares do Makarenko é sobre essa questão do trabalho coletivo, então o Makarenko considerava que não é possível uma educação individual, que nós só podemos educar para o coletivo e com o coletivo, e nós achamos isso de grande significância, porque exatamente isso cabe muito bem para nós hoje, que nós vivemos numa sociedade capitalista que estimula o individualismo o tempo todo, que estimula o ser, o ter, a pessoa sozinha, ela ser o centro das coisas, ela ser o centro de si mesmo. E o Makarenko nós ajuda muito a pensar o que é um coletivo, como trabalhar com o coletivo, como ensinar as pessoas que o coletivo é mais importante que o indivíduo, como ensinar as pessoas que muitas vezes as suas atitudes individuais elas somem dentro do coletivo quando as pessoas estão dentro desse coletivo. Então, esse é um dos suportes que nós temos utilizado dentro na nossa prática e que tem. E que nós temos conseguido algumas vitórias com ele. E do Presidente Mao necessariamente é esse problema dessa sistematização de como nós entendemos a teoria marxista do conhecimento, o presidente Mao dá contribuições das relações que nós devemos ter com o povo, então como nós devemos aprender com o povo, como nós devemos ter uma atitude humilde diante do povo o tempo todo. O que significa servir ao povo? Que dizer servir, estar junto com ele, lutar, ter perspectiva no futuro, e são questões que são importantes para a atividade educativa, são suportes que são importantes para poder construir na verdade uma escola de novo tipo. (Fala da coordenadora política)

Esses aportes teóricos são importantes e impulsionadores de uma prática que valoriza o grupo, no caso da EPOMG, professores, educados e funcionários. Todos

têm tarefas no coletivo escolar e o entendimento do que é o coletivo que não é a mera união de pessoas, mas divisão de funções para que todos consigam um bem que é comum e essa é luta constante na prática escolar, consolidar o coletivo. E ao falar de coletivo a coordenação também é uma instância coletiva que tem a finalidade de aplicar os princípios da escola, que são de ser uma escola de politização, se autossustentar e atuar no trabalho, na luta e no ensino. E como o coletivo é composto por professores, educados e funcionários, a coordenação também deve ter essa composição.

Sobre o papel do coletivo e como ele funciona na escola, este não se desloca da realidade da sociedade até porque a escola não é um mundo particular ou uma pequena organização comunista. A escola tem também dificuldades de consolidar o coletivo, como expressado na fala a seguir:

Então assim as atitudes, não só as atitudes individualistas, e elas não são culpa de uma pessoa ou outra é fruto exatamente dessa sociedade que nós vivemos né? Então embora a gente tenha várias iniciativas, que são iniciativas para poder ter uma coordenação coletiva, para poder fazer com que os professores atuem na escola como parte atuante mesmo, agentes, para que os educados se organizem. De fato, algumas das questões principalmente do coletivo do funcionamento do coletivo funcionam somente em momentos práticos. Então em alguns momentos mais práticos, por exemplo, a construção da horta na escola, a reforma da escola, foram momentos coletivos de fato, onde todos pensaram e em que todos atuaram. E o coletivo ele não é somente um executor, o coletivo ele precisa entrar nas coisas e atuar nelas, intervir nelas. Então ainda isso deve ser uma luta de muito, muito tempo, durante muito e muitos anos pra que a gente possa construir organizações que tenham direções coletivas, que possam realmente trabalhar com o máximo de fraternidade, com o máximo respeito mútuo. Porque o coletivo exige tudo isso, respeito mútuo, exige fraternidade, exige companheirismo e que muitas vezes nos vão encaminhando, nos perdemos e temos que voltar novamente pra esse caminho. Então eu acho que essa é uma das lutas mais importantes que nós temos, que é uma luta pra poder fazer que o coletivo atue mais que o indivíduo. (Fala da coordenadora política)

É interessante ao tratar o coletivo, entender que o trabalhador, principalmente da construção civil, vive uma dinâmica de construção coletiva, de um coletivo, porém com finalidades que não servem aos interesses do proletariado, mas da burguesia. Esse fato reforça a fala da coordenadora política sobre a dinâmica capitalista na organização coletiva do proletariado. Na EPOMG existem trabalhos desenvolvidos no cotidiano que tratam do coletivo, mesmo que os educando e professores não percebam, que é lavar o prato depois da merenda, limpar as salas de aula e o próprio trabalho que envolve o ensinar e aprender. Essas ações são realizadas para

reforçar a ideia de companheirismo, de cooperação e essa ideia de que o operário vive um processo de formação coletiva com finalidades diferente se apresenta pela fala da coordenadora política da seguinte forma:

A diferença é que lá eles tão trabalhando no coletivo, mas com um outro objetivo, que é o objetivo de enriquecer o patrão, e a única que eles recebem é o salário deles. Aqui não, aqui eles aprendem a desenvolver o espírito de tá trabalhando em equipe, mas, desenvolvendo um trabalho dentro de um espaço que é deles, que é o espaço da escola. E não é só o fato de cada um terminar de comer e lavar o prato, que as pessoas podem pensar que é uma coisa muito simples, mas não é. Às vezes em casa eles não tinham muito o costume de fazer isso, quando começam a fazer aqui, até em casa eles fazem. Então não é só isso, tá desenvolvendo esse espírito coletivo mesmo num espaço que é deles. (Fala da coordenadora de finanças)

Assim tratamos da escola como um todo e do coletivo e esses se relacionamento com a política com um tripé da escola que se compõem por Escola, Trabalho e Luta que elementos que se relacionam com a construção de uma nova mentalidade e compreensão de mundo de forma conjunta. Esse tripé tem como fundamento que o trabalho tem em si um processo educativo, pois ao longo da história ele foi responsável pela formação do homem enquanto ser social, ou seja, o trabalho tem uma vertente positiva que se relaciona com a formação humana. Essa análise é apresenta por Marx, Engels, Lukács, e se analisarmos as obras de Makarenko, Pistrak, Krupskaja, e Mao Tse Tung percebe-se a ligação da formação de um novo homem com a realização do trabalho de forma que o trabalhador se reconheça em todo o processo e entenda que historicamente ele teve papel central no desenvolvimento humano. No que se refere à EPOMG essa compreensão é expressa da seguinte forma:

Então assim, em primeiro lugar essa questão da luta, ela tá muito presente. Então assim, todas as pessoas que chegam à escola sabe que ela tem uma posição política, que defende a necessidade de transformar a realidade de opressão e de exploração do povo, que é uma escola que serve ao povo, que não se vende, que... Não se vende, larga seus princípios para poder ganhar dinheiro de um ou outro governo, de um ou outro candidato eleitoreiro. Então, essas questões da concepção política da escola, ela ao longo desses anos foi o que foi mais consolidado. Escola como um instrumento para servir a luta. (Fala da coordenadora política)

Essa fala expressa o que é a escola, pois é visível que ela tem um papel político. E quem participa da escola encontra um clima, um espaço e toda uma organização, por isso:

Que as pessoas que participem da escola, não venham aqui só para aprender ler e a escrever, e que as pessoas podem até vir para ler e escrever, mas que quando elas chegam ela encontra um ambiente novo, ela encontra um ambiente acolhedor pra que elas participem da luta. É interessante como isso tem sido importante, porque são várias as pessoas que chegam à escola somente querendo ou ajudar ou aprender e vão se deparando com um novo conceito, mesmo de companheirismo, de luta, de que é possível transformar, de quem tem que se organizar que tem que lutar, então assim, isso é muito importante. Além disso, dessa questão da luta, é ainda necessário que a escola popular avance pra poder especificamente lutar pelas questões que dizem respeito ao ensino. (Fala da coordenadora política)

Nesse sentido, o ensino se enquadra na questão do trabalho, seja de construção da escola, o trabalho intelectual, ou até mesmo o trabalho de sobrevivência que se liga a luta. Por isso, os elementos como a escola o trabalho e a luta eles se unem no processo de formação do trabalhador dando um caráter de ensino classista e combativo, fato expresso na fala a seguir:

[...] O trabalho né, ele, então além de nós termos uma escola de trabalhadores, na escola popular todos trabalham para construir a escola. Então seja ali, no trabalho, no trabalho intelectual, seja no trabalho de limpeza, seja o trabalho mesmo de toda construção da escola, o trabalho precisa ser um suporte, ele é educativo, ele forma o coletivo, o trabalho acima de tudo ele forma o coletivo, ele faz com que o coletivo tenha a liga, tenha coesão. E a parte do ensino, tem sido uma luta importante, como a gente vai ao longo desses 12 anos de construção das escolas populares, elevando a nossa compreensão de que tipo de ensino deve ser voltado para os operários e para os camponeses. Como que nós vamos atingir mais os trabalhadores do campo e da cidade? Que conhecimentos são básicos para que esses trabalhadores saibam? E que conhecimento é importante para servir ao seu trabalho e a sua luta. Então, eu acho que essa relação que nós podemos fazer. Que na escola popular, o conhecimento, o ensino ministrado ele deve servir para o trabalho e servir para a luta. E nós devemos ter uma concepção de valorizar o trabalho e de valorizar a luta. Então de saber que o trabalho ele é uma coisa que dignifica, ele precisa, ele é uma coisa boa, ao contrário do que grande parte daí da pequena burguesia diz, que trabalho é ruim. A exploração do trabalho que é ruim, mas o trabalho é uma coisa boa. Então devemos ligar sempre o conhecimento, o ensino ao trabalho e a luta. (Fala da coordenadora política)

A partir da apresentação inicial da escola com seus fundamentos por parte da coordenação, iremos ao ponto a seguir expor a posição dos professores da EPOMG.

### 7.2.2 Os Professores: seu olhar e sua atuação na EPOMG

Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas entrevistas também com professores da escola. A escola é composta por um grupo de 13 professores, e nesse grupo 10 tem formação em licenciatura na área que atuam e dois são de outras áreas do conhecimento (Direito e Fisioterapia) e uma formação técnica na área financeira. Os trabalhos desenvolvidos pelos professores são voluntários e existe um reconhecimento e valorização da prática da escola em meio a categoria que predomina no espaço escolar.

No processo de planejamento da coleta de dados foram escolhidos dois professores, sendo um que atua na coordenação e outro não. O perfil dos dois é parecido, um é formado em Geografia e outro em História e as idades são 30 e 33 anos respectivamente. Os dois atuam como professores na Escola Pública e tem uma ligação com a luta por uma escola marcada pela qualidade e valorização do profissional de educação. O processo da entrevista foi tranquilo, todos os dois se mostraram disponíveis e o intuito era entender como os professores compreendem a escola e a sua prática nesse espaço. Para iniciar a entrevista fiz a seguinte pergunta: Qual o significado de atuar na escola popular? Essa pergunta teve a finalidade de entender o modo e o papel que cada sujeito coloca para si enquanto educador da escola popular. E o que se pode perceber pelas falas é que existe a ideia de um processo de modificação, de transformação que se liga ao trabalhador, este ponto é comum. Ao mesmo tempo existe de um lado a ideia de que existe a necessidade de passar conhecimento, conteúdo científico acumulado na história. O professor de história apresenta uma visão de certa forma que se aproxima mais as questões de classe e de transformação mais profunda da sociedade, e esses elementos se apresentam nas falas a seguir:

Atuar na escola popular para mim é participar de um processo de transformação (pausa) de passar é um pouco da ciência que a gente aprendeu, um pouco do que a gente aprendeu no ensino superior passar para as pessoas que não tiveram acesso. E acrescentar, aprender com eles também né, é acrescentar na minha visão a visão do trabalhador, a vivência deles. E é passar uma ideia transformadora para eles.” (Fala da professora de Geografia)

Pra mim atuar na escola popular significa participar de um processo de mudança. Porque eu vejo que todos que participam da escola popular, sejam educadores, educados, apoiadores tem uma visão de mundo. E qual



é essa visão? É a construção de uma nova sociedade, de uma sociedade melhor, mais justa, igualitária, sem exploração do homem pelo homem. Enquanto educador, eu posso atuar na área que eu me preparei né para que essa sociedade que nós desejamos ela aconteça realmente. (Fala do professor de História)

Percebe-se que a atuação como professor da escola tem relação com um engajamento pelas lutas dos trabalhadores. Existe a compreensão pelo corpo docente, não só os que foram entrevistados, mas os demais, que atuar na escola popular é se aproximar com maior profundidade da realidade do trabalhador e promover um processo em que estes tenham acesso ao conhecimento de uma maneira não formatada pelo Estado. Aliado essa visão existe o reconhecimento da posição que a escola defende, tanto do processo de modificação da sociedade como das formas de luta existentes. Nem todos concordam integralmente com as posições políticas da escola, mas todos compreendem que ela parte de um princípio democrático, e o central é a defesa do trabalhador. Esse caráter de defesa expressa uma posição da atuação na escola, pois os professores são voluntários, e não tem a escola como um trabalho essencial para sua sobrevivência, e esse fato não significa que exista uma prática de assistencialismo, onde o trabalhador é visto como o coitado, esse fato está expresso na fala de um dos professores entrevistados:

Vou começar respondendo que com certeza não é como assistencialismo, porque na maioria das vezes as pessoas têm essa ideia. De você tá fazendo uma coisa boa, de você tá fazendo caridade e eu atuo na escola popular, não por esse motivo, primeiro eu posso dizer que aqui realmente eu consigo colocar meu trabalho em prática, eu consigo discutir os temas propostos com os educados. Além disso, eu vejo que a educação deve ser levada aquelas pessoas que precisam dela. Quando eu digo educação eu não estou me referindo a conteúdos, eu to dizendo mais uma educação política, uma educação cidadã que possa discutir direitos, deveres, formas de atuar enquanto cidadão. (Professor de História)

Pela fala anterior percebe-se a compreensão de que é necessário uma educação diferenciada para o trabalhador adulto, que tenha a política como princípio. Fato que não ocorre em escolas públicas, que são compreendidas como um exemplo com vários problemas que vão desde a indisciplina a falta de democracia, na fala a seguir é perceptível que existem dois mundos com ideias diferentes quando se compara escola popular e escola pública:

Eu atuo na escola popular, primeiros eu, eu fui parar na escola popular eu achei que eu não tinha o perfil, porque tinha que ter um engajamento político, um conhecimento mais teórico, eu achei que eu não tinha o perfil

para a escola. Mas eu gostei da ideia de trabalhar com trabalhadores da construção civil, mexer com esse público, aprender um pouco com eles e quebrar um pouco do que eu tinha... Que eu tinha experiência da escola regular, e como a escola regular eu tava num processo de desistir da educação, de lecionar, apesar de gostar e acreditar muito na educação. E é um outro tipo de educação que acontece lá na escola popular. (Fala da professora de Geografia)

A partir da fala anterior podemos perceber que existe uma delimitação do público por parte dos professores, que se refere a dois componentes visíveis em todas as falas, que são: educados de uma escola que tem uma organização e um trabalho diferenciado dos estudantes da escola pública; educados adultos, que tem uma dinâmica diferenciada como estudante e um interesse maior que muitos jovens em aprender.

Aparece também os elementos do trabalho de gestão, pedagógico e político que são indissociáveis na prática escolar, mas que podem ser visualizados de forma mais clara nas falas dos professores, e esses elementos que de certa forma vai trazer o que se tem de diferencial nessa escola com relação à escola institucional que conhecemos como podemos perceber na seguinte fala:

Eu costumo falar que na escola popular a grande diferença que nós temos a escola popular não serve aos interesses da burguesia, aos interesses do Estado. Ou seja, nós temos autonomia para elaborar uma proposta pedagógica de acordo com os interesses dos trabalhadores, dos educados né. Além disso, há várias questões de organização, entre a escola que seria do Estado, a escola formal e a escola popular que seria a não formal, número de pessoas, no caso educando por sala, por turma, por classe, além disso, a pressão que os profissionais das redes estadual e municipal sofrem, para que haja um grande número de aprovação, mesmo. Independente se aqueles educados estão aprendendo ou não, se eles estão ali, é adquirindo um conhecimento necessário para sua vida em sociedade. (Fala de professor de História)

Essa análise se enquadra na discussão do papel político que a escola tem como na sua organização que é baseada no coletivo escolar. Existe no cotidiano da escola práticas de discussão sobre o currículo da escola e como este serve aos interesses de uma ou outra classe, além dos debates sobre quais metodologias devem ser desenvolvidas em uma escola popular, principalmente na alfabetização, mas não só nesta. Existe um ambiente aberto para debater a escola, com seus problemas e seus avanços fato que muitas vezes não é trabalhado nas escolas regulares organizadas pelo Estado, como é expresso pela professora de Geografia:

Tem uma discussão político-pedagógica do que a gente pretende passar, qual é o objetivo da escola, tudo isso a gente participa é construído. E já do ensino regular do Estado já vem imposto, vem um caderno, o que você tem que ensinar. Fora as questões de infraestrutura do Estado, as questões sociais, porque é diferente. Tem as questões sociais na escola popular também, mas só que são pessoas experientes que já aprenderam com aquilo, mas eu... Na escola regular tem a questão da indisciplina e na escola popular não tem né! Na escola regular a gente que aprender a lidar com a disciplina ou com a indisciplina né!? dos alunos. (Professora de Geografia)

Com relação a discussão sobre participação, das diferenças da escola popular e da escola do Estado, percebe-se o que mais se reforça é a ideia de coletivo, de construir em conjunto. Fato esse que se dá como apresentamos anteriormente pela própria discussão na escola do significado da coletividade do trabalhador, seja na escola, no sindicato, no trabalho e em outros espaços. Pode-se verificar esse posicionamento na fala a seguir:

Mas eu vejo a proposta da escola popular, como a questão mesmo do coletivo, de construir coletivamente, eu vejo isso na escola! Eu... Porque mesmo que se tenham algumas críticas a se fazer, na escola regular isso é muito difícil de acontecer. E na escola popular a gente constrói, a gente pode adequar com as questões da atualidade, a questões da luta de classes, a questão do trabalho. O que os educados passam no canteiro de obra, a gente pode adequar, é. O conteúdo com isso. (Fala da professora de Geografia)

Essa fala casa com a fala do professor de história sobre as questões do coletivo e da política:

Eu acho que é papel fundamental de qualquer escola, ou de qualquer educador que faz parte de um coletivo de uma escola ter um posicionamento político. E eu concordo com o posicionamento da escola, seja em relação às eleições, seja em relação a proposta a qual ela defende de mudança na sociedade. (Fala do professor de História)

Assim, discussão do coletivo, elemento de formação defendido por Makarenko é presente nas falas de todos os sujeitos da escola e a ela se junta a questão de unir a escola, o trabalho e a luta. No caso da EPOMG a luta envolve elementos referentes à luta classista, muitas vezes a luta econômica e também a defesa das ações de vários povos contra o atual sistema econômico e político. Esses pontos se aliam a noção de trabalho como um princípio educativo, pedagógico que constitui um poço do que é a escola. E fica claro a compreensão da indissociabilidade entre Escola, Trabalho e luta. Como é possível perceber na fala a seguir:

“Relação entre escola, trabalho e luta. Então, retomando então, como nós estamos falando ele faz parte de um todo é indissociável. Por quê? Aí nós podemos dar vários exemplos, da luta do trabalhador em voltar a estudar, do trabalho que é a construção de uma escola. No momento eu não tenho exemplos muito claros assim sobre isso não, mas eu acho que eles estão extremamente ligados.” (Professor de História)

O olhar sobre o trabalho na fala anterior se liga diretamente a luta cotidiana e da relação que a escola tem com esta, visto que ela faz uma defesa do trabalhador. Na fala da professora de geografia, percebe-se existe uma compreensão do trabalho no plano mais pedagógico onde se tem a aliança entre a teoria e prática e essa aliada com a política, que de certa forma se expressa na prática também.

“Eu vejo! Pra quem ta lá há mais tempo, tem que ter uma visão mais apurada assim e entender. Mas o exemplo da horta, por exemplo, é teve o trabalho da construção, todos os educados construíram, teve uma aula teórica, a prática. Então, primeiro foi trabalhado dentro de sala as questões da horta, depois foi trabalhado também questões sobre alimentação, de alimentos orgânicos que tudo isso envolve, porque a questão da alimentação não é só simplesmente comer, mas tem toda a questão da produção, dos monopólios dos produtos e tudo e isso foi trabalhado em sala, antes deles irem para prática de construir, construíram o canteiro, construíram a horta. Tudo isso ó: Escola (que é a parte teórica), Trabalho (que e eles colocaram a mão na massa, que eles construíram o canteiro, construíram a horta) e a Luta (porque também foi trabalhado as questões sociais disso, a questão da insuficiência alimentar brasileira, a questão da fome, a questão das monoculturas, tudo isso foi trabalhado é um exemplo que eu tenho pra dar.” (Professora de Geografia)

O que se pode perceber pelas falas dos professores é que a escola toma em vários momentos contornos diferentes da escola pública, seja pelo público, pela sua organização cotidiana, mas principalmente pela defesa da necessidade de uma formação política do trabalhador, onde não parte da ideia de dar consciência, mas sim de elevá-la. Ser uma escola de adultos também contribui, pois na compreensão dos professores existe nesse grupo, independente da escola que frequenta um maior interesse e vontade de estudar o que se diferencia do público crianças e jovens das escolas.

### **7.2.3 Os educados da escola popular: as respostas sobre sua formação**

No que se refere a este ponto, trataremos do que é o nosso principal foco nessa pesquisa que é compreender a formação política dos trabalhadores da construção que tem contato com a experiência de uma escola de educação popular

que se denomina escola de politização. Ao organizar a coleta de dados, definimos que o grupo focal seria um método a ser utilizado, e escolhemos como sujeitos educados do sexo masculino, pelo fato desses serem os trabalhadores da construção civil que são os sujeitos da categoria que analisamos. Além disso, focamos em sujeitos com atuações diferenciadas na indústria da construção civil (pedreiro, carpinteiro, bombeiro, armador e servente) por esse fato os sujeitos foram nomeados com os nomes dessas profissões. A partir dessa definição, tínhamos como finalidade ter um grupo formado por dois educados de cada uma das turmas, sendo que um seria membro da coordenação e outro não. Participaram do grupo focal nove educandos e estes debateram sobre a escola e a formação política destes nesse espaço, assim como a forma como que eles entendem o ambiente de trabalho. Em anexo se encontrar as questões que foram realizadas no grupo focal.

### **7.2.3.1 O significado da Escola Popular para os sujeitos da EPOMG**

A escola para todos é um espaço que é um atalho, visto que ela se encontra na área central e pelo seu horário (18:30 às 20:30) favorece que muitos trabalhadores procurem a escola para estudar. A grande maioria trabalha em regiões próximas ao centro de Belo Horizonte e habitam a região metropolitana o que pela dinâmica de deslocamento e distância não permite que cheguem às escolas próximas a suas casas no horário. Além da saída, que é um horário facilitador, pois muitos acordam às 04:00 horas da manhã todos os dias para seguirem sua jornada de trabalho. Essa realidade busca incluir o trabalhador num ambiente de estudo, fato que se expressa pela seguinte fala:

(...) escola que foi criada com horário que atenda as nossas necessidades, porque aqui nós estudamos tem horário de chegar e que nós podemos retornar a nossa casa mais cedo pra no outro dia a gente tá no trabalho.  
(Pedreiro)

Aliado a essa realidade a escola é um espaço que se constitui como sendo do trabalhador, o que também permite que muitos se aproximem. O público é formado por adultos, que tem uma realidade muito próxima e um contexto de trabalho em comum o que facilita por ter uma linguagem própria entre os próprios educados, mas também entre professores e educados. Pode-se perceber pelas falas que existe um

ponto central do significado da escola que se refere ao papel que ela possui na vida do homem no geral que é o acesso ao conhecimento científico, à leitura e escrita, que é uma tarefa da escola. No caso do público por ela atendida, a grande maioria não teve acesso mínimo a escola e muitos chegam na escola sem conhecer o alfabeto ou quando lêem não compreendem minimamente o que está escrito. A fala a seguir dá para compreender o sentido que se tem de ter acesso ao conhecimento escolar para um trabalhador que não teve em idade este direito:

Antigamente, eu quando eu via um ônibus passar, quando eu começava soletrar a letra do ônibus, do letreiro dele, ele já tinha passado. Principalmente daquela vez que mudou aquele negócio de número de ônibus, era uma dificuldade danada, a gente ficava sem saber onde era e não era, ai pra mim era muito difícil! Outra coisa, a defesa da gente, do patrão, é o conhecimento da gente, a única arma que você tem é você saber ler e escrever. Porque se você não saber ler e escrever, você não tem arma nenhuma pra se defender. E a gente é cego também, a gente é dominado, faz o que a pessoa quer, e o que os patrões quer é isso mesmo. E outra coisa também, eu também dependia dos outros, dependia dos outros pra entrar em banco, tudo que eu pegava tinha que pedir os outros pra ler pra mim. Hoje em dia se eu chegar perto de uma máquina, eu converso com ela, ela conversa comigo, ela tá explicando pra mim eu sei dominar ela, eu sei o que ela tá pedindo, o que ela tá explicando, eu sei qual tecla, não preciso pedir ajuda pra ninguém. E é desse jeito, é qualquer um, pode mudar de banco, pode modificar. Eu achei muito importante na escola aqui, e por isso que não falto de jeito nenhum, cada dia eu to aprendendo mais. Não falto não, só quando tem precisão mesmo! (Armador)

A escola existe primeiramente por uma necessidade concreta dos trabalhadores, e eles estão nesse espaço pela necessidade de ter conhecimento, de ler melhor, de interpretar, de saber fazer contas mais complexa. Assim a escola primeiro antes de ser de politização é um espaço do conhecimento, do saber e a partir deste que se desenvolve os elementos referentes à politização. Essa análise do papel principal da escola que é um local de sistematização do conhecimento se enquadra à fala de um dos educados da escola quando ele fala sobre um dos princípios da escola que é de atender uma necessidade do trabalhador que é ler e escrever.

(...) é um dos princípios da escola popular é baseado nisso aí, vendo a necessidade que tinha os trabalhadores de ler, escrever e saber mais sobre os seus direitos, então pra isso que foi criado a escola. E a gente tá vendo ai o trabalhador, o desenvolvimento de todos nós, que estamos aí. Que hoje nós somos bem diferentes daqueles educados que chegou aqui bobinho, não sabia escrever, não sabia ler, não sabia debater seus direitos com os outros. Hoje não, os educados da escola popular, são educados que tem coragem de chegar, e capacidade de chegar numa mesa de negociação e

discutir com o patrão os seus direitos, e reivindicar pra serem cumprido nossos direitos. (Pedreiro)

A questão da leitura e da escrita é de grande importância e ela foi ressaltada em vários momentos durante o grupo focal e existe aliado a esta fala a questão da luta por direitos, de conhecer os direitos de se tornar um trabalhador diferenciado com capacidade de debater, discutir e lutar pelo que é de direito do trabalhador. A leitura e a escrita são um dos elementos que se colocam na escola, aliado a ela existe a necessidade de interpretação, e esta tem uma função vasta no ambiente de trabalho como se apresenta na seguinte fala:

Nós aprendemos aqui na Escola Popular que a gente não precisa só de ler e escrever, mas também discernir, também aquilo que escreve, aquilo que lê. E é onde muitos trabalhadores, às vezes ainda nos canteiros de obras, existem muitos que não sabe discernir uma placa sequer. E podemos dizer que pode ser um dos motivos também de muitos trabalhadores tá morrendo em acidente. Por causa de que: Porque quando eles não tomam conhecimento de seus direitos, igual os companheiro falaram aqui, eles tem medo até de cobrar seus EPI's de acordo que precisa. Eles têm medo de falar "não", quando um encarregado manda ir num lugar impróprio, eles têm medo, porque às vezes não conhecem seus direito, até onde começa onde termina. (Pintor)

O que se percebe é que após o sentido que se relaciona à escola no geral, que é a responsável por disponibilizar o conhecimento sistematizado ao longo da história tem-se o que é específico da escola pesquisada. Nesse sentido, três elementos se apresentaram como principais sobre o que a EPOMG representa para os sujeitos, que são: a escola como espaço educativo para mudança de comportamentos sociais; um espaço de trabalho e de conhecimento da condição do trabalhador; assim como de defesa do trabalhador. Foi perceptível durante todo o momento do grupo focal a questão do convívio com outras pessoas. Falas como *"aprender a conviver mais com as pessoas"*, *"a gente aprender também a dialogar mais com as pessoas, os trabalhos que a gente vem fazendo, a gente aprende muito, principalmente pra lidar com o público"*, *"até respeito familiar também, a gente aprende a conviver com os filhos mais e respeitar eles mais e poder dar uma experiência de vida melhor pra eles"* foram algumas das citações que se relacionam com o papel que muitos entendem que é da escola tem que é de "dar a educação", ser um espaço de ensinar além de ler e escrever e contar, de como se comportar de forma educada, polida e com regras sociais corretas além de falar com outro de

forma mais segura. Mas este olhar e o comportamento social característico dessa categoria se relacionam com o estereótipo social do trabalhador da construção civil que é aquele sujeito como caracterizamos no seu perfil que realiza trabalhos braçais pouco apreciados pela elite, além de serem pertencentes a um grupo com pouca ou nenhuma qualificação profissional aliado a esses pontos, socialmente são tidos como ignorantes e nomeados como “orelha seca”, “peão”, “cavalo de aço”, e vistos colocado como seres de qualidade inferior, pois que fazem o trabalho pesado é que não estudou, não tinha o que fazer então foi para a construção. A escola assim assume um significado de romper com essa lógica, pois ela permite que estes tenham acesso ao conhecimento científico e retomem a sua autoestima, por isso, analisamos que esse fato leva os sujeitos a ter falas como as ressaltadas. A escola representa uma mudança de comportamento, saber lidar com mais polidez com as pessoas e “ter mais educação” não é necessariamente um conteúdo explícito, mas significa também a autoconfiança que estes sujeitos passam a ter ao terem contato com um espaço escolar. Nesse ponto, não podemos afirmar que a Escola Popular unicamente que cumpre esse papel, pois este é um papel referente ao acesso ao conhecimento que não se dá somente na EPOMG. Porém, o fato de ser uma escola que reconhece o trabalhador como aquele que constrói tudo que existe e que busca sempre se aproximar da realidade dele promove uma mudança e uma confiança maior desses sujeitos. Uma fala interessante foi de um dos sujeitos que participaram do grupo focal em que ele disse que *“E aqui o tratamento da escola popular, o sistema da escola popular, tratar a gente, isso atrai a gente a vir a estudar na escola popular.”* Essa fala traz o significado da escola, como acolhedora e nos princípios da escola de ser uma escola do trabalhador ela busca que essa atitude permita que esses sujeitos se ergam e se coloque socialmente como seres históricos.

O sentido que a escola assume também se refere ao trabalho, e nesse sentido percebe-se que se tem um papel educativo do trabalho desenvolvido na escola, desde lavar os pratos após a janta, a limpeza da sala, reforma da escola até a construção da horta. O trabalho desenvolvido na escola busca dois elementos formativos, que são: a construção do coletivo e também o reconhecimento dos sujeitos no processo de trabalho e é possível perceber pelas falas e nas observações do cotidiano a consolidação desses elementos no conjunto da escola. Esse fato se expressa na seguinte fala:



Trabalhar coletivamente, cuidar da escola, cuidar da horta, cuidar de tudo que é nosso. Porque hoje o trabalhador entende que essa escola aqui é dele, criada pra ele, isso aqui não foi escola criada pra outras pessoas que não seja operário e que seja de nossa categoria. Então aqui a escola pra isso, é pra cada vez, elevar mais a consciência desse trabalhador em relação a essa classe patronal que ta aí só pra cada vez mais explorar a classe operária. (Pedreiro)

Acrescenta-se a essa fala outra que apresenta um pouco do significado do trabalho na escola, que tem o papel de construir a escola, de mantê-la.

Nós temos que fazer um o trabalho coletivo, trabalho coletivo para construir as coisas para nosso bem estar, a escola, essa coletividade. Porque esse trabalho que a gente fez aqui de reforma, isso não vai servir só pra esses educandos que estão aqui, os demais que vierem também, vão desfrutar desse benefício. E a coletividade da escola também a autossustentação da escola, que tá sendo sustentada. Bastante educandos ajudam na coletividade da escola, né? O conjunto para manter a escola funcionando. Então isso ai é uma das coisas importante nesses trabalhadores é isso (Pedreiro)

Percebe-se que o trabalho na escola se liga ao cuidado do que é próprio do trabalhador, ao ato de construir uma escola que se autossustenta e essa realização de tarefas internas da escola, que tendem aliar o manual ao intelectual permite uma elevação da consciência do trabalhador, pois ele passa a se reconhecer no processo de trabalho e este ato permite que se tenha um olhar diferenciado sobre esse trabalho enquanto produtor. Porém, nem sempre isso significa que existe um processo de modificação da consciência pelo trabalho, onde se passe da consciência em si em consciência para si, pois não se alcança esses níveis somente com o reconhecimento do papel do homem na construção das coisas do mundo, mas na nossa concepção é necessário um processo que envolve a política e a organização que se liga à luta de classes processo que acontece não somente na escola, mas em todos os ambientes institucionais ou não da sociedade.

O terceiro ponto referente ao significado da escola para os sujeitos é a relação ao conhecimento das condições de trabalho e a defesa do trabalhador. Muitas falas ressaltam esse papel que a escola possui, como se pode perceber na fala seguinte:

Tudo que a escola ensina aqui, 99,9% é defesa do trabalhador. São panfletos defendendo o trabalhador, são livros que tem histórias defendendo o trabalhador, falando das revoluções que acontecem mundo

afora aí, pro trabalhador ir mais pra luta, pro trabalhador não abaixar a cabeça, tem o teatro que a gente faz aí incentivando que é trabalhador a lutar mais, não baixar a cabeça quando o patrão vem pra cima dele com conversa fiada. Então, com certeza a maioria, quase todas as coisas que a gente aprende aqui é defender, é se defender do patrão [...] Mas tudo que acontece aqui, todas as lições aqui são falando do trabalhador, defendendo o trabalhador, mostrar o dia a dia do trabalhador, mostrando o trabalhador se relacionar mais um com o outro. Então eu acho muito importante, e eu também faço parte dessas coisas aí também, dois teatros que nós já fizemos aí, e sempre falando sobre o trabalhador, e com isso a gente aprende muito também. (BOMBEIRO)

Percebe-se pela fala a ligação entre o ensino com as questões de defesa do trabalhador, não só uma discussão da categoria da construção civil, mas de todos os trabalhadores em todas as partes do mundo. Essa ação presente na escola de forma tão intensa se refere à posição política que ela defende que por se ligar a um sindicato de luta e organizações que defendem a revolução, ela toma como tarefa o papel de denunciar, propagandear e defender o trabalhador. Percebe-se na fala que apresentamos a seguir que pelo processo educativo que se tem na escola existe um reconhecimento maior da condição de vida do trabalhador. E como se ocorresse um estranhamento da condição de vida e ao passar a ter esse processo de formação o trabalhador começasse a ter uma visão mais clara sobre os procedimentos que existem no interior do capitalismo contra os trabalhadores. A nova visão que os sujeitos passaram a ter fica visível na seguinte fala:

E aqui foi onde eu achei um ponto de apoio, para poder estudar, a aprender uma coisa que eu tanto queria na vida, que era ler e escrever. Então pra mim foi muito importante, essa escola popular na minha vida. Me ensinou a respeitar meus companheiros de trabalho, enxergar o mundo de forma diferente, então de primeiro eu via, ouvia as coisas de uma maneira, eu achava que não era correto. E hoje em dia eu posso ler e ver o que acontece né, e antes o outros liam e eu ouvia e hoje eu posso ler para as pessoas ouvir. (Carpinteiro)

Esse mesmo sujeito analisa que a relação que ele passou a estabelecer com o patrão, modificou depois que teve contato com a escola. O conhecimento do que é a vida do trabalhador não na superfície, mas na profundidade, promove uma mudança grande. Existe um antes e um depois no comportamento do trabalhador no ambiente de trabalho, que se relaciona não só com a leitura e escrita, mas com o que esse sujeito compreende sobre direitos, deveres e o papel do trabalhador. Essa análise fica mais visível na seguinte fala:

Olha! Eu ia sentar e discutir o meu salário com meu patrão, aí ele não quis me pagar o salário. Eu pedi pra sair, aí eu entrei em outra empresa e cobriu o meu salário. Eu pedi pra sair, aí ele acertou comigo os meus direitos, deveres. Então, o que a gente aprende aqui dentro da Escola serve muito pra gente lá fora nos canteiros de obra. Porque é realmente uma exploração da gente. Quando a gente... Eu não conhecia a Escola Popular e eu não sabia ler, era realmente (pausa) a pessoa que não sabe ler ele tem que trabalhar, mostrar que ele tá trabalhando de verdade, deixar seu suor. Porque é difícil lá fora sem você saber ler. Hoje eu tenho um salário, assim, não vou falar que é bom, porque salário bom é deputado né. Mas muitos, eu vejo colegas vai falar eu ganho o salário do sindicato, não acho que é salário do sindicato é salário do seu patrão. Eu ganho 1200 líquido, na carteira, porque eu tenho um direito há umas horas que eu tenho por fora, assim. Certo? (Carpinteiro)

A escola assim na percepção do Carpinteiro é um espaço que permite o conhecimento não só da leitura e da escrita, mas das condições de vida dos trabalhadores, e nesse sentido a importância de dois conteúdos que são a história e a geografia, pois estes no espaço da sala de aula amarram com dados, com acontecimento a realidade política que a escola debate, denuncia. Ou seja, existe um elo que forma o trabalhador, e permitir que os sujeitos tenham uma mudança de olhar sobre o que é ser trabalhador no contexto atual.

No ponto a seguir abriremos esse debate no que se refere à política na escola na percepção dos educados, pois esta tem relação direta com os pontos que apresentamos sobre o significado da escola sobre os sujeitos.

### **7.2.3.2 A escola e a política: as relações e as defesas existentes no espaço escolar**

Ao tratar de política, devemos entender que essa na visão dos educados se constrói e foi construída conforme as vivências por estes experimentadas. É possível perceber que as ideias e as concepções que se tem no que se refere à política no grupo de sujeitos que participaram do grupo focal são compostos principalmente por dois blocos: um que tem uma experiência de luta sindical, que no caso é composta por quatro sujeitos e estes ligam política a relação patronal e as relações de classe mesmo não sendo esquematizada; e um grupo que não tem acesso a discussão política de forma mais sistematizada além do espaço da escola, estes atrelam a política a governo, a gerencia do estado, algo em alguns momentos mais distante. As visões de cada grupo não são homogêneas elas se referem muito a experiência

práticas de cada indivíduo e o envolvimento que estes possuem nos seus coletivos (diretoria do sindicato, coordenação da escola, sala de aula, etc.). Nesse sentido iremos tratar aqui da visão política que aparece nas falas, que permite perceber a compreensão destes. Esse ponto é essencial na dissertação, pois ao tratarmos de formação política de trabalhadores, não podemos deixar de entender como que os sujeitos se posicionam e qual a compreensão de mundo estes possuem. Para iniciarmos essa análise uma fala introdutória se apresenta de forma oportuna, ela é de um diretor do sindicato que é educando da escola desde a sua fundação, nela ele trata de pontos que se referem ao significado da política e de seu papel na produção diária do trabalhador:

Então é o seguinte, eu vim pra cá eu não conhecia o que era negócio de individualismo e nem também conhecia um coletivo e de lá pra cá eu vim pegando esses conhecimentos. De vez enquanto a gente teve também um curso aí de um negócio de política, e ai que eu vim a conhecer o que é verdadeiramente a política. E a política é uma coisa muito boa, agora só que os políticos, esses politiquinhos que vivem por aí é que arrebenta com o povo e que arrebenta com a população e se o povo não saber defender num momentos desses aí, então vai tudo para o beleleu. No nosso caso aqui, nós já estamos politizados, que dizer, dentro desses coletivos nosso aqui eu acho que (pausa) no meu modo de pensar, que esses camaradas não vai rapar nada com nós aqui. Mas o pessoal lá fora, que tem menos conhecimento que nós, eles olha a coisa de outra forma, pensando que um camarada desse aí vai resolver a vida dele. Então, por ai que eles vêm a coisa mais diferente, por quê? Quanto menos você ser qualificado hoje, ter uma qualificação melhor, um conhecimento melhor eles te manobram com mais facilidade, agora se você tiver um conhecimento melhor para você combater e debater juntamente com esses camaradas aí, então as coisas mudam. (Eletricista)

Percebe-se que há a concepção e a noção de que existem diferentes ideais políticos, e esses aqui expostos de um lado coloca a política eleitoreira de partidos e em contraposição a que envolve a organização do povo. Essa afirmação não se apresenta de forma clara, mas se refere à posição que a escola apresenta sobre o que significa o parlamento e a defesa dos que estão na sua gerência e da necessidade que se tem do povo se organizar para conquistar o que é seu. Os cursos de formação política citados na fala, eram inicialmente, aulas direcionadas para se debater política e com o tempo são atividades pontuais (1º de maio, 8 de março, comemoração da Guerrilha do Araguaia, etc.) e também atividades que envolvem os conteúdos escolares. Essa posição se expressa na fala principalmente de membros do sindicato que tem um processo político formativo mais intenso, que se expressa não somente na teoria, mas na prática cotidiana. Esses devem se

posicionar, apoiar e expressar elementos sobre a política no contato com os trabalhadores diariamente, tanto no que se refere à luta econômica, como a luta diária a ser travada pelos trabalhadores por melhores condições de vida. A fala se acrescenta da ideia de qualificação, que se diferencia de falas apresentadas anteriormente sobre o papel da leitura e da escrita na vida e no ambiente de trabalho. A qualificação apresentada se refere ao salto qualitativo sobre o entendimento do que é a política e como aplicá-la como instrumento de organização do trabalhador. É possível visualizar que essa qualificação é diferenciada na escola, que ela traz a linguagem da classe operária, pode-se perceber esse fato na seguinte fala:

Então, eu olho a coisa de uma maneira mais diferente, eu acho que eu sempre tenho isso na minha mente, que nós trabalhadores nós temos que nos qualificar mais, ter mais conhecimento. E esse conhecimento nós vamos arrumar dentro da Escola Popular, porque essas outras escolas que tem lá fora, não vai falar essa língua, que nossos professores falam pra nós não, e nós não aprende. De maneira nenhuma! Lá fora a linguagem é diferente! Eu tirei minha quarta lá dentro da escola da empresa que eu trabalho, e lá é diferente, professor tem que trabalhar de acordo com a empresa. Ele não vai ensinar o que nós pegamos aqui, essa aula que nós pega aqui, nós não pega lá não companheiros. Lá é diferente! Professor já vem treinado com a língua da empresa, a língua do cliente e o colaborador só leva... (Eletricista)

Essa ideia de qualificação referente à política no espaço escolar está presente em outras falas e ela traz também a necessidade que se tem de aliar esses elementos à organização, como se expressa na fala:

Bom, eu acho assim que, a organização de todos trabalhadores nos canteiros de obra. Principalmente pra gente, pra nós que estamos aqui na escola é o ensinamento que a escola passa pra gente, a gente também passa no Sindicato, o conhecimento que a gente tem para passar pros companheiros lá no canteiro de obra. A gente tá agrupando mais com os companheiros, puxando os companheiros pro lado da gente, por exemplo, se a gente for correr atrás de um salário melhor, uma boa remuneração na nossa categoria. Ou seja, a gente agrupar com esses companheiros mais, explicar pra eles mais com o conhecimento que a gente tem aqui que a gente tem aqui passar pra eles lá dentro. Com certeza a gente vai ter um apoio maior do nosso lado, porque esses companheiros que tá do lado de fora é a mesma coisa da gente pegar dois copos com água e dois comprimidos sonrisal, vamos colocar um dentro do copo com água e vamos deixar um do lado de fora, o que tá dentro da água vai fazer efeito, o que tá aqui do lado de fora ele vai ficar parado, ele não vai ter efeito nenhum. Então, a mesma coisa é o conhecimento da gente, aqui na Escola Popular e com os companheiros no canteiro de obra. Se a gente busca conhecimento aqui, tem o conhecimento aqui, tem o conhecimento lá do sindicato e outros conhecimentos também, que vem, por exemplo, do ministério do trabalho, os outros que a gente pega de fora, outras entidades

que a gente pega, ou seja, essas informações que a gente vai passar agrupar com esses companheiros lá dentro, ou seja, esses companheiros já vão ficar mais na atividade, vai falar assim: “Não, eu vou seguir o que o fulano ali tá falando porque ele buscou esse conhecimento lá fora, ele tem experiência de vida, o que ele tá passando aqui, então vamos seguir ele, vamos lutar com ele”. Ou seja, nós estamos buscando uma força, uma união com as pessoas ali para gente conseguir o que nós queremos. Porque, se, eu aprender aqui na escola, aprender com sindicato, mas não passar pros meus companheiros lá, não vai adiantar de nada eu aprender aqui! Porque meu aprendizado eu tenho que passar lá na obra pros meus companheiros. (Servente)

Essas falas representam a visão de sujeitos que tem um envolvimento com a escola e com o sindicato e é possível perceber que política se liga a organização de classe. Entre os que são educados da escola, mas não tem como atividade política o sindicato também existe a ideia de que existem concepções políticas diferentes, porém essa não significa uma relação com a organização de classe, mas com o conhecimento da realidade como podemos perceber na fala a seguir:

Aprendemos na escola popular que o ver não é só ter uma boa vista e nem ouvir essa tão boa vida. De acordo com nosso conhecimento da escola popular nós aprendemos, acerca até mesmo da política, das falsas políticas, que nós conseguimos enxergar não só com a boa vista, mas conseguimos discernir nas faces das pessoas as falsidades, as mentiras. Até onde eu falei que a escola popular eu acho ela muito parcial, isso também, por isso, porque ela nos leva a conhecer a verdade por ela ter um objetivo verdadeiro, aí nos leva também a conhecer mais de perto a verdade. (Pintor)

A concepção política que se apresenta no que se refere à relação com o patrão também é destacada, ela traz elementos referente à exploração, ao processo de mais valia e pode-se perceber pela fala do educando um processo de formação que traz conceitos de forma sintética tratados no campo do marxismo como a mais-valia:

Porque eu no meu ponto de vista eu vou morrer falando, se houver a oportunidade de eu falar na hora minha morte: Que nós trabalhadores da construção civil ou qualquer trabalhador, ele nunca teve patrão nem vai ter nunca patrão, porque patrão a gente fala assim entre aspas, como todo mundo já acostumou falar, negócio de patrão. Mas esses camaradas não é patrão de ninguém! Patrão somos nós, trabalhadores, que luta em prol de uns camaradas desses aí, para enriquecer eles ilicitamente, pra ele nos castigar. Você tem assim, um camarada carrasco, que ele vai lá, você trabalha o dia todo, e quando dá de tarde você tá morto e ele tá vivo! Por quê? A produção companheiros fica ali é só pra ele. No caso nós trabalhamos pra um indivíduo desse aí. Se nós fizermos, que às vezes eles pra dizer que você tá ganhando bem, eles te dá o negócio na metragem, ou vai te dá na produção, cada um de nós faz um pedacinho de parede desse aí, às vezes não dá nem cinco, seis metro. No final da tarde nós não ganhamos nada, no final do dia, nós não ganhamos nada. Mas dentro

dessas dez pessoas aqui que fez, cada um fez dez metros, seis metros, que dizer que é sessenta metros. De acordo com que ele pega, o preço que ele pega, aquele negócio lá, sessenta metro fica pra ele, nós não leva nada. É só cansaço! E sempre falo isso, e vou falar: Nós não temos patrão, nós temos carrasco, um camarada explorador, chupador de sangue, da categoria. E vocês aí! Não sei se os companheiros já pegou aula de falar do mais- valia. A mais valia é isso aí companheiros! (Eletricista)

No momento que se deu a discussão sobre a política e a condição do trabalhador um dos educados que é diretor do sindicato passou algumas fotos de um alojamento onde trabalhadores da construção não tem condições mínimas de vida, além de um desconhecimento total dos trabalhadores sobre a empresa que os contrataram. Nessa fala é ressaltado o papel que a escola tem com a defesa das condições de trabalho:

É gente diante dessa situação que os companheiros relataram a gente traz às aqui as fotos de muitos trabalhadores estão hoje nessa situação. Vocês vêem essa situação. Então, são trabalhadores que chegaram aqui em Belo Horizonte recentemente. São oito trabalhadores que vieram da região de Ipatinga, e olha como se encontra esse trabalhador! Então pra isso que a Escola Popular ta aí, pra cada vez mais pra ajudar os outros se defender, não é só defender nós, é nós defender a nossa categoria dessa situação que se encontra o trabalhador. (Pedreiro)

Podemos perceber que existe um entendimento da política aliado à defesa do trabalhador, de uma política que tem a finalidade no momento de fazer a denúncia das péssimas condições de trabalho e do processo de exploração grande em obras da construção civil além de ter a finalidade de agregar o trabalhador:

Que como eu comecei a falar que os caras fala de patrão, patrão, patrão e o operário é isso, o operário é aquilo. Gente, operário ele nunca teve partido, o operário ele foi partido. Por isso é que existem hoje várias categorias aí, cada uma com suas entidades diferentes, entidades que não fazem nada pelo trabalhador e nem representa a categoria. Isso aí muitos e muitos trabalhadores ainda não viu isso! Eles acham que o camarada que tá lá é que vai resolver o problema dele. (Eletricista)

A ideia de política se liga a de coletivo, visto que estes dois são elementos que andam em conjunto. No ponto a seguir focaremos nessa discussão de forma mais organizada permitindo entender como os sujeitos percebem o papel do coletivo e como este se agrega ao trabalho.

### 7.2.3.3 O coletivo e o trabalho na escola: dois instrumentos da prática da EPOMG na visão dos educados

A ideia de coletivo se expressa junto com a ideia de trabalho. O coletivo entendido com uma organização que busca um mesmo fim e todos individualmente trabalham no sentido de alcançar um determinado objetivo. O trabalho é tanto o do cotidiano da escola (limpeza, horta, atividades culturais) como o trabalho escolar que envolve a gestão e o ensino (sala de aula). O coletivo se apresenta como um instrumento para alcançar as finalidades definidas para a escola e isso só é possível com a disciplina, que são elementos apontados por Makarenko em suas obras. Essa compreensão se expressa na seguinte fala:

Então aqui dentro da Escola Popular, eu, quando eu vim a conhecer um coletivo realmente unido. E dentro da nossa disciplina aqui muitas coisas às vezes a gente resolve as coisas com mais facilidade. Dentro do nosso aprendizado, as coisas se tornam mais fácil pra nós, de acordo com as nossas... trabalho aqui, que é dentro do coletivo. Tudo que nós vamos fazer, nós procuramos sempre fazer dentro do coletivo, não dentro do individualismo. Então, nós temos que, temos só que avançar com isso aí. Então muitas coisas aqui dentro da escola, a gente tá aprendendo bastante. (Eletricista)

O coletivo como organismo com funções e tarefas que se expressa na escola traz um olhar sobre o que é possível a escola conquistar. O espaço da escola é visto como espaço de experimentação e a concretização das ações do coletivo se dão pelo trabalho realizado como apresenta a fala a seguir:

Mostrando as condições, assim é o que nós somos capazes, o que a Escola Popular é capaz de conseguir, é capaz de fazer, é capaz de se dominar, é capaz de se manter. Se nós temos uma sala de aula, se nós temos uma horta feita pelo coletivo. Então isso nos faz pequena aquela hortinha pequena às vezes, que assim nós fizemos a pequena, nós podemos ter a grande, cuidar de uma grande. Podemos ter uma lavoura, podemos fazer várias outras atividades que possam sustentar a escola, além de nos mostrar dessa forma. E também disciplinando a viver em união, em unidade em comunhão um com outro. (Pintor)

A ideia do trabalho sempre esteve presente na escola e este ligado ao coletivo, pois não existe a ideia de um trabalho individual onde cada um com sua função executa um ato por executar. Um exemplo interessante foi das reformas que ocorreram na escola, elas envolviam o coletivo e o trabalho deste.



Eu acho o seguinte, aqui dentro dessa escola aqui, quando nós começamos a reforma aqui, que essa cozinha aí tinha uma dispensa e um bequinho com a mesinha ali. Era um corredor. E quando nós começamos e fizemos um mutirão para começar a reforma da escola, era só eu, Rominho e meu amigo Aquiles, eles eram dois heróis do gancho nosso. Você tava Zé? No assentamento dessa pia ali, nós assentamos a pia, damos um chamego ali, mas não ficou legal. Agora quando partiu para o segundo coletivo, que foi essa reforma que nós fizemos por último aqui já foi mais progressivo, que dizer que progrediu muito mais. (...) Então, mas eu acho que é muito importante o nosso trabalho aqui na escola. Esse coletivo ele funciona, basta da vontade e todo mundo querer. Porque se o cara quiser, todo mundo quer. Porque eu não posso querer pros companheiros. Se os camaradas querendo, nós vamos muito longe, porque nós somos um coletivo muito forte. Isso aí não é um jeito de formar o coletivo, o cara “ah eu não posso não!” gente, deixa a obra lá e vamos cuidar aqui da nossa obra aqui. Essa aqui é nossa! E a outra lá é do empresário lá. (Eletricista)

A concepção de uma educação para o coletivo conforme os próprios educados falam se dá não somente na escola, mas essa se estende para outros ambientes, demonstrando uma mudança de comportamento como se expressa na fala a seguir:

É gente eu acho que nem só através desse trabalho feito aqui na escola. Nós criamos dentro da nossa escola também um trabalho solidário fora da escola. Quantas e quantas vezes nós ajudamos vários companheiros para fazer a casa deles. Que através dessa escola quantos companheiros nós ajudamos na casa deles, fazer um telhado, parte hidráulica, parte elétrica. Então, criou dentro do nosso coletivo esse trabalho coletivo com as outras pessoas (eletricista).

O trabalho é um elemento que está presente assim na vida do trabalhador, tanto no canteiro de obras como também na escola de forma que esse tem um papel destacado na educação do trabalhador, tanto no nível individual como no coletivo. Uma fala interessante que finaliza, e apresenta o que é essa educação do e para o coletivo pode ser compreendida na seguinte fala:

Nós já falamos desde o princípio sobre os trabalhos do movimento da escola, sobre o coletivo da escola, sobre a união da escola, sobre o amor, sobre a humildade. Nós já falamos sobre todas essas coisas. Desde que nós falamos nisso aí já estamos mostrando, é como conseguimos mobilizar para qualquer tipo de movimento. Por causa de que? Porque sabemos que aí não estamos falando de uma união, quando falamos num coletivo para horta nós falamos de união, quando falamos da reforma da escola nós falamos de uma união, tudo que nós falamos aí foi de um povo unido, que pra fazer tudo que falamos. Falamos de o povo estar sempre unidos, sempre junto, tanto professores, alunos, homens e mulheres, tudo unido como mostramos aqui e na reforma todos trabalharam. Da mesma forma, nós podemos entender dessa forma, só através de união porque respeitando o direito de cada um, a posição de cada um, sem nenhum querer se achar que é mais que o outro, que é sempre que a escola popular tem nos ensinado aqui. Cada um respeitar o direito do outro a posição do

outro, um ao outro, desde que cada um respeite a posição do outro como temos aprendido, cada um no seu devido lugar, porém unido, nós conseguimos. Porque imagina numa guerra se todo soldado na guerra fosse só atirador, uma guerra geralmente é composta de vários profissionais, profissões de várias áreas para o ataque de uma guerra. Então, podemos imaginar que é a nossa condição, cada um na sua posição, unido, respeitando cada um a posição do outro, como se fosse aí igual, que seja ele quem for, e qual for o salário, qual for a profissão, independentemente disso aí nós conseguimos mobilizar. (Pintor)

As falas assim expressam uma identidade com a escola, e uma mudança de visão de mundo, de comportamento que ultrapassa o que é esperado de uma escola dita “normal”. Essa como diz a sua música “é diferente, ela é do trabalhador”, como ficou visível pelas falas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Mas ele desconhecia  
 Esse fato extraordinário:  
 Que o operário faz a coisa  
 E a coisa faz o operário.  
 De forma que, certo dia  
 À mesa, ao cortar o pão  
 O operário foi tomado  
 De uma súbita emoção  
 Ao constatar assombrado  
 Que tudo naquela mesa  
 - Garrafa, prato, facão -  
 Era ele quem os fazia  
 Ele, um humilde operário,  
 Um operário em construção.  
 Olhou em torno: gamela  
 Banco, enxerga, caldeirão  
 Vidro, parede, janela  
 Casa, cidade, nação!  
 Tudo, tudo o que existia  
 Era ele quem o fazia  
 Ele, um humilde operário  
 Um operário que sabia  
 Exercer a profissão.*

**(Vinicius de Moraes – Operário em Construção)**

As palavras de Vinicius de Moraes sobre este operário é muito oportuna, pois ela traz um elemento que essencial que se apresentou nesse trabalho, que é o reconhecimento do trabalhador enquanto produtor, enquanto ser histórico e membro de uma classe, ou seja, trabalhadores, operário, proletariado. Por isso, o que podemos colocar como conclusões, refere-se a esse reconhecimento, que rompe em muitos pontos com o que Marx aponta como estranhamento, e que muitos autores afirmam como alienação. A partir desse direcionamento podemos elencar alguns assuntos que percebemos ao longo da pesquisa, da escrita e da leitura dessa dissertação que como apresentamos na introdução tem um objetivo que é entender e saber: Qual o papel da Escola Popular na formação política de operários

da construção civil e como que estes se relacionam com o mundo do trabalho após ter contato com a prática educativa dessa escola?

Ao analisar o projeto de formação política da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves percebemos que os seus princípios e finalidades cumprem tarefas primeiramente que são relacionadas ao conhecimento, pelas falas e pelas observações e também pela minha atuação enquanto professora pode-se afirmar os alunos aprendem a ler, escrever, interpretar e também iniciam e ampliam conhecimento de base científica como a Geografia, ciência, matemática e se apropriam do conhecimento histórico e se compreendem como pessoas que participam da história. Existem dificuldades como toda escola, primeiro pelo fato do tempo do adulto que é trabalhador ser diferente, por exemplo, daqueles que estão em idade própria na escola. E também porque existem educados com dificuldades cognitivas, porém estes fatos não impedem o apreço pelo conhecimento e participação nas atividades escolares.

Aliado a esse ponto, percebe-se saltos qualitativos no que se refere à participação política e a compreensão da política e análise política da realidade. De certa forma existem níveis diferenciados no que se refere à politização e conseqüentemente na consciência dos sujeitos. Estes níveis se ligam à prática de cada indivíduo, as organizações coletivas que ele faz parte, ligadas ou não a escola. Ficou claro, que existe uma distância dos alunos que participam ativamente do sindicato, sejam da diretoria efetiva, ou da base, daqueles que não tem essa participação. Mas não significa dizer que quem não é do sindicato não é politizado, mas o foco é diferente. Por parte dos sindicalistas existe uma compreensão maior de classe, análise mais profunda de conjuntura e também do papel econômico que se tem nas relações patrão/ empregado. Essa visão provém de quatro fontes: da escola, dos cursos de formação política no sindicato, do contato com a realidade do trabalhador nos canteiros de obra e do contato com patrão seja nos momentos de negociação e de denúncia e outros que possam existir. Com relação ao grupo de não sindicalistas, a política se liga a governo, mas a posição política que estes assumem se diferencia ao longo do tempo que estão na escola, percebe-se esse fato pela visão do que é o patrão, do reconhecimento do que é a exploração e das causas de pobreza do povo.

Pode-se verificar que a escola se fundamenta por uma prática de inclusão do trabalhador, expresso tanto pelo tempo de aula e pela inclusão deste na escola em

qualquer dia do ano. Esse fato ocorre e é explicado por todos que compõem a coordenação da escola pela necessidade que se tem de receber o trabalhador na hora que ele procura a escola, pois este espaço ao longo de sua vida foi distante, excludente e no momento que ele deseja estudar a escola deve estar aberta ao trabalhador e não se prender a problemas de ordem burocrática e até mesmo pedagógica. Esse fato muitas vezes implica dificuldades de acompanhamento do aluno na classe que ele foi acolhido, mas os professores buscam fazer um trabalho de inclusão com estes que chegam ao longo do ano.

Além dessa ação, que é uma postura política, a escola defende que o ensino deve estar ligado a prática do trabalhador, que é relacionada à sua produção, ou seja, o trabalho é algo central nas ações da escola. E quando se fala de trabalho existe o trabalho escolar, que é o de manutenção do espaço, limpeza, cuidado com a horta, mutirões para atividades de autossustentação e as atividades escolares de ensino; a discussão sobre o ambiente de trabalho e as condições que se colocam neste, no caso mais direcionado a construção civil, nesse sentido que os conteúdos escolares são essenciais; e também a discussão da organização do trabalhador, que é de onde de forma mais clara se percebe o posicionamento político da escola, pois os debates, as exposições e palestras seguem um tom classista, de defesa dos povos em luta no Brasil e no mundo colocando a necessidade do trabalhador se ver enquanto membro de uma coletividade maior que é a classe operária no Brasil e no mundo.

O que se percebeu é o papel das atividades coletivas, principalmente as que envolvem o trabalho, por exemplo, a reforma da escola. Essas ações permitem ver que os sujeitos se compreendem como membro da coletividade e ao mesmo tempo se vêem no trabalho, e no caso da escola marca ela como “a nossa escola”, a “escola do trabalhador” aproximando os educando das preocupações, das definições e das ações que a escola realiza. Existe um ambiente de coletivização na escola, que não é forçado e fruto da prática e também dos debates que se tem na coordenação que repercutem nas salas de aula. Com este fato, existe por parte dos educados maior aproximação com escola e eles embora busquem conhecimentos sistematizados em primeira estância, preocupam com as ações coletivas da escola.

As posições e as ações da escola refletem nos ambiente de convívio social dos educados, como se pode perceber tanto na coleta de dados como na convivência do dia a dia. Existe uma mudança na forma de ver a mulher, de se

entender os direitos do trabalhador, permitem que o trabalhador tenham novas posturas que condizem com um posicionamento ideológico que se passa no interior da escola. É evidente que seria necessário observar mais esses educados nos seus espaços de convivência para afirmar com mais contundência essa afirmativa, pois esta parte do discurso desses no interior da escola, mas existem modificações que são perceptíveis até mesmo no ambiente escolar.

Com relação à coordenação da escola, ela também tem entre seus componentes, níveis diferenciados de politização, participação e envolvimento com essa instituição. Porém ela mesma proporciona uma formação constante dos sujeitos por meio de debates, leituras de textos políticos e das ações que ela desenvolve na escola, e como apresentamos a prática que educa, que transforma e que constrói conhecimentos. Com relação a sua atuação, ela proporciona um ambiente democrático embora em alguns momentos seja centralizadora pela própria necessidade que se tem na gestão de uma escola de conduzir as ações e as determinações que são definidas seja na coordenação, na sala de aula ou nas assembléias.

Com relação ao grupo de professores, percebe-se um envolvimento que se tem base da própria vida destes, seja por participação política em algum momento da vida, pela identificação com o público, com a proposta da escola ou outros fatores. Todos são voluntários e tem uma postura de defesa do trabalhador, das lutas cotidianas destes. A maioria não é militante de nenhuma organização, mas partilham de uma visão que é necessário o trabalhador lutar e conquistar o que é esse. E eles também vivem essa realidade enquanto trabalhadores, fazem greve, participam de debates relacionados à sua categoria.

Em seu conjunto pode se afirmar que a Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves cumpre o papel de ser uma escola de politização, que valoriza a vida do trabalhador. Ela é um espaço do que têm operário, camponês, intelectuais todos aprendendo uns com os outros, e tendo como princípio nesse aprendizado que a ciência pertença ao povo, que o conhecimento científico é fruto da ação do homem na sociedade. O ambiente não é de opressão, pelo contrário promove a emancipação e o desenvolvimento da saber do operário, assim como a elevação de sua consciência. Esses elementos fortalecem a identidade do trabalhador, e permite que ele com o tempo se organize, seja no sindicato ou em grupos relacionados a cultura. Não cabe falar em taxa de evasão nessa escola, pois a saída do aluno é

reflexo do seu trabalho, se ele deixa de trabalhar na região central, abandona a escola pela própria dinâmica de tempo, deslocamento o que dificulta estar na escola.

Assim, o que se pode concluir é que essa escola com princípios tão fortes de defesa do trabalhador é diferente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Melissa Rodrigues de. **A relação entre a consciência individual e a consciência de classe: uma análise das contribuições de Vigotski sobre a consciência da classe trabalhadora.** 2008. 131f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Curitiba.

ALVES, Aline Aparecida Martini. **Qualidade total x qualidade social: duas correntes dicotômicas na educação pública do Rio Grande do Sul no início do século XXI.** In: Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul. Caxias do Sul: IX ANPED Sul, 2012. Disponível: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/155/102> Acesso em: 24 dez. 2012

ALVES, Giovanni. Trabalho, Capitalismo e formas de salariedade: notas teórico críticas. **O público e o privado**, Ceará, nº6, Julho/Dezembro, 2005. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=196&path%5B%5D=317> .Acesso em 24 out. 2012

BATELLA, David Batista; RODRIGUES, Jéssica Fernanda; FRANÇA, Juliana Carvalho; ALVES, Rosângela Teixeira. **A Pedagogia de Makarenko e a Educação Popular.** 2008. 45 f. Monografia (Conclusão de Curso) - Universidade do estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR: a apropriação dos entes da cultura.** Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/cultura\\_e\\_educacao\\_popular.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/cultura_e_educacao_popular.pdf)

BOLETIM O NOVO TEMPO. Belo Horizonte: Escola Popular, nº2, 2004

BOLETIM O NOVO TEMPO. Belo Horizonte: Escola Popular, nº3, 2005

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). **Família & Escola.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Indústria da construção civil. A retomada.** Disponível em : <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CD AQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.fee.tche.br%2Findex.php%2Findicadores%2Farticle%2Fdownload%2F2318%2F2696&ei=WyD7Ud30LJPs8ATaklGoBQ&usq=AF QjCNH-oJOP4KbEEQFhAmpxpMFfe8NL5g&sig2=2BIXVhTAMDSqlyGfJorKXw>

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre.** 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.



CATAPAN, Araci H.; BRITO, Luiz Carlos Cerquinho de; LUPATINI, Tânia Lucia; THOMÉ, Zeiná Rebouças Correa. Trabalho e conhecimento o movimento constitutivo na formação do homem. **Perspectiva** 17, 1992 p. 67- 77 Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/9150/10692>  
Acesso em: 23/10/2012

CASSIN, Marcos. **Trabalho e Formação Humana**. 2009. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada8/txt\\_compl/Marcos%20Cassin.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Marcos%20Cassin.doc) Acesso em: 24 out. 2012

CAPRILES, René. **Makarenko: Nascimento da Pedagogia Socialista**. São Paulo. Scipione, 1989.

CHILDE, V. Gordon. **A evolução cultural do homem**. 2<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. 229 p.

DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado Pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 1, *Janeiro/Junho de 2010*: 73-78. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a08.pdf> Acesso em: 23 dez. 2012.

DIESSE, Perfil dos Trabalhadores na Construção civil da Bahia. Set. 2012.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. P. 11- 28. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESCOBAR, Antonius Iraeu. **Reflexões sobre materialismo e empiriocriticismo de Lênin**. 156 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, São Paulo. 2003

FURTADO, Rafael Alencar. **Espaço Marx da UFPR e a contribuição à formação da consciência de classe da classe trabalhadora**. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Curitiba.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968

HAUSER, Marcus William. **Análise da qualidade de vida no trabalho em operários da construção civil da cidade de Ponta Grossa, utilizando o diagrama de Corlett e Manenica e o questionário Qualaty of Working Life Questionnaire- QWLQ – 78**, 125 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2012

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza dos homens**. 21ª edição revista. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1986. Tradução: Waltensir Dutra.

IASI, Mauro. Processo de consciência. **São Paulo: CPV, 1999**.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985.

LENIN, Vladimir I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. Obras escolhidas em seis tomos. Tomo 2. Lisboa: Edições Avante, 1986.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. Obras escolhidas em seis tomos. Tomo 3. Lisboa: Edições Avante, 1986.

LENIN, Vladimir I. **Que fazer?** São Paulo: Editora Huitec, 1978.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. 377f. Tese (Livre docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p. Resenha de: MARFAN, Marilda A. Em Aberto, Brasília, ano 5, n. 3 1, p. 43 a 48, jul./set. 1986.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. Anton Makarenko: Vida e obra- a pedagogia na Revolução São Paulo: Expressão Popular, 2002

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.

LUKÁCS, Georg. **Por uma ontologia do ser social: O Trabalho**. Tradução de Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), Texto original: Il Lavoro, primeiro capítulo do segundo tomo de Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/6973967/Gyorgy-Lukacs-Trabalho-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social> Acesso em: 16/12/2012 não publicado

MAKARENKO, Anton. **Conferências sobre a educação infantil**. Tradução: Maria Aparecida Abelaira Vizotto. São Paulo: Moraes, 1981

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 64, set. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002&lng=pt&nrm=iso) acesso em 06 de maio de 2012

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Tradução de Filipe José Lindoso. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular

MARTÍN, Victor O. Martín. **TEORIA Y PRÁCTICA DE LAS GUERRAS CAMPESINAS EN EL MARXISMO DEL SIGLO XXI**. V colóquio Internacional Marx e Engels, nov. 2007

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes, Feuerbarch, B. Bauer e Stiner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846). 1º edição revista: abril de 2011. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a. 614 p. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Cavini Martonaro

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2008. 228 p. Tradução e introdução de Florestan Fernandes.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857- 1858: esboço da crítica a economia política**. 1ª edição. São Paulo. Boitempo Editorial, 2011b. 778 p. Tradução de Mário Duayer, Nélío Scheneider e colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Volume 1. São Paulo. Editora Alfa Ômega, 1980.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos- filosóficos**. 1ª edição e 4ª reimpressão. São Paulo. Boitempo Editorial, 2010. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. p. 29- 56 In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MAO TSE- TUNG. **Sobre a prática & sobre a contradição**. 1ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 80 p.

MAO TSE- TUNG e outros autores. Enseñanza y revolución en China. Editorial Anagrama. Edição na responsabilidade de Joan Senent - Josa. 19...

MAUÉS, Olgaíses. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Org.). **Currículo e Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MEDEIROS, J. A. D.; RODRIGUES, C. L. P. **A existência de riscos na indústria da construção civil e sua relação com o saber operário**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21. 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEPRO, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZAROS, István. **Estrutura Social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história**. 1ª edição São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Tradução: Rogério Bettoni; revisão técnica: Caio Antunes

MINTO, Lalo Watanabe. Teoria do Capital humano. **Glossário on-line da Faculdade de Educação da UNICAMP**. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teorias\\_%20do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_%20do_capital_humano.htm) Acesso em: 23 dez. 2012

MORAIS Dirceu Medeiros de; SOUZA JUNIOR, Otaniel Mendes. **O perfil da mão de obra da indústria da construção civil, em Boa Vista/ Roraima**. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO- Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial. Belo Horizonte, Outubro de 2011.

MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002(Série Pesquisa em educação. V.2)

MOURA, Alessandro de. **A classe e a não classe em Marx**. III Simpósio Luta Sociais na América Latina: Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado? Set. 2008 Anais Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/alessandro.pdf> acessado em 10 de out., de 2012

MOVILA, Silvia Campos; DIAZ, Rafael Tejeda. Formação e segmentação da força de trabalho na economia informacional: estudo de caso de uma agroindústria multinacional. **Revista do NETE**, Belo Horizonte, Vol. 17 n. 3 Set/ Dez. 2008

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **DOSSIE MST ESCOLA**: Documentos e estudos 1990- 2001. Caderno de Educação nº. 13. 2ª edição, 2005. São Paulo: Expressão Popular

NÓBREGA, Yuri Holanda da. **Operários em construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990**. ( Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará, 2006

OLIVEIRA, Marta Khol. **Vygotsky e o processo de formação de conceitos**. In: TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992, p. 23- 35.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. **Kínesis**, Marília, vol. 2, nº 03, Abril-2010, p. 72 – 88. Disponível em: [www.marilia.unesp.br/Home/.../6\\_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/.../6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf) Acesso em: 24 out. 2012

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

PIMENTA, Alexandre Marinho; SOUSA, Carlos Alberto Lopes. **A educação e o ensino em Marx e Engels: o caso da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves**

2010. p.1-7 Disponível em:  
[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.16/GT\\_16\\_08\\_2010.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.16/GT_16_08_2010.pdf)

PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 3ª edição. São Paulo. Expressão Popular, 2003. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho.

PRADO JUNIOR, Caio. **História**. Organizador da Coletânea: IGLÉSIAS, Francisco. São Paulo: Ática, 1982

RANIERI, J. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. **Ideias**, Campinas - SP, v. 12-13, p. 1- 9, 2006.

Disponível em:  
<http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Alienacao%20e%20estranhamento....pdf> Acesso em: 24 out. 2012

REZZAGHI, Mariana Delgado Barbieri. **A Educação no período de transição socialista: A experiência chinesa da Revolução Cultural e as mudanças no ensino e nas relações de produção. (Dissertação de Mestrado em Sociologia)** Universidade Estadual de Campinas, 2009.

RÍOS, Carlos Castillo. **La Educación en China uma pedagogia revolucionaria**. Buenos Aires: Búsqueda, 1973

RODRIGUES, Domingos Pereira. **A consciência de classe dos papeleiros serranos**. 104 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

RODRIGUES, Eduardo Magalhães PERFIL DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL OBRAS PÚBLICAS E PRIVADAS: *Trabalhador, Indústria, Emprego, Informalidade, Previdência e Presença Sindical* **NOVEMBRO DE 2008. Pesquisa encomendada** pela ICM (Internacional dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeira) em Outubro de 2008, o presente estudo foi finalizado no mês de Novembro do mesmo ano.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio Arruda. **Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. Apresentação**. In: LENIN, V.I. O imperialismo etapa superior do capitalismo. Série Navegando Publicações, Campinas, 2011. Versão E-Book disponível em: [http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin\\_imperialismo\\_navegando\\_ebook.pdf](http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf) acessado em 01 de out. de 2012

SAVIANI Nereide. CONCEPÇÃO SOCIALISTA DE EDUCAÇÃO A contribuição de Nadedja Krupskaja. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 28-37, abr2011 acessada em 11/03/2013**

SEMENT-JOSA, Joan. **Ensenanza y Revolución en China**. Barcelona : ed. Anagrama, 1977

SCHROEDER, Edson. Conceitos espontâneos e conceitos científicos: o processo da construção conceitual em Vygotsky. **Atos de Pesquisa Em Educação** –v. 2, nº. 2, p. 293-318, maio/ago. 2007

SEMEGHINIL, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser Social: Uma reflexão da Ontologia de Georg Lukács. **C o n t r a d i c t i o**, Paraná, v. 2, n. 1, p. 75- 100, 2009. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/contradictio/article/viewFile/15414/10344>. Acessado em: 10 out. de 2012

SILVA, Sandra Teresinha. **A qualificação para o trabalho em Marx**. 226 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais, Curitiba. 2005

SILVA, Vanessa Gomes da. Trabalho e formação humana: elementos indissociáveis para a construção de uma concepção histórico-crítica na área educacional. **Revista Labor**, V. 1, nº5, 2011. Disponível em: [http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume5/12\\_Vanessa\\_Gomes\\_Silva.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume5/12_Vanessa_Gomes_Silva.pdf) Acesso em: 24 de out. de 2012

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência de exclusão e da rebeldia da construção civil**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990. 2010 405 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

TONET, Ivo. Educação e formação humana. In: JIMENEZ, Susana; RABELO, Jackeline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (Orgs). **Marxismo, educação e luta de classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideo- políticos. Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/> acessado em 18/11/2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010

ZANELLA, José Luiz. **O Trabalho como princípio educativo no ensino**. 2003. 311 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas.

**ANEXOS**

## ANEXOS 1

### **Roteiros de entrevista em profundidade com a coordenação**

- 1- Qual a concepção de Escola Popular que se tem no movimento revolucionário? E por que essa defesa que você vai falar é feita?
2. O que é a Escola Popular? No que ela se diferencia de outras experiências de educação de jovens e adultos, de trabalhadores que já são conhecidas? O que diferencia a escola popular de outras escolas que tem trabalhadores adultos?
- 3- O que significa ser uma escola de politização? E qual o papel dessa formação para o operário?
- 4- Qual a é a concepção política da coordenação da escola?
5. Como a escola cumpre o seu papel de formação? Como você visualiza isso no operário? De formação política, da modificação dele, da elevação da consciência dele?
- 6- Qual a concepção de educação popular defendida pela escola popular e pela coordenação?
- 7- Nos documentos da Escola sempre cita o Makarenko durante um período e agora também o Mao Tse Tung. Por que existe essa fundamentação principalmente dos dois, e quais os pilares principais desses dois autores na prática da escola? O que eles influenciam na prática de organização da escola?
- 8- A questão do coletivo a construção do novo, dentro da escola, na prática dela cotidiana, isso existe?
- 9- Na música da escola, apresenta questões que são colocadas na escola, que é a questão do trabalho e da política da escola. Na música da escola a última frase dela é “Escola, Trabalho e Luta”, esse tripé, os três se ligam a prática escolar? E você tem um exemplo.
- 10- E por que você atua na escola popular? E não em outra escola?



## ANEXO 2

### Roteiro de entrevista em profundidade com professores

1- Qual o significado de atuar na escola popular?

2- Por que você atua na escola popular?

3- A escola tem um posicionamento político que é colocado, tanto nos cartazes, nas atividades que ela realiza, nas reuniões dos professores. Como você percebe essa construção política da escola?

4- Uma das coisas que é colocado no projeto da escola é que ela é uma escola de formação política para o trabalhador, para que eleve a consciência dele. Você concorda que isso é feito na escola? Você percebe isso? Existe uma formação política desse trabalhador ou é muito mais a questão do ensino mesmo?

5- Na música da escola, ela tem uma frase final “Escola, Trabalho e luta”. Pra você essas três na escola dá para perceber a ligação da escola com o trabalho com a luta na formação do trabalhador. Como você vê isso, você tem um exemplo?

6- Uma questão que é colocada no projeto da escola é que ela é uma escola de formação política para o trabalhador, para que eleve a consciência dele. Você concorda que isso é feito na escola? Você percebe isso? Existe uma formação política desse trabalhador ou é muito mais a questão do ensino mesmo?

7- Na música da escola, ela tem uma frase final “Escola, Trabalho e luta”. Pra você essas três na escola dá para perceber a ligação da escola com o trabalho com a luta na formação do trabalhador. Como você vê isso, você tem um exemplo?

8- A partir disso, na questão do ensino. Ai tanto de geografia, como de outros também se você quiser falar, como você como professora vê na atividade dentro sala de aula como o ensino mesmo ele se alia a vida do trabalhador, ao cotidiano dele e a luta dele pra que ele transforme a realidade dele, ou para que ele compreenda melhor o processo que ele vive de exploração. No conteúdo de geografia você percebe que existe isso ou não? E como você vê isso, a ligação?

9- Ao vai fazer o planejamento, este tem um diferencial devido ao público e a organização da escola? Como que você vê quando você está preparando para trabalhar o conteúdo para trabalhar com aquele grupo?

## ANEXO 3

### Roteiro de questões do Grupo focal

- 1- O que você acha de estudar na Escola Popular?
- 2- Você acha que a Escola defende o trabalhador? De que forma?
- 3- O que você aprendeu na Escola popular mudou a sua relação no seu ambiente de trabalho?
- 4- Depois que você entrou na Escola popular mudou algo na forma de você ver o mundo? Por quê? como?
- 5- O que você já aprendeu na Escola? E o que você já aprendeu além da leitura e da escrita?
- 6- Na Escola tem muitas atividades que envolvem o trabalho (limpeza, os mutirões a horta). Você acha que esse tipo de trabalho é importante? Por quê?
- 7- Dos trabalhos na Escola, qual foi o mais relevante? Por quê?
- 8- A realidade de seu trabalho está nas coisas que você estuda? Vocês estudam coisas que acontecem no ambiente de trabalho, é debatido isso em sala?
- 9- A sua relação com os companheiros na obra e os superiores, modificou depois que vocês começaram a estudar na Escola popular?
- 10- Como você acha que o trabalhador tem que se organizar?

**ANEXO 4****DOCUMENTOS ENVIADOS AO COEP E DISPONIBILIZADO PARA OS SUJEITOS DA PESQUISA**

A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES E A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES
---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa “A formação política de trabalhadores e a experiência da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves”, orientada pelo professor Hormindo Pereira de Souza Junior, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais( FAE/UFMG) e realizada pela mestrandia Livia Silva Damasceno.

Esta pesquisa está será desenvolvida na Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, com alunos, professores e coordenação da escola.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o projeto de formação política da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves e a sua contribuição desta na politização dos trabalhadores da construção civil que nela estudam.

Para obter as informações necessárias, estão previstas observações da rotina escolar e de atividades coletivas, tais como assembleias, reuniões, atividades de trabalho coletivo organizado na escola e realização de um grupo focal, que é uma entrevista em grupo. Para o desenvolvimento da pesquisa, todas as falas serão gravadas em MP3 e filmadas em VHS.

Você está sendo consultado sobre a sua adesão a esta etapa da pesquisa, o que implica a responder questões propostas no roteiro de entrevistas e autorizar o uso das respostas em estudo a serem realizadas no âmbito desse projeto, assim como as imagens obtidas nesse processo. No caso de haver concordância de sua livre e espontânea vontade em participar, assine a autorização que se encontra ao final deste termo, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Cabe esclarecer que sua participação neste estudo é voluntária e que todas as informações referentes a sua identidade serão resguardadas. Esperamos contar com esta colaboração. Entretanto, você poderá se recusar, a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal, caso a sua decisão seja não participar da referida pesquisa. Informamos que não haverá ônus ou ressarcimento aos respondentes e benefícios gerados a partir da pesquisa.

Em caso de dúvidas, você pode procurar os pesquisadores responsáveis- Livia Silva Damasceno (31- 34558516 ou 31-83036688) e Hormindo Pereira de Souza Junior (31- 34095223) ou o Comitê de Ética de Pesquisas (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais pelo telefone (31) 34094592 ou pelo endereço Avenida Antônio Carlos, nº 6627- Unidade Administrativa II- 2º andar- sala 2005- Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP: 31270-901.



**ANEXO 5****A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES E A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa “A formação política de trabalhadores e a experiência da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves”, orientada pelo professor Hormindo Pereira de Souza Junior, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG) e realizada pela mestranda Livia Silva Damasceno.

Esta pesquisa está será desenvolvida na Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, com alunos, professores e coordenação da escola.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o projeto de formação política da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves e a contribuição desta na politização dos trabalhadores da construção civil que nela estudam.

Para obter as informações necessárias, estão previstas observações da rotina escolar e de atividades coletivas, tais como assembleias, reuniões, atividades de trabalho coletivo organizado na escola e realização de uma entrevista. Para o desenvolvimento da pesquisa, todas as entrevistas serão gravadas em MP3.

Você está sendo consultado sobre a sua adesão a esta etapa da pesquisa, o que implica a responder questões propostas no roteiro de entrevistas e autorizar o uso das respostas em estudo a serem realizadas no âmbito desse projeto. No caso de haver concordância de sua livre e espontânea vontade em participar, assine a autorização que se encontra ao final deste termo, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Cabe esclarecer que sua participação neste estudo é voluntária e que todas as informações referentes a sua identidade serão resguardadas. Esperamos contar com esta colaboração. Entretanto, você poderá se recusar, a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal, caso a sua decisão seja não participar da referida pesquisa. Informamos que não haverá ônus ou ressarcimento aos respondentes e benefícios gerados a partir da pesquisa.

Em caso de dúvidas, você pode procurar os pesquisadores responsáveis - Livia Silva Damasceno (31- 34558516 ou 31-83036688) e Hormindo Pereira de Souza Junior (31- 34095223) ou o Comitê de Ética de Pesquisas (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais pelo telefone (31) 34094592 ou pelo endereço Avenida Antônio Carlos, nº 6627- Unidade Administrativa II- 2º andar- sala 2005- Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP: 31270-901.



**ANEXO 6****Belo Horizonte, 30 de setembro de 2011**

Ilma. Sra.  
Profa. Dra. Maria Tereza Marques Amaral  
DD. Presidente do COEP/UFMG

Encaminho-lhe a documentação referente ao Projeto de Pesquisa intitulado “A Formação Política de Trabalhadores e a Experiência da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves”, coordenado pela aluna do Mestrado em Educação da FAE/UFMG Lívia Silva Damasceno, sob a minha orientação, para análise e aprovação do COEP.

Atenciosamente,

Prof. Hormindo Pereira de Souza Junior  
Orientador

P/ Lívia Silva Damasceno  
Matrícula 2011654984